

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO, HISTÓRIA E
ARQUITETURA DA CIDADE**

Rodrigo Fabrício Kerber

**SANTO ÂNGELO: A FIRMA - AÇÃO DA MODERNIDADE
NA ARQUITETURA DA CIDADE, 1930-1945**

Florianópolis

2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO, HISTÓRIA E
ARQUITETURA DA CIDADE**

Rodrigo Fabrício Kerber

**SANTO ÂNGELO: A FIRMA - AÇÃO DA MODERNIDADE
NA ARQUITETURA DA CIDADE, 1930-1945**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-CIDADE da UFSC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Área de Concentração em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Linha de Pesquisa em Arquitetura da Cidade.

Orientadora: Profa. Dra. Lisete Assen de Oliveira.

**Florianópolis
2008**

A dissertação intitulada **Santo Ângelo: A Firma – Ação da Modernidade na Arquitetura da Cidade, 1930 – 1945**, de autoria de Rodrigo Fabrício Kerber, foi submetida ao processo de avaliação conduzido pela Banca Examinadora instituída pela Portaria _____, para obtenção do título de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, tendo sido aprovada sua versão final em ____ de _____ de _____, em cumprimento às normas da Universidade Federal de Santa Catarina e do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-CIDADE.

Presidente: _____
Prof. Dra. Lisete Assen de Oliveira - UFSC

Membro Externo: _____
Prof. Dr. Günter Weimer – PUCRS / UFRGS

Membro: _____
Prof. Dra. Gilcélia Pesce do Amaral e Silva - UFSC

Membro: _____
Prof. Dr. Gilberto Sarkis Yunes - UFSC

Membro: _____
Prof. Ms. Luiz Eduardo Fontoura Teixeira - UFSC

Coord. do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade
PGAU-Cidade/ARQ/CTC/UFSC

Florianópolis, 01 de Julho de 2008.

Pela força, pelo apoio, pela parceria incondicional dedico este trabalho à
companheira e noiva Carolina Sarate Sansone.

AGRADECIMENTOS

À professora Lisete Assen de Oliveira pelo encorajamento, pelo acompanhamento, pelo crédito, pelas críticas elucidativas, pelas indicações, pelas referências exatas e pelas ponderações na criação do objeto de estudo capaz de *vir-a-ser* a presente dissertação.

Às disciplinas do PGAU-CIDADE que direta ou indiretamente contribuíram na formação de uma base conceitual importante para o presente estudo, especialmente a disciplina de Leitura Dirigida em que se pode aprofundar assuntos pertinentes à arquitetura da cidade e à modernidade.

Ao Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da na Universidade Federal de Santa Catarina, pela criação desta área tão especial: o estudo do espaço em que vivemos.

Aos professores Gilcéia Pesce do Amaral e Silva, Gilberto Sarkis Yunes e Luiz Eduardo Fontoura Teixeira pelas orientações no exame de qualificação.

Aos senhores Edgard Helmuth Geiss, Sérgio Fortes, Newton Furtado Fabrício, Rudá Rockenbach, Pedro Osório do Nascimento, Bertholdo Bruno Benno Schmidt, Germano Wüst, João da Jornada Fortes Filho e Jair Severo pelas suas experiências e contribuições diretas na realização deste trabalho.

À família Medaglia, nas pessoas de José Carlos Medaglia Filho, Cláudia Medaglia e Fernando Medaglia, pelo empréstimo de importante material.

À família Costa nas pessoas de Ingrid Costa Hauschild, Kristin Costa Weinert e Hervigo Costa pelo apoio a este trabalho.

À Eunisia Killian do Arquivo Histórico Municipal Augusto César Pereira dos Santos de Santo Ângelo, pela sua disponibilidade e atenção.

Ao Iramir de Almeida Moraes e Ivana Araújo, do Ofício do Registro de Imóveis de Santo Ângelo, pela colaboração prestada a este estudo.

À Márcia Cezaro Maiocchi, assistente do Arquivo Público Municipal de Porto Alegre pela contribuição prestada.

Ao economista Celso Pudwell pelos dados calculados e atualizados.

Aos professores Glenda Pereira da Cruz, Luiz Antônio Bolcato Custódio e Günter Weimer, pela confiança.

À minha querida família que não tem poupado esforços em facilitar a conquista deste objetivo há muito perseguido. Especialmente nas pessoas de minha mãe Lídia, Ricardo, de meu pai Gilberto, Ângela, e irmãos Renata, Álvaro, Fernanda e Luiza.

KERBER, Rodrigo Fabrício. **Santo Ângelo: A Firma – Ação da Modernidade na Arquitetura da Cidade, 1930-1945**. 2008. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – PGAU-Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Orientadora: Lisete Assen de Oliveira.

Linha de Pesquisa: Arquitetura da Cidade.

RESUMO

Em um país de proporções continentais, o processo de desenvolvimento urbano é percebido mais facilmente nos grandes centros localizados especialmente na parte litorânea brasileira. Essa dinâmica pode ser também evidenciada na cidade de Santo Ângelo, localizada no interior, ao noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e fundada enquanto redução Jesuítica em 1707.

Nesta dissertação o fenômeno urbano observado em Santo Ângelo, entre 1930 e 1945, revela especificidades locais como o resgate de uma memória missioneira, e condicionantes regionais como a interligação à malha ferroviária Estadual no início da década de vinte. Este desenvolvimento é notado pela atuação de uma sociedade étnica e culturalmente diversificada, formada e influenciada por um intenso trânsito e permanência de um contingente imigrantista, por um poder político centralizado em um contexto nacionalista e pela ação de uma empresa construtora, a Santo Angelense Ltda, que viabiliza através da sua produção a instauração da *Capital das Missões*. É quando se distingue um setor de Santo Ângelo mais ligado ao passado e outro mais ligado ao futuro, reflexo de um sítio físico ocupado em diferentes períodos, por uma sociedade urbana em estruturação, direcionada por um novo planejamento e perceptível no seu tecido urbano. É neste período de uma década e meia que ocorre a instituição de novos paradigmas arquitetônicos e a consolidação hierárquica deste tecido urbano determinantes de uma nova forma urbana composta pela formação de um bairro residencial e de um centro de atividades diversas.

A modernidade e a tradição são aspectos presentes neste processo de desenvolvimento urbano de Santo Ângelo, na construção do *ser cidade* durante a *Era Vargas*, quando repercutem nas paisagens construídas obras inovadoras, capazes de representar o significado e o estabelecimento de uma nova configuração urbana. Podem ser destacadas obras de maior magnitude como a construção do Cine-Teatro Municipal e da nova Igreja da Matriz, as quais refletem diretamente na arquitetura da cidade e na consolidação de suas partes distintas.

Palavras-chave: Santo Ângelo-RS, modernidade, imigração no Rio Grande do Sul, arquitetura, morfologia urbana.

KERBER, Rodrigo Fabrício. **Santo Ângelo: The Firm – The Action of Modernity on the Architecture of the city, 1930-1945.** 2008. Dissertation (Master degree in Urbanism, History and Architecture of the City) – PGAU-Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Supervisor: Lisete Assen de Oliveira.

Line of Research: Architecture of the City

ABSTRACT

In a continental sized country, the process of urbanization is more easily detected in big centers. These dynamics can also be seen in Santo Ângelo, a city in the north-west of the State of Rio Grande do Sul that was founded by the Jesuits in 1707.

In this dissertation, the urban phenomenon observed in Santo Ângelo, between 1930 and 1945, shows local specificity as the rescue of a missionary memory, and regional factors as the connection to the State railway line. This development is perceived by the action of a culturally and ethnically diverse society, formed and influenced by an intense traffic and permanence of an immigrant contingent, conducted by a public power centralized in a nationalist context and by the action of a construction company, the Santo Angelense Ltda, that makes possible, through its production, the establishment of the *Capital of the Missions*. This is when an area from Santo Ângelo more connected to the past and another more connected to the future can be distinguished. This is the reflex of a physical space settled in different periods, by a growing urban society, directed by a new planning and perceived in its urban area. It is in this period of a decade and a half that occur the institution of new architectonic paradigms and the hierarchical consolidation of this urban area determining a new urban focus, composed by the formation of a residential area and an area of various interests.

Modernity and tradition are present aspects in the process of urban development of Santo Ângelo, in the construction of the *city being* during the *Vargas Era*, when innovative buildings appear on the constructed landscapes, able to the meaning and the establishment of a new urban configuration. Buildings of great magnitude can be perceived as the construction of the *Cine-teatro Municipal* and of the new *Igreja Matriz*, which reflect directly in the architecture of the city and in the consolidation of its distinct parts.

Key words: Santo Ângelo-RS, modernity, immigration in Rio Grande do Sul, architecture, urban morphology.

Já temos com que preparar uma sinfonia: lei do sol, lugar, topografia, escala dos projetos;(…); infinitos recursos das invenções técnicas atuando, eventualmente, de acordo com os meios tradicionais; finalmente, a introdução de novos materiais e preservação de materiais eternos...

Pode ser uma casa de fim de semana ou um imenso palácio, uma barragem hidráulica ou uma fábrica, o apelo à imaginação permanece constante. Não há em todo país uma única obra que tenhamos o direito de qualificar como indiferente: tudo tem sua importância, desempenha um papel, carrega a responsabilidade de tornar a região bela ou infame.

Cada coisa é um todo e, entretanto, não deixa de ser um fragmento. A pátria é feita desse pacto que liga a natureza ao meio construído. De um passo ao seguinte, de uma rua à outra, de uma vila à outra, por que haveria de se romper o encantamento se é tanto o fervor consagrado à construção de cada objeto?¹

Le Corbusier, 1943.

¹ LE CORBUSIER. Mensagem aos estudantes de arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 47-48.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Localização de Santo Ângelo no Rio Grande do Sul.....	14
Figura 02 – Vista contemporânea de um conjunto da década de 1930	16
Figura 03 – Quanto a abrangência da pesquisa	21
Figura 04 – Projeto para canalização do Riacho	44
Figura 05 – Igreja Martin Luther.....	44
Figura 06 – Área de estudo com relação ao traçado contemporâneo de Santo Ângelo	45
Figura 07 – Sítio físico predominante na área de estudo	46
Figura 08 – Localização dos Sete Povos das Missões.....	49
Figura 09 – Município de Santo Ângelo no Rio Grande do Sul, 1913	56
Figura 10 – Exposição do Centenário Farroupilha. Vista do Eixo Monumental,	60
Figura 11 – Exposição do Centenário Farroupilha. Vista do Pavilhão da Indústria.....	63
Figura 12 – Propaganda <i>Casa Jota</i> . Santo Ângelo, 1943	66
Figura 13 – Propaganda Casa Miriam. Santo Ângelo, 1950	66
Figura 14 – Cartaz <i>Festa Nacional do Milho</i> . Santo Ângelo, 1954.....	68
Figura 15 – Número de projetos ao ano feitos pela construtora Santo Angelense Ltda	75
Figura 16 – Esquema da ocupação anterior à 1930.....	81
Figura 17 – Sobreposição dos tecidos do século XVIII e XX.....	84
Figura 18 – Localização das primeiras ocupações da área.....	84
Figura 19 – Antiga residência de Ulysses Rodrigues.	85
Figura 20 – Vista da Praça Pinheiro Machado, 1900	86
Figura 21 – Vista do espaço da Praça Pinheiro Machado. Início século XX.....	86
Figura 22 – Sede da Intendência e a Igreja da Matriz. Início da década de 1920	86
Figura 23 – Ocupação de Santo Ângelo, 1898.....	87
Figura 24 – Malha ferroviária parcial do Rio Grande do Sul.....	88
Figura 25 – Possível malha urbana de Santo Ângelo no início da década de 1920	89
Figura 26 – Esquema dos limites e barreiras de crescimento	90
Figura 27 – Cruzamento da Rua Marquês do Herval com a Rua 14 de Julho.	90
Figura 28 – Avenida Brasil. Vista Leste, década de 1920.	91
Figura 29 – Palacete Municipal, inaugurado em 1929.....	96
Figura 30 – Praça estruturadora, 1898	100
Figura 31 – Esquema do parcelamento das quadras, 1898.....	101
Figura 32 – Multiplicação unidirecional de um padrão, 1924.....	102
Figura 33 – Planta de Santo Ângelo, 1924.	104
Figura 34 – Esquema do parcelamento das quadras, 1924.	104
Figura 35 – Planta de Santo Ângelo, 1940	106
Figura 36 – Ordenação urbana, 1935 a 1945.....	115
Figura 37 – Sociedade Literatura e Beneficência.	116
Figura 38 – Grupo Ginásio Municipal de Santo Ângelo.....	116
Figura 39 – Colégio Elementar de Santo Ângelo.....	117
Figura 40 - Associação de Assistência aos tuberculosos Sanatório.	117
Figura 41 – Banco da Província.....	119
Figura 42 – Banco Nacional do Comércio.	119
Figura 43 – Banco do Brasil.....	119
Figura 44 – Criação dos eixos da cidade, 1930 a 1945.....	122
Figura 45 – Praça Pinheiro Machado. Vista aérea, direção sul.....	123
Figura 46 – Praça Rio Branco. Vista aérea, direção leste.	123
Figura 47 – Rua Sete de Setembro. Vista Oeste, por volta de 1940.....	123
Figura 48 – Esquema da ocupação urbana: elementos ordenadores	126
Figura 49 – Esquema da ocupação urbana: elementos condicionados	127
Figura 50 – Esquema da ocupação urbana: elementos condicionados	127
Figura 51 – Localização das edificações de atividades unifamiliares em função da época.....	130
Figura 52 – Localização das edificações de atividades diversas em função da época.....	131
Figura 53 – Rua Antunes Ribas. Vista Sul, proximidades da Prefeitura.	132
Figura 54 – Rua Antunes Ribas. Vista Norte, proximidades da Prefeitura, década de 1950.....	133
Figura 55 – Rua Antunes Ribas. Vista Sul, proximidades da Av. Brasil, década de 1950.....	133
Figura 56 – Matriz formal de bairro residencial.....	134
Figura 57 – Conjunto na Rua Três de Outubro.....	134
Figura 58 – Elevações das casas construídas na Rua Três de Outubro.	135

Figura 59 – Relação das arquiteturas de <i>bairro residencial</i> e o espaço urbano	135
Figura 60 – Localização das quadras mais densificadas na malha urbana	137
Figura 61 – Avenida Brasil. Vista Nordeste, década de 1940.	137
Figura 62 – Rua Marquês do Herval. Vista Norte, década de 1950.	138
Figura 63 – Matriz formal de <i>bairro centro</i>	139
Figura 64 – Densificação <i>Quadra Nova</i>	140
Figura 65 – Rua 14 de Julho. Vista Oeste, década de 1940.	141
Figura 66 – Rua Marechal Floriano. Vista Norte, década de 1940.	141
Figura 67 – Rua Nova. Vista Oeste, 1953.	141
Figura 68 – Relação das arquiteturas de <i>bairro centro</i> e o espaço urbano.....	142
Figura 69 – Sobrado de Jacob Sprinz. Construtora Santo Angelense.	143
Figura 70 – Esquema das edificações da <i>quadra nova</i>	143
Figura 71 – Situação. Ocupação pela Rua Antunes Ribas.....	147
Figura 72 – Casa Medaglia. Situação e vista.....	148
Figura 73 – Casa Oliveira. Situação e vista	149
Figura 74 – Casa Rodrigues Sobrinho. Situação e vista	150
Figura 75 – Batalhão ferroviário em desativação.....	154
Figura 76 – Batalhão ferroviário e cinema: dois equipamentos ligados ao movimento.....	156
Figura 77 – Esquema da edificação do cinema x sítio	156
Figura 78 – Entroncamento das Ruas Marquês do Herval com a 14 de Julho.	158
Figura 79 – Sobreposição das Igrejas	160
Figura 80 – Fachada das ruínas da Igreja de Santo Ângelo Custódio.	161
Figura 81 – Segunda Igreja de Santo Ângelo, década de 1920.	164
Figura 82 – Início da Construção da terceira arquitetura religiosa, 1929-30.....	165
Figura 83 – Perspectiva da Igreja da Matriz, 1929.	168
Figura 84 – Fase de execução da nova fachada adaptada à Igreja da Matriz.....	169
Figura 85 – Da Igreja da Matriz à Catedral Angelopolitana	171
Figura 86 – Antiga residência de Amantino Licht.....	186
Figura 87 – Antiga residência de Ruy Monteiro	186
Figura 88 – Antiga residência de Celso Moraes	186
Figura 89 – Antiga residência de Florimundo Fernandes dos Santos	187
Figura 90 – Antiga casa de Zeferino Boranga	187
Figura 91 – Antiga residência de Júlio Uflacker Beck.....	187
Figura 92 – Antiga residência de Próspero Pippi.....	188
Figura 93 – Antiga casa de Palmenia Oliveira Perna	188
Figura 94 – Antiga residência de Maria Thereza Paiva de Souza.....	188
Figura 95 – Antiga residência de Oswaldo dos Santos	189
Figura 96 – Antiga residência de Pery Von Hoonholtz	189
Figura 97 – Antiga casa de Waldomiro Ferraz.....	189
Figura 98 – Antiga residência de Oswaldo dos Santos	190
Figura 99 – Antiga casa de João Cerrati.....	190
Figura 100 – Antiga casa de Euclides Português	190
Figura 101 – Antigo Sobrado de João Pippi	191
Figura 102 – Antigo sobrado de José Carlos Kist.....	191
Figura 103 – Antiga edificação de Laurindo Piccoli	191
Figura 104 – Antigo sobrado de Acácio Machado	192
Figura 105 – Antigo sobrado de Emílio Doberstein	192
Figura 106 – Antiga edificação de Elias Demétrio	192
Figura 107 – Antigo sobrado de Gilberto Von Hoonltz	193
Figura 108 – Antiga edificação de Darwin Pereira.....	193
Figura 109 – Antigo sobrado para família Hocchein	193
Figura 110 – Edifício Santo Antônio.....	194
Figura 111 – Antigo sobrado Jorge Menezes	194
Figura 112 – Antigo sobrado de Ariberto Kurz.....	194
Figura 113 – Edifício Feldmann	195
Figura 114 – Sobrado para Edmundo Helfer	195
Figura 115 – Antigo Edifício Kehl para Adolfo Kehl	195
Figura 116 – Antiga Casa Miriam.....	196

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – População de Santo Ângelo.....	93
Tabela 02 – Número de edificações em Santo Ângelo.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS

PMSA – Prefeitura Municipal de Santo Ângelo

AHMACPS – Arquivo Histórico Municipal Augusto César Pereira dos Santos – Santo Ângelo

MADP – Museu Antropológico Diretor Pestana – Ijuí-RS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	9
INTRODUÇÃO	14
1. A MODERNIDADE EM SANTO ÂNGELO: ENTRE OS FATOS OFICIAIS E ESPONTÂNEOS (Referencial teórico).....	25
1.1. Modernidade ou modernização?	34
2. SANTO ÂNGELO EM CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE: PROJETO DE CIDADE NO PLANO DE NAÇÃO.....	45
2.1. As Missões e a formação da fronteira no Sul do Brasil.....	49
2.1.1. Santo Ângelo: ocupação oficial e espontânea	52
2.2. Oficialização da arquitetura da cidade.....	58
2.2.1. Exposição da <i>Capital das Missões</i>	64
2.3. O escritório da cidade.....	69
3. SANTO ÂNGELO EM FORMAÇÃO.....	79
3.1. Bipolarização	81
3.1.1. Remanescentes jesuíticos: domínio e centralização	82
3.1.2. Linha férrea: conexão e transversalidade	88
3.1.3. Formação do desenvolvimento urbano	92
3.2. Forma e ação	98
3.2.1. A praça como geratriz da estrutura urbana, 1898	98
3.2.2. Multiplicação unidirecional de um padrão, 1924	102
3.2.3. <i>Remodelação</i> , ideal pós – 1930	105
3.3. A construção da cidade pela arquitetura.....	114
3.3.1 Ordenação da estrutura urbana.....	114
3.3.2. Linhas de construção da cidade	121
3.3.3. Criação das partes urbanas	125
3.3.3.1. <i>Do espaço-residência</i>	128
A. Da rua.....	132
A1.Rua Três de Outubro	134
B. Da quadra	137
B1. Rua Nova ou quadra nova?	139
4. SANTO ÂNGELO NA BUSCA POR REFERENCIAIS URBANOS	144
4.1. Uma via para arquitetura da cidade	146
4.1.1. Casa Medaglia	147
4.1.2. Casa Oliveira.....	148
4.1.3. Casa Rodrigues Sobrinho	149
4.2. Pelos monumentos	151
4.2.1. Cine-Teatro Municipal.....	153
4.2.2. A igreja da metrópole.....	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	179
ANEXOS	186
Anexo 01 – Levantamento fotográfico que exemplifica o chamado nesta dissertação de edificações de <i>bairro residencial</i>	186
Anexo 02 – Levantamento fotográfico que exemplifica o chamado nesta dissertação de edificações de <i>centro urbano</i>	191

INTRODUÇÃO

A idéia de estudar Santo Ângelo, cidade localizada no noroeste do Rio Grande do Sul, nasceu de sua arquitetura, e a vontade de analisar sua forma urbana foi proveniente de sua própria história. (Fig.01)



Figura 01 – Localização de Santo Ângelo no Rio Grande do Sul

Fonte: FERRAZ DE SOUZA, 2000. Elaborado do original pelo autor, 2008

A história de Santo Ângelo pode ser dividida em dois períodos de ocupação do território: 1. Jesuítico: da fundação da redução naquele sítio físico (em 1707), o seu apogeu, que coincide com o Tratado de Madri², até a completa expulsão dos missioneiros da Companhia de Jesus dos Sete Povos³ em 1768. 2. Pós-jesuítico: que pode ser subdividido em imperial, momento da re-ocupação do território deixado pelos jesuítas que se inicia a partir de 1859, e o republicano a partir de 1889. É durante as últimas décadas do século XIX quando se constrói uma outra sociedade e um novo aglomerado urbano.

²Tratado firmado entre as monarquias ibéricas em 1750, que estabelecia que Portugal entregaria Colônia do Sacramento à Espanha. Em troca das Missões, que passaram para o domínio luso. Acordo que deflagrou o conflito entre as cortes portuguesa e espanhola contra a reação dos missioneiros, provocando a *Guerra Guaranítica* (1754-1756), cujo destaque entre as lideranças dos índios foi Sepé Tiaraju. Ver: PESAVENTO, Sandra Jatay. História do Rio Grande do Sul. 9. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 2002, p. 21.

³Denominação utilizada para os povoados localizados na Banda Oriental do Rio Uruguai, os Sete Povos *insurretos*. Ver: CUSTÓDIO, Luiz A. B. A Redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao Estudo da Tipologia Urbana Missioneira. Porto Alegre: UFRGS/ PROPUR, 2002, p. 51.

Atualmente, percebe-se no tecido urbano de Santo Ângelo permanências de arquiteturas que se pode dizer, constituem um conjunto urbano e refletem uma identidade própria e atual ainda que produzido em outra época. Possível patrimônio de relevância, estes conjuntos arquitetônicos merecem ser estudados e melhor conhecidos quanto às suas características particulares e específicas.

A iniciativa de analisar Santo Ângelo pela arquitetura e forma urbana - complementares entre si - derivou de uma incessante procura por dados efetivos, mas nem sempre facilmente disponíveis. O sentimento de inconformidade frente à carência de informações nutriu a motivação de poder contribuir para uma compreensão mais clara do que ocorrera com Santo Ângelo, particularmente no período da chamada *Era Vargas*.

Foi a partir da impressão que se tinha da arquitetura existente, pelas manifestações dessas edificações na paisagem Santo-angelense e, especialmente, da análise do acervo de uma antiga firma local, a construtora Santo Angelense Ltda a partir de meados de 2004 e 2005⁴, que se conseguiu ter uma percepção esclarecedora da história urbanística da cidade. Também foi através do contato com outras fontes primárias que se conseguiu compreender na totalidade a importância desse período de 1930 a 1945 e sua influência na Santo Ângelo do presente, bem como *ligação* com a localidade do período pré-República.

Assim, se atualmente as arquiteturas ainda presentes, e de fácil legibilidade na cidade contemporânea, tornaram-se exemplares para o atual estudo, podem ser consideradas não menos diferenciadas aquelas arquiteturas existentes apenas nas fotografias, mas reais enquanto testemunhas de uma outra Santo Ângelo. São ocorrências arquitetônicas de importância urbana, pois relatam o desenvolvimento da localidade da qual fizeram e ainda fazem parte, seja pela presença material ou memorial, ainda marcam o centro da cidade contemporânea. (Fig. 02)

⁴A apreensão do trabalho proveniente desta firma construtora *Santo Angelense Ltda* em seu acervo, tornou-se por vezes difícil separar a produção da cidade com o trabalho da própria firma, dificuldade devida à grande quantidade de edificações projetadas e construídas por esta construtora com relação à escala de Santo Ângelo em meados do século XX. A hegemonia desta empresa da construção pode ser verificada *in loco* em seus arquivos, confirmando-se o que se ouviu a partir de diversas pessoas em diferentes entrevistas, de que a referida firma “*construiu a cidade de Santo Ângelo*”.



Figura 02 – Vista contemporânea de um conjunto da década de 1930
Foto: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007

Até o presente momento, diversos estudos têm sido feitos na divulgação do conhecimento referente à Santo Ângelo Custódio, ou seja, pesquisas relacionadas e destinadas ao sétimo povo da Companhia de Jesus fundada pelos jesuítas no início do século XVIII, e extinta enquanto sociedade no final do mesmo.

Eventos mais recentes, tão importantes quanto o período jesuítico, ainda não aprofundados, ficam quase sempre à sombra da história jesuítica e, portanto aquém das suas possibilidades. No entanto, entre os jesuítas e a cidade de Santo Ângelo de meados do século XX, identificam-se aspectos de duas sociedades de tempos diversos, mas em um mesmo território. Poder-se-ia dizer que o espaço, enquanto território e o tempo, enquanto história, são protagonistas importantes na constituição do tecido urbano ao longo das décadas. Esse aspecto é visualizado a partir de 1930, momento de mudança de atitude do poder público frente à cidade requerida, quando se pode instituir um antes e um depois em Santo Ângelo.

A presente dissertação aborda Santo Ângelo, no período de 1930 a 1945, momento no qual a mesma se efetiva enquanto capacidade de *ser cidade*⁵. Aspectos anteriores também são analisados, especialmente a partir da década de 1920.

O contexto histórico da Era Vargas e suas respectivas peculiaridades são identificáveis na realidade de Santo Ângelo, pois interferem e fazem parte do

⁵Ao longo da história brasileira, o título de cidade foi sempre concedido a uma sede de município por um ato governamental. (Resolução Régia, Alvará, Decreto do presidente da província, Ato ou Lei). Ver: BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Povoamento e Urbanização do Rio Grande do Sul: a fronteira como trajetória. IN: Urbanismo no Rio Grande do Sul. Org. WEIMER. Günter. Porto Alegre: Editora da Universidade. UFRGS – Prefeitura Municipal de Porto Alegre. 1992. p. 50.

desenvolvimento de cidade. Os eventos urbanos e urbanísticos configuram a localidade, principalmente entre 1930 a 1945, momento de convergência das ações da sociedade e ponto de inflexão entre passado e futuro.

Nesse sentido, o desenvolvimento urbano de Santo Ângelo neste período pode ser percebido de maneira específica, mas deve ser observado como um evento mais amplo, tanto no tempo quanto no espaço. A evolução da freguesia à cidade de fins do século XIX a meados da década de quarenta, ocorre concomitantemente à própria constituição da sociedade em constante estruturação, no qual os poderes políticos foram sendo instituídos conforme suas conveniências e interesses.

A partir da conexão ao Estado pela linha férrea que esta sociedade é influenciada pelo constante trânsito de um contingente imigrantista intenso. A vida econômica local se estrutura na medida em que um ciclo econômico mais rico também é iniciado. É através deste estágio econômico da vila que se revela o começo do desenvolvimento urbano, porém é com o tempo que adquire níveis de maior importância e autonomia. Institui-se em Santo Ângelo fundamentos de um projeto de cidade⁶ associado a outros padrões urbanos, os quais, são intrínsecos a uma sociedade cuja vida cultural ficava mais complexa, composta por classes mais estratificadas e consumistas, demandaram outras necessidades para os novos desejos urbanos.

Acredita-se que foi a partir da ocupação, depois de trinta a meados da década de quarenta, que houve uma distinção da configuração urbana Santo-angelense: inicialmente, com a transformação da volumetria edificatória com relação ao lote ocupado e, em seguida, concomitantemente àquele, mas mais evidente pela força do conjunto arquitetônico e sua escala, o qual proporcionou uma diferenciação na localidade.

A busca por novos referenciais urbanos que refletissem a conjuntura cultural e social dos novos cidadãos são aspectos percebidos em Santo Ângelo, em sua forma urbana, mas também relacionáveis a um contexto comum mais amplo, no qual o projeto de cidade é constituinte do plano de nação. Esta perspectiva advém do

⁶Para Aymonino, a cidade tem um caráter sociológico e outro estético, não necessariamente integráveis. Assim, afirma através de Le Corbusier e Lewis Mumford, respectivamente: 'as grandes cidades são na realidade postos de comando' e 'a cidade favorece a arte, é ela mesma arte'. Ver: AYMONINO, Carlo. O significado das cidades. Editorial Presença, 1984, p.10.

nascimento de uma *modernidade* urbana simultaneamente ao reconhecimento de uma *tradição missioneira*.

Em Santo Ângelo, o desenvolvimento de uma fisionomia mais urbana iniciou-se pelas edificações do ecletismo, mas constituiu-se nas arquiteturas de formas mais básicas de uma nova época.

O projeto de cidade também passa por obras de maior magnitude, como o traçado, o parcelamento e a arquitetura.

Quanto à malha urbana, há um planejamento com o qual a vila tem seu crescimento determinado em uma direção. Contudo, é a partir da década de trinta que se remodela a maneira de produção urbana na localidade, sua estrutura fundiária e a arquitetura nela desenvolvida. Além das edificações, há particularidades de ocupação, da formação urbana e de suas paisagens construídas. A construção do tecido urbano-social, conforme a época e o incentivo do poder público e privado também é demonstrado.

Aborda-se a produção e configuração da cidade na modernidade através de alguns exemplos arquitetônicos, cuja capacidade de modificação das paisagens é determinante na formação de uma nova Santo Ângelo. Pode-se destacar algumas casas, a principal arquitetura religiosa e o primeiro cinema⁷. São obras de destaque pelas suas escalas não apenas físicas, mas inclusive por seus posicionamentos urbanos, bem como por seus usos e formas.

Ao se encadearem às primeiras idéias gerais da pesquisa sobre a arquitetura da cidade de Santo Ângelo, pôde-se verificar que houve impactos diferenciados na formação do tecido urbano.

Esse processo de desenvolvimento do tecido urbano foi se delineando a partir da década de vinte mais intensamente, fazendo com que as décadas de trinta e quarenta fossem decisivas na consolidação da cidade moderna. Houve diferenciação de dois setores em Santo Ângelo: um velho e ultrapassado, outro novo e moderno, sendo àquele conectado à memória dos destroços jesuíticos de um passado missioneiro, este vinculado ao futuro.

⁷Sabe-se que existiu o cinema Apollo, e casas não especializadas que passavam filmes sem áudio. Contudo, considerou-se primeiro cinema uma arquitetura que efetivamente representasse esta necessidade social de diversão e cultura, diferenciadamente.

Nesse sentido, na construção da urbe foram determinantes o tecido urbano e a sociedade que ali se assentou, com os aspectos conectados à história do lugar, na qual a memória mais enraizada ou mais depreendida ao sítio se fez presente.

É com um olhar contestador, que se a antiga redução estava para os jesuítas – e atualmente sabe-se tal valor. Em igual importância a expansão e a configuração da cidade de Santo Ângelo da *Era Vargas* está para seus habitantes pós-Segunda Grande Guerra. Com suas respectivas particularidades e objetivos contemporâneos: economia, política e sociedade. Como nas suas representações na cidade através de diferentes padrões arquitetônicos, com novas necessidades e com novas possibilidades de uma outra época. Não mais de conjuntos indígenas alpendrados, porém com o tempo das marquises e recuos ajardinados que transformaram o passeio do transeunte em um novo cotidiano urbano.

O reflexo desse fenômeno (modernidade), comum em âmbito nacional mas específico enquanto época, lugar (território), obra (quantidade construída), e protagonistas, revela-se em Santo Ângelo de maneira mais particular, excepcionalmente, no modo como a modernidade se instaurou na localidade. Portanto, esta característica possibilitou ser estudada como uma ação extraordinária na transformação da forma da cidade e passível de ser recortada enquanto objeto (arquitetura da cidade) e agentes, em especial, enquanto determinação de uma nova realidade para a cidade a partir da produção de apenas uma firma construtora e da atuação de seus principais profissionais: o Engenheiro Civil José Carlos Medaglia e o Arquiteto Siegfried Bertholdo Costa.

Essa dissertação trata sobre a arquitetura enquanto desígnio da modernidade, e seus agentes, abordando as relações daquela com a produção da cidade de Santo Ângelo bem como as modificações das suas paisagens no período de 1930 a 1945.

O processo de desenvolvimento urbano neste período, suas variações e suas características histórico-morfológicas possibilitam melhor compreender como a vila da década de vinte, tornou-se a *Capital das Missões*⁸ no imediato pós-Segunda Grande Guerra.

⁸ Sabe-se que durante o período jesuítico a redução de Santo Ângelo Custódio era uma das maiores dos Sete Povos das Missões. Em um determinado período, ficou atrás apenas da redução de São Miguel. Segundo Nagel (1994), não existiu de fato uma “capital das missões” e esta denominação surgiu para divulgar o patrimônio histórico de São Miguel na época. Alguns autores (Furlog e Brabo)

Em vista disso, os objetivos da dissertação são, demonstrar como a arquitetura feita no espaço urbano de Santo Ângelo no período de 1930 até 1945 desempenhou um papel decisivo na configuração da cidade na modernidade; analisar a relevância das edificações na expansão e consolidação do tecido urbano santo-angelense, verificando a possível influência urbana das mesmas na definição de uma hierarquia de espaços urbanos, através da distinta ocupação das principais vias e quadras, por edificações que partilhavam com o *espírito da época*; e delimitar o contexto político e social, bem como revelar a contribuição de agentes políticos e sociais, em especial do poder público e dos profissionais da firma construtora no desenvolvimento de uma cidade.

Portanto, parte-se da premissa que a implantação da modernidade na cidade pode ser verificada a partir da sua forma urbana, da qual a arquitetura faz parte, com diferentes graus e maneiras de consolidação do tecido urbano, passíveis de serem observadas de acordo com a importância das especificidades locais e das complexidades da contemporaneidade da qual a sociedade faz parte.

Nesse sentido, essas ocorrências da modernidade na produção da cidade de Santo Ângelo ainda não estudadas, e comumente perceptíveis nos grandes centros, podem começar a ser apreendidas enquanto pesquisa científica.

Em relação à metodologia, esta dissertação contou com as seguintes modalidades de análise e coleta de dados:

O presente trabalho originou-se da análise de diversos documentos. Entre os quais, o acervo de projetos da antiga firma Santo Angelense Ltda, que foi capaz de fornecer informações a respeito do desenvolvimento urbano de Santo Ângelo e que constituíram o chamado nesta dissertação de *bairro residencial e centro*.

“referem-se à Candelária como capital das Missões, certamente pelo fato de ser a sede onde residia o Superior das Missões e o local onde sempre teve um número maior de sacerdotes e irmãos coadjutores”. NAGEL, Liane M. A História de San Angel Custódio: redução de fronteira – No contexto dos trinta Povos Guarani – Jesuíticos da Região Platina, 1994, p.285. Quando por Santo Ângelo esteve o arquiteto Lúcio Costa em fins de 1937 a Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, (SPHAN) dentre suas medidas adotadas, uma foi a de reunir em um único local todas as peças jesuíticas, também denominando São Miguel como Capital dos Sete Povos. Ver: PIPPI, Gládis. História Cultural das Missões: Memória e Patrimônio. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005, p.63, corroborando para o uso de tal denominação fosse utilizada por Santo Ângelo, (uma vez que São Miguel e seus remanescentes pertenciam ao Município de Santo Ângelo na época), fazendo com que este território ficasse vinculado definitivamente com a idéia de uma capital missioneira. No entanto, a representatividade de *capital* e seu desenvolvimento enquanto pólo regional deve-se, principalmente, ao intenso desenvolvimento urbano ocorrido em Santo Ângelo coligado ao grande salto econômico, ocorrido entre 1920 e 1950.

Este trabalho foi complementado através de levantamento fotográfico, pelas buscas *in loco* das obras ainda existentes, pela confirmação de outras já demolidas ou muito modificadas. Após mapeá-las no tecido urbano, instaurando-se, assim, um ponto de partida para a compreensão do desenvolvimento da cidade, sua forma e as mudanças no período.

No que diz respeito à produção dessa empresa da construção em Santo Ângelo entre o período de sua fundação, em 1932, até 1945, levantou-se uma boa amostragem, ou seja, quase 90% do que foi feito nessa cidade por aquela construtora no período. Encontrou-se projetos de reformas, ampliações, infraestrutura urbana e principalmente projetos de novas edificações de diversos programas e escalas.

De um total de 310 obras, foram encontradas 272 (87,74%), dentre essas, 213 (78,30%) eram obras de edificações novas e, o restante, 59 obras (21,70%), foram ampliações e reformas sanitárias ou *modernizações* de fachada. (Fig. 03)

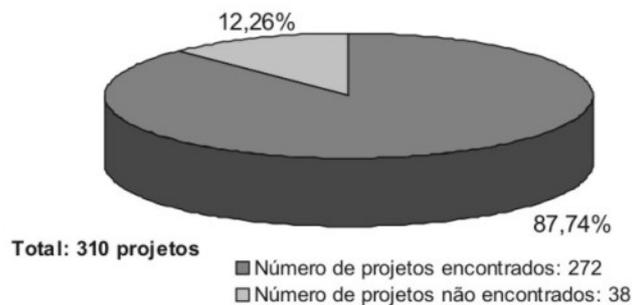


Figura 03 – Quanto a abrangência da pesquisa

Determinou-se a relação entre a arquitetura e a cidade como critério para o estudo da forma urbana, ou seja, o posicionamento da edificação com relação ao lote e o espaço público. Verificou-se uma tendência de ocupação do tecido urbano pelas semelhanças e pelas diferenças dos conjuntos urbanos resultantes.

Partiu-se, então, para a escolha de uma área de estudo e de setores dentro dessa estrutura urbana visualizada, que pudessem contribuir para uma análise mais aprofundada da produção do espaço urbano. Assim, estabeleceu-se um recorte na determinação de formas urbanas que pudessem facilitar a análise da estrutura evidenciada, bem como da configuração da paisagem construída. Além dos setores

urbanos identificados, elegeu-se arquiteturas passíveis de demonstrar as características urbanas requeridas, tanto na forma quanto no significado na construção da cidade.

Para uma visão mais completa do desenvolvimento de Santo Ângelo foram buscados dados para a compreensão da formação da cidade anterior ao recorte do estudo e que pudessem contribuir para a presente dissertação: **1.** No Arquivo Histórico Municipal Augusto César Pereira dos Santos de Santo Ângelo, verificou-se a existência de relatórios das intendências, das Prefeituras, mapas e planos da localidade de 1898, 1924 e 1940⁹, livros de registros das construções. **2.** No arquivo da Paróquia da Catedral Angelopolitana de Santo Ângelo em seus Livros Tombo, números 01 e 02. **3.** No Arquivo Público Municipal de Porto Alegre, e na Unidade Estadual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foram encontrados documentos **4.** No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul buscou-se documentos que pudessem complementar informações referentes à Igreja construída no século XIX: Nesse sentido destacam-se, CARTA de Domingos Francisco dos Santos ao Presidente da Província, em 1873; e informações obtidas nos livros de Obras Públicas e Comissões da Igreja de Santo Ângelo. Números 94 (1861 a 1877) e 95 (1864 a 1891). **5.** No laboratório de Teoria e História da Faculdade de Arquitetura do Centro Universitário Ritter dos Reis, a consulta foi feita no acervo de projetos e fotografias, para a verificação da existência de obras feitas pela Seção de Obras do Estado ou por firmas da Capital durante o período em estudo em Santo Ângelo.

A revisão bibliográfica incluiu publicações que fazem referência direta aos fenômenos ocorridos em Santo Ângelo e, a sua construção durante a primeira metade do século XX.

Alguns projetos de edificações feitos na cidade de Santo Ângelo, não encontrados, puderam ser confirmados, através do *Livro de Registro de Construções, de 1933 até 1943*, paralelamente às informações conseguidas junto ao Ofício do Registro de Imóveis do Município de Santo Ângelo.

A produção do texto foi sendo feita na medida em que se cruzavam as informações resultantes da análise da documentação encontrada, dos mapas de

⁹Do período em estudo, não puderam ser encontrados os Relatórios da Prefeitura referentes aos períodos: de 1937 até 1942 e 1944 e 1945.

1898, 1924 e 1940 e da vinculação destes aos marcos teóricos do estudo, à história de Santo Ângelo e os reflexos na sua forma urbana.

Para complementar os relatos encontrados nas referidas pesquisas sobre Santo Ângelo, decidiu-se recorrer à memória oral de algumas pessoas que pudessem contribuir para com uma melhor percepção de Santo Ângelo de meados do século XX. Como o depoimento de um dos fotógrafos da época que decidiu suprir uma demanda na cidade de Santo Ângelo de meados do século XX. É nesse momento que se consolida a necessidade de se ter imagens da cidade, esse aspecto percebido no período anterior, mais no registro de fotografias de eventos familiares, casamento, aniversários, entre outros. Assim, sobre o criterioso ângulo das lentes de sua máquina, Bruno Schmidt¹⁰ resolveu fotografar as paisagens construídas das principais ruas da cidade, a fim de poder aumentar seus rendimentos, objetivando servir de lembrança, diminuir a saudade para os que nela passaram ou estiveram, mas, sobretudo divulgar a sua nova configuração e o progresso que a mesma vivenciava, portanto capaz de atualizar, vender e promover a nova realidade urbana de Santo Ângelo.

Para efeito de organização, o trabalho está dividido da seguinte forma:

No primeiro e segundo capítulos, aborda-se através das referências utilizadas a relevância de Santo Ângelo em um contexto comum mais amplo. Este pode ser caracterizado pelo papel das Missões na definição das fronteiras do território estadual; e a partir de um evento nacional, a oficialização da arquitetura da cidade pela Exposição do Centenário Farroupilha de 1935. Demonstra-se o intenso contingente imigrantista ocorrido na região, a formação de uma sociedade urbana estabilizada e o principal meio viabilizador neste processo de desenvolvimento urbano na transformação do *ser cidade*.

No terceiro capítulo aborda-se os principais elementos estruturadores da forma urbana de Santo Ângelo como os destroços jesuíticos e a linha férrea. Analisa-se a relação destes com a forma urbana proveniente da intensa ocupação durante a *Era Vargas*. Verifica-se o papel da arquitetura no desenvolvimento da

¹⁰Bertholdo Bruno Benno Schmidt, fotógrafo, criou “foto Bruno”. Nascido em Porto União, Santa Catarina, em 15 de maio de 1920. Filho de Albino Schmidt e Verônica Schmidt. Iniciou seus trabalhos como aprendiz da fotografia com aproximadamente 18 anos, enquanto empregado de um fotógrafo mais experiente, Miguel Novakowski, em União da Vitória, Paraná. Bruno chegou a Santo Ângelo em maio de 1948, conforme entrevista ao autor na sua residência, em Ijuí-RS a 2 de Agosto de 2007. Vale salientar que esta temática de fotografar as paisagens construídas também foi feita por Colombo. Boa parte das fotografias que fazem parte deste trabalho é de autoria dos mesmos.

forma urbana de Santo Ângelo a partir de algumas de suas principais características na formação de uma nova paisagem construída.

O quarto e último capítulo demonstra a partir da escala da arquitetura a importância destas na construção da localidade e sua representatividade enquanto ponto de partida na adoção do inovador na instauração dos novos paradigmas para a construção da cidade pós-1930, além de também apresentar a relevância do sítio físico na instituição e constituição dos novos significados urbanos.

1. A MODERNIDADE EM SANTO ÂNGELO: ENTRE OS FATOS OFICIAIS E ESPONTÂNEOS (Referencial teórico)

A busca por aprofundar a compreensão sobre a cidade de Santo Ângelo, em especial do processo ocorrido no período de 1930 a 1945, envolve recorrer a referências, nas escalas supra-urbanas e intra-urbanas, tendo como base de reflexão a história e o território em que o município de Santo Ângelo está inserido, conforme autores que enfatizam as variáveis da configuração das diferentes escalas e em suas diferentes durações.

Nesse sentido, pode-se observar que a construção da cidade ocorre pelos *atos* (Rossi, 2002), por seu *significado* (Aymonino, 1984), sendo que ambos estão diretamente relacionados com a sua formação *oficial* e *espontânea* de se conformar em uma época de intenso desenvolvimento urbano, em um contexto centralizado e nacionalista de poder.

Conforme Aymonino (1984), em *O significado das cidades* (1984), os parâmetros que condicionam o valor da cidade são o temporal (a cidade em relação a sua própria história) e o dimensional (a cidade em relação à sua própria extensão).¹¹ O autor ainda comenta que a estrutura física que possibilita identificar a característica urbana do significado de *ser cidade* é composta: por *meios de existência* e por *meios de representação*. Em meio a essas duas variáveis, está um condicionante, *a passagem da necessidade à possibilidade* de alcance deste objetivo urbano em um processo de desenvolvimento. Percebe-se que os meios de existência são incentivos provenientes “de cima” em desenvolver determinada localidade importante politicamente, pois ‘as cidades são postos de comando’¹².

Assim, conforme Panerai *et alli* (1986), “no podemos ignorar u ocultar que la arquitectura y la forma urbana dependen de la sociedad que las produce [...]”¹³.

No âmbito nacional, destaca-se o livro *Cidade Brasileira*, de Murillo Marx (1980), o qual relata o fenômeno urbano enquanto impressionante processo de urbanização do Brasil, e apresenta o desequilíbrio frente às criações de aglomerações urbanas ao longo da costa litorânea do território brasileiro a partir da

¹¹AYMONINO, Carlo. Op.Cit., p.15.

¹²Segundo Le Corbusier. Ver: AYMONINO, Carlo.Op.Cit., p.10.

¹³PANERAI, Philippe R. CASTEX, Jean. DEPAULE, Jean-Charles. Formas Urbanas: de la manzana al bloque. Barcelona:Editorial Gustavo Gili, S.A.,1986, p.14.

criação de uma rede urbana inicial durante os séculos XVII e XVIII. Destaca, ainda, que essas regiões tornaram-se as principais capitais na atualidade. O autor aponta também que a rede de urbanização foi se expandindo para a parte vazia interna do território brasileiro e expõe que, conforme a autoria e o propósito existem situações de excepcionalidade na recorrência de formação da cidade no Brasil. Como o caso dos jesuítas e os Sete Povos das Missões, que na atualidade são monumentos grandiosos como São Miguel das Missões ou cidades gaúchas como São Borja e Santo Ângelo, podem ser consideradas exceções na maneira de formarem-se, na qual a regularidade a partir de traçados pré-concebidos denota um padrão de ocupação bem definido.

Os esforços oficiais no Brasil instauraram pólos dinâmicos na rede urbana; segundo Marx:

[...] muitos núcleos urbanos testemunham um esforço lento e diversificado de interiorização ou, quando menos de ocupação. Ora foram resultado de ações conscientes oficiais, no sentido de alargar nossas fronteiras ou de as garantir. Ora foram expressão de alguma atividade econômica importante para o atendimento de outras regiões. A vastidão do território, as suas variadas condições geográficas e as distintas necessidades históricas regionais conferiam muitas características diferentes às cidades que vieram a surgir no imenso interior.¹⁴

No âmbito estadual gaúcho, têm-se dois estudos que proporcionaram uma contextualização da ocupação do território do Rio Grande do Sul, e mais especificamente de Santo Ângelo, nos aspectos econômicos e políticos, de formação da sociedade e do espaço urbano pré-República Nova. Tem-se como referência o livro de Jean Roche, *A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul* (1969), cujo estudo direcionado às colônias alemãs oficiais, embora não trate diretamente da zona urbana de Santo Ângelo, aborda as colônias oficiais que na época pertenciam ao município de Santo Ângelo.

O estudo de Vera Lúcia Maciel Barroso, *Povoamento e Urbanização do Rio Grande do Sul: a fronteira como trajetória*. (1992), revela dados sobre a ocupação do território do Rio Grande do Sul e a importância das Missões nesse processo. Esse estudo demonstra a formação do território político-administrativo e o controle da divisão territorial no Rio Grande do Sul na definição de seus limites.

¹⁴ MARX, Murillo. Cidade Brasileira. São Paulo: Ed. USP, 1980, p 16.

Ambos os autores acima referidos analisam questões presentes nesta dissertação como a imigração e a implantação da linha férrea na região de Santo Ângelo durante as primeiras décadas do século XX. Esses estudos possibilitaram perceber o processo de formação da região de Santo Ângelo e observar alguns condicionantes externos na constituição da urbe e suas conseqüências enquanto materialização da arquitetura da cidade.

Quanto à forma urbana, tem-se o estudo de Gilberto Sarkis Yunes, *Cidades Reticuladas: a persistência do modelo na formação da rede urbana do Rio Grande do Sul* (1995). Através da análise das origens do traçado comuns às cidades gaúchas, o referido autor aborda a adoção do traçado reticular em Santo Ângelo, inicialmente calcado no modelo espanhol dos jesuítas que caracteriza a ordenação da redução de Santo Ângelo Custódio a partir de 1707 e, posteriormente, na determinação dos limites entre as coroas ibéricas em fins do século XVIII, a partir do Tratado de Santo Ildefonso de 1777, em um período de re-ocupação portuguesa¹⁵. Yunes analisa a forma do tecido urbano de Santo Ângelo e o papel das preexistências jesuítico-guaranis na ocupação da localidade em fins do século XIX. Além disso, evidencia os Intendentes e os técnicos como agentes da implementação do espaço urbano, destacando, o surgimento inicial de Escritórios de Engenharia e do engenheiro como empresário, incumbido da concepção técnica dos planos urbanos.

Importante referência para esta dissertação é o livro de Günter Weimer, *Arquitetura erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul* (2004), o qual foi o pioneiro no que diz respeito aos agentes da arquitetura gaúcha, às obras, às origens e ao desenvolvimento da mesma no Estado. Em uma análise mais ampla, esse autor apresenta a modernização do Estado, iniciada especialmente com a República. Com o estabelecimento de um governo ditatorial e de uma política ligada à filosofia positivista, instaurou-se um sistema de ensino pioneiro no Brasil¹⁶ que impulsionou as localidades Sul-rio-grandenses através de um corpo técnico especializado e

¹⁵ Segundo Yunes duas orientações, em distintos momentos, foram responsáveis pela adoção do traçado reticular usado em Santo Ângelo: uma de Espanha, que provém das “Ordenanzas de Descubrimiento y Población”, de 1573, que formaram as “Leyes de Los Reynos de Las Indias” em 1680. Outra de Portugal, oriunda da Provisão Real de 1747. Ver YUNES, Gilberto. Op. Cit., p. 39.

¹⁶ A precocidade do Rio Grande do Sul no investimento em um sistema educacional básico e superior é salientado por Weimer, ao contrário do que ocorreu no país na virada do século XIX para o XX. O autor destaca também o papel de diversos institutos nos quais o estudo era “sintonizado com as necessidades sociais”. Ver: WEIMER, Günter. A arquitetura do positivismo gaúcho. 1985. s/p.

diretamente vinculado às intendências municipais. Dentre estas, a de Santo Ângelo, pois alguns fatos comuns à República Velha se faziam presentes no contexto santo-angelense pós-1930, como a relação entre as administrações das vilas e os profissionais formados nos institutos de ensino superior de Porto Alegre.

Ao delinear um panorama da arquitetura gaúcha, relacionando-a aos aspectos da sociedade, cultura e política da época, o referido autor explicita a grande influência dos arquitetos estrangeiros, principalmente de origem germânica¹⁷ na produção edificatória do Rio Grande do Sul desde o Império até o fim da Segunda Grande Guerra¹⁸. Em relação ao balizamento teórico da arquitetura moderna do Rio Grande do Sul anterior ao fim da Segunda Grande Guerra, tem-se como referência o livro de mesmo autor, *Arquitetura Modernista em Porto Alegre: 1930-1945* (1998). Neste livro, é destacada a virada da década de vinte para trinta e principalmente o início desta pela importância de obras precursoras das mudanças de paradigmas na arquitetura em Porto Alegre. Pode-se identificar através dessa referência à modernidade nas edificações da Capital do Rio Grande do Sul, dentro de um panorama comparável ao executado em Santo Ângelo a partir de 1930.

A Exposição Comemorativa do Centenário Farroupilha de 1935, tema estudado direta ou indiretamente por diversos autores¹⁹ representou um momento marcante da atuação do Estado na busca de uma transformação mais ampla, na promoção de um governo de cunho centralizador e progressista através da

¹⁷Segundo Weimer “quando o processo imigrantista foi desencadeado, o país Alemanha não se havia formado. Portanto não havia cidadãos com essa cidadania. O termo “alemão”, no entanto, já era corrente e por ele era entendido todo o indivíduo portador de cultura germânica. [...] Devido a problemas de dominação territorial, embora fossem de origem étnica diversa, entraram no país com passaportes de países germânicos, como também aconteceu com muitos poloneses. Alguns dos países de origens desses imigrantes nunca viriam a se integrar na Alemanha como os holandeses, os nórdicos ou os suíços. [...] Essa situação era oficialmente reconhecida pelo Brasil onde todos eram qualificados como sendo ‘alemães’”. WEIMER, Günter. *Arquitetura erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004. Ver: WEIMER, Günter (Org.) *arquitetura: história, teoria e cultura*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000, p. 81.

¹⁸Outras importantes referências, que originalmente compunham a tese de Weimer, as quais foram posteriormente publicadas, são: WEIMER, Günter. *Vida Cultural e Arquitetura na República Velha Rio-Grandense 1889-1945*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003; *Arquitetura erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul*, 2004 e WEIMER, Günter. *Arquitetos e Construtores no Rio Grande do Sul, 1892-1945*. Santa Maria: Editora UFSM, 2004.

¹⁹Dentre estes estudos, pode-se destacar: o de EQUINAZI, Davit. *Arquitetura e Tipologia na Exposição Comemorativa do Centenário Farroupilha, 1935*, (1995); CANEZ, Anna Paula. *Fernando Corona e os caminhos da arquitetura moderna em Porto Alegre*. (1997); MACHADO, Nara Helena Naumann. *A exposição do Centenário Farroupilha: ideologia e arquitetura*. (1990); MACHADO, Nara Helena Naumann. *Modernidade, Arquitetura e Urbanismo: O Centro de Porto Alegre, 1928-1945*. (1998); CALLEGARO, Adriana. *Uma outra modernidade em Porto Alegre: Um estudo sobre a evolução de Padrões Tipológicos a partir da Arquitetura da Exposição Farroupilha*. (2002) e LUZ, Maturino. *Ide todos a José - A arquitetura de Josef Franz Seraph Lutzenberger, 1920-1951*. (2004).

disseminação de uma nova arquitetura disposta nos campos da Redenção. Esse evento determinou uma nova maneira de se fazer arquitetura da cidade, evidenciando o papel das organizações privadas no desenvolvimento de localidades mais urbanas, em cidades.

Acredita-se que a Exposição de 1935 foi produto de um contexto comum mais amplo e ponto de inflexão das transformações na maneira de se lidar com as questões da arquitetura da cidade, em cuja realidade, Santo Ângelo também estava inserida. Nessa época de nacionalismo vigente, buscou-se uma data importante para que os gaúchos associassem aquele acontecimento histórico a um evento incrível. Se na Capital do Rio Grande do Sul esse evento ficou vinculado à comemoração do centenário da Revolução Farroupilha, no caso de Santo Ângelo foi a valorização de um passado, o *missioneiro*. Ultrapassou, também, as questões formais e consolidou outra maneira de implementação da construção da localidade no projeto de cidade peculiar a uma época de *revivalismos*²⁰ em vistas da construção da nação do futuro, mais nacional. Nesse período da chamada *Era Vargas*, percebe-se, a partir do golpe do Estado Novo, a adoção de diferente planejamento para a formação da cidade de Santo Ângelo: a hierarquização urbana.

Em *A Permanência do Transitório* (2000), José Artur D' Aló Frota analisa a importância na escala nacional da "Exposição de 1935", e aborda sua influência na produção arquitetônica subsequente no interior do Rio Grande do Sul. Frota estabelece esse evento enquanto *fato arquitetônico*, passível de ser recortado por ser identificável a um tempo, lugar e portanto historicamente importante. Ao estabelecer duas leituras para o mesmo, destaca os objetivos econômicos do Rio Grande do Sul, quanto a Exposição:

[...]a primeira uma homenagem aos valores subjacentes ao fato histórico – os 100 anos do levantamento armado dos 'farrapos', que protestavam contra as arbitrariedades do poder central; a segunda leitura sinalizava o esforço da sociedade agrícola e industrial gaúcha no sentido de buscar um

²⁰Busca de parâmetros arquitetônicos do passado em uma nova arquitetura. A história da arquitetura é uma sucessão de revivalismos, contudo pode-se destacar o período de 1750 até fins do século XIX, que "coincide con la consolidación del poder burgués, el desarrollo de la civilización industrial, la unión de la cultura romántica con los ideales nacionales y de independencia, los problemas de la producción masificada y la constatación de un nuevo tipo de arquitecto: el profesional". Ver: PATETTA, Luciano. Los revivals en arquitectura. In: ARGAN, Giulio Carlo. El revival em las artes plásticas, la arquitectura, el cine y el teatro. Barcelona: Gustavo Gilli, Colección Comunicación Visual, 1977, p.129.

modelo de modernização que atuasse como impulsor das especificidades da produção local.²¹

O referido autor também identifica três níveis de representação presentes nas arquiteturas daquele evento: “[...] A Plástica, a Política e a Comercial”²². A capacidade do transitório que permanece nas estruturas dos pavilhões, cujas formas tornaram-se um novo meio de apresentação, tinham a função de ao mesmo tempo de expor e de expor-se. Portanto, a arquitetura adquiriu um caráter de comunicação, cujo aspecto também é percebido em Santo Ângelo.

Como referencial específico de Santo Ângelo, adotou-se o de Beatriz Mânica da Cruz, *Santo Ângelo: Um Município em Construção – Das Missões até 1930* (1986), no qual a autora aborda a formação da cidade a partir dos aspectos da história, da sociedade e da política pré-República Nova. Esse estudo fornece informações quanto ao início da aglomeração urbana em um momento de consolidação de uma zona urbana. Expõe as relações de poder entre os diferentes membros que compõem uma sociedade e suas diversidades culturais e étnicas.

O estudo de Liane M. Nagel, *A História de San Angel Custódio: Redução de Fronteira – No contexto dos trinta Povos Guarani – Jesuíticos da Região Platina* (1994), aprofunda o estudo da redução de Santo Ângelo. Para a presente dissertação, utilizou-se especialmente o capítulo *Das pedras da redução ao moderno município de Santo Ângelo*.

Ambas autoras citadas trazem importantes dados com relação à sociedade de Santo Ângelo, que viveram a consolidação em cidade na época.

Para uma compreensão mais completa, utilizaram-se também os livros de Arlindo Lied, *Minhas Reminiscências de Santo Ângelo* (1973) e de José Olavo Machado, *História de Santo Ângelo (das Missões até os nossos dias)* (1981). Pode-se observar a maneira que a sociedade percebia Santo Ângelo em meados do século XX, pois ambos referem-se à cidade de Santo Ângelo como constituída por partes diversas, denominando-as *Brasil* e *Alemanha*. Estes autores viveram no

²¹FROTA, José Artur D’Aló. A Permanência do Transitório. In: Arqtexto: Revista do Departamento de Arquitetura e do PROPAR. UFRGS. V. 1, n. zero, 2000. p. 13-21. Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura, UFRGS, 2000, p. 15.

²²FROTA, José Artur D’Aló. op. cit., p. 16.

período em estudo e, por isso, seus escritos permitem traçar relações com a configuração urbana ocorrida em Santo Ângelo em meados do século XX²³.

Sobre a possível divisão da sociedade de Santo Ângelo²⁴ à época, Nagel (1994) apresenta depoimentos importantes como:

O que ficava ao sul da 14 de julho era o Brasil, e o que ficava ao norte era a Alemanha. Nas minhas fontes históricas, eu tenho um jornal onde um cidadão anunciava que morava no Brasil, mas que estava comprando uma casa na Alemanha e pedia que os cidadãos o visitassem também na Alemanha, que era o lado de cá [...]²⁵

Para se aprofundar no estudo da forma urbana, partiu-se de Carlo Aymonino, *O significado das cidades* (1984) e de Aldo Rossi em *A arquitetura da cidade* (2001). Aldo Rossi mostra como a construção da cidade ocorre por inúmeras ocorrências correlacionadas entre si nos mais diversos níveis de influências e áreas da atividade humana da sociedade. Nesse sentido, a arquitetura da cidade é produto da coletividade e representação de uma realidade mais complexa. O autor, ainda, ressalta a história da estrutura urbana originária do lugar, condicionada no processo de construção da própria cidade, e fundamentalmente pelo que ele chama de *fatós urbanos*. Estes, correlacionados à economia, à política e à cultura, configuram a cidade distintamente em diferentes contextos, sendo que os *fatós urbanos* são identificáveis por um padrão arquitetônico contemporâneo, que detém um significado particular, são associáveis ao *espírito do tempo*²⁶.

²³Este dado acima referido foi comentado por pessoas que viveram na época e publicaram suas percepções sobre Santo Ângelo. Trata-se de Arlindo Lied, nascido em Santo Ângelo em 12 de Novembro de 1886; e de José Olavo Machado, advogado e jornalista, nascido em São Gabriel a 29 de Julho de 1897.

²⁴Não se quer aqui ressaltar as diferenças e uma possível segregação entre as etnias que compunham a sociedade de Santo Ângelo na época, apenas trazer à tona a consolidação urbana de Santo Ângelo em seus aspectos morfológicos. Conforme pode ser observado, durante as primeiras ocupações em fins do século XIX em Santo Ângelo, o caráter de diferenciação social foi originária anteriormente ao presente estudo (CRUZ, p. 172. 1986) e, certamente, se houve diferenças, estas eram expostas radical e oportunamente em períodos, cujos contextos de instabilidade eram diretamente influenciados pelo posicionamento oficial do Brasil frente aos conflitos bélicos. Tem de se destacar que em uma localidade do tamanho de Santo Ângelo em meados do século XX era comum o casamento entre as famílias de etnias diferentes. Por outro lado, há relatos a serem mais bem estudados, de que se ouviam gritos e pedidos de socorro, estes provenientes da delegacia local em início da década de quarenta. São aspectos que merecem uma pesquisa específica e que não fazem parte da presente dissertação.

²⁵De acordo com depoimento do Sr. Guido Emmel em 1990, em entrevista. Ver: NAGEL, Liane M. A História de San Angel Custódio: Redução de Fronteira – No contexto dos trinta Povos Guarani – Jesuítas da Região Platina. Dissertação de Mestrado em História Ibero-Americana. PUCRS. 1994, p. 260.

²⁶ROSSI, Aldo. *Arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Além disso, Rossi diz que os *feitos urbanos* podem ser diferenciados em: *elementos primários e monumentos*. **1. Elementos primários:** “são elementos capazes de acelerar o processo de urbanização”²⁷ e tem sua relevância associada ao desenvolvimento da forma da cidade. **2. Os monumentos:** diferentemente dos elementos primários, têm maior capacidade de permanência através dos tempos, possuem um valor de abrangência cuja dimensão ultrapassa a escala física, pois adquirem significado próprio.

Esses conceitos serviram de referência para compreender objetivamente o grau de importância e a contextualização dos *feitos urbanos* relevantes no desenvolvimento da cidade de Santo Ângelo no decorrer da sua história, revelados na sua forma urbana distintamente.

No que se refere à morfologia urbana diferenciadas em *zonas étnicas*, Rossi aponta como sendo todas aquelas áreas urbanas definidas por características homogêneas tanto físicas, quanto sociais, e assim define em:

[...] áreas que apresentam uma constância dos modos e dos tipos de vida que se concretiza em edifícios semelhantes. Neste sentido, a homogeneidade dos bairros, das *siedlungen*, etc [...] que analisa as atividades dos grupos sociais enquanto se manifestam duradouramente através de determinadas características territoriais²⁸.

Para complementar os conceitos acima referidos quanto à arquitetura e sua relação com a cidade, tem-se como referência o estudo de Alfonso Corona Martínez, *Ensaio sobre o projeto* (2000). Neste, o autor demonstra a maneira de se abordar a configuração de um conjunto urbano semelhante ou distinto entre si. Segundo o autor, a relação entre arquitetura e cidade ocorre através da ocupação diferenciada por arquiteturas diferentemente projetadas²⁹.

Nesse sentido:

[...] para que os edifícios pertençam a tipos é que não apenas têm utilidades parecidas, por *famílias de uso* – as casas se parecem a outras casas e as igrejas a outras igrejas –, como também pertencem a cidades, nas quais as localizações de edifícios de cada tipo serão similares, ocuparão lotes parecidos, posições análogas em quarteirões edificadas.³⁰

²⁷ROSSI, Aldo. Op. Cit, p.116.

²⁸ROSSI, Aldo. Op. Cit, p.67.

²⁹Segundo Martinez, arquiteturas projetadas a partir de uma *composição aditiva* e *composição subtrativa* conforme as dimensões do lote, maiores para àquelas e mais restritivos para estas. Ver: MARTÍNEZ, Alfonso Corona. Ensaio sobre o projeto. Brasília: Editada da Universidade de Brasília, 2000, p.106

³⁰MARTÍNEZ, Alfonso Corona. Op. Cit. p. 106

No livro de Philippe Panerai *et al* em *Elementos de Analisis Urbano* (1983), pode-se perceber a maneira de se analisar a forma urbana a partir de variáveis como os modos de *crecimiento* e as arquiteturas enquanto elementos unitários constituintes dos conjuntos urbanos, segundo a relação *associativa* existente entre as edificações. Segundo este autor, “[...] *la tipología de los edificios, o mejor, del marco construído, el conjunto de los tipos que, em uma ciudad o em um barrio determinado, permiten caracterizar el tejido construído; forma urbana, la forma urbana*”³¹

O texto do periódico *L’architecture d’aujourd’hui*, n°. 153 de Jean Cartex e Jean Philippe Panerai, *Notas sobre a estrutura do espaço urbano* (1971), possibilitou analisar o espaço urbano através de algumas variáveis como as relações entre as arquiteturas e o espaço público; suas articulações através dos elementos constituintes da cidade, como as praças, as ruas e as edificações. Esta referência forneceu critérios de estudo da forma urbana, como crescimento, análise das vias e a hierarquização dos conjuntos urbanos a partir das relações de *associação* entre os elementos urbanos, estes verificáveis no desenvolvimento urbano de Santo Ângelo entre 1930 a 1945.

³¹PANERAI, Philippe. et al. *Elementos de Analisis urbano*. Madri: Instituto de Estudios de Administración Local, 1983, p. 132.

1.1. Modernidade ou modernização?

Segundo Giulio Carlo Argan, o caráter técnico dos profissionais está diretamente ligado ao político e:

[...] não apenas se admite que a qualificação técnica é, por si mesma, título para o exercício de uma função diretiva e portanto política, mas se reconhece explicitamente que a técnica, sendo desenvolvimento e progresso, não poderá não conduzir a transformações profundas na estrutura da sociedade e do Estado.³²

O gradual uso do pensamento científico, enquanto facilitador da vida e estabelecimento definitivo da razão como meio de progresso e solução aos problemas humanos, influenciou as artes e a arquitetura. Além da influência do iluminismo na arquitetura e do amplo debate teórico do século XVIII, De Fusco³³ salienta o papel de importantes fenômenos para o desenvolvimento da arquitetura e urbanismo modernos: o liberalismo, o positivismo, o socialismo utópico, o marxismo, a industrialização e a revolução tecnológica.

A modernidade não teve uma linha única e instantânea, foi sendo desenvolvida ao longo de décadas, representada de diferentes formas em diversos países de maneira própria aos lugares em que surgiam de acordo com o respectivo contexto. Esses aspectos da arquitetura e do urbanismo ocorreram concomitantemente ao desenvolvimento tecnológico, industrial e cultural dos respectivos locais, bem como a partir da capacidade destes, em assimilar as tendências arquitetônicas e influências externas em um mundo cada vez mais internacionalizado. Para a presente dissertação entende-se modernidade como o mesmo que contemporaneidade.

No contexto brasileiro, a modernidade e a modernização é por Pesavento exposta:

[...] o conceito de modernidade ultrapassa de muito aquele de modernização, entendida como o conjunto das transformações econômico-sociais que acompanham o desenvolvimento do capitalismo. A modernidade [...] seria a sensação de ver-se um mundo em mudança, arrebatado por um turbilhão de transformações. Experiência histórica individual e coletiva, a modernidade se caracterizaria pela atitude de celebração e combate, de atração e repúdio face à perda de um universo de valores e certezas, ante a inquietude e a sedução do novo.

³² ARGAN, Giulio Carlo. Arquitetura e ideologia. In: Projeto e destino. São Paulo: Ática, 2001. p. 74.

³³ DE FUSCO, Renato. História de la arquitectura contemporânea. Madrid: Hermann Blume, 1981, p. 14.

O binômio modernização-modernidade é eminentemente urbano, tendo na cidade o seu espaço preferencial de realização.³⁴

A arquitetura no contexto de meados do século XX é reconhecida por obras já muito estudadas, importantes e consagradas em preceitos dogmáticos promovidos a partir de um único arquiteto³⁵. Nas principais cidades e grandes centros brasileiros existem estudos que apresentam uma modernidade mais ampla do que a referenciada por Yves Bruand³⁶. Nesse sentido, a lacuna existente na história da arquitetura brasileira do barroco às arquiteturas revolucionárias de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, bem como a modernidade na *arquitetura da cidade*, começa a ser preenchida.

Não foi apenas nos grandes centros que a modernidade esteve presente nem esta se apresentou apenas em arquiteturas, manifestou-se nas cidades enquanto partes do processo de desenvolvimento urbano, especialmente nas capitais e nos grandes centros, transformou suas paisagens e espaços urbanos. As possibilidades que essa política desenvolvimentista da *Era Vargas* trouxe para a transformação do país como um todo, inclusive no interior, pode ser ainda mais desconhecida, como é o caso de Santo Ângelo.

No contexto internacional, considerando-se as devidas proporções dos diferentes contextos culturais, a capacidade do alcance mais abrangente da modernidade pode ser vista em determinados países. Autores demonstram que o clima de “agitação cultural e intelectual” na Alemanha de fins do século XIX se estendia para o interior, não ficando apenas em Berlim, é destacada a importância de Munique e Darmstadt, naquele contexto.³⁷

Enquanto fenômeno comum a um espaço e a um contexto, a modernidade é por Segawa comentada:

³⁴PESAVENTO, Sandra Jatahy. De como os alemães se tornaram gaúchos pelos caminhos da modernização. 199-204 In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. (Orgs.) Os Alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade, história. Canoas: Editora da Ulbra, 1994, p. 199-200.

³⁵A não divulgação da influência de outros arquitetos do exterior na arquitetura moderna brasileira em meados da década de trinta, é salientado por Reis: “Nessa época os principais arquitetos alemães, até então líderes mundiais da Arquitetura Moderna, já haviam sido perseguidos pelos nazistas e a liderança concentrava-se em Le Corbusier”. REIS, Nestor Goulart. Notas sobre História da Arquitetura e aparência das vilas e cidades. São Paulo: USP. Revista de Estudos sobre Urbanismo, Arquitetura e Preservação, n.º. 20, jul-Ago, 1997.

³⁶Arquitetura Contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1981.

³⁷BRADBURY, Malcolm; McFARLANE, James (Orgs.). Modernismo: Guia geral, 1890-1930. São Paulo: Schwarcz, 1989, p. 27.

As diferentes modalidades de *modernismo* – a catalã, a latino-americana, a paulistana – mostram também distintas possibilidades de compreensão do fenômeno moderno no século vinte e suas articulações de natureza regional. Se radicalizarmos, poder-se-ia afirmar que a formulação ortodoxa da definição do movimento moderno na arquitetura – associada ao desenvolvimento industrial, ao surgimento de novas técnicas construtivas, ao rápido crescimento urbano, à sociedade de massas e à demanda de habitação no período entre-guerras, dentro de um convulsivo quadro político-ideológico – é um fenômeno regional centro-europeu.³⁸

O estudo da modernidade na arquitetura no Brasil é retratado no texto de Luiz Paulo Conde³⁹, *Protomodernismo em Copacabana* (1988), na cidade do Rio de Janeiro. Esse autor analisa uma arquitetura até então pouco estudada, as qualifica de *arquiteturas protomodernistas* e sugere um recorte temporal entre fins do século XIX até a década de 1940. Além disso, traz à tona a modernidade na arquitetura e no urbanismo e suas influências ao estudar alguns edifícios como elementos definidores do espaço urbano⁴⁰.

A partir do caminho aberto por Conde, Paulo Raposo Andrade⁴¹ faz uma nova leitura em *Uma Outra Cultura da Modernidade* (1994) em que aborda um ângulo diferente daquele autor ao defender a idéia de que, no Brasil, essa modernidade se desenvolveu em diversas cidades como Recife, entre 1930 e 1955 e na qual revela uma *outra cultura da modernidade*⁴²; contudo, as diferencia das arquiteturas do “ecletismo historicista” do início do século. Para Andrade, a classificação dessas arquiteturas como Protomodernistas, ou Proto-Racionalistas, termo que o mesmo indica estar associado ao Proto-Racionalismo europeu, caracterizaria uma ordem cronológica, uma idéia de transição existente no cenário Europeu⁴³. Conforme Andrade, a “relação de precedência histórica”⁴⁴ de uma

³⁸SEGAWA, Hugo. Um mapeamento necessário. In: WEIMER, Günter Weimer. Arquitetura modernista em Porto Alegre entre 1930 e 1945. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre / Secretaria Municipal da Cultura / Unidade Editorial, 1998, p.8.

³⁹CONDE, Luiz Paulo. Protomodernismo em Copacabana. AU Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Pini, ano 4, n.16, p.68-75, fev-mar 1988.

⁴⁰Idem, p.70.

⁴¹ANDRADE, Paulo Raposo. Uma Outra Cultura da Modernidade. AU Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Pini, ano 9, n.51, Dez.1993 – Jan.1994.

⁴²Concorda-se com esse termo, na medida em que a modernidade é tratada enquanto fenômeno único e independentemente das arquiteturas. Nesse sentido, a adoção do termo *outra modernidade* nesta dissertação, vincula-se a necessidade de um recorte do estudo e torna-se um artifício de diferenciação àquela modernidade proveniente da arquitetura de Le Corbusier, já intensamente reconhecida e consagrada no meio acadêmico nacional.

⁴³Conforme De Fusco, seria uma arquitetura intermediária, na qual as vanguardas artísticas não teriam tido influências e as situa entre a Secessão Vienense e a arquitetura Racionalista, período de 1905 a 1914. Dentre estas vanguardas artísticas estão: o cubismo, o purismo, o dadaísmo, o expressionismo, o futurismo, o neoplasticismo.

possível gênese evolutiva da arquitetura, entre o ecletismo e o modernismo da vanguarda carioca, inexistente no Brasil uma vez que a vertente carioca e essa *outra modernidade* ocorrem em paralelo no território nacional, praticamente simultâneas às vanguardas do exterior. A partir disso, Andrade indica que o Proto-modernismo brasileiro, em oposição a uma tradição de ruptura, está muito mais ligado a uma idéia de continuidade, “seria mais uma arquitetura de conciliação do que uma arquitetura de transição”⁴⁵, além de ter uma postura que não procurava um dogmatismo baseado em uma causa, muito comum no cenário europeu.

O livro de Hugo Segawa, *Arquiteturas no Brasil, 1900-1990* (2002), diferencia as arquiteturas conforme suas ocorrências no território nacional, partindo de um contexto histórico comum no qual a modernidade na arquitetura foi expressa distintamente. Segundo este autor, o desenvolvimento urbano do país ocorreu em uma dinâmica anterior à própria década de trinta, entretanto é nessa década que se revela como um momento único na História da arquitetura brasileira, especialmente no desenvolvimento e na consolidação dos centros urbanos e em contextos sociais instáveis e politicamente cada vez mais centralizados.

O sentido de modernização para São Paulo no período da passagem da República Velha para Nova, segundo Segawa:

[...] fundamentava-se na transformação das estruturas da oligarquia cafeeira numa administração centralizada e intervencionista, de discurso nacionalista. As principais medidas políticas e econômicas tornar-se-iam decisões orientadas por políticas nacionais de Estado, em detrimento das políticas regionalistas de interesses localizados; critérios ‘jurídicos’ e ‘políticos’ eram substituídos por razões ‘técnicas’, ‘econômicas’ e ‘administrativas’, vinculadas a mecanismos de mercado. [...] A reformulação do aparelho estatal, com a criação de novos ministérios (da Educação, Saúde, do Trabalho) e órgãos públicos operacionalizavam as mudanças, articulando os setores público e privado.⁴⁶

Neste sentido o contexto de transformação urbana de Santo Ângelo e a relação entre os setores públicos e privados deve ser considerada a formação e o desenvolvimento da construtora Santo Angelense Ltda, uma empresa da construção que respondeu às demandas crescentes de uma sociedade em urbanização.

Nessas referências, viu-se o desenvolvimento de arquiteturas ocorridas nacionalmente, porém diferenciadas por regiões através de particularidades locais

⁴⁴ ANDRADE, Paulo Raposo. Op.Cit., p.73.

⁴⁵ ANDRADE, Paulo Raposo. Op Cit, p.74.

⁴⁶ SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: Edusp. 2002, p. 24.

de cada realidade. O contexto nacional de desenvolvimento dos grandes centros, especificamente a partir da ocorrência em grande escala de uma arquitetura mais desprovida de elementos figurativos, também é partilhado e corroborado por diversos profissionais em distintos lugares do país estes e também identificados em Santo Ângelo⁴⁷

Para situar-se a modernização ao nível do Rio Grande do Sul, é preciso ter uma visão mais ampla das mudanças da sociedade desse período, entre o século XIX e as primeiras décadas do XX. Essa dinâmica da modernidade foi vinculada a um crescimento econômico, na industrialização e na implementação da educação em diversos níveis para viabilizar o desenvolvimento calcado nos conceitos do positivismo⁴⁸ e as idéias urbanas nutridas pela sociedade Republicana. Assim, a partir do final do século XIX, organizaram-se escolas pioneiras e cursos vinculados à engenharia e à arquitetura diretamente financiados por um Estado autoritário. Assim, dessas escolas, saíam profissionais técnicos aptos, formadores de opinião e capazes de manter uma base política e manutenção desse sistema de poder.

Para Weimer,

[...] na medida em que as lideranças positivistas perceberam que através dos cursos superiores poderiam obter um retorno favorável em termos de sustentação política. Como egressos, efetivamente haveriam de se constituir, dentro das condições de uma elite esclarecida, cumpria que a cooptação pelo positivismo fosse abrangente [...]⁴⁹

Esse sistema educacional vinculado ao poder político e à economia garantiu uma estrutura destinada ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX.

⁴⁷Para exemplificar, dentre outros, tem-se Goiânia, Raffaello Berti (Belo Horizonte), Flávio de Carvalho (São Paulo), Elisário Bahiana (São Paulo e Rio de Janeiro), Christiano de La Paix Gelbert e Arnaldo Gladosch (Porto Alegre). Ver: UNES, Wolney. Identidade Art Déco de Goiânia. São Paulo: Atleliê Editorial; Goiânia: UFG, 2001; BERTI, Mário. Raffaello Berti: arquiteto. Projeto Memória. Belo Horizonte: APCultural.; DAHER, Luís Carlos. Flávio de Carvalho: Arquitetura e Expressionismo. São Paulo: Projeto. 1982.; SEGAWA, Hugo. Elisário Bahiana e a arquitetura "art déco". Projeto. São Paulo, n.º. 67, p. 14-22, 1985.

⁴⁸Essa dinâmica, caracterizada pela tecnocracia e pela parceria do poder público e de um corpo técnico, engenheiros, agrimensores, entre outros, provém da estreita ligação da política estadual do Rio Grande do Sul às doutrinas do positivismo desde o início da República, na qual o projeto de modernização se estabelece e se consolida a partir da difusão de um conhecimento técnico-científico e revela-se de uma maneira autoritária com relação aos profissionais que se formavam nessas escolas. Essa estrutura estava atrelada à máquina estatal, pois quem possivelmente não apoiasse as lideranças políticas "não obteria o emprego no governo depois da formatura". Deve-se destacar que a demanda por mão-de-obra especializada nessa época era grande e as intencções uma "reserva de mercado", pois até 1930 formavam-se aproximadamente sete profissionais ao ano. Ver: WEIMER, Günter. A arquitetura do positivismo gaúcho, 1985 s/p.

⁴⁹WEIMER, Günter. Op. Cit. 1985, s/p.

Em um país de proporções continentais, nas primeiras décadas do século XX, pode-se afirmar que essas manifestações da arquitetura do Brasil, cuja diversidade cultural e étnica era ainda mais relevante, foram representadas distintamente de região para região, “enquanto em São Paulo se divulgava a arquitetura italiana, e no Rio de Janeiro a francesa, Porto Alegre seguia os postulados da arquitetura germânica”⁵⁰. Portanto, uma cidade de “feição germânica”⁵¹ e com a atividade profissional da arquitetura diretamente vinculada aos profissionais alemães⁵².

Ao abordar a fase de transição entre as Repúblicas no contexto de modernização no Estado, Weimer salienta que, “durante o período da República Velha houve uma profunda mudança estrutural em que o Rio Grande pecuarista e rural se transformaria em industrial e urbano”⁵³. Essa mudança da estrutura econômica diz respeito à decadência da produção pecuarista e, em seu lugar, a afirmação da agricultura, quando o Estado gaúcho passou a ser o “celeiro do país”. Como consequência dessa transformação, vivenciou-se um desenvolvimento urbano jamais visto no Estado⁵⁴. Esse desenvolvimento urbano deveu-se à interligação de uma malha ferroviária capaz de escoar a produção do campo o que incrementou o desenvolvimento dos setores secundários e terciário nas localidades em estruturação.

Essa mudança é visualizada abruptamente na arquitetura no Brasil, quando esta é profundamente modificada a partir de 1930, que, segundo Weimer, foi consequência de dois motivos: um político e outro econômico. O político em uma dimensão internacional coincide com a chegada de Hitler ao poder, e nacionalmente com a de Getúlio Vargas ao governo central. O econômico provém da grande crise

⁵⁰WEIMER, Günter. A Arquitetura dos anos trinta. Ponto & Vírgula, Porto Alegre, n°. 22, p. 30-31, 1995, s/p.

⁵¹LUZ, Maturino da “*Ide todos a José*” - A arquitetura de Josef Franz Seraph Lutzenberguer, 1920-1951, 2004, p. 132.

⁵²De acordo com depoimento do Professor arquiteto Demétrio Ribeiro, sua mãe, que era francesa, via na capital gaúcha uma “cidade alemã”, na qual a arquitetura era vista como ‘coisa de alemão’. Portanto, em fins da década de trinta era mais valorizada no Uruguai onde Demétrio Ribeiro decidiu fazer seu curso. Ver: Entrevista: Demétrio Ribeiro – Na aventura pessoal, a história coletiva. Zero Hora, 28.06.2003, p. 4-5.

⁵³WEIMER, Günter. A fundação do CREA e os arquitetos. Projeto, São Paulo, no. 67, p. 115-116, setembro de 1984, p. 115.

⁵⁴WEIMER, Günter. Vida Cultural e Arquitetura na República Velha Rio-Grandense 1889-1945. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p.124.

que varreu o mundo na virada das décadas de vinte para trinta⁵⁵. É quando a busca por formas mais despojadas de decorações figurativistas começam a fazer parte do cotidiano urbano.

O referido autor proporciona um paralelo bem claro entre a modernidade ocorrida na Europa e no Brasil:

Os paralelos entre o desenvolvimento europeu do após guerra (década de 1920) e do período pós revolucionário gaúcho (década de 1930) são flagrantes. Uma crise econômica, uma indefinição política, uma intensa disputa partidária, uma desorganização social à procura de um modelo integrados eram aspectos comuns. Mas há uma diferença básica. Enquanto a saída europeia tendia à democracia, aqui se tendia ao autoritarismo centralizante. Enquanto a Alemanha evoluía do Império para a República., aqui nos encaminhávamos da independência regional para as amarras do Estado Novo.⁵⁶

O contexto progressista durante a década de trinta torna-se evidente nas políticas sociais de industrialização, regulamentação de serviços, predisposições legais e órgãos oficiais foram criados⁵⁷. A união incondicional dos Estados em vistas da constituição de uma nação federativa única, ainda que politicamente impostas por um governo totalitário e nacionalista, tentava, por outro lado, consolidar um Estado de Direito, um país, uma Nação.

Para que o objetivo geral de modernização e implementação de outra ordem nacional lograsse êxito, necessitava-se de amplo apoio e aceitação das localidades mais importantes, bem como de suas sociedades, como é percebido no contexto de Santo Ângelo a partir da República. Este contexto de modernização fez com que

⁵⁵WEIMER, Günter. A Arquitetura Erudita da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Edições EST, 2004. p.171.

⁵⁶WEIMER, Günter. Estruturas sociais gaúchas e arquitetura. In: BERTUSSI, Paulo Iroquez et alli. A Arquitetura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 186.

⁵⁷Desse projeto de modernização e racionalização da estrutura administrativa nacional, fez parte a regulamentação das profissões. No caso da arquitetura, a criação do sistema CREA-CONFEA. Segundo Weimer “[...] em troca de apoio político, Vargas punha nas mãos de profissionais locais, isto é, formados na Escola de Engenharia, o direito exclusivo de regulamentarem, e fiscalizarem, o exercício profissional. Como a maioria dos arquitetos era de formação estrangeira, foi-lhes cerceado o exercício da profissão, na medida em que foram enquadrados numa categoria inferior de ‘construtores licenciados’, o que virtualmente colocou-os fora do mercado de trabalho. [...] Quem na realidade lucrou com este processo foram as grandes firmas construtoras [...]”. A instituição, que tinha por objetivo a fiscalização do trabalho dos falsos profissionais da construção, transformou-se em um meio cerceador e xenófobo [...] especialmente a partir do apoio oficial do Brasil aos países aliados, durante a Segunda Grande Guerra, pois a maioria dos profissionais atuantes em Porto Alegre era natural ou de origem germânica, formados no exterior. Além disso, devido a sua competência, dominavam o mercado. Assim, a maioria desses arquitetos mudou de atividade, outros como Theo Wiederspahn, tiveram de migrar para o interior “onde as perseguições não eram tão intensas”. Ver: WEIMER, Günter.A fundação do CREA e os arquitetos. Projeto, São Paulo, no. 67, p. 115-116, setembro de 1984, WEIMER, Günter.A arquitetura. Porto Alegre: Ed. UFRGS, Coleção Síntese Rio-grandense 12-13, 1999, p.128.

houvesse certa corrida das vilas à urbanização para uma maior representatividade junto aos grandes centros, facilitando, assim, a efetivação dessas novas políticas, encabeçadas por um corpo técnico capaz de dar suporte a tais iniciativas urbanas, sanitárias, da edificação ou da criação de cidades. No que diz respeito às administrações estaduais e municipais, esse plano de ação cabia aos seus gestores, diretamente subordinados ao poder federal a partir de 1930.

É através de obras públicas e da iniciativa privada que a implementação de equipamentos urbanos contribuiu para o desenvolvimento do país, cada vez mais urbano, em resposta a problemas de ordem social, como: analfabetismo, crescimento demográfico e por situações de insalubridade com conseqüências epidêmicas. Assim, pode-se destacar a construção dos grandes programas de uso coletivo, como a construção de escolas, hospitais, bancos e cinemas.

Com relação a arquiteturas de programas inovadores, outros aspectos também referentes à instauração da modernidade são analisados por Renato Anelli em *Arquitetura de cinema em São Paulo: o cinema e a construção do moderno* (1992). Segundo o mesmo, esse novo programa contribuiu para uma “referência de urbanidade para grandes contingentes de espectadores”, com a construção de arquiteturas com usos e formas diferenciadas e a relação dessas edificações na construção da imagem da modernidade na cidade.

É neste contexto da Era Vargas, que a partir da disseminação de uma nova arquitetura, mais direta, cujas formas eram associadas à rapidez e ao rendimento, implementou-se a urbanização pela arquitetura, as quais eram executadas em novos programas, mais utilitários e tecnicamente sofisticados como se percebe em Santo Ângelo.

O contexto da modernidade e a modernização arquitetônica anterior ao início da Segunda Grande Guerra é tão ambíguo quanto o próprio posicionamento político do governo brasileiro frente às questões externas em meados da década de trinta. Embora o governo Vargas estivesse em fase de centralização e preparando-se para o golpe do Estado Novo, caracterizava-se por uma postura oficial neutra frente ao nazi-fascismo da Alemanha e da Itália, bem como com relação os Estados Unidos da América. Esse posicionamento é também verificado nas contratações dos

serviços profissionais com arquiteto do exterior não tão propagandista quanto Le Corbusier e, com expressões arquitetônicas mais conservadoras⁵⁸.

Para contextualizar regionalmente a modernidade, é necessário definir a importância das suas origens no Rio Grande do Sul, onde a corrente Corbusiana só se efetivou a partir de 1945, e principalmente na década de cinquenta, quando os profissionais, egressos dos novos cursos de arquitetura de Porto Alegre, iniciam seus trabalhos vinculados ao que era produzido no centro do país⁵⁹. Em Santo Ângelo, essa corrente com outros padrões formais, teve certa influência na primeira metade da década de cinquenta. Na presente dissertação, tem o recorte temporal de 1930 a 1945, a modernidade se reflete distintamente na maneira de se produzir a cidade, quando se inicia um processo de reforma no traçado urbano associado à mudança de paradigmas arquitetônicos.

Esse contexto urbano materializado nas cidades por uma arquitetura distinta, a partir da disposição de novos meios tecnológicos e técnicos, é identificável no espaço urbano e associável ao *espírito do tempo*.

Essa modernidade na arquitetura brasileira é caracterizada segundo Segawa por:

[...] uma modernidade difusa, sem programa definido, mas que se alimentou de uma vontade de exprimir idéias novas, de tentar ser moderno mesmo sem que houvesse clareza de qual modernidade, mas a busca de qualquer modernidade⁶⁰.

“Uma modernidade nem à Le Corbusier, nem à Bauhaus, nem aos funcionalistas / racionalistas europeus. Talvez um pouco disso tudo [...]”.⁶¹ Uma modernidade que é insinuada pelo próprio Segawa como possivelmente mais

⁵⁸Segundo Weimer, “Estudos recentes demonstram que, na época, a arquitetura italiana gozava de todas as simpatias do Ministério da Cultura. Tanto isso é verdade que Capanema só concordou em trazer Le Corbusier depois que os entendimentos com Marcello Piacentini, um dos mais diretos colaboradores de Mussolini, fracassaram por simples falta de interesse por parte deste. [...]”. Ver: WEIMER, Günter. Op.Cit, p. 190.

⁵⁹Trata-se dos cursos de arquitetura do Instituto de Belas Artes e da Escola de Engenharia, posteriormente unidos em apenas um, originando a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ver: FIORI: Renato Holmer. Arquitetura Moderna e Ensino de Arquitetura: Os cursos em Porto Alegre de 1945 a 1951. Porto Alegre: PUC, 1992.

⁶⁰SEGAWA, Hugo. Um mapeamento necessário. Op. Cit, p. 9.

⁶¹SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil 1900-1990. São Paulo: Edusp. 2002, p. 59.

coligada às experiências e referências dos próprios profissionais nos seus respectivos contextos.⁶²

Acredita-se que os meios de propagação de uma nova estética possam ser veiculados e, assim, assimilados pela sociedade em geral. Contudo, são os profissionais da construção aqueles capazes de idealizar e de contribuir para a solução dessa necessidade social através de uma forma arquitetônica mais tradicional ou inovadora. Nesse sentido, o acesso ao conhecimento, a massificação das informações e as inter-relações entre os mesmos também são relevantes na medida em que divulgam novidades. Portanto, os profissionais e seus conhecimentos adquiridos, poderão ser influenciados de duas maneiras: diretamente, através de contatos, feiras e viagens, ou indiretamente por referências bibliográficas divulgadas na época.⁶³

Durante a *Era Vargas*, época de profundas mudanças sociais, Santo Ângelo contou com as atuações de importantes profissionais⁶⁴: do engenheiro civil José Carlos Medaglia e do arquiteto Siegfried Berthold Costa. Com relação ao primeiro, sabe-se que teve também grande relevância pela sua contribuição nos planos de urbanização para uma Porto Alegre em vias de desenvolvimento, no que diz respeito ao saneamento público e à canalização do riacho, atualmente conhecido como Ipiranga⁶⁵ (Fig. 4). Conforme Paiva e Faria (1937), “Este projecto, apresentado como tese por seu autor (Medaglia) na Escola de Engenharia, é o mais completo e notável até hoje existente”⁶⁶.

⁶²Segundo Segawa, ao se referir a experiência pessoal do arquiteto Elisário Bahiana, modernidade “à Auguste Perret”. SEGAWA, Hugo. Op.Cit, p. 59.

⁶³PANERAI, Philippe R. CASTEX, Jean. DEPAULE, Jean-Charles. Formas Urbanas: de la manzana al bloque. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, S.A., 1986, p.152.

⁶⁴Tanto José Carlos Medaglia quanto Siegfried Bertholdo Costa merecem estudos particulares e aprofundados sobre seus feitos, aprendizados, preferências e influências.

⁶⁵Há referência a José Carlos Medaglia em PAIVA, Edvaldo Pereira; FARIA, Ubatuba de. Contribuição ao Estudo da Urbanização de Porto Alegre, 1937. E em SILVA, J. Loureiro da. Um Plano de Urbanização. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 1943.

⁶⁶PAIVA, Edvaldo Pereira.; FARIA, Ubatuba de. Contribuição ao Estudo da Urbanização de Porto Alegre, 1937, p. 164.



**Figura 04 – Projeto para canalização do Riacho
Engenheiro Civil José Carlos Medaglia. Porto Alegre, 1930**

Fonte: PAIVA, Eduardo Pereira; FARIA, Ubatuba de. Contribuição ao Estudo de Urbanização de Porto Alegre, 1937.

O segundo é destacado por seus ideais inovadores e como um dos primeiros arquitetos a realizar uma mudança de paradigmas, especialmente no que diz respeito a um programa arquitetônico originalmente tradicional, como eram as propostas das igrejas na época⁶⁷. Segundo Weimer, ao comentar sobre a Igreja, Martin Luther diz que “a opção formal se estendeu a uma geometria pura, de marcada influência cubista, em que toda *decoração* da massa arquitetônica era decorrência do emprego do material de construção”.⁶⁸ (Fig. 5)



**Figura 05 – Igreja Martin Luther.
Arquiteto Siegfried Bertholdo Costa, 1934-36**

Foto: Rodrigo Fabrício Kerber, 2005.

É nesse contexto nacionalista de desenvolvimento, concomitantemente à proteção, à catalogação e ao resgate de um passado pela busca de uma tradição, que se instaurou a modernidade na arquitetura da cidade de Santo Ângelo.

⁶⁷Ver: WEIMER, Günter. Siegfried Bertholdo Costa, um precursor do modernismo. Projeto, São Paulo, no. 87, p. 76- 78, maio 1986, e WEIMER, Günter. Op. Cit., 2004.

⁶⁸WEIMER, Günter. Op.Cit., 2004, p. 206-207.

2. SANTO ÂNGELO EM CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE: PROJETO DE CIDADE NO PLANO DE NAÇÃO

A área urbana de Santo Ângelo contemporânea está muito distante do que era na década de 1940, no que diz respeito a sua extensão. Atualmente ainda guarda o que ocorrera naquela época na configuração de seu centro urbano e na manutenção de um centro histórico. (Fig.06)

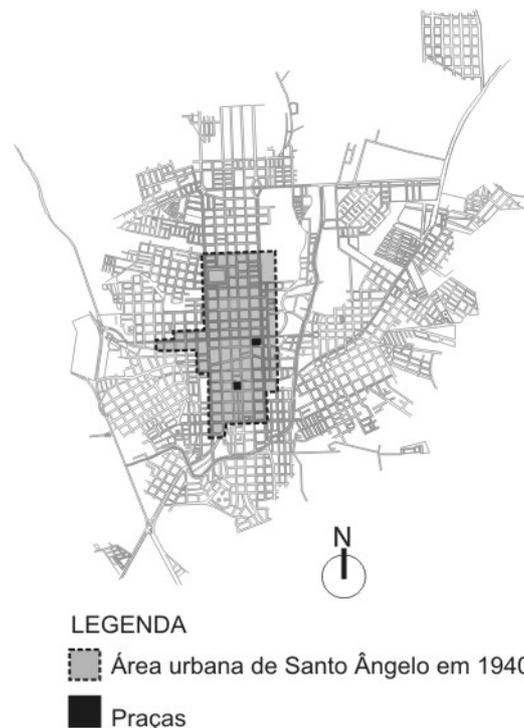


Figura 06 – Área de estudo com relação ao traçado contemporâneo de Santo Ângelo

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, interpretado do original pelo autor, 2008.

O sítio físico em que a mesma se encontra é composto principalmente, por várias colinas e baixadas, em especial o declive que se constituiu posteriormente na Rua 14 de Julho. (Fig. 07)

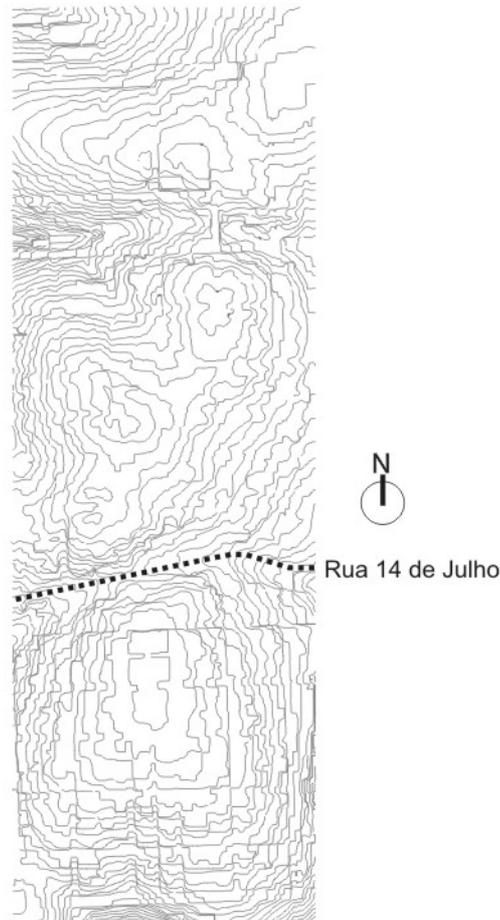


Figura 07 – Sítio físico predominante na área de estudo

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, interpretado do original pelo autor, 2008.

Este capítulo trata da construção da modernidade durante a re-ocupação⁶⁹ de Santo Ângelo nos âmbitos de duas escalas: a macro e a intra-urbana, tendo como ponto de partida o fato de que esta localidade possui uma *estrutura espacial interna*⁷⁰, inserida em um sistema de urbanização mais amplo, cujas variáveis território, arquitetura e organização espacial estão diretamente vinculadas às

⁶⁹Nesta pesquisa, parte-se da re-ocupação de Santo Ângelo, momento em que se inicia uma nova sociedade, pois, conforme Curtis, “o espólio da arquitetura missioneira em nosso Estado, foi havido pelo Brasil através de conquista territorial e não por herança cultural. Por isso que a história dos Sete Povos não se origina, não se finaliza e em nenhum momento se integra na cultura produzida pelo Rio Grande do Sul. Formam, entretanto, aqueles bens culturais [...] o legado mais rico que incorporamos ao nosso patrimônio no momento da fixação do território rio-grandense.” DE CURTIS, J. N. B. O Espaço Urbano e a Arquitetura produzidos pelos Sete Povos das Missões. In: WEIMER, G. A. Arquitetura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1993, p.28.

⁷⁰Conforme Yujnovsky, estrutura espacial interna se define como [...] *el conjunto de actividades componentes de la ciudad y las relaciones que mantienen entre si, desde el punto de vista de la disposición de dichas actividades en el espacio urbano y la dimensión espacial de esas relaciones*. YUJNOVSKY, Oscar. La estructura interna de la ciudad. El caso latinoamericano. Buenos Aires: SIAP, 1971, p.19.

intenções políticas e ao desenvolvimento da sociedade urbana, conforme os objetivos da época.

A formação do território do Rio Grande do Sul, caracterizada pela sua subdivisão em municípios-sedes e, posterior interconexão dos mesmos pela linha férrea, formaram, assim, uma rede de regulação administrativa, de acessibilidade, de locomoção e de escoamento no Estado. Nessa época, define-se o início de maior desenvolvimento econômico, além de garantir o domínio da terra enquanto propriedade, tornando-se também meio de produção da riqueza. Pode-se afirmar que Santo Ângelo transformou-se realmente durante a República, quando teve grande relevância com a consolidação de um povoado na delimitação do território do Rio Grande do Sul durante o último quartel do século XIX, e, pela posição de destaque que desempenhou na formação de uma rede de colônias ao conectá-las através da linha férrea às principais localidades do Estado.

Em Santo Ângelo percebe-se a manutenção enquanto ponto estratégico e localidade de referência no Estado, tornando-se, sobretudo, importante pólo na região em que está inserida, através de alguns fatores:

1. Pela ligação histórica herdada do passado, enquanto Município-sede, localidade mais antiga na região, ex-redução jesuítica, mas, principalmente, pela possibilidade de ter sob seus domínios municipais um sítio arqueológico⁷¹ em reconhecimento na época.

2. Por tornar-se fim de linha na região, em um período convulsivo no Estado, de intenso trânsito imigratório pela localidade e de produção de um excedente agrícola capaz de ser escoado para grandes centros a partir de 1921.

O encurtamento das distâncias com centros maiores tornou-se meio promotor no processo de estabelecimento da vila de Santo Ângelo. É quando o poder de gestão de Santo Ângelo se faz presente, a partir da distribuição do contingente imigrantista, da produção do trabalho e conseqüente acumulação da riqueza, na vila da década de 1920.

⁷¹O município de Santo Ângelo tornou-se curador das ruínas de São Miguel, cujo território pertenceu àquela até 1988, quando foi criado o município de São Miguel das Missões.

Como conseqüência desse desenvolvimento da interatividade cultural na localidade com relação às novas colônias oficiais compostas por imigrantes e distritos étnicos adjacentes, formou-se uma nova estrutura social e, como conseqüência, uma zona urbana diferenciada na região.

Pode-se observar que, em um contexto mais amplo, duas ocorrências semelhantes, mas com abrangências e influências distintas fizeram parte do projeto de cidade de Santo Ângelo, e conforme a intenção e a época, refletem-se diretamente na maneira da instauração da produção urbana da localidade a partir da criação de Leis: **1.** a apropriação do sítio jesuítico pré-existente, através da criação da freguesia em fins do Império, para a instauração e demarcação dos limites do Estado e, em seguida, com o entrelaçamento deste com a criação da malha ferroviária (meios de existência) e, **2.** a apoderação de uma arquitetura na Exposição do Centenário Farroupilha de 1935 (meios de representação), objetivando a instituição de uma nova ordem: a de configuração de cidade em contribuição ao plano de consolidação da nação, corroborada pela disseminação dos meios de comunicação.

2.1. As Missões e a formação da fronteira no Sul do Brasil

A partir da incorporação das Missões à Coroa portuguesa em agosto de 1801, é que se iniciou o processo de ocupação estratégica do território "para fins de expansão econômica e domínio político ao oeste do extremo-sul brasileiro".⁷² Barroso ressalta que, além do processo de subdivisão territorial⁷³, embora as iniciativas militares do poder luso provinham do século XVIII, foi a partir da conquista dos Sete Povos que se tornou viável esse processo e projeto estratégico, sendo que, no início do século XIX "acentuaram-se os trâmites da organização político-administrativa, especialmente com a criação da primeira rede de vilas [...]"⁷⁴ ao longo do século. Esta autora comenta ainda que o processo de definição dos limites no Rio Grande do Sul ocorreu na primeira metade do século XIX. Isso ocorreu devido a busca por "resguardar a posse do oeste conquistado", visando um aumento das possibilidades de acumulação de capital. (Fig. 08)

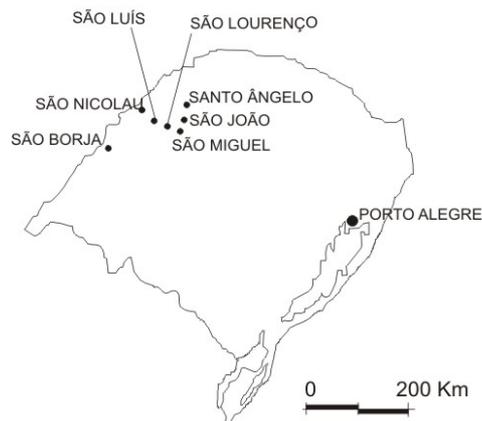


Figura 08 – Localização dos Sete Povos das Missões

Fonte: PESAVENTO, 2002. Interpretação do original pelo autor, 2008.

⁷²Pode-se afirmar que, além do fator de ocupação, processo caracterizado pela autora como "ocidentalização do povoamento", no que diz respeito a Santo Ângelo, resultou no estabelecimento das fronteiras do Estado pelos grandes proprietários de terras, e compreende: **a.** na "concessão de sesmarias", que segundo a autora, foi "a bem-sucedida política portuguesa de legalização das terras desocupadas na direção do oeste" e **b.** a "militarização", que foi "a garantia estratégica de ocupação através de fortes, presídios, guardas e acampamentos militares, núcleos iniciais de muitos povoados". BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Povoamento e Urbanização do Rio Grande do Sul: a fronteira como trajetória. In: Urbanismo no Rio Grande do Sul. Org. WEIMER, Gûnter. Porto Alegre: Editora da Universidade. UFRGS – Prefeitura Municipal de Porto Alegre. 1992, p.36.

⁷³O início do século XIX foi um período importante no âmbito da organização e da resolução dos problemas das finanças, da justiça, da instrução, e que a administração foi balizada na estruturação política do Rio Grande do Sul, a partir da divisão do território em quatro municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. A área de Santo Ângelo, proveniente do território primitivo de Rio Pardo até 1822, passou a pertencer ao território de Cachoeira do Sul. Com a criação do município de Cruz Alta, em 1857, "Santo Ângelo além de fazer parte daquele município, foi elevado à categoria de freguesia e paróquia..." Ver: CRUZ, Beatriz Mânica da. Op. cit. p.96; BARROSO, Op. cit. p. 39-40.

⁷⁴ Ibid.

Nesse feito, a colonização proveniente dos imigrantes teve um impacto importante, pois desde o

[...] início da colonização, nas primeiras décadas do século XIX, o incentivo à vinda de imigrantes partiu ou do governo imperial ou do governo provincial; na segunda metade deste século, o incentivo adveio de interesses capitalistas⁷⁵.

No plano de urbanização regional, destacam-se algumas ocorrências comentadas por Cruz (1986) como a criação da Lei das Terras em 1850, que autorizou a venda de terras públicas a particulares ou à sociedade com o objetivo de colonizá-las. A referida autora afirma que o latifundiário santo-angelense tirou proveito da mencionada lei. Além disso, o decreto número 528, de 1891 permitia a livre entrada de estrangeiros no Brasil⁷⁶. Durante esse processo de venda das terras, os meios de acesso à terra dos imigrantes tiveram de ser providenciados. É quando grandes investimentos são feitos na tentativa de interligar o território a fim de reforçar seu entrelaçamento, facilitar o acesso dos imigrantes na obtenção de novas áreas para a colonização e posterior trabalho dos colonos nessas áreas livres, já oficialmente apropriadas.

Contudo, para que o projeto de modernização tivesse êxito na sua totalidade, necessitava-se de profissionais que proporcionassem um suporte a essa demanda urbana. Foi através do artigo 71, parágrafos 5º e 6º, da Constituição Estadual de 14 de Julho e 1891, a qual permitiu a livre entrada no território de qualquer profissional sem que o mesmo tivesse de comprovar sua formação. “Este dispositivo visava atrair profissionais estrangeiros, que efetivamente acorreram em grande numero”⁷⁷.

A idéia de uma ocupação urbana iniciada com a República no final do século XIX, consolidou-se durante a primeira metade do século XX, especialmente na metade norte do Estado do Rio Grande do Sul⁷⁸. Esse período denominado,

⁷⁵ CRUZ, Beatriz Mânica da. Op. cit. p.163.

⁷⁶ Cabe ressaltar que a importância do contingente imigratório para o Rio Grande do Sul, especificamente, vai além do trabalho especializado na agropecuária e na manufatura destes produtos. Ver: CRUZ, Beatriz Mânica da. Op. cit. p.168-169.

⁷⁷ WEIMER, Günter. A fundação do CREA e os arquitetos. Projeto, São Paulo, no. 67 p. 115-116, setembro de 1984.

⁷⁸ A diferença na divisão territorial no Rio Grande do Sul é abordada por Souza, para a qual poder-se-ia dividir o Estado em duas partes. SOUZA, Célia Ferraz de. Contrastes Regionais e formações urbanas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, Coleção Síntese Rio-grandense 14, 2000.

segundo Barroso⁷⁹, de *Fase da Expansão*, é quando descendentes de imigrantes das 'colônias velhas', deslocaram-se para as denominadas 'colônias novas' em direção ao noroeste do Rio Grande do Sul.

Segundo Barroso (1992), houve dois momentos distintos da ocupação e urbanização do Rio Grande do Sul, quando houve uma reorientação da economia do Estado, momento caracterizado pela queda das charqueadas concomitantemente ao avanço da agricultura colonial e da indústria regional. O deslocamento de muitas lavras de agricultores imigrantes rumo ao noroeste estava relacionada à dilatação das colônias e à redução da unidade de produção, conforme afirma a referida autora. Além disso, o monopólio exercido pelos grandes comerciantes empobreceu o pequeno produtor, o que teve por consequência, a imigração intensiva para novas terras, pertencentes a núcleos urbanos mais estáveis, como Santo Ângelo em fins do século XIX.

Segundo a autora,

Nestas áreas, a dinâmica multiplicadora repetiu-se a partir de novos pólos urbanos que polarizaram um crescente número de núcleos menores. E são visíveis duas linhas de penetração: uma partiu de Montenegro e seguiu por Estrela, Lageado, Soledade, Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo até Santa Rosa; e outra partiu de Caxias, indo a Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Palmeira das Missões até Três Passos. A pulverização nesses rumos foi tão crescente que a 'teia urbana' encheu os espaços, denunciando o esgotamento da fronteira agrícola no território do Rio Grande do Sul.⁸⁰

Após a ocupação das áreas livres, a transformação em grandes territórios municipais teve por consequência a estabilização dos limites da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. O poder público instaurou a valorização política dos povoados, através da elevação de suas categorias. Inicialmente, com as criações das paróquias, em seguida elevando-as a freguesias e depois a vilas, cujas atribuições proporcionaram maior autonomia às mesmas ao consolidar seus próprios poderes judiciários o que determinou seus domínios administrativos.

Na passagem do Império para a República, com o desenvolvimento da propriedade privada, as terras recém apropriadas foram gradualmente transformando-se em mercadoria vantajosa, especialmente com a crescente demanda causada pela intensa imigração e a facilitação dos meios de acesso a

⁷⁹BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Op.Cit., p. 50.

⁸⁰BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Op.Cit., p. 51.

estas com a implantação da linha férrea. O desenvolvimento urbano ocorreu através da crescente divisão territorial, a partir da criação de novos municípios, pelos constantes desmembramentos dos distritos, esses originários dos municípios-sedes, os quais contribuíram para a intensificação das inter-relações dos municípios na formação de uma rede macro-urbana regional em uma verdadeira cadeia econômico-administrativa.

Esse contexto geopolítico Sul-rio-grandense foi complementado, por um processo de contínuo entrelaçamento urbano estadual que foi favorecido pela conexão da linha férrea, a qual se tornou a ligação entre as principais localidades como Santo Ângelo no início da década de 1920. Essa acessibilidade também foi favorecida pela malha rodoviária, mas de maior importância interna aos recém criados municípios e ligação das sedes municipais às colônias.

2.1.1. Santo Ângelo: ocupação oficial e espontânea

O embrião de vila de Santo Ângelo de fins do século XIX apresenta uma dinamização da sociedade que se caracterizava pelo surgimento de pequenos estabelecimentos de comércio e serviço, diretamente relacionados com uma economia tipicamente pecuarista. Essas relações sociais se estabeleceram especialmente por luso-brasileiros e por descendentes de alemães⁸¹.

A re-ocupação de Santo Ângelo, instalada após 1860, foi feita por uma população pioneira compostas por luso-brasileiros que era oriunda de São Paulo e de outras localidades do Rio Grande do Sul como Cruz Alta. Já, os de origem germânica, chegados em fins do século XIX, tanto eram imigrantes de colônias mais antigas (enxamagem), como também eram provenientes da imigração.⁸²

⁸¹Lied elenca inúmeras famílias de ambas as origens existentes entre 1892 a 1897. Dentre os luso-brasileiros: Mercau, Veríssimo, Pacífico, dos Santos, Cortes Taborda, Rodrigues, Pereira Gomes, etc. Dentre os alemães: Kassel, Beck, Albrecht, Licht, Grass, Fuhr, Timm, Ritter, etc. população que influenciou Santo Ângelo nos períodos seguintes. LIED, Arlindo. Minhas Reminiscências de Santo Ângelo. Ijuí: Michaelse Hass e Cia Ltda, 1973, p. 8

⁸²ROCHE, Jean. A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, v.01, 1969, p. 126-127.

Segundo Roche⁸³, houve dois tipos de colonização alemã no Rio Grande do Sul: a oficial, que foi planejada e incentivada pelo governo, e a espontânea.

No caso de Santo Ângelo, o incentivo oficial do governo imperial para a reocupação ocorreu em 14 de janeiro de 1857, quando fora criada a freguesia no distrito de Santo Ângelo, por Lei Provincial, a qual era pertencente ao município de Cruz Alta. Mas “[...] sem que, em parte alguma, houvesse uma igreja ou começo de povoação”.⁸⁴

Em 1859, os fundadores⁸⁵ da localidade decidiram desbravar o antigo povoado missioneiro, e “aproveitar o local da antiga redução para sede da paróquia”, a fim de criar o povoado de Santo Ângelo, pós-jesuíta sobre uma estrutura pré-existente⁸⁶, mesmo tendo grandes dificuldades nesse objetivo⁸⁷.

A ausência de casas ou aglomerado urbano não foi fator impeditivo para a criação dos meios legais para a instituição dos poderes administrativos imperiais no antigo território da redução de Santo Ângelo Custódio. A adaptação da paróquia na casa de um dos fundadores do povoado refletiu a necessidade imediatista, o desejo e, especialmente, as intenções com relação ao povoado que nascia na época: a de ser freguesia e assim consolidar seus domínios políticos.⁸⁸

⁸³ ROCHE, Jean. Op. Cit., 1969.

⁸⁴ SILVEIRA, Hermetério José Velloso da. Op. Cit, p.170.

⁸⁵ Antônio Manoel de Oliveira e o vereador de Cruz Alta, Doutor Antônio Gomes Pinheiro Machado. Silveira nos fala do “Doutor José Gomes Pinheiro Machado e seus irmãos fazendeiros de São Luís Gonzaga” [p.121]. Imagina-se ser este da mesma família do pioneiro de Santo Ângelo. Em outra ocasião, este autor ressalta os feitos em prol de São Luís Gonzaga, do então intendente General Salvador Pinheiro Machado, seu irmão, do Senador José Gomes Pinheiro Machado além de seu pai como um “restaurador desse abatido território” [p.218].

CRUZ apresenta outro nome dentre os pioneiros na instalação definitiva do povoamento de Santo Ângelo. Além de Antônio Manoel de Oliveira (proveniente de Itapetininga-SP), Alfredo Pinheiro Machado. Ver: CRUZ, Op. cit. p.160.

⁸⁶ Sabe-se que a população na redução de Santo Ângelo, no período de 1732 a 1753, chegou a 5.417 pessoas, quando alcança o seu ponto máximo. Portanto, a exigência de moradias e logicamente a área para as mesmas, não se restringia apenas ao perímetro imediato à área social da redução, mas a uma área mais ampla. Ver: NAGEL, Liane M. A História de San Angel Custódio: Redução de Fronteira – No contexto dos trinta Povos Guarani – Jesuíticos da Região Platina. Dissertação de Mestrado em História Ibero-Americana. PUCRS. 1994. p. 71.

⁸⁷ Silveira também fala que o mato era tão denso de que era possível avistar de longe apenas a parte superior do frontispício do antigo templo. Depois de meses de trabalho, Antônio Manoel e alguns amigos “abriram um largo caminho” e descobriram todas as ruínas. SILVEIRA, Op cit. p.171.

⁸⁸ Segundo Silveira, “[...] quando foram providas as freguesias restauradas de São Luís Gonzaga e Santo Ângelo, tendo-se mais em vista satisfazer exigências da politicagem, que não o bem espiritual dos paroquianos. Neste ano [1860], foram também providas as novas paróquias de Santo Antônio da Palmeira e de Soledade (desmembradas de Cruz Alta) e São Francisco de Assis, quase todas sem igreja ou capela”. O autor colabora em um questionamento referente à atividade das capelas e aponta que os reais interesses na instalação das paróquias era ser um meio meramente arrecadatário.

As dezenas de construções de residências feitas com os destroços jesuíticos na época materializaram a freguesia. Justificou-se o ato regulador e político do papel, decretado três anos antes, pela lei que viabilizou a re-ocupação da antiga estrutura da redução de Santo Ângelo Custódio.

Como comenta Silveira:

Na praça, ao lado leste, foi construída a casa, que deveria ser a residência do pároco, com uma sala e altar destinados a celebração da missa e atos paroquiais. Essa casa era propriedade do mencionado Antônio Manoel. A seu exemplo outros foram apossando-se dos terrenos e construindo casas para si.

Não passavam de seis ou oito as habitações, ligeiramente construídas, quando foi conseguida a nomeação do padre Manoel da Silva Guimarães Araxá, um poeta satírico e mordaz. No começo do ano de 1860, ele fez sua entrada solene instalou a paróquia e celebrou a primeira missa.⁸⁹

Simultaneamente são definidos os poderes políticos locais, segundo as recomendações do poder central do Império. Com a eleição para vereadores e juízes de paz em setembro de 1860, concretiza-se o decreto de 1857.⁹⁰

Ao desejo de muitos de se apropriarem de um solo, somou-se o objetivo estratégico do poder imperial, ou seja, garantir a posse do território meio-oeste do Rio Grande do Sul, povoando-o, através de sesmarias e, em seguida, com a formação de municípios, vilas e loteamentos, dentre esses os de Santo Ângelo.

Enquanto ponto estratégico e pré-existência, a antiga redução de Santo Ângelo Custódio foi referência importante para seus fundadores, pois proporcionou aos mesmos algumas facilidades, como matéria-prima disponível e já manufaturada, agilizando a constituição física da freguesia em fins do império. Aspecto este que posteriormente seria revertido em benefícios e em vantajosas posições político-administrativas, em um novo contexto de um estado republicano⁹¹.

⁸⁹ Ibid. p.171.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Neste contexto deve-se salientar que associadas às determinações gerais durante o Império, advieram intenções locais em criar nestes povoados - como São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo, entre outros - a possibilidade de iniciação de uma base de correligionários republicanos em busca por uma maior representação que se articulava para o poder. Assim destacaram-se no contexto local, figuras como José Gomes Pinheiro Machado e Venâncio de Oliveira Aires, um dos fundadores do Partido Republicano Rio-grandense. Esses dados tinham uma grande importância no contexto de formação social local de Santo Ângelo, pois contribuiriam para a formação da sustentação política durante a implantação da República e o desenvolvimento urbano posterior.

Esse aspecto é refletido no povoado em 22 de março de 1873, quando Santo Ângelo é elevada à vila e adquire independência político-administrativa, tornando-se município autônomo. Nessa época, as principais construções públicas da cidade foram construídas e finalizadas: a sede do Governo e a Igreja da Matriz.

Segundo Cruz⁹², “tanto a economia como a vida social santo-angelense sofreu modificações substanciais, quando a partir de 1891, chegaram imigrantes europeus em número considerável”. Como os pioneiros, eram donos das maiores e melhores propriedades de terra e estavam vinculados aos cargos do poder local, aos imigrantes restavam minifúndios mais afastados da área da vila, formando-se “uma zona da colônia de Santo Ângelo”, cuja predominância no interior do Município era o elemento de origem européia especialmente de origem étnica alemã e italiana⁹³.

Roche demonstra o intenso contingente imigratório cujo ponto de convergência na região era Santo Ângelo:

Guarani [**colônia de** – grifo meu], estabelecida em 1891, pouco se desenvolvera até 1908 (1.210 em 1897, 3.500 em 1900, 4.800 em 1904, 6.889 em 1908), por falta de meios de comunicação; mas no momento em que a via férrea foi prolongada em direção a Santo Ângelo, começou a receber cerca de 2.500 imigrantes por ano, progredindo rapidamente: 13.000 habitantes em 1910, 24.500 em 1914 (sendo 6.000 russos, 3.000 poloneses, 4.200 alemães, 300 italianos, etc). Paralelamente aos imigrantes, Guarani recebia, também, numerosos descendentes de colonos que vinham da borda da Serra Geral.⁹⁴

Ao abordar a colonização alemã em Santo Ângelo caracterizando-a como espontânea, Cruz ressalta que esse fato não ocorreu em todo território municipal, e exemplifica o caso de solicitação ao governo provincial para a ocupação de Ijuí, uma colônia oficial, na época (1890) pertencente a Santo Ângelo⁹⁵.

Segundo Roche:

O princípio da espontaneidade da colonização, que o Governo rio-grandense há muito tempo quisera aplicar, não teve êxito senão às vésperas da guerra de 1914-1918.[...]⁹⁶

⁹²CRUZ, Beatriz A. M. Pereira da. Op. Cit., p. 163.

⁹³Cruz cita estas colônias, como: Buriti, Atafona, Colônia Municipal. CRUZ, Beatriz A. M. Pereira da. Op. Cit., p. 174

⁹⁴ROCHE, Jean. Op.Cit., p. 126-127.

⁹⁵CRUZ, Op. cit. p.169.

⁹⁶ROCHE, Jean. Op.Cit., p. 124.

Para se identificar a importância de Santo Ângelo no contexto das colônias oficiais alemãs em âmbito da microrregião, é preciso, além de ter referenciado o papel de Ijuí, ressaltar especialmente a contribuição de Santa Rosa, pois naquela época, ambas pertenciam ao Município de Santo Ângelo⁹⁷. Pode-se visualizar a relevância do território que compreendia o Município de Santo Ângelo em relação ao Estado em 1913, quando Ijuí já havia sido criada. (Fig.9)



Figura 09 – Município de Santo Ângelo no Rio Grande do Sul, 1913

Fonte: FERRAZ DE SOUZA, 2000. Elaborado do original pelo autor, 2008

Na medida em que o governo definia a colonização das terras, Santo Ângelo teve papel importante enquanto localidade mais antiga, já estruturada e vila constituída político e administrativamente. Portanto, capaz de ser ponto de convergência na região, principalmente quando conquistou destaque pela presença da única estação ferroviária da região, após finalização da linha férrea, tornando-se, então, pólo gestora e de acesso a mesma, em momento de constante influência no cotidiano urbano de Santo Ângelo⁹⁸.

Devido a essa posição vantajosa (de fim da linha férrea) com relação às outras colônias (Guarani, Giruá e a já referida Santa Rosa), coube a Santo Ângelo o papel de integração daquelas ao restante do Estado. O maior fluxo de pessoas e

⁹⁷Cabe salientar o período em que Ijuí e principalmente Santa Rosa estiveram administrativamente vinculadas ao Município de Santo Ângelo. No que se refere ao ano de criação e de desmembramento, tem-se: Ijuí, criada em 1896 e separada em 1912; e Santa Rosa criada em 1915 e desmembrada em 1931, mas conectada ao restante do Rio Grande do Sul através de Santo Ângelo até meados da década de trinta.

⁹⁸Giruá teve a linha férrea inaugurada entre 1934 e 1936 e em Santa Rosa, a mesma chegou em 1940.

mantimentos potencializou importante desenvolvimento nos setores primário, secundário e terciário nas primeiras décadas do século XX.

Ressalta-se ainda que, Santo Ângelo, de ocupação mais antiga, a sua área rural estava consolidada nas mãos de seus pioneiros e primeiros imigrantes de fim do século XIX, não restando áreas “livres”, mas apenas algumas zonas específicas para a criação de comunidades étnicas privadas, conforme Cruz, *privatkolonien*.⁹⁹ Esse contingente imigrantista transformou a economia de Santo Ângelo pela capacidade profissional do imigrante, baseado em um padrão cultural mais variado, e fomentou o mercado local com a adição de novas técnicas na agricultura.¹⁰⁰

Neste contexto de um incrível contingente imigratório que densificava as principais localidades em urbanização no Rio Grande do Sul, como é o caso de Santo Ângelo; a partir do início da década de trinta, a resposta a esta demanda urbana passou a ser responsabilidade das empresas da construção como será visto adiante.

⁹⁹“As colônias particulares de povoamento essencialmente germânico penetram no Planalto subindo o Alto Jacuí ou acompanhando a via férrea. São assim fundados [...], no de Santo Ângelo”: Ijuí Grande (1892) – Fundadores: Carvalho, Bastos e Azevedo); Vitória (1900) – Kruehl & Cia; Buriti (1908) – Frode Johansenn; Timbaúva e Boa Vista (1912) – a primeira: Vargas e a segunda: Federação dos Lavradores do Rio Grande do Sul e Steglich (1914) – Steglich. Ver: ROCHE, Jean. Op. Cit., p. 130.

¹⁰⁰CRUZ, Beatriz A. M. Pereira da. Op. Cit, p. 172.

2.2. Oficialização da arquitetura da cidade

As arquiteturas provenientes de uma nova época foram disseminadas enquanto símbolo dos novos tempos na Exposição do Centenário Farroupilha de 1935. Foi um evento máximo em que a exaltação otimista de um renovado contexto histórico e político, que revelou uma nova ordem para o projeto de cidade: a oficialização das empresas da construção na instauração da iniciativa privada neste processo de desenvolvimento das cidades¹⁰¹. O caráter urbano ganhou maior importância através das arquiteturas alinhadas urbanisticamente a uma centralidade, associadas aos parâmetros monumentais dos Estados totalitaristas em vigência na época e de grande poder de persuasão¹⁰². Constitui-se em uma nova maneira de se construir a arquitetura da cidade, a partir de parâmetros da monumentalidade no intuito de configurar uma nação, correlacionada ao contexto nacional de autoritarismo da época, cuja busca pela notabilidade, através da construção de edifícios em altura e pela formação de eixos, está associada a um Estado propagandista¹⁰³.

Esse momento de otimismo, vivenciado no Rio Grande do Sul na época após a vitória na Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o poder nacional, é apontado por Pesavento:

Uma coisa, contudo, era o processo real que ocorria na sociedade econômica e política na década de 1930; outra era a representação mental que os agentes sociais faziam desta realidade. No plano das consciências, o Rio Grande do Sul era o vencedor de 30, um gaúcho, Getúlio Vargas governava o país, e o interventor local, Flores da Cunha, empenhava-se em uma política de desenvolvimento da economia gaúcha. Em suma, enquanto se acentuava a perda relativa da posição do Rio Grande na economia nacional, vigorava no Estado um clima de euforia e crença nas possibilidades regionais.¹⁰⁴

¹⁰¹É a partir do evento da Exposição Farroupilha de 1935, que está diretamente ligado a regulamentação profissional de Dezembro de 1933, que se institui oficialmente às empresas construtoras o papel da arquitetura da cidade.

¹⁰²No contexto urbano de Porto Alegre, essa força do conjunto é característica originária de uma “[...] nítida inspiração totalitária, perceptível na composição monumental dos espaços abertos [...]” que se tornaria modelo recorrente durante o período do Estado Novo, quando começam a abrir as avenidas Ipiranga e a Farrapos e a se implantar edificações de maior escala. WEIMER, Günter. A arquitetura. Porto Alegre: Ed. UFRGS, Coleção Síntese Rio-grandense, 1992, p. 131.

¹⁰³Essa característica no Brasil é também visível em ocorrências, cujas origens arquitetônicas, provinham da França. Assim percebe Segawa, “[...] o Ministério da Educação e Saúde (1936-1945), projetado por Lúcio Costa e equipe, um prisma sobre *pilotis*, virtualmente liberando o nível térreo para circulação e jardins: um edifício que impunha uma monumentalidade não pela imposição física de sua presença, mas exatamente pelo contrário.” Ver: SEGAWA, Hugo. Op. Cit.p. 76.

¹⁰⁴PESAVENTO, Sandra Jatthy. A Revolução Farroupilha e o Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1983. Apud: EQUINAZI, 1995, p. 54.

Neste contexto, foi objetivando comemorar a data do centenário farroupilha, importante marco da história estadual,

[...] que o Governo do interventor Flores da Cunha decidiu realizar, em Porto Alegre, uma grande exposição que deveria homenagear os valores míticos e ideológicos inerentes à Revolução Farroupilha e, ao mesmo tempo celebrar o ingresso do Estado em uma nova era de modernização, desenvolvimento e afirmação perante a Nação.¹⁰⁵

Esse grande evento foi capaz de disseminar uma modernidade materializada em arquiteturas efêmeras e contou com a participação de vários Estados da nação com seus respectivos pavilhões, além da inauguração com a presença do próprio presidente da República na época.

A Exposição de 1935 também nutriu a busca por representatividade de um governo cada vez mais hegemônico, foi capaz de difundir idéias arquitetônicas associadas aos ideais de uma política progressista vigente em um contexto cada vez mais centralizado de poder. Transformou-se em uma nova maneira de se fazer a arquitetura da cidade, onde as empresas construtoras tornaram-se instrumentos privados de uma política pública de modernização nacional na construção da cidade.¹⁰⁶

Conforme Weimer¹⁰⁷, esse evento possivelmente foi o maior acontecimento arquitetônico na década de trinta ao nível nacional, cuja representação da modernidade dos pavilhões foi ordenada ao longo de um eixo, no plano urbanístico o que “[...] sustentava a unidade formal do conjunto [...]”¹⁰⁸.

Os pavilhões da Exposição, os quais eram distanciados entre si ao longo de um eixo, individualmente demonstraram uma “diversidade controlada”¹⁰⁹, uma

¹⁰⁴CALLEGARO, Adriana. Uma outra Modernidade em Porto Alegre: Um estudo sobre a evolução de Padrões Tipológicos a partir da Arquitetura da Exposição Farroupilha, dissertação de mestrado em Teoria, História e Crítica da Arquitetura pelo PROPARG/UFRGS, 2002, p. 9.

¹⁰⁵EQUINAZI, Davit. Arquitetura e Tipologia na Exposição Comemorativa do Centenário Farroupilha, 1935. Porto Alegre: UFRGS Faculdade de Arquitetura. PROPARG, 1995. p. 54.

¹⁰⁶ Este dado pode ser identificado na pesquisa de Callegaro, quando a autora analisa a influência da Exposição de 1935 enquanto arquétipos, determinantes na produção subsequente de Porto Alegre. Constituindo-se assim um novo meio de produção da cidade caracterizada por uma nova relação de trabalho entre os profissionais da construção: os engenheiros empresários e os arquitetos empregados, denominados segundo a autora de “atores principais” e “atores coadjuvantes”, respectivamente. Ver: CALLEGARO, Adriana. Op. Cit., 2002.

¹⁰⁷ WEIMER, Günter. A arquitetura. Porto Alegre: Ed. UFRGS, Coleção Síntese Rio-grandense, 1992, p. 129

¹⁰⁸WEIMER, Günter. Op. Cit., p. 130.

¹⁰⁹FROTA, José Artur D’Aló. Op.Cit., p. 18.

“indefinição de uma linguagem comum [que] revela a verdadeira dimensão da crise em que a arquitetura havia se metido, ao mesmo tempo em que demonstra uma séria e inconsciente procura por uma saída para o impasse”¹¹⁰. (Fig. 10)



Figura 10 – Exposição do Centenário Farroupilha. Vista do Eixo Monumental, Porto Alegre, 1935

FONTES: ESQUINAZI; FROTA, 1999

Nesse contexto político pós-1930, a promoção de uma nova realidade cujas idéias deveriam ser baseadas em novos parâmetros arquitetônicos vigentes, foram materializadas em pavilhões com diversificadas formas plásticas.

Segundo Weimer:

O Instituto de Educação (aproveitado como pavilhão cultural), de autoria de Fernando Corona, era em estilo neoclássico; o monumental pórtico de entrada, de Franz Filsinger, denotava nítida influência da arquitetura fascista; o cassino de Gelbert, era a imitação da parte superior de um navio; o pavilhão de Pernambuco, de Luiz Nunes, apresentava influências de Le Corbusier; o pavilhão de São Paulo, de Prestes Maia, era ‘clássico moderno’; o pavilhão do Distrito Federal tinha influência do expressionismo alemão; o do Pará era em estilo marajoara; o da indústria estrangeira, do cubismo; o do Instituto do Café tinha a forma de uma descomunal tocha e assim por diante”¹¹¹

Nesses pavilhões, estavam expostos produtos vinculados aos serviços, à indústria e à agricultura, com os quais procurava-se demonstrar para os demais

¹¹⁰WEIMER, Günter. Op. Cit, 1992, p. 130.

¹¹¹WEIMER, Günter. Op. Cit , 1992, p. 130.

Estados participantes¹¹², um Rio Grande do Sul moderno. Assim o evento foi ponto culminante de um Rio Grande do Sul com relação às suas pretensões econômicas em âmbito nacional, que, com o passar do tempo, tornaram-se tão volúveis quanto a própria transitoriedade da Exposição e de seus pavilhões¹¹³.

Na exposição de 1935, participaram grande parte dos municípios gaúchos, dentre eles, Santo Ângelo, não apenas através de seus políticos, mas, inclusive, da sociedade que possuía condições de ir até a capital vivenciar este incrível acontecimento.¹¹⁴

Conforme relato de Rockenbach¹¹⁵:

Achei monumental. Achei uma maravilha! Uma coisa inédita! Uma coisa de antes de indústria e comércio. E foi tudo exposto ali! Eu fiquei encantado que eu nunca tinha visto. Em 35 nós morávamos em Lajeado ainda. Uns, dois, três meses depois nós nos mudamos pra Porto Alegre. Ficamos lá seis anos e meio, quase sete anos! Eu achei muito lindo aquilo lá! Nunca tinha visto! Tinha visto em jornais e revistas, mas a pessoa presente, assim. Eu achei fantástico! Indústria e comércio, tudo que tinha no Rio Grande do Sul foi exposto ali. Era tudo muito bonito. Eu morava em Lajeado, nem luz tinha lá [Quanto à iluminação] Feéricamente iluminado!! Em Lajeado não tinha nem água, nem luz!!! Só tinha luz de noite!

A busca por maior representatividade gaúcha no âmbito nacional pode ser visualizada a partir do destaque do Estado na sua maciça participação na Exposição de 1935. Este dado pode ser verificado a partir do número de expositores “[...] atinge 3.122, dos quais 2.290 são oriundos do Rio Grande do Sul e 832 dos demais Estados e do pavilhão das Indústrias Estrangeiras.”¹¹⁶

¹¹²Na inauguração da Exposição, na manhã do dia 20 de setembro de 1935, no “hall” do pavilhão das Indústrias Rio-Grandenses, contaram com presenças ilustres do contexto político na época; além do Presidente da República, do Governador do Rio Grande do Sul, e do Governador da Bahia, Secretários da Agricultura de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina, senadores, deputados federais e estaduais, e dos prefeitos da quase totalidade dos municípios gaúchos, industriais, criadores entre outros, participaram autoridades do Uruguai, Argentina e Paraguai. ESQUINAZI, Davit; FROTA, José Artur D’Aló. Arquitetura comemorativa da Exposição do Centenário Farroupilha, 1935. Catálogo. Porto Alegre: Corag, 1999, p.14.

¹¹³ESQUINAZI, Davit. Op. Cit., 1995, p. 55.

¹¹⁴Segundo publicação a partir do relatório da Exposição, a iluminação normal de Porto Alegre era composta por 4.482 lâmpadas com 997.319 velas, enquanto na Exposição foram empregadas 28.289 lâmpadas com 2.143.325 velas. Ver: ESQUINAZI, Davit; FROTA, José Artur D’Aló. Op.Cit., 1999, p.27.

¹¹⁵Conforme depoimento do Sr. Rudá Rockenbach, ex-desenhista, ao falar da época da Exposição. Rockenbach nasceu em 11 de Setembro de 1921 em Lajeado. Por volta de 1941 mudou-se para Santo Ângelo. Entrevista ao autor em Santo Ângelo em 28 de Julho de 2005.

¹¹⁶MACHADO, Nara Helena Naumann.Op. Cit., p. 261.

Além disso, a aceitação do público frente a essa novidade foi intensa, pois mais de um milhão de pessoas frequentou os espaços da exposição em uma época em que Porto Alegre se aproximava dos 300.000 habitantes.¹¹⁷

O município de Santo Ângelo em fins da década de vinte, portanto poucos anos antes do início do evento, ocupava destacada posição no Rio Grande do Sul, no que diz respeito aos valores das terras agrícola, ficando atrás no Estado, apenas dos municípios de Livramento, Bagé e Dom Pedrito.¹¹⁸

Além da relevância econômica percebe-se a importância política de Santo Ângelo na articulação regional no levante de outubro de 1930.¹¹⁹ O contexto de inauguração de uma nova República, cuja participação das lideranças Santo-angelenses em conferências em Porto Alegre com os líderes ao nível estadual como Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, entre outros, definiram previamente os rumos a serem seguidos na região durante o levante.

Conforme a Revista do Globo, intitulada *Revolução de Outubro: O Movimento Revolucionário em Santo Ângelo*, de 1931, pode-se verificar a importância de Santo Ângelo no contexto político estadual na época:

Também neste grande município missioneiro, guarda fiel de gloriosas tradições, onde a campanha da Aliança Liberal deixou gravado o signal indelével de seu incontestável civismo, conquistando no memorável pleito de 1° de Março o quarto lugar em votação entre os municípios do Estado, os ideaes de regeneração nacional tinham lançado profundas raízes no espírito popular, de tal sorte que anunciado o movimento, desde logo se previa o entusiasmo que elle provocaria no seio da população laboriosa, que não trepidou em largar os instrumentos de trabalho para acorrer às fileiras do Exército Libertador.¹²⁰

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Referente aos dados do Relatório da Secretaria da Fazenda, em 1929, p. 41. Possivelmente Santo Ângelo tenha participado da Exposição Agrícola, Pastoral e Industrial do Estado do Rio Grande do Sul, inaugurada em novembro de 1931, no parque Menino Deus, em Porto Alegre. Com prêmios e menções honrosas. Dado que está para ser mais bem aprofundado. Ver: Relatório de Santo Ângelo de 1932, p. 33.

¹¹⁹ As ligações entre Getúlio Vargas e as lideranças locais podem ser visualizadas antes mesmo do movimento revolucionário de 1930. Quando por Santo Ângelo esteve enquanto candidato à presidência do Rio Grande do Sul acompanhado de Oswaldo Aranha, em agosto de 1927. Ver: BINDÉ, Wilmar Campos. Santo Ângelo: Terra de muitas Histórias. Ijuí: Imprensa Multicor, 2006, p.379.

¹²⁰ REVISTA DO GLOBO. Revolução de Outubro: O Movimento Revolucionário em Santo Ângelo. Número especial, 1931, p.78.

Até o momento conseguiu-se verificar que a Exposição do Centenário Farroupilha de 1935, contou com a presença de Santo Ângelo, conforme Catálogo Geral (oficial) da Exposição.¹²¹

Foi no Pavilhão da Indústria Riograndese (Fig.11) que Santo Ângelo participou, com os seguintes produtos e seus respectivos expositores: sabão (Carlos Steiglish e Max Kegler), café (Schmidt & Ruling e Max Kegler), bolas de madeira para jogos (Oswaldo Stangler), trigo e farinha (Walter Sacks e Gustavo Burchardt), bebidas (Oscar Kaercher e Frederico Koerner), banha e conservas (Sociedade da Banha), Obras de cimento e postes de madeira para luz (Prefeitura Municipal) e malte (Frederico Koerner)¹²².



Figura 11 – Exposição do Centenário Farroupilha. Vista do Pavilhão da Indústria Rio Grandense. Porto Alegre, 1935

FONTE: ESQUINAZI; FROTA, 1999.

Esse desejo de afirmação regional em âmbito nacional, nutrido com a Exposição Farroupilha de 1935, não ocorrera como as elites gaúchas sonhavam e “se volatilizou logo após o seu término”¹²³. Este contexto de expectativas econômicas regionais é referido por Weimer ao relatar os benefícios conquistados pelo Rio Grande do Sul através da Revolução de 1930:

Esta estrondosa vitória militar foi a mais redundante derrota econômica do Estado. Na medida em que Vargas transferiu para o governo central o modelo autoritário do positivismo gaúcho, passou a receber forte oposição

¹²¹Catálogo Geral (oficial) e Guia do Touriste. Exposição do Centenário Farroupilha, 1835-1935. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1935.

¹²²Catálogo Geral (oficial) e Guia do Touriste. Op. Cit., p.199.

¹²³ EQUINAZI, Op. Cit., 1995, p. 55.

das lideranças locais, ciosas de manter o seu poder. A abolição das barreiras alfandegárias interestaduais representou um forte golpe contra a nascente indústria local, que encontrou sérias dificuldades para enfrentar a indústria paulista, bem mais capitalizada devido à política do café.¹²⁴

O mesmo não ocorreu no setor primário quanto à conquista de mercados, nos quais havia demanda para produtos agrícolas provenientes do celeiro do país como era chamado o Rio Grande do Sul, o que incrementou a economia das localidades agrícolas, entre essas Santo Ângelo que já tinha lugar destacado.

2.2.1. Exposição da *Capital das Missões*

A língua alemã chama com a mesma palavra a arte de edificar e a arte de cultivar; o nome agricultura (*Ackerbau*) não soa como cultivo, mas como construção; o lavrador é um edificador (*Bauer*) [...] um povo deve edificar seus campos, como suas cidades.¹²⁵

Os reflexos de uma nova sociedade culturalmente estruturada, devidamente estabilizada, pode ser identificado na sua arquitetura, capaz de produzir uma imagem espacial identificável com o *espírito do tempo*, concomitantemente com o *espírito do lugar*, moderno e tradicional, ambos diretamente influenciadas pelo *território* pertencente ao Município ao longo de sua história e pelo intenso contingente imigrantista, base da sociedade, cujo papel foi fundamental na constituição urbana de Santo Ângelo.

Segundo Machado ao comentar sobre o desenvolvimento urbano afirma que:

Durante algum tempo, quando a cidade começou a se expandir para o norte da atual Rua 25 de Julho, antiga 14 de Julho, esse setor da urbe era conhecido pela denominação de 'Alemanha', pois predominava uma população formada, em sua maioria, de teuto-brasileiros. Essa predominância se revelava no comércio, na indústria e demais ramos da atividade, refletindo-se, naturalmente, no aspecto social.¹²⁶

Esta impressão acima citada, certamente refletiu-se na arquitetura e foi influenciada pela implantação edificatória de fins da década de trinta a meados da década de quarenta, quando surgiu uma Santo Ângelo mais densificada,

¹²⁴WEIMER, Günter. Op. Cit., 1999, p. 127.

¹²⁵CATTANEO, Carlo. Apud. ROSSI, Aldo. Op. Cit., 2001, p. 259.

¹²⁶MACHADO, José Olavo. Op.Cit., p. 45.

caracterizada pela representação arquitetônica das novas atividades, vinculadas às diversificadas especialidades do comércio, da indústria e da prestação de serviços de uma sociedade já estabelecida.¹²⁷

É nesse período que se configuram atividades urbanas características de uma sociedade de consumo eminentemente de uso coletivo público como os cafés, as lojas, as joalherias, entre outros. São aspectos de uma vida levada fora das residências, ocorrência já iniciada durante a segunda metade da década de vinte, mas que ainda desarticuladas enquanto representação efetiva das atividades da qual a sociedade em urbanização e em sofisticação demandava.

Portanto, é nesse novo núcleo da cidade que uma simples passagem tornou-se um passeio público, no qual o transeunte protegido pelas marquises de concreto usufruía das novas paisagens urbanas de um novo tempo diferente da anterior. As marquises adquiriram papel fundamental na determinação de uma área de transição entre o público e o privado, além de uma delimitação de área de encontro e, ao mesmo tempo, de passagem caracterizada por um percurso protegido das intempéries. Estas paisagens construídas eram caracterizadas por arquiteturas de estabelecimentos comerciais e na prestação de serviços. Novas perspectivas foram expressadas pela composição mais uniforme das ruas onde maiores planos de vidros ao nível do observador definiam estrategicamente as vitrines que induziam a atenção de quem desfrutava aquele novo contexto, até bem pouco tempo inexistente em Santo Ângelo. O caráter urbano da cidade tornou-se símbolo de modernidade na qual o centro teve destaque, como meio promotor de consumo, não apenas dos próprios cidadãos locais mas daqueles que vinham pela curiosidade às missões e podiam se hospedar em um hotel de referência na região, mas também, em um local onde freqüentemente ocorriam festividades sociais¹²⁸. A cidade tornou-se um espaço capaz de absorver diversas atividades, representadas por edificações de uso coletivo, públicas e privadas. A arquitetura ganha *status* de

¹²⁷Destacam-se a Companhia Brasileira de Fumo em Folha, a Refinaria de Banhas, o Beneficiamento de Algodão, Bopp, Sassen, Ritter e Cia Ltda, Streppel & Rheinheimer, a Estofaria Stocker, as Indústrias Marchionatti, Leopoldo Hepp & Cia, a loja Feldmann, a casa Pfaff, a joalheria Dumke, H. Scarpellini & Filhos, Sociedade Comercial Ortmann, Indústrias Reunidas Kegler & Treter, entre outros estabelecimentos.

¹²⁸No Hotel Maerkli, de Eduardo Maerkli, havia um *biergarten*, um chafariz e conjunto de música que tocava em um quiosque, que ficava na parte interna do lote e servia de ambiência para os encontros sociais que ocorriam no salão principal deste recinto, e referência no interior do Rio Grande do Sul.

produto capaz de expor e de expor-se, como nas propagandas da época das *Casa Jota* (Fig. 12) e da *Casa Miriam* (Fig. 13).



Figura 12 – Propaganda Casa Jota. Santo Ângelo, 1943
 FONTE: Jornal Diário da Manhã, 1943



Figura 13 – Propaganda Casa Miriam. Santo Ângelo, 1950
 FONTE: Jornal O Debate, 1950

Pelo novo modo de vida de seus habitantes, influenciado pelos grandes centros, pelo cinema, pelo café expresso, a cidade tem no movimento contínuo a característica de transformação em um lugar cada vez mais urbano. Tudo começa a fazer parte do espaço coletivo da rua, que ganha passagem na cidade da década de trinta e quarenta. Portanto, um benefício de uma vida mais fora das residências no espaço urbano da rua e dos passeios ligado a um circuito comercial e de serviços.

As transformações urbanas de Santo Ângelo, calcadas nas origens de uma colonização de caráter *espontâneo*, e que gradativamente influenciavam os setores da economia local, pode ser atribuída ao trabalho do colono e à diversidade cultural

do imigrante¹²⁹. A identidade étnica proveniente dessa sociedade, inicialmente rural e posteriormente urbana, definiu uma situação urbana diferenciada a partir da construção rápida, homogênea e específica de um lugar da cidade de fácil legibilidade e identificável pela maior densificação de edificações.

O caráter urbano serviu externamente na busca de expansão por outros horizontes em nível nacional, além do consumo interno, pelo interesse na criação e captação de novas possibilidades políticas e econômicas. Instituiu-se um evento para propagar seus principais produtos, provenientes da sua grande extensão territorial: a agricultura e a valorização de um sítio arqueológico. Assim, a promoção e venda da urbe e de suas potencialidades, oriundas do trabalho no solo ou das ruínas jesuíticas, ficaram representadas em Santo Ângelo a partir da terceira edição da *Festa Nacional do Milho, de 1954*, um marco festivo da dinâmica que a cidade vivenciara nos anos anteriores na região.¹³⁰

Essa nova configuração urbana construída, serviu de “rótulo” para o produto que a cidade se tornou. Conquistou assim o designativo de *capital*. Às raízes mais profundas do território, atribuiu-se a ligação com as *missões*; efetivava-se, assim, uma nova categoria na escala de abrangências e importâncias das localidades na região, mas agora em âmbito nacional, não mais *freguesia*, não mais *vila*, nem *cidade*, mas a da autopromoção, nascia, assim, a *Capital das Missões* (Fig. 14).

¹²⁹Característica do papel da imigração no Brasil, especialmente após o fim do sistema de mão-de-obra escrava no sentido de geração de riqueza através de um trabalho especializado, seja nas áreas rurais ou urbanas, foram capazes de impulsionar um sistema econômico capitalista.

¹³⁰A *Festa Nacional do Milho, de 1954* ocorreu em Santo Ângelo na sua terceira edição. Anteriormente havia ocorrido em Ijuí (1952) e Santa Rosa (1953) e tinha por finalidade promover a cidade sede. Foi criada através da Lei nº5, de 16 de fevereiro de 1954, ironicamente também efêmera, mesmo que isoladamente, demonstrou a organização da cidade em se autopromover em um momento de redemocratização nacional. Inicialmente planejada para começar no dia 25 de Julho em homenagem às comemorações ao Dia do Colono, acabou sendo transferida para o período de 14 de agosto a 7 de setembro de 1954. Este evento que teve uma programação variada, com desfiles de carros alegóricos, máquinas agrícolas pelas principais ruas da cidade, desfiles de moda, bailes e concurso de vitrines. Contudo, este evento só voltaria a ocorrer novamente em 1986, a partir de quando, ocorreria sistematicamente em Santo Ângelo. Ver: FINOKIET, Bedati. Arca da Memória: artigos sobre a história de Santo Ângelo. Santo Ângelo: Gráfica Jornal das Missões, 2003, 151-152.



Figura 14 – Cartaz Festa Nacional do Milho. Santo Ângelo, 1954
 FONTE: Acervo particular Jair Severo

Segundo depoimento de fotógrafo atuante em Santo Ângelo em meados do século XX, a situação urbana vivenciada pela cidade, evidenciava a valorização das arquiteturas e das paisagens construídas em uma nova feição urbana.

[...] Aqueles prédios eu tirei retrato pra fazer postais, pra poder mostrar que a cidade tinha evolução. Porque a pessoa mandava aquilo pra recordações de pessoas, pra divulgar a cidade em que ele estava morando. Que ele não estava morando em uma colônia. Estava morando em uma cidade que tinha sempre progresso.¹³¹

A análise da forma urbana dessa transformação, sua representação na arquitetura da cidade serão adiante demonstradas. Antes cabe abordar um dos principais agentes nesta transformação urbana: a construtora Santo Angelense Ltda.

¹³¹ Segundo depoimento de Bertholdo Bruno Benno Schmidt. Fotógrafo. Conforme entrevista ao autor na sua residência, em Ijuí-RS a 2 de Agosto de 2007.

2.3. O escritório da cidade

A partir de 1935, quando o governo federal inicia um processo cada vez mais centralizado, apresenta-se um novo contexto na construção civil e na maneira de se constituir a cidade. Assim, no contexto de Porto Alegre de :

[...] fim da década de 30 e início de 40, observou-se, em Porto Alegre, um surto de vitalidade econômica na esfera imobiliária e urbana. Surto modesto na escala brasileira, mas considerável na escala provinciana. Algumas vielas mal afamadas do centro foram transformadas em avenidas [...] Surgiram alguns edifícios orgulhosamente chamados de arranha-céus. Os projetos correspondentes eram produzidos nas firmas construtoras sob a chancela legal dos engenheiros civis titulares das empresas.¹³²

Os proprietários das firmas, na sua maioria egressos da Escola de Engenharia de Porto Alegre, iniciaram e desenvolveram seus trabalhos na década de vinte na capital a partir da dominação do mercado imobiliário¹³³. Nas cidades, algumas conseqüências desse processo são por Weimer apontadas, isto é, quando se abriu “um vasto mercado para as firmas construtoras de engenharia que, à semelhança do sistema político, passaram a centralizar os empreendimentos imobiliários”, sendo que os projetos passaram a ser executados nos escritórios das empresas¹³⁴. Essa dinâmica da constituição de empresas de construção é anterior à própria década de trinta [...] uma maneira diferente de se edificar foi efetivada, para o mercado e não mais sob encomenda, característica de uma “(...) reorganização da construção com ênfase em moldes empresariais”¹³⁵.

Em Porto Alegre, dentre essas empresas, destacam-se seus titulares, seus respectivos anos de formação, os principais arquitetos atuantes e o período de atuação dos mesmos, dentre outras de menor porte¹³⁶.

¹³²RIBEIRO, Demétrio. IN: XAVIER, Alberto & MIZOGUCHI, Ivan. *Arquitetura moderna em Porto Alegre*. São Paulo: Pini, 1987, p. 26.

¹³³WEIMER, Günter. *Arquitetura Modernista em Porto Alegre entre 1930 a 1945*. Porto Alegre: Unidade Editorial. Porto Alegre, 1998.

¹³⁴WEIMER, Günter. *A fase historicista da arquitetura no Rio Grande do Sul*. IN: FABRIS, A.T. (org.). *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel/Ed. Da USP, 1987. p. 277.

¹³⁵MACHADO, Nara Helena Naumann. *Modernidade, Arquitetura e Urbanismo: O Centro de Porto Alegre [1928-1945]*. Porto Alegre: PUC/RS, 1998. Tese [Doutorado em História do Brasil] – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, 1990, p. 177.

¹³⁶**Azevedo Moura & Gertum** (1924) de Fernando Azevedo Moura e Oscar Gertum (formados em 1920 e 1922), cujos arquitetos foram Egon Weindörfer (fins de 1928 a 1956), Fernando Corona (a partir de 1926), Agnello de Luca (de 1928 a 1930) João Antônio Monteiro Neto (de 1936 a 1940), Arnaldo Gladosch e Guido Trein; **A. D. Aydos & Cia Ltda** (1927) de Adalberto Dubois Aydos (diplomado em 1924), os arquitetos eram Franz Filsinger (1928 a 1934), Adolf Siegert, Vitorino Zani (a partir de 1930), além do já citado Corona; Dahne, Conceição & Cia. (1928) de João de Abreu Dahne e Laury Antunes Conceição, (formados em 1907 e 1920), cujos arquitetos eram Erich Wilhem Erwin

A existência de um vasto campo de trabalho encontrado no interior e nas intendências e, posteriormente, nas prefeituras do interior gaúcho foi fator importante para o deslocamento de vários profissionais ligados aos melhoramentos necessários às localidades em desenvolvimento urbano. Corroborando para essa contextualização, cabe assinalar “que a partir de 1900 começaram a ser formados profissionais capacitados a equacionar os problemas propostos e que haveriam de encontrar amplo apoio na Secretaria de Obras Públicas e nas intendências municipais”¹³⁷.

A origem dessa reciprocidade entre o poder público santo-angelense e as escolas superiores da capital remonta à virada do século XIX para o XX, quando a intendência de Santo Ângelo chegou a receber pedido de ajuda de custo para a construção do prédio para a Escola de Engenharia de Porto Alegre. Pedido que fora recusado devido aos recursos que eram escassos¹³⁸.

A parceria entre o poder público e as empresas de construção era comum nessa época durante a República Velha quando a demanda de trabalho era grande em todos os setores. Além da intensa participação dos profissionais nas intendências durante o período pré-1930, após a regulamentação das profissões, esses profissionais passariam a dominar a esfera da iniciativa privada através da criação de suas empresas construtoras, a partir do credenciamento, pagamentos das taxas e cumprimentos das exigências do recém criado sistema Confea – CREA.

Brandt (de 1927 a 1946) e Gottfried Otto Paul Krueger; e **Haessler & Woebcke** (1928) de M.L. Alfred Haessler e Ernesto woebcke, (o primeiro se formou na Escola de Engenharia de Munique, o segundo graduou-se em 1920) na qual trabalhou o já citado arquiteto Franz Filsinger (de 1933 a 1939). Ver: MACHADO, Nara Helena Naumann. Op. Cit. p.177 e 226; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. Escola de engenharia /UFRGS: um século. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1996, p.3-10; WEIMER, Günter. Arquitetos e Construtores no Rio Grande do Sul, 1892-1945. Santa Maria: Editora UFSM, 2004; e WEIMER, Günter. A fundação do CREA e os arquitetos. Projeto, São Paulo, no. 67, setembro de 1984, p. 115-116.

¹³⁷WEIMER, Günter. (Org.). Urbanismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EDUFRGS,1992, p. 98.

¹³⁸Na 8ª.Sessão Ordinária de 05 de agosto de 1898. Referentes aos dois ofícios de auxílio: um para o término da Igreja da Matriz e outra para a obra da construção do edifício destinado a Escola de Engenharia, fundada na capital do Estado. O primeiro pedido contou com 500 mil réis. Com relação ao segundo declarou-se que o município não poderia fornecer o devido auxílio. Registro de Atas do Conselho, 1898 – 1915, folha 6.

O mercado de Santo Ângelo era promissor, pois em 1929 de acordo com Relatórios, em todo território santo-angelense havia seis engenheiros, destes, apenas um na sede do município¹³⁹.

A partir da década de vinte, é que se percebe uma contribuição maior por parte de especialistas devido a maiores demandas da localidade, assim formou-se o *Escriptorio de Engenharia*, cujo responsável era Alexandre Martins da Rosa¹⁴⁰. No entanto, seus trabalhos em Santo Ângelo só não foram adiante devido a problemas de ordem pessoal.¹⁴¹

A exigência de um corpo técnico capaz de suprir as novas necessidades de uma vila de Santo Ângelo em intenso crescimento e deficitária de serviços de urbanização não era pouca, especialmente no quesito de saneamento e infraestrutura urbana.

Para o lugar de Martins da Rosa, assumiu José Carlos Medaglia¹⁴² que foi convidado pelo Prefeito na época a participar da administração municipal, ao

¹³⁹Referente ao grupo atuante no município de Santo Ângelo, até o momento sabe-se de: Alexandre Martins da Rosa, José Carlos Medaglia e João de Abreu Dahne, este chefe da Comissão de Terras de Santa Rosa ao substituir o engenheiro Octavio de Campos Monteiro.

¹⁴⁰Engenheiro civil, formado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre, em 1916.

¹⁴¹Engenheiro a trabalho pela Intendência, só não continuou os trabalhos na villa devido a um problema pessoal com seu ex-sócio de escritório. "Em fins de 1925, Carlos Weck teria feito comentário (s) desabonatório (s) à conduta e honra do Engenheiro Alexandre, seu ex-sócio. O fato teria chegado, através de terceiros, ao conhecimento do Dr. Martins da Rosa, que se sentiu ofendido, injuriado. Daí em diante surgira séria desavença entre ambos". Fato que por fim culminaria no homicídio de Weck, através de disparo por parte de Rosa em início de 1926. Ver: BINDÉ, Wilmar campos. Santo Ângelo: Terras de muitas Histórias. Santo Ângelo: Impressão Multicor, Ijuí, 2006, p.300-301.

¹⁴²José Carlos Medaglia nasceu em 19 de março de 1907 em Porto Alegre. Filho de Rocco Medaglia e Magdalena Medaglia. Em torno de 1895, recém casados, deixaram o sul da Itália, onde moravam, na província de Cosenza, na pequena cidade de Morano Calabro. Na capital gaúcha o Sr. Rocco Medaglia possuía uma loja de calçados finos a "CASA MEDAGLIA", na Rua dos Andradas; sua esposa sempre foi dona de casa. Tiveram os filhos: Thereza, Corinha, Marieta, Francisco e José Carlos. Magdalena faleceu em 1910. Rocco foi casado em segundas núpcias com Aurora Medaglia e faleceu em 1918. José Carlos Medaglia fez seus estudos no Ginásio Anchieta e Colégio Alemão (atual Júlio de Castilhos), concluindo este último em 1922. Em seguida exerceu atividades no comércio, por ter de aguardar vaga que lhe concedera o Governo do Estado para o Curso de Engenharia. Em 1924 entrou na Escola de Engenharia, e formou-se em 1929. No ano seguinte defendeu a "tese" de diplomação com trabalho sobre a canalização do Riacho Ipiranga, trabalho que recebeu nota máxima. Durante o curso, em 1926-1927, como estudante, organizou a Empresa de Viação Rápida Porto Alegrense, passando em fins de 1928, após a encampação dos ônibus pela Companhia Carris, a exercer atividade na Companhia Telefônica Rio Grandense. Ainda como estudante, trabalhou na Prefeitura de Porto Alegre, onde, como auxiliar de engenheiros como Abreu Lima, Pereira Neto, Fernando Pereira e Clóvis Pestana ajudou nas obras da Av. Borges de Medeiros, na construção da estrada Porto Alegre - Belém Novo, contribuiu na construção das chapas de concreto das radiais da Capital e outras. Sabe-se que Medaglia participou de uma concorrência aberta pelo Governo do Estado em 1929 para a elaboração de projetos de prédios escolares. Segundo seu depoimento ao jornal de Santo Ângelo, o projeto foi classificado em segundo lugar.

tornar-se Diretor da Seção de Obras da Prefeitura de Santo Ângelo, setor que ajudou a criar. Trabalhou na iniciativa pública de 16 de julho de 1930 a 27 de janeiro de 1938, período que conferiu ares de transformações à vila de Santo Ângelo¹⁴³

Assim, Santo Ângelo passou a contar, inicialmente com um engenheiro municipal capaz de solucionar os problemas de urbanização da vila. Em seguida, também passou a contar com o empresário da construção, a partir da criação e constituição da empresa em sociedade com outras pessoas ligadas a esse meio. Em 30 de junho de 1932, fundava-se a Construtora Santo Angelense Ltda¹⁴⁴. O intenso trabalho como engenheiro municipal, passou a ser dividido com a conquista das obras de edificações das quais Medaglia se tornou o responsável técnico pelos projetos e execução. No que diz respeito ao setor privado, pode-se afirmar que a atuação da firma Santo Angelense Ltda, contribuiu de maneira importante na transformação da vila em um espaço mais urbano.¹⁴⁵

Abaixo, transcreveu-se trechos, como estavam escritos no folheto promocional desta empresa da construção.

Nota-se por essa propaganda da firma de fevereiro de 1934, que a promoção e o beneficiamento da mesma em decorrência da regulamentação na área da construção civil e a facilitação ao acesso a uma moradia melhor através do financiamento habitacional, não podem ser descartados.

Também concorreram a Companhia Constructora Sul Brasil; o engenheiro arquiteto Ernani Corrêa; Dahne, Conceição e Cia, engenheiros construtores e Azevedo Moura e Gertum, Engenheiros Construtores. Ver: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, de 02.05.1929. CONHEÇA ESTE NOVO SANTO-ANGELENSE, Jornal: A Tribuna, Edição Especial, Santo Ângelo de 25.07.1973, s/p. 50 ANOS DE FORMATURA DO ENGENHEIRO MEDAGLIA, Jornal A Tribuna Regional, Santo Ângelo, 15.12.1979. Seu registro no CREA-RS é 426, e sua carteira 194-D

¹⁴³Essas mudanças revelam um profissional preocupado principalmente com as questões de insalubridade e de conforto. Em conversa com a engenheira civil, filha do Sr. Medaglia, a Sra. Cláudia Medaglia, comentou um fato vivido por seu pai durante seu trabalho em Santo Ângelo décadas atrás. De que ele após ter chegado a Santo Ângelo, verificou que as pessoas não sabiam o que era ter banheiro dentro de casa. Depoimento ao autor em 24 de julho de 2006, em Porto Alegre-RS.

¹⁴⁴O contrato social foi arquivado na Junta Comercial do Estado em 4 de Agosto de 1932, sob número 23.490.

¹⁴⁵Pode-se afirmar que esteticamente houve uma arquitetura vinculada ao trabalho da firma na cidade de Santo Ângelo. É evidente a transformação plástica proporcionada pela mesma nos seus mais diversos graus de inovação e particularidades de projeto. Esta nova estética determinada pelo pioneirismo da firma vai até o momento em que a mesma começou a dividir espaço com outras organizações que iniciavam seus trabalhos em Santo Ângelo, na década de 1950.

Na introdução:

Dispense-nos, 5 minutos, de seu precioso tempo; não será perdido, pois, LENDO COM ATENÇÃO ficará sabendo que, SOMENTE, a Constructora Santo Angelense Ltda. está habilitada a construir, a sua casa, em condições REALMENTE VANTAJOSAS para v. s..

Nesta propaganda da firma, pode-se perceber uma das maneiras de captar o trabalho:

Em nosso escriptório, à Rua Antunes Ribas, n° 34 encontrará V.S. quem lhe prestará maiores esclarecimentos, bem como executará GRATUITAMENTE, sem compromisso algum o projecto e orçamento de sua casa”.

A quantia de obras feitas até aquele momento era também utilizada para divulgar os serviços da recém-criada firma¹⁴⁶. E, percebe-se claramente a intenção de divulgar uma novidade em prol da transformação da localidade:

As construções que executamos, em ESTILO MODERNO, obedecem aos últimos requisitos da **technica constructiva, concorrendo de fórma insuperada, para o progresso dessa localidade.**

Essa construção e inovação urbana pela edificação, vinculando-a ao desenvolvimento mais amplo, indicam a intenção de transformação que havia na época, apoiada pelo poder público, ao regulamentar leis a favor desse projeto de cidade, assimilado pela sociedade que poderia aderir ao mesmo.

Nesse sentido, na facilitação do pagamento da casa própria, nota-se que:

Nosso systema de financiamento, NÃO TEM SIMILAR, no Rio Grande do Sul. Pois, construímos, IMMEDIATAMENTE a sua casa, apenas com o pagamento da TERÇA PARTE do seu valor. O restante poderá pagar em 72 PRESTAÇÕES mensaes (6 annos), de valor igual ao respectivo ALUGUEL.

O folheto, além de trazer outros aspectos, ressalta as vantagens da nova habitação:

Ilmo. Chefe de Família.

A sua maior aspiração é, naturalmente, possuir uma CASA PRÓPRIA, que proporcione aos seus, CONFORTO, HYGIENE E BEM ESTAR.

Pois bem, a CONSTRUCTORA SANTO ANGELENSE LTDA, oferece essa oportunidade.

NÃO PERCA – Temos projectos para todos os preços e gostos.

¹⁴⁶62 prédios. Número que possivelmente deve ter sido acrescido por algumas obras feitas através da Prefeitura ou anteriores à fundação da mesma, já que pela listagem da firma, este número em início de 1934 chega a um quarto do divulgado.

Em Santo Ângelo, o mercado da construção civil não era unicamente da firma, mas era dividido com outros construtores locais.

No *Livro de Registro de Construções da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo (1933-1943)* pode-se visualizar que no mercado local da construção existiam por volta de quarenta profissionais¹⁴⁷. Nesse período, a imensa maioria dos trabalhos feitos em Santo Ângelo teve a presença da Construtora Santo Angelense Ltda.

A hegemonia dessa empresa é bem mais ampla e se estende às edificações de maior porte. Apenas essa firma construiu edificações com mais de um pavimento em um período de dez anos. Aspecto que demonstra o domínio do mercado por parte da mesma era absoluto e, para a qual ficava a fatia das principais edificações da localidade.

Muitos dos construtores inclusive viriam a trabalhar para esta construtora como empreiteiros e, dentre estes existiam vários imigrantes, italianos, poloneses, alemães, espanhóis, tchecos e russos.¹⁴⁸

Quanto à produção da construtora Santo Angelense Ltda, pode-se afirmar que no ano de 1933, verificou-se mais de um projeto por mês; no ano seguinte, houve um decréscimo, embora ainda mantivesse uma boa média mensal. Contudo, nos três anos seguintes essa tendência de decréscimo, vista também em 1935, inverteu-se. Nesse segundo triênio, 1936, 1937 e 1938, foram feitas mais da metade das obras no período. O ponto de inflexão em todo o período de estudo é o ano de 1939, quando se construiu mais que o dobro do ano anterior. Nos anos seguintes, a produção edificatória oscilou entre decréscimo e crescimento do número de

¹⁴⁷Neste sentido, lista-se instaladores, pedreiros, marceneiros, etc. Cabe ressaltar a atuação do construtor Guilherme Obermeyer, carteira no CREA número 419, com aproximadamente 127 trabalhos como destaque, atrás apenas da Construtora Santo Ângelense Ltda, no período. Esta com 396 trabalhos. Deve-se mencionar de que esta lista não estava completa e de que foi considerado como obras inclusive “instalação sanitária” e “aumento” dispostas na listagem da Prefeitura como trabalhos independentes, estes por vezes ocorridos na mesma edificação, mas em períodos diferentes.

¹⁴⁸Ao nível de registro, segue alguns dos representantes dos executores das obras da Construtora Santo Angelense Ltda na época em estudo, os quais devem ter sido diversas centenas. Cada empreiteira tinha aproximadamente de cinco a sete empregados. Alguns empreiteiros eram: Pedro Teixeira da Rosa, Hector Mac Onell, Manoel Antão Penedo, Riodante Cogo, José Quirino dos Santos, Augusto Erns, Fernando de Simon, Julio Ludwig, Guilherme Obermeyer, José Bombassaro, Luiz Zerial, João Martins Corrêa, Adolfo Rosenbaum, José Giacometti, Alcindo Fontoura Pereira, Gino Menegon, José Ludwig Mueller, Germano Neumann, Humberto Marenzi e Max Gottardt Schindler.

construções, mas com a considerável média de aproximadamente duas edificações ao mês. Destaca-se os anos de 1941 e 1942 como período intenso de construção e 1943 o ano em que menos se edificou. (Fig.15)

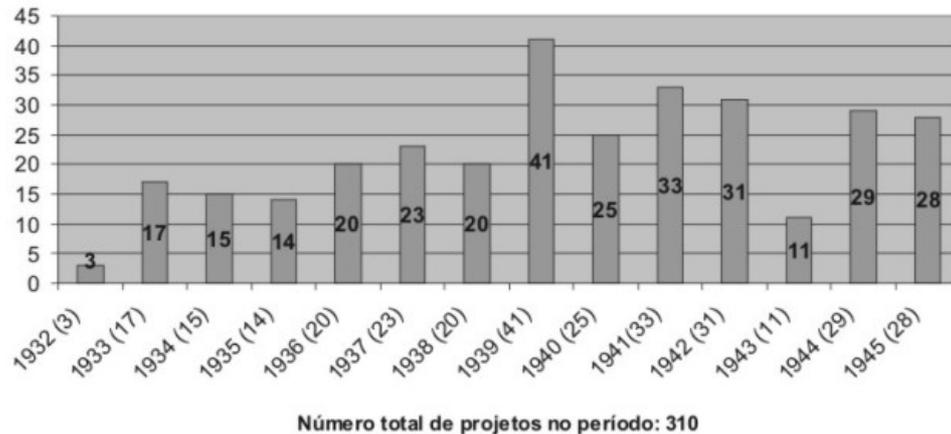


Figura 15 – Número de projetos ao ano feitos pela construtora Santo Angelense Ltda

Às vésperas da Segunda Grande Guerra, houve uma mudança significativa na maneira de funcionamento da firma, concomitantemente à intensa demanda por novas habitações. Iniciou-se um processo de intenso aquecimento da construção civil em Santo Ângelo, o que exigiu uma nova organização da Construtora Santo Angelense Ltda.

Assim, profissionais foram contratados, surgindo outras atividades e novas áreas dentro da firma enquanto organização empresarial, proporcionando à mesma uma maior produtividade frente às novas demandas. Essa distinção de funções acarretou, conseqüentemente, uma resposta efetiva e qualificada ao crescente volume de trabalho que aparecia para a mesma. Neste novo formato empresarial, diversificada em setores, deve-se destacar a área de projetos, na qual o ingresso à convite de Medaglia¹⁴⁹, do arquiteto Siegfried Bertholdo Costa¹⁵⁰ foi decisivo para o

¹⁴⁹ Segundo depoimento de Siegfried Bertholdo Costa ao Professor arquiteto Günter Weimer em 16 junho de 1984. Entrevista cedida gentilmente pelo Professor Weimer ao autor do presente estudo.

¹⁵⁰ Siegfried Bertholdo Costa “nasceu a 13 de maio de 1911, em Estrela, como filho do fabricante de sabão austríaco Josef Hermann Theodor Costa e de Mina Auguste Wegel Gastel, de Nova Petrópolis. Em 1926, terminou o secundário na *Hilfsvereinschule* de Porto Alegre (atual colégio Farroupilha), passando então a preparar-se para ingressar em curso superior na Alemanha. Fez um estágio com Theo Wiederspahn que consistiu em trabalhar como servente, pedreiro e carpinteiro durante um ano, na obra do Hotel Majestic e, depois, praticar mais um ano como desenhista, no escritório, sob severa orientação de Franz Filsinger. Em 1929, ingressou na *Hoehere Landesbauschule* (Escola Superior Estadual de Construção), em Darmstadt, Alemanha. [...] A excelência das notas obtidas por Costa deve ter despertado a simpatia do Prof. Jean Hubert Pinand, que o levou para Mainz, após a conclusão do curso, a fim de fazer uma pós-graduação [...]”

desenvolvimento da mesma.¹⁵¹ A conquista de novos mercados em outras cidades do noroeste do Rio Grande do Sul igualmente em expansão, era uma questão de tempo. É nessa época que entrou para agregar à construtora em expansão, Rudá Rockenbach¹⁵², inicialmente no setor de escritório e depois como desenhista, quando a demanda por projetos crescera.

Deve-se também ressaltar a participação de diversos engenheiros formados na Escola de Engenharia de Porto Alegre, que, com o tempo, passariam a ser os responsáveis técnicos pelas filiais da construtora em outras localidades.

Na imprensa estadual da época pode-se verificar a grande amplitude da atuação da firma em diversas reportagens. Dentre estas, pode-se citar a do jornal *Diário de Notícias*, de 10 de Novembro de 1940, cuja manchete era: “*O Progresso de Santo Ângelo Atestado na Imponência de seus edifícios*”.

Além de várias fotografias das edificações feitas pela Construtora Santo Angelense Ltda até aquela época, esta reportagem trás que a empresa, enquanto organização em crescimento, produzia as edificações com 70% de material próprio, através da sociedade com pessoas diretamente vinculadas às áreas da construção.

A reportagem comenta a importância dessa firma para a cidade de Santo Ângelo e a referência da atuação da mesma enquanto sinônimo de desenvolvimento:

Organizada por esta inteligente forma a Construtora foi, indubitavelmente, o fator máximo na obra de transformação de Santo Ângelo que, de pequena vila alcançou rápido a posição de grande cidade, porquanto, por seu facilimo sistema, já construiu, 148 modernos prédios, e tem em projetos e estudos cerca de outros 100.

O surto renovador proporcionado pela Construtora em Santo Ângelo serviu para entusiasmar elementos de projeção no comércio e

especialização em urbanismo e edificações governamentais, na *Kunst und Gewerbeschule* (Escola de Artes e Ofícios), na qual obteve a nota máxima. Em 1933, voltou a Porto Alegre [...] onde trabalhou com o arquiteto Franz Filsinger e com o engenheiro Karl Hartmann. Seu registro no CREA-RS é 6095. Ver: WEIMER, Günter. *Arquitetos e Construtores no Rio Grande do Sul, 1892-1945*. Santa Maria: Editora UFSM, 2004, p.48. WEIMER, Günter. *Op. Cit.*, 1986.

¹⁵¹Siegfried Bertholdo Costa realizou seu primeiro trabalho pela Construtora Santo Angelense Ltda em 28 de junho de 1938, com data de Santo Ângelo. Trata-se de um projeto residencial em São Luiz Gonzaga para o Henrique Thimóteo da Rosa, possivelmente antes de formalizar seu trabalho na firma.

¹⁵²Rudá Rockenbach, foi desenhista da Construtora Santo Angelense Ltda. Filho de Pedro Alberto Rockenbach e Elvira Fleck Rockenbach. Nasceu em Lajeado a 11 de setembro de 1921. Entrou na construtora como *office boy* em maio 1941. No período deste estudo, verificou-se que sua contribuição na área de projetos ocorreu especialmente na graficação de desenhos de projetos estruturais a partir de meados de 1942.

indústrias, as vizinhas cidades de Ijuí, São Luiz e Cruz Alta, que convidaram o Dr. José Carlos Medaglia, e com este e sob sua direção organizaram idênticas sociedades.

Foram assim fundadas em 1937 a Construtora Ijuicense, em 1938 a Construtora Cruz Altense e no corrente ano a Construtora São Luizense. Estas quatro sociedades estão construindo uma média de
UM PRÉDIO PARA CADA DOIS DIAS

O benefício que tais organizações tem trazido às cidades de suas atividades não se limitam em facilitar a construção do LAR PRÓPRIO, mas também tem tornado possível a execução de várias obras de assistência social [...]

Quanto ao escritório, é comentado na reportagem sobre o trabalho feito na matriz, cuja sede ficava em Santo Ângelo:

Os escritórios centrais das quatro empresas, dirigidas pelo Dr. José Carlos Medaglia estão localizados em Santo Ângelo e contam com o concurso de competente profissional arquiteto.

Na visita que ali fizemos verificamos quanto é intenso o trabalho, pois é elaborado cerca de um projeto por dia, com todos os detalhes, plantas, cálculos de resistência, orçamentos e especificações.

Em 02 de janeiro de 1945, a Construtora Santo Angelense Ltda, tornou-se Construtora Medaglia Ltda e, posteriormente, Construtora Medaglia S.A. em 1947, sendo que, alguns profissionais da mesma, dentre outros, tornam-se acionistas da empresa.¹⁵³

No que diz respeito ao material de construção das edificações utilizado pela firma Santo Angelense Ltda, deve-se relevar a utilização do concreto armado, material de uso recorrente nos dias atuais, mas que representou na época uma inovação, apresentada nas formas diferenciadas das edificações. Os materiais, quando não eram produzidos em Santo Ângelo, provinham de diversos locais.¹⁵⁴

Esses dados evidenciam a intensa mudança local em uma época que o tecido urbano Santo-angelense ocupado, era resumido a algumas quadras e edificações em geral térreas. Portanto, a densificação e transformação da vila em um verdadeiro canteiro de obras¹⁵⁵ era real através do aumento da construção e concentração destas edificações com dois pavimentos. A totalidade destas

¹⁵³Na Relação dos Acionistas da Construtora Medaglia S.A. de 19 de agosto de 1948. Nessa época havia 82 acionistas com um total de 4.500 ações. O acionista majoritário era o Sr. José Carlos Medaglia com 2.150 ações. Dentre os dez maiores acionistas e o número de ações, tem-se: Além de Medaglia, Humberto Marenzi (400), Natalino Anzanello (200), Gilfredo Oto de Camillis (30), Hélio Costa Meira (150), Dante de Vit (150), Siegfried Bertholdo Costa (100), Ângelo Botton (100), Próspero Gabriel David Pippi (100) e Vitório Dalmas (100).

¹⁵⁴Tijolos, madeiras, areia e cal eram provenientes do local; cimento e ferros vinham de São Paulo e Porto Alegre, respectivamente.

¹⁵⁵É recorrente a reclamação por parte da fiscalização do CREA, pela falta de placas nas obras.

construções foi feita em tijolos e concreto definindo novas paisagens para Santo Ângelo da *Era Vargas*.

O desenvolvimento de Santo Ângelo confunde-se com a consolidação da própria construtora. Se inicialmente era uma organização constituída em um grupo, praticamente familiar, e que respondia às necessidades da vila, em um momento seguinte, em fins da década de 1930, quando a vila é elevada à categoria de *cidade*¹⁵⁶ é que se percebe a iniciativa concomitante e a busca por mudanças de objetivos em vistas ao mercado que se aquecia. É quando se organiza a divisão do trabalho enquanto empreendimento empresarial mais especializado e estruturado em áreas distintas. Essa máquina de construir pode ser visualizada no montante financeiro¹⁵⁷ que gerou à época e quando foi capaz de suprir a intensa demanda urbana e social cada vez mais sofisticada.

Foi através do desenvolvimento econômico da localidade e de sua sociedade, que se tornou possível a atuação da referida firma construtora, enquanto meio supridor e viabilizador das novas necessidades e desejos de um novo tempo, cujo destaque foi a densificação urbana durante o Estado Novo.

¹⁵⁶ Pelo decreto de 31 de março de 1938, Santo Ângelo recebe a denominação de *cidade*.

¹⁵⁷ A importância da construtora Santo Angelense Ltda, ao nível municipal pode ser visualizada pela riqueza movimentada através dos trabalhos prestados na localidade e a relevância da mesma na economia de Santo Ângelo frente a grande demanda existente na época. Valendo-se de um folder comemorativo aos 45 anos da firma, em 1977, o qual contém gráfico quantitativo das obras e a movimentação financeira referente ao período, pode-se atualizar os dados, tendo-se por base o índice de correção de inflação da Folha de São Paulo até 1942. Após, usado o índice Fipe, para a Cidade de São Paulo, de acordo com a calculadora do Banco Central para atualização destes valores, tem-se no período de 1932 até 1945: Cr\$ 61.230.769,22. Quantia que correspondente na atualidade a R\$ 55.023.486,39, dado referente a maio de 2008 e calculado pelo economista Celso Pudwell.

3. SANTO ÂNGELO EM FORMAÇÃO

Nesse capítulo, é analisada a forma urbana de Santo Ângelo a partir do traçado de e sua estrutura fundiária em diferentes momentos: inicialmente em 1898, em 1924 e em 1940.

Pode-se identificar duas situações integradas no desenvolvimento de Santo Ângelo durante a primeira metade do século XX: uma bipolarização urbana e uma conformação arquitetônica. Estas se relacionam com as pré-existências, pois “a estrutura dos fatos urbanos faz com que as cidades sejam distintas no tempo e no espaço”.¹⁵⁸

A questão da história da localidade pode ser transposta para o plano do espaço urbano que foi produzido em Santo Ângelo durante a primeira metade do século XX, mas, especialmente entre 1930 e 1945. Nesse sentido, o grande contingente imigratório para Santo Ângelo, bem como a diversidade étnica, podem ter influenciado na criação e configuração de espaços urbanos distintos a ponto de um ser identificado como ‘Brasil’ e outro identificado como ‘Alemanha’.

Segundo Lied destaca:

Embora a população antiga de Santo Ângelo fosse construída quase só de descendentes germânicos, há muito não se ouvia falar mais o idioma alemão porque as novas gerações só se utilizavam da língua nacional. Isso foi parcialmente modificado após a linha férrea: pelo trem começaram a chegar os novos descendentes de alemães [...] todos se estabelecendo para ‘os lados da estação’ onde se começou a formar um novo núcleo comercial no qual a língua alemã era comumente utilizada. Esse núcleo – cognominado ‘Alemanha’ – se expandia até a rua 25 de julho; ao sul desta rua a velha Santo Ângelo era chamada de ‘Brasil’.¹⁵⁹

O que se entende por arquitetura da cidade é o desenvolvimento e a construção da cidade como uma arquitetura, portanto ligada à história, à geografia, à estética urbana de um tempo. Logicamente, como em toda arquitetura há um sítio, com suas confrontações e condicionantes naturais e legais.¹⁶⁰

¹⁵⁸ ROSSI, Aldo. Op. Cit., p.63.

¹⁵⁹ LIED, Arlindo. Minhas Reminiscências de Santo Ângelo. Ijuí: Michaelse Hass e Cia Ltda, 1973, p. 15.

¹⁶⁰ Conforme o caminho seguido por Yunes na sua tese de doutorado, quando este teve acesso apenas ao Decreto de agosto de 1897, que definia os limites e o “quadro da vila” de Santo Ângelo em fins do século XIX. Portanto, o referido autor não teve a possibilidade de analisar o Mapa de 1898, tendo assim de interpretar graficamente a legislação a partir da Planta da Villa de Santo Ângelo de 1924. O referido autor demonstra a importância das leis e atos dos intendentess e prefeitos na determinação do espaço urbano.

O traçado urbano durante a República Velha foi o carro-chefe das administrações com relação à urbanização da vila, pois foi com a determinação de uma zona urbana, que se planejou um traçado, com a demarcação do sistema viário, do parcelamento da terra e dos respectivos alinhamentos.

3.1. Bipolarização

Nesse processo histórico-evolutivo, identificam-se dois fatores decisivos e fundamentais por sua capacidade de serem fatos contínuos e ininterruptos através do tempo. Duas estruturas incidem suas influências no desenvolvimento urbano de Santo Ângelo, durante o desenvolvimento da mesma em diversas escalas: **a.** os restos jesuíticos (durante o último quarto do século XIX – um momento de *expansão radial*) e; **b.** a linha férrea (com a chegada da linha férrea ocorre um momento de *expansão linear*), ou seja, dois importantes fatos no desenvolvimento de Santo Ângelo anteriores a 1930. (Fig. 16)



Figura 16 – Esquema da ocupação anterior à 1930

Como *fatos urbanos* têm-se nos vestígios jesuíticos e na implantação da linha férrea a repercussão na forma da cidade, setorizadamente, e de grande impacto em dois períodos distintos, cujas ocorrências, com relação ao

desenvolvimento de Santo Ângelo, proporcionam “uma leitura contínua da cidade e da arquitetura, subentendendo uma teoria geral dos fatos urbanos”.¹⁶¹

Aquelas estruturas, mais antigas ou mais recentes, são fatos urbanos, têm a capacidade de serem “geratrizes” de caráter mental e material da cidade em diferentes períodos, ligadas a significados e dimensões urbanas, além de permitirem uma “leitura contínua da cidade e da arquitetura [...]” que tem nas suas permanências através dos tempos a constituição da cidade em suas diversas realidades formais.

3.1.1. Remanescentes jesuíticos: domínio e centralização

[...] a praça tem mais ou menos 180 passos em quadro e, além disso, ainda existem algumas ruas.¹⁶² [1821]

Sobre esses escombros começou a nova povoação aproveitando a planta da antiga redução¹⁶³. [1860]

[...] várias casas do povoado do povoado foram inteiramente construídas com o material da velha igreja. A praça que se estende diante dessas ruínas, está cercada por elegantes construções [...]¹⁶⁴ [1877]

Sobre as linhas do traçado original jesuítico foi ordenada a re-ocupação do povoado, que regeu a implantação edificatória na criação do novo tecido urbano Santo-angelense durante a segunda metade do século XIX e início do XX.

A importância da ocupação da localidade compreende a localização do conjunto de edificações, a definição de um espaço público e a elaboração de uma identidade hierárquica entre os mesmos, enquanto embrião de um lugar e de uma sociedade civil. Assim:

[...] o papel da forma física [...] não é supérfluo, mas fundamental, porque é por meio dela que se concretiza o *desempenho* do espaço quanto a expectativa colocada pelos que o freqüentam.¹⁶⁵

¹⁶¹ROSSI, Aldo. Op. Cit., p. 33.

¹⁶²SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974, p. 156.

¹⁶³SILVEIRA, Op. Cit.p.224, ao referir-se à re-povoação de Santo Ângelo.

¹⁶⁴BESCHOREN, Maximiliano. In: TEIXEIRA, Júlia Schütz (org.) Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1889, 72.

¹⁶⁵KOHLSDORF, Maria Elaine. A apreensão da forma da cidade. Brasília: Editora da UnB, 1996, p.22.

Na atualidade, o único registro urbano da redução de Santo Ângelo Custódio é o plano feito por José Maria Cabrer¹⁶⁶ em fins do século XVIII, o qual não corresponde na totalidade o que era a redução, embora mostre semelhança na estruturação com outras reduções. Tratava-se de demarcação e tinha o intuito de “indicar locais para os quartéis das tropas espanholas e portuguesas que faziam parte da comissão demarcadora”.¹⁶⁷

Por outro lado, esse registro iconográfico demonstra o uso de uma idéia padrão, ou seja, a adoção de uma “planta tipo” por parte dos jesuítas conformadas nas formas urbanas das reduções¹⁶⁸, inclusive na relação do desenvolvimento de uma “ocorrência do modelo reticulado”¹⁶⁹, na formação posterior do desenvolvimento de Santo Ângelo, que:

[...] no seu núcleo original, atesta[m] um desenho urbano impecável de ruas ortogonais e praça quadrangular, exatamente delineadas que refletem em volumes e espaços a idéia de sociedade.¹⁷⁰

As evidências dos vestígios e destroços deixados pelos jesuítas no sítio de Santo Ângelo no século XVIII e a sua possível relação com a estrutura urbana contemporânea foi, pela primeira vez, analisada cientificamente no início da década de noventa, quando se procurou indicar as relações a partir da sobreposição do levantamento de Cabrer e o tecido atual¹⁷¹ (Fig. 16).

¹⁶⁶ José Maria Cabrer, engenheiro, geógrafo e cartógrafo espanhol, “integrante da segunda comissão mista encarregada de demarcar a linha de limites e as possessões espanholas [...] Esteve na região entre 1784 e 1789, e deixou importantes registros iconográficos, dentre os quais seis planos de reduções missionárias, mapas e fortificações existentes na área”. Ver: CUSTÓDIO, Luiz A. B. A Redução de São Miguel Arcanjo: Contribuição ao Estudo da Tipologia Urbana Missionária. Porto Alegre: UFRGS/ PROPUR, 2002, p. 113.

¹⁶⁷ Segundo Nagel, o caráter fidedigno deste levantamento deve ser desconsiderado por se tratar de uma “demarcação” dos limites feitos na época do Tratado de Santo Ildenfonso, em 1777. NAGEL, Liane. M. Op. Cit. p.75.

¹⁶⁸ Conforme Custódio uma *tipologia urbana missionária*, onde o autor analisa a repetição de um padrão na ordenação da redução, de sua estrutura urbana compostas pelas edificações. CUSTÓDIO, Op. Cit. p. 101.

¹⁶⁹ Conforme Yunes, *tipologia dos traçados reticulados*. YUNES, Gilberto. Op. Cit., p.80 e 144.

¹⁷⁰ MARX, Murillo. Op. Cit.p.34. Apud. SEPP, Antônio, Pater. Viagem às Missões jesuítas e trabalhos apostólicos.

¹⁷¹ Trabalho que fez parte do projeto “Pesquisas arqueológicas em assentamentos pré-históricos e históricos na região (reduções jesuítas) do médio curso dos rios Ijuí e Piratini”. Este realizado nos Pátios do atual Museu Municipal, revelou a existência de uma estrutura de pedras irregulares, rente a uma parede da edificação do Museu, parecida com as utilizada nos alicerces de paredes de casas indígenas da Redução de Trinidad no Paraguai o trabalho de prospecção de algumas paredes revelaram serem compostas de pedras itacuru, portanto material da antiga redução de Santo Ângelo Custódio. Trabalho realizado pelo Núcleo de Arqueologia da Universidade Regional Integrada em parceria com a Prefeitura Municipal de Santo Ângelo - Museu Municipal – sob a coordenação do arqueólogo Giovani Scaramella e equipe, em 1993. Ver: PIPPI, Gladis. História Cultural das Missões Memória e Patrimônio Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005, p. 87-90

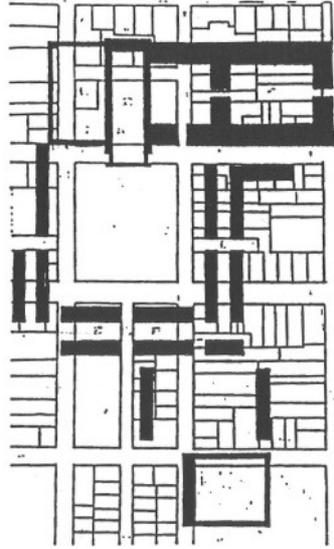


Figura 17 – Sobreposição dos tecidos do século XVIII e XX
 FONTE: YUNES, 1995.

Ao aproveitar a estrutura urbana existente, o traçado da nova vila manteve a dimensão aproximada da praça da redução que servia como diretriz para o desenho das ruas e para a repovoação aos arredores da mesma, onde se estabeleceram os pioneiros da freguesia com a construção das primeiras casas nos primeiros momentos de ocupação da área em uma situação aproximada, conforme demonstra Yunes¹⁷² (Fig.18).



Figura 18 – Localização das primeiras ocupações da área
 FONTE: YUNES, 1995.

¹⁷² YUNES, Gilberto. Op. Cit., p.132-135.

Pode-se destacar o atual Museu Municipal de Santo Ângelo, antiga residência de Bernardo José Rodrigues, depois pertencente ao seu filho Ulysses Rodrigues, construída, entre 1870 e 1880¹⁷³ na qual se constata, atualmente, a utilização das pedras da antiga redução jesuítica no auxílio da materialização da freguesia na época (Fig. 19).



**Figura 19 – Antiga residência de Ulysses Rodrigues.
Atual Museu de Santo Ângelo**

FONTES: AHMACPS

Em trabalho recente, ratificou-se essas sobreposições dos diferentes tecidos urbanos de maneira específica nos arredores da catedral, e que trouxe à tona diversos remanescentes, dentre os quais as fundações leste e oeste da antiga igreja jesuítica¹⁷⁴. Estes serão abordados adiante.

A organização territorial jesuítica influenciou na determinação da estrutura de Santo Ângelo em seus aspectos urbanos. O padrão urbano jesuítico serviu de base, não apenas na ocupação do traçado, mas na idéia de espacialização das principais edificações, da conformação do tecido urbano de Santo Ângelo em diferentes épocas.

É perceptível a reprodução do espaço urbano influenciado pelo anterior e suas sucessivas sobreposições. Na determinação da localização das sedes dos poderes: religioso, político-administrativo, contíguos entre si. Estes ocupavam um lado da antiga praça jesuítica, ficando as demais edificações destinadas às habitações localizadas no perímetro da praça, espaço público e elemento principal

¹⁷³ Ver: PIPPI, Gladis. História Cultural das Missões Memória e Patrimônio Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005, p. 87-90.

¹⁷⁴ Foi feito trabalho de prospecção e escavação arqueológica especialmente no entorno da Catedral Angelopolitana. Ver: Programa de Acompanhamento e Monitoramento Arqueológico das Obras de Modificação na Praça Pinheiro Machado e Catedral Angelopolitana, em Santo Ângelo-RS: redescobrimo as ruínas arqueológicas da redução de Santo Ângelo, 2007. Trabalho orientado pela arqueóloga Raquel M. Rech, em conjunto com o Núcleo de Arqueologia da Universidade Regional Integrada.

na ordenação do conjunto. A localização da sede da intendência, depois da prefeitura, e das sucessivas igrejas, tem uma importância representativa pelo seu posicionamento, pela imponência física e pelas atividades diferenciadas, das demais habitações (Fig. 20, 21 e 22).



Figura 20 – Vista da Praça Pinheiro Machado, 1900
FONTE: AHMACPS



Figura 21 – Vista do espaço da Praça Pinheiro Machado. Início século XX
FONTE: AHMACPS



Figura 22 – Sede da Intendência e a Igreja da Matriz. Início da década de 1920
FONTE: AHMACPS

A estrutura urbana proveniente das pré-existências jesuíticas determinou uma identidade nessa parte da localidade diferenciada da restante. Um espaço de significado e, ao mesmo tempo, símbolo do poder instaurado em novos moldes, de uma freguesia. Não mais à maneira da Companhia de Jesus, mas originário de uma nova sociedade que procurou plasmar e se auto-produzir em novas construções a partir das pré-existências materiais.

Assim, os domínios representados pelas arquiteturas da freguesia, divergiam a partir daquele centro histórico e núcleo regente de uma Santo Ângelo concêntrica. Aspecto este refletido no desenvolvimento da forma urbana até o início da década de vinte quando chega a linha férrea na localidade (Fig. 23).

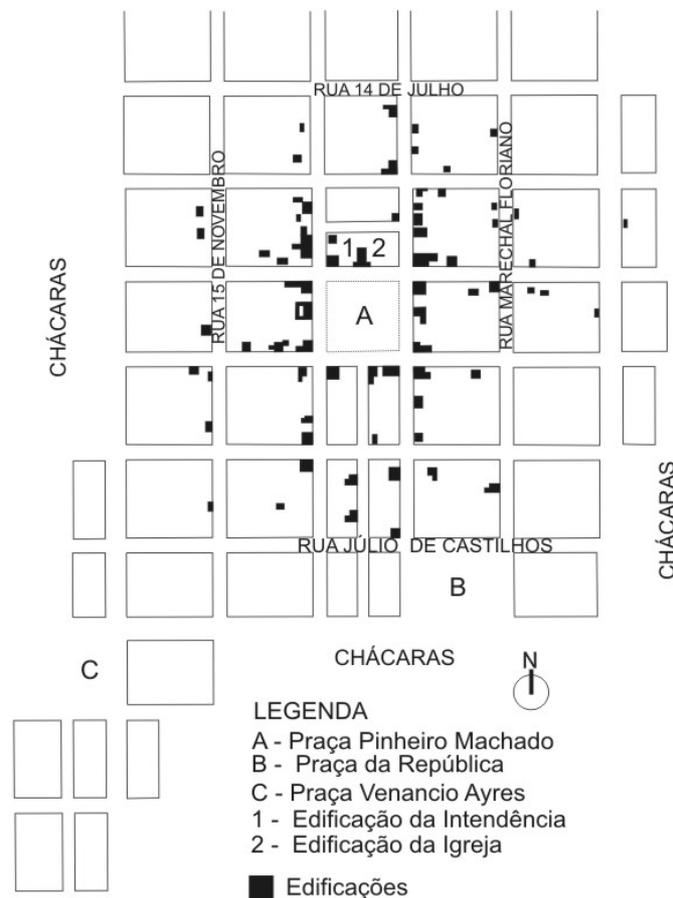


Figura 23 – Ocupação de Santo Ângelo, 1898

FONTE: AHMACPS. Mapa da Villa de Santo Ângelo, 1898. Interpretado do original por KERBER, 2008

3.1.2. Linha férrea: conexão e transversalidade

Até a inauguração da linha férrea em Santo Ângelo, em 16 de outubro de 1921, a localidade possuía uma trama urbana vinculada às proporções do início do século. A vida na vila baseava-se no perímetro imediato ao da antiga praça jesuítica e arredores na metade sul. A partir dessa ligação e inserção na estrutura ferroviária regional do estado do Rio Grande do Sul, a localidade se expandiu. Houve a criação de um novo pólo urbano na vila (Fig. 24).

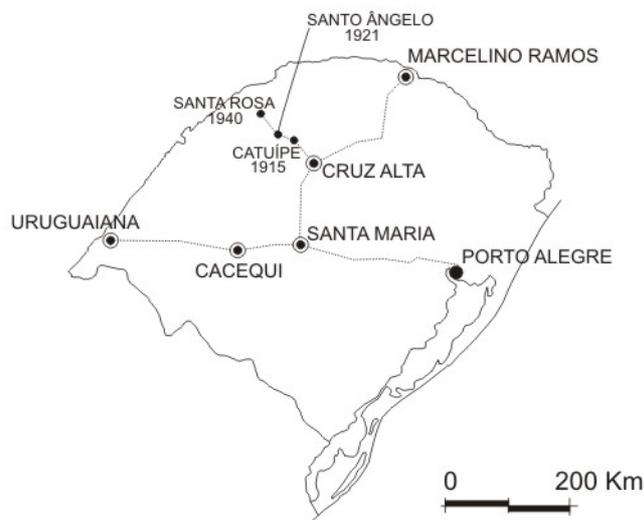


Figura 24 – Malha ferroviária parcial do Rio Grande do Sul

FONTE: CARDOSO; ZAMIN, 2002. Elaborado do original pelo autor, 2008.

A chegada do trem representava:

[...] o progresso, vinha os amigos, os parentes, os jornais, as correspondências, as pessoas podiam viajar, era a ligação com a civilização [...]¹⁷⁵

Destaca-se o encurtamento das distâncias conseguidas pela inserção do trem pois,

“no rastro das ferrovias vinha uma série de melhoramentos urbanos como iluminação, telégrafos, escolas, jornais, revistas, atividades políticas e culturais, novas sociabilidades. As ferrovias, tornaram-se nessa fase sinônimo de progresso e modernidade”.¹⁷⁶

¹⁷⁵ De acordo com depoimento do Sr. Guido Emmel em 1990. Ver: Nagel Op. Cit., p.259.

¹⁷⁶ CARDOSO, Alice; ZAMIM, Frinéia. Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul: Inventário das Estações, 1874-1959. IPHAE: Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Pallotti, 2002, p.18. Ao nível de registro o telégrafo chegou a Santo Ângelo em 7 de janeiro de 1904, conforme FINOKIET, Bedati. Arca da Memória: artigos sobre a história de Santo Ângelo. Santo Ângelo: Gráfica Jornal das Missões, 2003, p.15.

Quando a linha férrea foi terminada, a trajetória da mesma seguia até as proximidades do que seria posteriormente a via de ligação sul-norte. “A estação ferroviária tornou-se então foco de convergência para a expansão da cidade em nova direção: a direção norte”¹⁷⁷(Fig. 25).

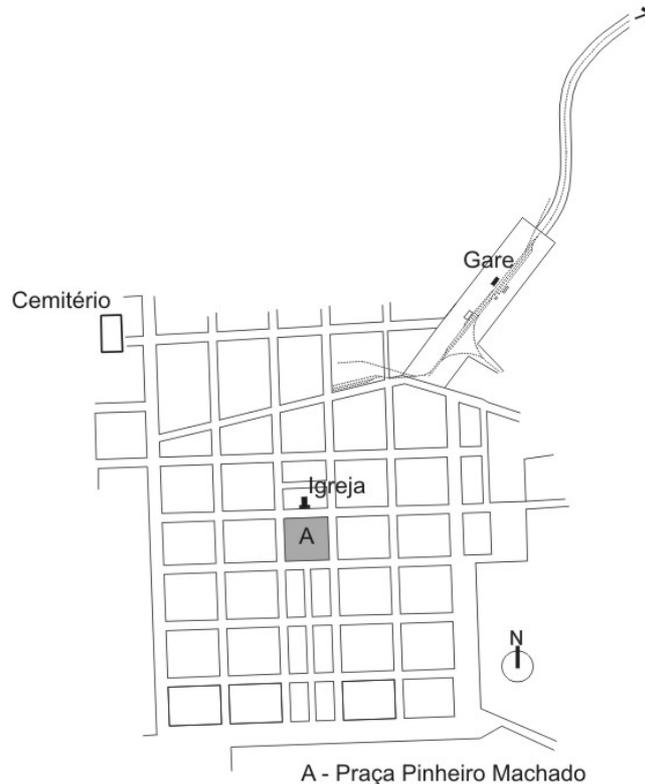


Figura 25 – Possível malha urbana de Santo Ângelo no início da década de 1920

FONTE: AHMACPS. *Planta da Villa de Santo Ângelo.*, 1924. Interpretação do autor, 2008.

O trajeto da linha férrea foi feito pela Rua 14 de Julho, parte mais baixa, até a Rua Marquês do Herval, que, pelas condições naturais e pelas proximidades do centro administrativo, tornou-se local mais viável. Posteriormente foram instaladas as dependências do Batalhão Ferroviário, destinadas à manutenção dos vagões, na esquina das referidas ruas.

O que antes era um limite natural da vila, uma baixada, tornou-se com a construção da linha férrea que percorria a Rua 14 de Julho, uma delimitação real. A Rua 14 de Julho se diferenciou do restante da localidade a partir da década de vinte, pois se tornou caminho paralelo à linha férrea e ligação direta à estação para quem viesse do antigo centro. Evidenciou-se na forma urbana da localidade por ser a única via diagonal da vila em um traçado tipicamente ortogonal e tornou-se limite

¹⁷⁷ LIED, Arlindo. Op. Cit, p. 15.

de uma expansão contínua sul-norte da vila durante ao menos uma década (Fig. 26).

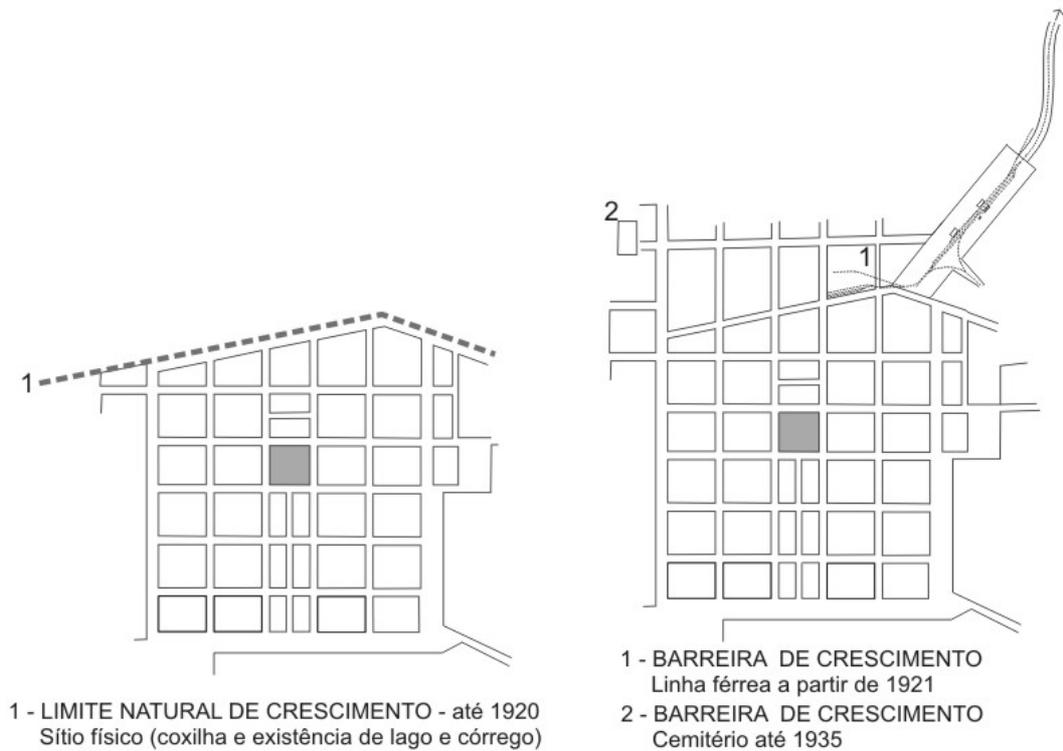


Figura 26 – Esquema dos limites e barreiras de crescimento

No entanto, concomitantemente, a localização da gare mais a nordeste do batalhão ferroviário fez com que a vila tivesse, a partir do início da década de vinte, um novo pólo, e daí tenha nascido uma *expansão linear*, cuja transposição do limite dos trilhos teve de ser feita pela Rua Marquês do Herval, tornando-a a principal via de ligação sul-norte. Além desta, destaca-se a Avenida Brasil, ambas relevantes na densificação deste setor mais recente da via, a metade norte (Fig. 27 e 28).



Figura 27 – Cruzamento da Rua Marquês do Herval com a Rua 14 de Julho. Vista Norte.

FONTE: AHMACP



**Figura 28 – Avenida Brasil. Vista Leste, década de 1920.
Ao fundo á direita a estação do trem.**

FONTES: AHMACPS

Pode-se destacar dois tipos de influência na ligação da linha férrea de Santo Ângelo ao restante do estado: um a partir de 1915, e outro de influência urbana a partir de 1921 com a inauguração da estação em área mais próxima do cotidiano da vila.

Segundo Lied:

[...] o progresso de Santo Ângelo começou de fato somente depois de 1910, quando da chegada do primeiro trem. O local escolhido para a estação ferroviária [...] não foi aprovado pela população por se situar muito distante da vila.¹⁷⁸

Roche proporciona uma noção mais ampla deste processo:

[...] para que o Planalto começasse a ser realmente integrado no resto do Rio Grande do Sul, foi preciso esperar a construção de uma via férrea ligada à linha-tronco Porto Alegre –Uruguaiana. A grande linha de estrada de ferro partiu de Santa Maria, tocando Cruz Alta em 1894, Passo Fundo em 1900, Marcelino Ramos em 1910. Um ramal uniu Cruz Alta a Ijuí em 1911, a Santo Ângelo em 1915 e a Santa Rosa em 1940.¹⁷⁹

É nesse momento, no início da década de vinte, que se inicia mais intensamente a transformação urbana em Santo Ângelo, caracterizada por maior crescimento econômico, maior importância geopolítica e o desenvolvimento de uma sociedade mais urbana. Esta será abordada a seguir.

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ ROCHE, Jean. A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, v.01, 1969, p. 63.

3.1.3. Formação do desenvolvimento urbano

A aproximação da linha férrea gerou um desenvolvimento demográfico e econômico para Santo Ângelo, cuja riqueza foi proveniente do trabalho do imigrante, da valorização venal das terras e da capacidade de escoação de uma produção excedente do campo¹⁸⁰.

Houve um crescimento demográfico da região em que Santo Ângelo estava inserida. Segundo Roche:

Se considerarmos o conjunto da orla setentrional do Estado do Rio Grande do Sul, última zona conquistada pela agricultura, veremos que, no que diz respeito aos Municípios de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Santa Rosa, Três Passos, Palmeira, Irai, Sarandi, Erechim, Getúlio Vargas e Marcelino Ramos, a população passou de 175.312, em 1920, para 722.765, em 1950: em 13% de sua superfície estão aglomerados 17% da população do Estado. É um crescimento anormalmente rápido, visto que em trinta anos, a população quadruplicou¹⁸¹.

Conforme Relatório da Intendência de Santo Ângelo¹⁸², quanto à população do município, pode-se dizer que em 1890 era de 15.377 habitantes, em 1900 passou a ser de 20.925; em 1920 a população dobrou para 42.142; em 1927 o número de habitantes municipais cresceu para 62.211, e em 1930 atingiu aproximadamente 70.812 pessoas. Em 1940 havia no município 68.829, e em 1950 a população municipal chegou a 89.601 habitantes¹⁸³.

Com relação à zona urbana, que compreendia a vila, pode-se afirmar que houve um aumento populacional a partir de fins do século XIX, um crescimento mais acentuado a partir de 1915 e um salto demográfico a partir de 1920. A partir do final dessa década de 1920 até 1940, a população de Santo Ângelo praticamente dobrou.¹⁸⁴ (Tabela 01).

¹⁸⁰Segundo Roche: "Em Ijuí, o valor das terras dobrou no ano que se seguiu à inauguração da ferrovia. Ainda bem recentemente, em Santa Rosa as vendas de terras acompanhavam o progresso da construção da estrada de Ferro Santo Ângelo-Girua: entre 1934 e 1936, passaram de 87.292 para 543.934 mil-réis, alcançaram mais do sêxtuplo em três anos. Embora Santa Rosa houvesse permanecido pioneira, até 1940, para além da terminal da estrada de ferro, a colônia se desenvolveu porque suas estradas de rodagem iam até a via férrea". ROCHE, Jean. A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, v.01, 1969, p. 63-64.

¹⁸¹ROCHE, Jean. A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, v.01, 1969, p. 339.

¹⁸²Relatório Intendência 1929, p.19, 45-46.

¹⁸³Mesmo havendo uma queda no período de 1930 para 1940, não se pode esquecer o crescente desmembramento do território municipal de Santo Ângelo, como o território de Santa Rosa. Portanto, houve um aumento da população com relação ao território ocupado, este cada vez menor.

¹⁸⁴Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos de 1940 a 2000, p. 19.

POPULAÇÃO DE SANTO ÂNGELO-RS			
MUNICÍPIO		ZONA URBANA	
Ano	Número de habitantes	Ano	Número de habitantes
1890	15.377		
		1894	250
		1899	630
1900	20.925		
		1911	750
		1915	880
1920	42.142	1920	1.950
		1921	2.205
		1922	2.335
		1923	2.690
		1924	3.626
1927	62.211	1927	4.800
		1928	4.990
		1929	5.700
1930	70.812		
1940	68.829	1940	10.309
1950	89.601	1950	17.967

Tabela 01 – População de Santo Ângelo

FONTE: Dados compilados pelo autor 2006 a partir de Relatório da Intendência de 1929 e censo demográfico do IBGE, 2000.

Esse crescimento demográfico do município de Santo Ângelo nas primeiras décadas do século XX pode ser atribuído ao já referido fenômeno da enxamagem, mas certamente também aos reflexos dos conflitos bélicos da Primeira e Segunda Grande Guerra.¹⁸⁵

A capacidade econômica da região segundo Roche determinou que:

As colônias novas do Alto Jacuí, de Erechim, de Santo Ângelo, de Santa Rosa conseguiram assim compensar seu afastamento de Porto Alegre e, apesar da falta crônica de vagões e da elevação das tarifas, chegaram a exportar mais, e a menor preço, que certas colônias da encosta da serra¹⁸⁶.

Em Santo Ângelo, o desenvolvimento econômico da vila parte de um novo contingente imigratório a partir de 1915¹⁸⁷, mas principalmente a partir de 1921 quando o trem chega à área urbana da vila. A localidade estrutura-se social e culturalmente com a especialização do trabalho e a introdução de costumes diversificados, proporcionando um desenvolvimento urbano à mesma. Além dos impostos e venda de terrenos, os rendimentos municipais estavam relacionados ao

¹⁸⁵Weimer demonstra a dificuldade dos teutos em manter seus estabelecimentos, os quais foram invadidos e depredados na época (abril de 1917), sendo que “qualquer *alemão* corria o risco de ser linchado na rua, fazendo com houvesse uma debandada para o interior”. WEIMER, Günter. A Arquitetura Erudita da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Edições EST, 2004. p.112.

¹⁸⁶ROCHE, Jean. Op. Cit., p.64.

¹⁸⁷Em 1915 ocorre um aumento populacional não tão intenso, pois a linha havia chegado a território Santo-angelense, na época povoado de Rio Branco, atualmente município de Catuípe, aproximadamente a 30 km da área urbana de Santo Ângelo. Ver BINDÉ, Wilmar campos. Op. Cit., 2006, p. 216.

grande crescimento da produção no campo. Em 1929, o excedente da produção agrícola, pecuária e extrativa (madeiras e ervas), representou um montante duas vezes maior que o rendimento dos quatro anos anteriores. O excedente que era exportado tinha como produto mais significativo o da agricultura, pois ultrapassava na maioria das vezes a soma dos rendimentos da pecuária e da extração.¹⁸⁸

No âmbito municipal, outros dados ajudam a se ter uma leitura mais completa do perfil de Santo Ângelo, como o aspecto edificatório na totalidade, composta por seus distritos, povoados e pela zona urbana. No município, pode-se afirmar que perto de 80% das edificações eram construídas em madeira.¹⁸⁹

Quando se analisa somente a *área urbana* da vila, pode-se verificar que no período de 1894 até 1915, construiu-se mais que 90% das edificações em tijolo na vila. Após este período até 1929, o número de edificações construídas em tijolo caiu para 57,63% .¹⁹⁰

Pontualmente, pode-se destacar três períodos no desenvolvimento edificatório da Santo Ângelo: em fins do século XIX, a partir de 1915 e, em especial, em 1924, quando houve a construção de 101 edificações na vila¹⁹¹. Portanto, se na década de vinte houve uma densificação significativa, é fato que também começou a proporcionar outra fisionomia à localidade, com a configuração da vila em acelerada urbanização, equilibrou-se com uma maior presença de edificações construídas em madeira.¹⁹² (Tabela 02)

¹⁸⁸ Relatório da Intendência 1929, p.65.

¹⁸⁹ Relatório Intendência 1929, p.19

¹⁹⁰ Ver: Relatório da Intendência 1929, p.19,

¹⁹¹ Relatório da Intendência, 1929. p. 19, 30.

¹⁹² Este fato pode estar atrelado ao intenso inchaço populacional em tão pouco tempo, gerando portanto necessidade por habitações que requeriam uma tecnologia de maior rapidez de execução e possivelmente de caráter provisório. Pode-se observar, em fotografias da época, que se construíam edificações, cujas fachadas eram feitas de material e o volume restante da casa em madeira.

NÚMERO DE EDIFICAÇÕES EM SANTO ÂNGELO-RS				
ZONA URBANA				
Ano	Prédios em material	Prédios em madeira	Prédios em construção	Total
1894	40	3	2	45
1899	97	5	4	106
1911	129	7	10	146
1915	159	11	6	176
1920	204	125	21	350
1921	274	144	23	441
1922	284	158	25	467
1923	295	220	19	534
1924	366	259	10	635
1927	553	351	9	913
1928	563	363	6	942
1929	595	379	10	994

Tabela 02 – Número de edificações em Santo Ângelo

FONTE: Relatório da Intendência, 1929.

Também a partir de 1915 começam a aparecer atividades urbanas com serviços mais especializados, comércio e indústria na vila (alfaiatarias, açougues, padarias, barbearias, sapatarias, selarias, entre outros). Houve um aumento destas e do número de outras atividades, sendo que a partir de 1920, dentre aquelas já citadas, cresceu o número de bazares, ferrarias, hotéis, farmácias e curtumes. No segundo quinquênio da década de vinte, aparecem os cinemas, casas de saúde, lojas de calçados, restaurantes, livrarias, casas de jóias, casas de bebidas, cafés e confeitarias. A indústria tinha por base a produção familiar diretamente ligada ao beneficiamento dos próprios produtos. O aprimoramento das manufaturas ocorre em 1928 com a indústria de fumo e a refinaria de banha. Havia outras como as fábricas de cerveja, de caramelo, de massas alimentícias, de móveis, de “gazosas”, de café e os engenhos de aguardente.¹⁹³

Portanto, a sociedade urbana como um todo se formava, surgindo órgãos como a imprensa, as agremiações esportivas, os clubes sociais e os bancos.

O período de organização do Poder Público e de desenvolvimento econômico era acompanhado pelo estabelecimento de instituições financeiras que começaram gradualmente a fundar suas agências na cidade, tais como o Banco Pelotense, em 1918, o Banco Nacional do Comércio, em 1920, o Banco da Província em 1922, o Banco Popular em 1926 e o Banco Rural do Rio Grande do Sul, em 1929. O embrião urbano, com equipamentos e atividades voltadas ao uso coletivo, começa a aparecer, como o cinema Apollo, a Livraria d’Missioneiro, o Deutscher

¹⁹³Relatório da Intendência, 1929. p.61.

Klub (Clube Alemão), a gare e os quartéis, entre outros. São edificações de importância social, pois representavam entidades, estabelecimentos de significado coletivo na vila. É quando surgem na localidade algumas arquiteturas ecléticas de maior porte como o Clube Gaúcho, a Pharmacia Licht, o Hotel Avenida e o Palacete Municipal (Fig. 29) no mesmo lugar do antigo prédio da Intendência de fins do século XIX. Portanto, edificações com significativa representatividade de um projeto de cidade, seja pelo programa urbano ou pelas escalas.¹⁹⁴



Figura 29 – Palacete Municipal, inaugurado em 1929.
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2003.

Além das edificações citadas anteriormente, pode-se acrescentar, a colocação da pedra inaugural da nova igreja da matriz, em setembro de 1929¹⁹⁵.

Assim, a força representativa do núcleo fundador da localidade, na metade sul, fazia-se presente em fins de 1929. Conforme os caminhos da vila e suas peculiaridades:

As ruas principais e de maior transito [sic] são: Márquez do Herval, Antunes Ribas e Marechal Floriano, no sentido Norte-Sul, que teem [sic] em extensão no perímetro povoado, 1.584 metros, sendo cortadas n'esse [sic] perímetro pelas transversaes [sic] Barão de Santo Ângelo, Bento Gonçalves, Antônio Manoel, 7 de Setembro, 14 de Julho, Missões, Avenida Brasil, Andradas, Duque de Caxias, Tiradentes, Márquez de Tamandaré e Conde de Porto Alegre.

¹⁹⁴Salvo maiores aprofundamentos, a configuração espacial urbana da vila Santo Ângelo durante a República Velha, e especialmente durante a década de vinte, apresentava edificações habitacionais cuja volumetria se restringia a edificações de um pavimento e caracterizava-se por uma homogeneidade. São edificações com proporções coloniais, classicistas com o uso freqüente de platibandas compostas por cimalthas (classicizantes) e elementos decorativos. Há exemplares mais rebuscados de um ecletismo, possivelmente de origem germânica e francesa originários dessas influências, mas que ainda necessitam maiores investigações. Em âmbito geral são edificações que denotam as características das influências da ocupação do território santo-angelense, mas que no todo são absorvidas por uma vila tipicamente constituída por habitações simples de um pavimento.

¹⁹⁵Idem. p.20. Pode-se destacar que a maior parte destas edificações, localizava-se nas proximidades do centro histórico da vila.

Tem 5 praças – Pinheiro Machado, a mais central e ajardinada, Rio Branco, Júlio de Castilhos, Coronel Bráulio e 20 de Setembro.¹⁹⁶

Percebe-se que o centro administrativo e político era de grande importância para o local enquanto núcleo gerador e fundador da vila.

Esse conjunto de acontecimentos direcionados decisivamente na década de 1920 para o norte, temporalmente representou o nascedouro de uma bi-polarização urbana. Um processo contínuo a partir do estabelecimento de um novo setor da vila, mais próximo da estação da linha férrea e arredores foi determinante na transformação da vila na cidade de Santo Ângelo no período subsequente. Essa tendência de adensamento de determinadas vias da localidade em detrimento de outras, estava atrelada a uma série de fatores, inclusive a implantação rede de iluminação pública¹⁹⁷.

¹⁹⁶Relatório da Intendência, 1929. p.20.

¹⁹⁷Ao verificar-se a estatística da iluminação pública de 1929, (Relatório da Intendência, 1929). viu-se de que as ruas com maior distribuição de lâmpadas foram as que, em boa parte, receberam um maior número de edificações no período seguinte. Esse aspecto parece óbvio, se não fosse levado em conta os diferentes sistemas de iluminação pública da época. Em geral, a iluminação das ruas da vila de Santo Ângelo era feita através de lâmpadas situadas em postes. Das cinco ruas que receberam a maior parte das edificações construídas até 1939, quatro já contavam em 1929 com iluminação em pendentes centrais, além da iluminação em postes, ou seja, é visível a providência do Poder Público no sentido de hierarquizar a importância das ruas através de melhoramentos da infra-estrutura, ou por serviços excedentes. No caso santo-angelense, também influenciou diretamente na ordem de ocupação das vias, determinando setores da vila com maior importância e interesse de densificação.

3.2. Forma e ação

A construção da cidade ocorre pela forma urbana e pelas ações do Poder Público em diferentes tempos e, constituem parte da legitimação de um ato capaz de influenciar o desenvolvimento urbano em diversas escalas e intensidades, esta calcada em um conhecimento técnico.

3.2.1. A praça como geratriz da estrutura urbana, 1898

Os primeiros limites da vila estão contidos no Decreto número 6, de 11 de agosto de 1897, no qual o Conselho Municipal definiu as principais ruas delimitando o “quadro da villa”, a área urbana da mesma. Trata-se do *Mappa da Villa de Santo Ângelo*, confeccionado por um agrimensor, João Batista Timm, em 1º de janeiro de 1898, no qual são demonstrados os limites da vila: ao norte, pela 14 de Julho (atual Rua 25 de Julho); ao sul, pela Tira-dentes (atual Gaspar Martins); a leste, pela Marechal Floriano (antiga São Luis) e a oeste, pela Ernesto Krueel (atual Rua Osvaldo Cruz). (Ver: Fig. 23)

Essa delimitação seria regular, não fosse pela extensão da malha urbana com de seis quadras ao sudoeste, possivelmente veio a ser a entrada da vila. Assim, os limites físicos da vila se definiam: ao sul, pela Rua 24 de Maio (atual Avenida Rio Grande do Sul) e ao oeste, pela Rua Firmino de Paula (atual Avenida Getúlio Vargas). Nessa época, já estão reservados os espaços, ainda sem demarcação, para algumas praças já denominadas, como a Praça da República, a Praça Venâncio Ayres, mas especialmente a Praça Pinheiro Machado, esta a única delimitada fisicamente, cujo espaço é coincidente com a antiga praça dos jesuítas¹⁹⁸.

Pode-se perceber uma organização efetiva da vila na ação do Poder Público em registrar o existente e preparar uma densificação inicial, através da lei e do desenho de Timm que demonstrava o contexto da época. Esse levantamento restrito aos arredores imediatos da antiga praça jesuítica demonstra que a vida desse povoado ficava nas imediações da área da principal praça, a Praça Pinheiro

¹⁹⁸O contraste do espaço da praça é muito evidente entre os praticado nas Américas pelos espanhóis e o urbanismo tradicional no Brasil (português). No caso espanhol, “o núcleo preponderante e inquestionável de uma aglomeração castelhana colonial era a *Plaza Mayor* ou a *Plaza de Armas*. Ver: MARX, Murillo. Cidade Brasileira. São Paulo: Ed. USP, 1980 ,p. 50

Machado¹⁹⁹. A rua limítrofe da localidade ao norte, a 14 de Julho, foi demarcada de maneira retilínea²⁰⁰.

O Mapa de 1898 demonstra que houve um cuidado em manter a proporção da praça central, que serviu de parâmetro para dimensionar as quadras da vila, dispostas ortogonalmente no sentido norte-sul, leste-oeste, determinando, nessa parte, o traçado diferenciado, em forma de cruz, que regia toda a distribuição da retícula. Esse conjunto de quadras de geometria semelhante determinou a forma de uma “cruz” no traçado urbano, a qual é conformada pela disposição das quadras *semi-quadrangulares*. Contudo, na parte sul daquela, salientam-se quadras *retangulares*, as quais se destacam pela sua geometria diferenciada e pelo posicionamento no traçado urbano, pois configuram um eixo²⁰¹, representado pela Rua 13 de Maio, antiga Rua São Nicolau. Esta talvez seja a rua que atualmente mais coincida com o antigo traçado jesuítico, conforme demonstra o arqueólogo Giovanni Scaramella. As demais quadras, de forma *quadrangular*, são as que configuraram a maior parte do traçado e forma urbana da vila (Fig. 30).

¹⁹⁹Nome dado em homenagem a um dos fundadores, durante a re-ocupação de Santo Ângelo.

²⁰⁰Apesar de ter sido demonstrado graficamente neste mapa um córrego proveniente do Rio que margeia a localidade ao leste e adentra na referida rua, não foi levado em consideração a existência de um declive natural do sítio, o que comprova a não intenção de ocupar aquela região durante um período em que havia espaço excedente nos arredores da praça.

²⁰¹A tendência das quadras *semi-quadrangulares* era ter de 18 a 20 lotes, enquanto que as *quadras quadrangulares* tinham 22 lotes. A mudança mais recorrente no traçado urbano é a exclusão de quatro lotes estreitos da parte interna da quadra, de maneira que a dimensão dessa quadra ficasse com a proporção da praça.



Figura 30 – Praça estruturadora, 1898

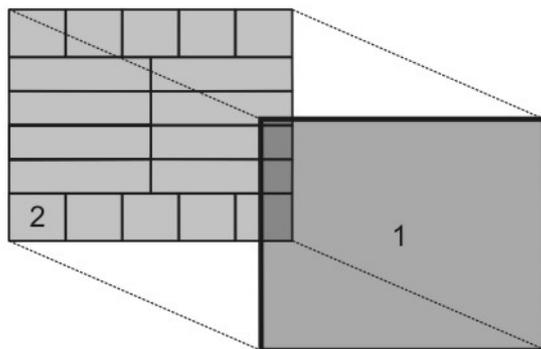
FONTES: AHMACPS. Mappa da Villa de Santo Ângelo, 1898. Interpretado do original por KERBER, 2008.

Quanto ao padrão de parcelamento dos lotes nas quadras, diferenciam-se em *heterogêneo* e *homogêneo*.

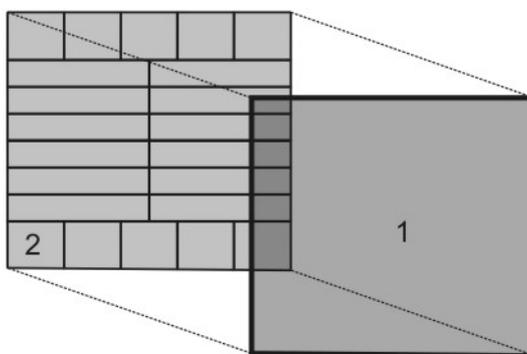
As *quadras retangulares*²⁰² diferenciam-se das demais pela geometria, no entanto têm um padrão de parcelamento *homogêneo* com lotes quadrados. Estas quadras são elementos de maior excepcionalidade da forma urbana de Santo Ângelo.

As *quadras semi-quadrangulares* e *quadrangulares*, têm um padrão de parcelamento *heterogêneo*, que se repete ao longo da malha urbana. Estas são em geral compostas por lotes estreitos e compridos na parte central, frente leste-oeste; e por lotes quadrados na face norte-sul. Este padrão variava de acordo com o número de lotes contidos na quadra, influenciado diretamente pelo posicionamento desta no traçado urbano, ou seja, se as quadras faziam ou não parte da “cruz”, o que determinaria um número menor de lotes de meio, proveniente do modelo dimensional da praça, geratriz do padrão da malha urbana em Santo Ângelo (Fig. 31).

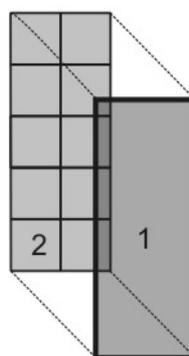
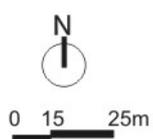
²⁰² Essas quadras possuíam de 8 a 10 lotes.



1- Quadra de geometria *semiquadrangular*
2- Padrão de parcelamento *heterogêneo*



1- Quadra de geometria *quadrangular*
2- Padrão de parcelamento *heterogêneo*



1 - Quadra de geometria *retangular*
2 - Padrão de parcelamento *homogêneo*

Figura 31 – Esquema do parcelamento das quadras, 1898.

FONTE: AHMACPS. Mappa da Villa de Santo Ângelo, 1898.
Interpretado do original por KERBER, 2008.

3.2.2. Multiplicação unidirecional de um padrão, 1924

O desenho do povoado de Santo Ângelo de fins do século XIX, na expansão ocorrida na década de 1920, foi feito com quadras ortogonalmente dispostas sendo seu padrão recorrente.

Segundo Yunes:

A partir de meados do século XIX, o reticulado urbano passa a contrapor-se à de cidade colonial brasileira. Assimilando os conceitos de modernização urbana provenientes da Europa, os planos reticulados representam a oposição aos modelos orgânicos das antigas povoações coloniais. Aspectos da estrutura urbana como o abastecimento de águas, saneamento, higiene, iluminação e alinhamentos e regularizações de lotes passam a ser incorporados à administração do espaço público, sob o suporte viário fornecido pela retícula.²⁰³

Torna-se importante a conclusão do *Plano da Villa de Santo Ângelo*, feito pelo escritório do engenheiro civil Alexandre Martins da Rosa, em 1924. Essa iniciativa direcionou a expansão da vila para o norte e, determinou o novo perímetro urbano, projetando um futuro de consolidação da vila para àquela direção, sendo utilizado para isso o mesmo padrão de quadra de 1898, cujo destaque percebe-se pela utilização da mesma geometria da antiga praça jesuítica (Fig.32).

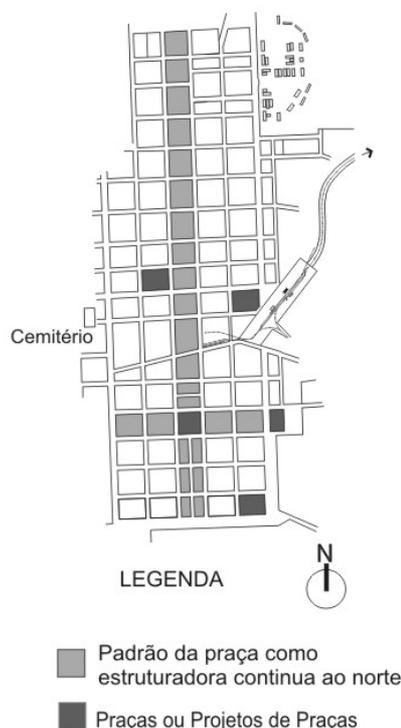


Figura 32 – Multiplicação unidirecional de um padrão, 1924.

FONTE: AHMACPS. Planta da Villa de Santo Ângelo, 1924.
Interpretado do original pelo autor, 2008.

²⁰³ YUNES, Gilberto. Op. Cit., p. 40.

O traçado urbano foi expandido e praticamente reproduzido rumo ao norte, e para onde as ruas foram prolongadas. A forma urbana teve uma diferenciação no seu traçado urbano proveniente da diferença topográfica. Assim, as quadras adjacentes à Rua 14 de Julho²⁰⁴, que, para continuarem o traçado ortogonal, tiveram uma geometria diferenciada do padrão adotado devido ao condicionante natural do sítio físico.

Entretanto, é perceptível no Plano de 1924²⁰⁵, que a partir da Rua 14 de Julho ao norte, o dimensionamento dos lotes de meio de quadra foi feito com maiores frentes. Esse aspecto é ainda mais evidente em um setor do traçado também a partir da Rua 14 de Julho até a Rua Duque de Caxias, cujas quadras são compostas por lotes de meio ainda maiores que o restante do traçado urbano Santo-angelense, portanto foram parceladas diferentemente do verificado na metade sul a partir do Mappa de 1898. Estes lotes se destinavam a uma ocupação diferenciada, possivelmente residencial unifamiliar no planejamento da vila dos anos vinte.(Fig. 33 e 34)

As praças foram eliminadas da proposta anterior (de 1898), como a Praça Venâncio Ayres, ou foram deslocadas para as proximidades, como a Praça da República, extinta e recriada ao lado com o nome de Praça Riachuelo. Além desta criou-se, mais a leste, a Praça Coronel Bráulio. Na metade nova do traçado (da Rua 14 de Julho ao norte) criou-se três praças: a Praça Barão do Rio Branco, a Praça da Liberdade e a Praça Marechal Deodoro. A primeira tornou-se mais importante pela proximidade com a estação da ferrovia.

²⁰⁴No que diz respeito à Rua 14 de Julho e atual Rua 25 de Julho, via limítrofe ao norte da antiga vila de fins do século XIX e início do XX e parte mais baixa de duas colinas, conforme referenciado anteriormente.

²⁰⁵Excluindo-se o desnível natural do terreno nas proximidades da Rua 14 de Julho, é perceptível quadras com quantidade menor de terrenos de meio e por consequência, lotes com frentes maiores a partir da Rua 14 de Julho até a Rua Duque de Caxias: 12 lotes, a partir desta, até ao norte da área urbana existente na época, 16 lotes.

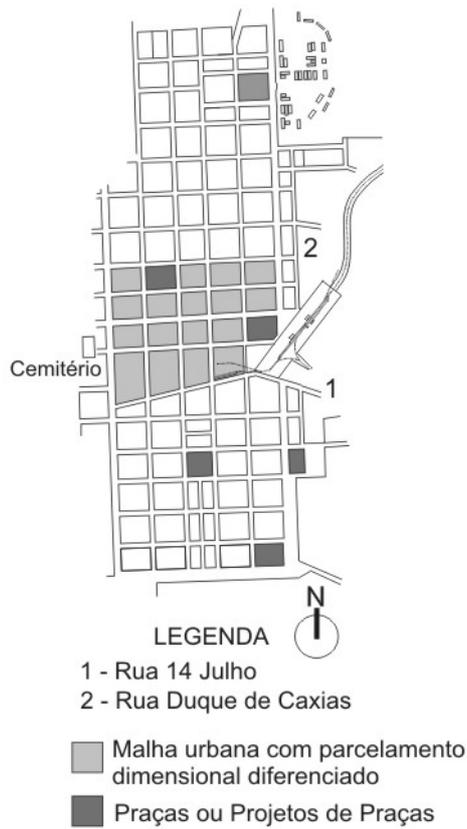


Figura 33 – Planta de Santo Ângelo, 1924.
 FONTE: AHMACPS. Planta da Villa de Santo Ângelo, 1924.
 Interpretado do original pelo autor, 2008.

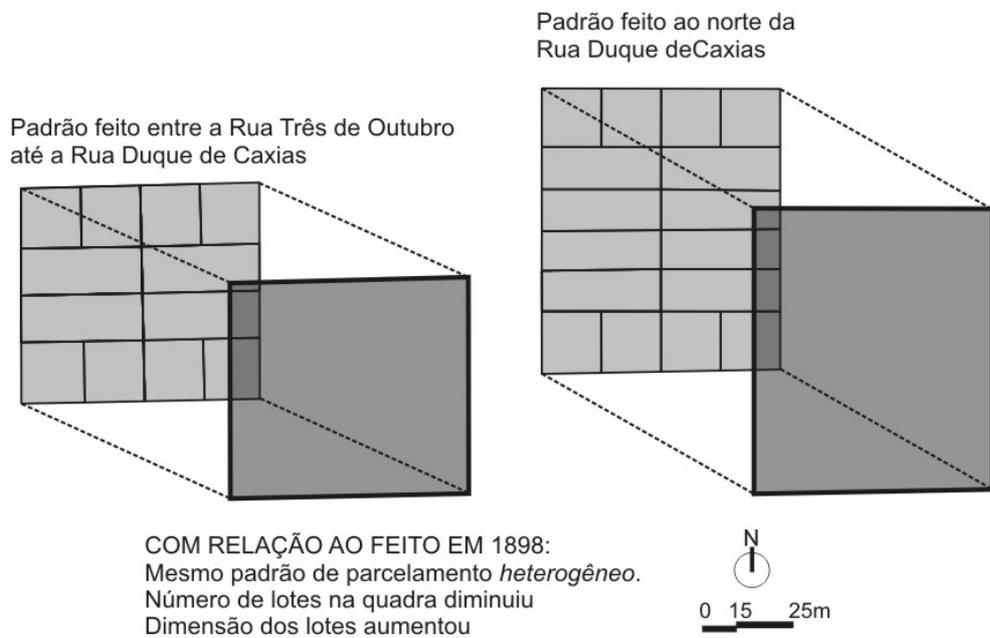


Figura 34 – Esquema do parcelamento das quadras, 1924.
 FONTE: AHMACPS. Planta da Villa de Santo Ângelo, 1924.
 Interpretação do original pelo autor, 2008.

3.2.3. Remodelação, ideal pós – 1930

A década de 1930 apresenta-se de maneira decisiva na transformação da forma urbana de Santo Ângelo, pela mudança de objetivos do Poder Público e pelas mudanças que se verificaram em relação à situação anterior da vila.

No Brasil, segundo Segawa:

O planejamento das cidades, a funcionalização dos espaços, a organização de uma hierarquia viária eficiente e a definição de políticas de construção mediante códigos edificatórios vinculados a padrões urbanos foram aspectos que, a partir de 1930, caracterizaram uma faceta da modernização dos grandes centros urbanos do país.²⁰⁶

Foi no início da década de trinta que apareceu, pela primeira vez, em Santo Ângelo a ação sobre o existente, pois o traçado urbano tornou-se tecido e é assim tratado enquanto problema em uma vila que já se densificara, a partir de meados da década de 1920 quando a vila se expande. Os problemas advindos desse crescimento e inchaço populacional não deveriam ser poucos, especialmente, os da ordem de saúde pública, com a falta de saneamento básico, água potável e rede de esgoto.

A partir de 1930 houve uma atuação do Poder Público enquanto problematização da vila na sua totalidade, pois foi feito um diagnóstico do existente e as possíveis soluções, foram apresentadas pelo engenheiro municipal. Vale salientar ainda que, em 1931, havia na zona urbana de Santo Ângelo por volta de 152 veículos, dentre estes automóveis e caminhões.²⁰⁷ No relatório da Prefeitura, consta a aprovação da Lei orçamentária para o ano de 1931, na qual o prefeito julgou necessário saber a opinião de alguns representantes da sociedade na época.

Assim comentou:

[...] no projeto, ora submetido à nossa apreciação, não faço alterações sensíveis, a não ser nos impostos que recaem sobre terrenos, em determinada zona, o que se justifica pela imperiosa necessidade de concentrar as edificações.

Estende-se a vila numa área de 150 hectas., com 930 prédios, existindo 115 terrenos concedidos e não edificados, dentro da zona compreendida pelas ruas Barão de Santo Ângelo, 15 de Novembro, Tiradentes, até Márquez do Herval, Avenida Brasil e Venâncio Aires, exactamente o perímetro mais procurado, e os terrenos edificados com grandes sobras.

Ora, os proprietários desses terrenos não os edificam nem os querem vender, senão por preço elevado, o que dá lugar a que aqueles que desejam construir pretendam terrenos noutros logares, concessões que a serem dadas, virão estender muito o perímetro da villa com edificações

²⁰⁶ SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: Edusp. 2002, p. 27.

²⁰⁷ ANNEXOS. Relatório Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, 1931 s/p.

espalhadas, dificultando assim, e encarecendo a administração com o policiamento, iluminação, abertura de ruas e outros serviços²⁰⁸.

Pode-se visualizar a referida área acima citada em mapa feito pelo auxiliar da Seção de Obras de Santo Ângelo, Naurerin Cardoso, em 1940 (Fig. 35).



Figura 35 – Planta de Santo Ângelo, 1940

FONTES: AHMACPS. Planta da Cidade de Santo Ângelo, 1940. Interpretação do original pelo autor, 2008.

A proposta orçamentária apresentada pelo Prefeito contém a idéia de um *Plano de Remodelação da Vila*²⁰⁹, proposto por Medaglia, como se identifica no Relatório de 1930.

²⁰⁸ Relatório da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, 1930, p. 17.

²⁰⁹ Lamentavelmente não se encontrou tal plano, contudo parte deste se encontra no Relatório da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, 1930, p. 105.

Segundo consta nesse plano, parcialmente transcrito no referido Relatório, evidenciava-se a necessidade de melhor ocupação dos lotes para maior agrupamento das edificações, possibilitando criar um lugar mais densificado:²¹⁰

É de grande necessidade de evitar o aumento da área da villa, que ocupa actualmente cerca de 150 hectares, com 950 prédios, podendo por consequência esta área conter desafogadamente o triplo da população existente.

Somente na parte central da villa, existem 115 lotes de terrenos devolutos, sendo que os outros lotes edificados de 18,00 de 26,40 e 30,00 metros de frente, comportam perfeitamente mais de uma edificação.

Para esta Prefeitura, este é um ponto de capital importância, pois qualquer melhoramento que pretenda fazer, água e esgoto, calçamento, iluminação, etc., nunca será o capital invertido, compensados pelos que na sua maioria, ainda que indirectamente, incidem sobre as edificações sendo estas muito espalhadas

A maior parte dos terrenos são de 33,0 x 30,0, os de esquina, e de 18,0 x 66,0, os de centro podendo, portanto comportar dois prédios cada um.

Justo é, por conseguinte, a elevação do imposto sobre terrenos baldios e a criação do que se refere a um determinado número de metros sobre as sobras dos edificados²¹¹.

Há referências no Relatório de 1930 das possibilidades de terrenos serem redimensionados e *desmembrados* em outros. Devido à grande dimensão de suas frentes, notou-se a preocupação de alguns lotes subutilizados por casas de pequenas dimensões. Há também incidência de um início de especulação imobiliária da iniciativa privada, a partir da não edificação em terrenos mais bem situados na vila. Esses problemas entre público e privado foram corrigidos com leis reguladoras e a instituição de novos impostos e medidas que obrigavam o proprietário, após a compra de um terreno, de construir em um determinado período²¹². Há o aumento de alguns impostos, dentre os quais se pode destacar um item das disposições da Lei Orçamentária: “acrescentou-se um valor sobre imposto, referentes a colocação de placas, de médico, advogado, ou qualquer outra profissão. Idem para colocar taboetas, de fábricas, oficinas, ou outros negócios”. A fachada da edificação é tratada como bem público e atributo da paisagem.

Embora a vila ainda possuísse o mesmo traçado de meados da década de vinte, essas mudanças visavam resolver questões causadas pelo crescimento

²¹⁰Há referências no Relatório de 1930 das possibilidades de terrenos serem redimensionados e desmembrados em outros. Devido à grande dimensão de suas frentes, notou-se a preocupação de alguns lotes Ver: Relatório da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, 1930, p. 19 e 110.

²¹¹Relatório da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, 1930, p. 110.

²¹²Segundo Sr. Bertholdo Bruno Benno Schmidt, que não comprou lote devido a impossibilidade financeira, conforme depoimento do mesmo se comprasse terreno loteado pela prefeitura, o proprietário teria de construir no mesmo no prazo máximo de um ano. Entrevista ao autor em Ijuí-RS a 02 de Agosto de 2007.

populacional abrupto, em que se destacavam os problemas de falta de infraestrutura como a canalização de esgoto e de água potável, associados ainda ao surgimento do trânsito urbano de automóveis e a falta de calçamento das ruas, sem qualquer tipo de pavimentação²¹³.

Verifica-se outras diretrizes desse projeto urbano:

O plano de remodelação da villa em organização [sic] pela Seção de Obras, procurará modelar-se nas modernas concepções de urbanismo, satisfazendo por consequência as exigências da esthetica, da higiene, da comodidade do tráfego e bem estar da população²¹⁴

Segundo consta no relatório de 1930:

O projeto de remodelação e expansão dessa villa abrangerá a zona limitada a leste e ao sul pelo Itaquarenchim e ao oeste e norte até os limites das terras de propriedades dessa prefeitura.²¹⁵

O plano urbano proposto para Santo Ângelo a partir da década de vinte e continuado durante a década de trinta era um modelo calcado na racionalidade do parcelamento do solo e refletia o pensamento do urbanismo na época, baseado no traçado de ruas que deveriam submeter-se às 'exigências sanitárias, de conforto e estética da população' além de contribuir à boa circulação, aeração e insolação das moradias²¹⁶.

Esses melhoramentos urbanos se destinavam à realização de uma infraestrutura não existente, bem como à manutenção, e à remodelação, como a construção de pavimentação nas ruas²¹⁷, calçamento dos passeios, e arborização da vila:

²¹³É salientado neste Relatório, de que antes de fazer qualquer pavimentação, seria conveniente fazer a infra-estrutura, a fim de evitar futuras aberturas das vias. Optou-se pelas pedras irregulares inicialmente, por serem mais economicamente viáveis.

²¹⁴Relatório da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, 1930, p. 105.

²¹⁵Idem.

²¹⁶Segundo Weimer, o urbanismo sanitaria foi amplamente instaurado no Rio Grande do Sul como política dos positivistas. em que pode-se destacar o engenheiro civil Francisco Saturnino de Brito, no contexto do Rio Grande do Sul. Além deste, o referido autor cita Adolph Alfred Stern e Benno Hoffmann, profissionais locais que foram estudar especializar-se na Europa. Ver:WEIMER, Günter. (Org.). A Política Sanitarista como Diretriz de Planejamento na República velha Gaúcha. IN: Urbanismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EDUFRGS,1992, p. 98.

²¹⁷Segundo informações prestadas por Medaglia ao jornal de Santo Ângelo. Essa localidade foi uma das pioneiras em âmbito estadual em alguns aspectos urbanos: teria sido a primeira a receber pavimentação asfáltica na via limítrofe ao norte da Praça Pinheiro Machado em 1934. Em caráter experimental, inicialmente, tendo sido consultado técnico da Stand Oil, o engenheiro José Batista Pereira, do qual recebeu a assistência técnica na execução. Para a pavimentação concorreram duas empresas: a Lorêa, Moreira & Cia Ltda de Rio Grande e Paschoal Gallo de Bagé, tendo sido a primeira a vencer, por ser mais vantajosa pelo "aspecto técnico e financeiro". Ver: Relatório da

Continuamos o plantio da arborização urbana, para o que foram plantadas 960 árvores novas. Cinamomos gigantes e Guarda-sol e uva do Japão [...] As arborizadas foram “a Antônio Manoel, 3 de Outubro, completada a Marques do Herval e feito o replantio das inutilizadas das outras ruas. Relatório da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo.²¹⁸

Foi através do plantio destas árvores na vila “abrigo das ruas não só dos ventos fortes que sopravam, como também do calor durante o verão”²¹⁹, objetivando a eficiência no uso urbano relacionado à produção da cidade. Propunha também o remodelamento das praças com a colocação de mobiliário urbano, o ajardinamento, a criação de canteiros, e o saneamento do esgoto pluvial através da construção de bueiros, tubulação de concreto e suprimento de água tratada em determinadas áreas da localidade. Um planejamento baseado no desenvolvimento e na salubridade de seus espaços públicos, não só referente à higiene, “como também na estética da vila e conforto da população”²²⁰, pontos importantes a serem tratados em toda área urbana e terras adjacentes pertencentes ao município.²²¹

Os espaços públicos como as praças e os lugares de grande potencial de aprimoramento urbano foram transformados. Quanto a praça Pinheiro Machado, “a remodelação desta, se impõe como uma das principais do embelezamento da vila”²²². Segundo o engenheiro Medaglia no que se refere à praça Rio Branco:

A elaboração desta praça, mereceu-me especial dedicação, pois não só pela topografia excelente do terreno que me permitiu lhe dar um cunho de grandiosidade da qual é digna, como também por ficar fronteira da Estação da Viação Férrea e ser por consequência a primeira e a última impressão gravada na imaginação dos forasteiros com respeito a esta vila, e ainda mais, será o logradouro de que servirá uma grande parte da população.²²³

Nesse mesmo relatório, deve-se ressaltar parte destinada ao “regulamento das construções”, no qual é salientado que:

É de urgente necessidade a criação de uma nova regulamentação sobre construções e abertura de vias de comunicação, visto a existente não satisfazer mais as condições actuaes e aos progressos da arte constructiva.

Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, 1931, p. 94 e jornal A TRIBUNA. Vivi intensamente no trabalho a maior parte da minha vida nesta terra. Edição Especial. 25 de Setembro de 1973.

²¹⁸ Relatório da Prefeitura, 1936, p. 112.

²¹⁹ Relatório da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, 1931, p. 95

²²⁰ Idem.

²²¹ “Paradoxalmente, as maiores intervenções do homem na natureza para beneficiar a sua vida na cidade não se denunciam claramente. Em função do próprio efeito sobre o meio, grandes obras com alterações profundas e radicais e esquecer as condições anteriores”. MARX, Murillo. Cidade Brasileira. São Paulo: Ed. USP, 1980, p. 119-120.

²²² Relatório da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, 1930, p. 109.

²²³ Idem

De maior precisão, no momento, é a regulamentação do tipo de construções para a zona central da villa, da abertura de poços de água potável e da construção das privadas.²²⁴

Outras diretrizes para o bom funcionamento urbano também se faziam presentes na realidade de Santo Ângelo; segundo uma parte referente à “remoção do lixo” existente no mesmo relatório, percebe-se que o grau de inovação era de grande abrangência:

A instituição de remoção de lixo, seria de grande alcance higienico para esta villa, pois evitaria depósito de imundices que existem em grande número de quintaes. Provisoriamente o lixo, depois de recolhido poderia ser depositado em algum ponto afastado da villa e mais tarde quando fosse possível, adoptar-se-ia o tratamento da fermentação cujo adubo dali resultante em grande valor agrícola.²²⁵

No plano para a vila santo-angelense, outras diretrizes de projeto se faziam presentes:

[...] seria justo que a iniciativa particular concorresse também para que fosse mais completa essa obra de urbanismo. A esthetica nas construções, é um dos elementos de maior peso no embellesamento de um centro populoso. Dependendo quase unicamente da iniciativa particular. Para isso não é necessário o dispêndio de maiores sommas nas edificações, as quaes ainda que simples e modestas de accordo com as possibilidades de cada um, basta que não constituam aberração aos mais comesinhos princípios da arte constructiva, para agradarem no seu conjuncto. A conservação das construções sob os pontos de vista material e higiênico, e o ajardinamento dos terrenos que são serventia das moradias com a construcção de muros com grades artísticas, são outros elementos de que dispõe a população em geral para prestar o seu indispensável concurso.²²⁶

O alcance desse plano para a vila contemplava a sociedade como um todo, pois:

Seria de grande alcance social a demarcação, em 2 ou 3 quadras não muito afastado da villa, de lotes de pequenas dimensões, para concede-las as pessoas menos abastadas, por um preço não superior a 100\$000 pagável em um praso razoável. Poderiam assim, sem grande sacrificio, esses de poucos recursos possuírem as suas moradias em boas condições, higienicas e de commodidade, livrando-se ao mesmo tempo dos onerosos aluguéis que pagam para viverem na maioreia das vezes em casebres e pardieros immundos.²²⁷

Para que a iniciativa privada aderisse de maneira geral ao novo projeto de cidade, houve a necessidade de se aprovar uma legislação voltada aos novos padrões requeridos.

²²⁴ Relatório, Op.Cit., 1930, p. 106.

²²⁵ Idem

²²⁶ Idem.

²²⁷ Relatório da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, 1930, p. 110.

A valorização de uma área específica começava a ser visada na localidade, e após ser sancionado o *Acto número 12, de 4 de fevereiro de 1931*, que regulava o *typo* de construção da parte central da vila, este setor passa a ser destacado e diferenciado do restante da localidade, torna-se um plano de centro.

Esse Acto determina o padrão de construções na parte central da Vila, como a valorização das esquinas. Essa área ficava compreendida:

[...] pelas Ruas Barão de Santo Ângelo, Rua 15 de Novembro, Tiradentes, Antunes Ribas, Conde de Porto Alegre, David Canabarro, Florêncio de Abreu, Avenida Brasil e Avenida Venâncio Aires e ainda nos terrenos de esquina fora desta zona [...].

Cabe ressaltar ainda a relevância da estação ferroviária para a vila, na época:

[...] o calçamento de maior necessidade, utilizada na ligação da estação da Viação Férrea com a zona comercial e repartições públicas: Rua Antunes Ribas, entre Antônio Manoel e Andradas; Rua Marquês do Herval, entre Antônio Manoel e Avenida Brasil; Rua Marechal Floriano, entre 7 de Setembro e Avenida Brasil; Rua 14 de Julho, entre Antunes Ribas e Marechal Floriano e Av. Brasil, entre Antunes Ribas e Estação.²²⁸

Nesse Acto, fica nítida a intenção de substituição das casas de madeira existentes nesta zona, por edificações novas, pois:

As construções ou partes de construções feita de madeiras existentes dentro da zona de que trata o artigo precedente, não poderão sofrer modificações ou concerto de qualquer natureza, mas tão somente obras de construções.

Certamente, essa determinação restringia as construções e as ampliações sem critério. Não ficava restrita apenas a construções novas de tijolo, o que também era um dos objetivos, mas que poderiam ser construídas em madeira, desde que fossem feitas com paredes duplas. Trata-se de uma normatização de um padrão para aquela zona da vila.

O Ato do Prefeito de 1931 aprovava o funcionamento da Seção de Obras da Prefeitura, a fim de regularizar, fiscalizar e orientar na aprovação dos projetos, das obras, das edificações e na construção de poços para privadas em vista da melhoria das questões de higiene e salubridade, ainda inexistente na vila. Criou-se, através do Acto número 90 de 16 de Dezembro de 1930, o Almojarifado, enquanto dependência da Seção de Obras²²⁹.

²²⁸ Relatório da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, 1930, p. 89.

²²⁹ Relatório da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, 1930, p. 19.

Essa busca pela construção de uma cidade teria de restringir o que estava ocorrendo no início da década de trinta, quando havia:

[...] aumento de números da edificação na zona urbana da vila; considerando que é de necessidade regulamentar o tipo de construções na parte central da vila, evitando a construção de chalets e casebres toscas; Considerando que a Administração Municipal tem o dever de melhorar a legislação vigente, atendendo assim com a maior solicitude os interesses superiores da higiene, saúde pública e embelezamento da vila, já não satisfazendo algumas disposições do Código de Posturas.

Após aprovada a lei, ela não foi tão facilmente aplicada, conforme relato do engenheiro municipal:

Tornam-se necessárias medidas rigorosas como a aplicação de multas com cobrança judicial imediata aos infratores do Código de Construções, pois grande número de proprietários, não compreendendo o alcance coletivo dessa regulamentação, procuram por todos os meios ludibriar a vigilância desta Directoria, levantando ranchos, pardieiros, meias águas e toda a espécie de monstregos anti-eshéticos e insalubres em pleno coração da villa²³⁰.

Este ato legal de 1931 estava atrelado a uma série de ocorrências perceptíveis no traçado urbano de 1940²³¹.

Em 1933 já consta a criação de uma rua nova no “coração” da vila, mas esta se consolida com a gradual desativação da oficina da ferrovia. Em meados da década de trinta, transferiu-se o cemitério para o norte da área urbana de Santo Ângelo.

Alguns espaços, antes destinados a praças, tornaram-se pontos escolhidos para a implantação de equipamentos de uso público de grande influência no entorno urbano imediato, capazes de estruturar a vila em áreas pouco ocupadas. Assim, incentivava-se o incremento edificatório em novas direções ampliando a área efetivamente utilizada na vila, através da construção de escolas, hospitais, entre outros. Retirou-se as atenções da zona central em vias de valorização, mas, sobretudo, consolidava-se um novo setor específico e importante no funcionamento da localidade: uma nova centralidade.

²³⁰Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, Relatório 1932-1933, p. 17.

²³¹Conforme “antigo desejo”, a retirada total da linha férrea, de maneira que não interrompesse nenhuma via importante da cidade de Santo Ângelo, ocorreu em fins de 1947. Conforme referência, em meados de 1947 a linha férrea ainda cortava a Av. Venâncio Aires, na parte da Rua 14 de Junho, fato que levou o prefeito da época a pedir que Medaglia intercedesse junto à Direção da Estrada de Ferro, em uma das idas deste engenheiro à capital do Estado. Ver jornal: O MINUANO: Folha Independente. Linha férrea. 6 de Julho de 1947.

Essas mudanças potencializam, pela primeira vez, a expansão da malha urbana em outras direções além da norte, especialmente rumo a oeste²³², fato corroborado pela existência do arroio enquanto limite natural ao leste e sul da vila.

O principal objetivo para esse controle e direcionamento do desenvolvimento da vila estava na necessidade de urbanização da mesma a um menor custo possível, inclusive em longo prazo para o desenvolvimento futuro da localidade, a qual, se não fosse feita, exigiria “sacrifícios onerosos”²³³ por parte da Prefeitura. A resposta principal a esse problema foi determinar uma área de expansão e de descentralização, mas também de criar um núcleo com potencialidade de ser densificado enquanto novo centro urbano, tornando-se assim mais econômico qualquer tipo de infra-estrutura feita durante o desenvolvimento da localidade.

Em detrimento de uma vila cada vez mais extensa, optou-se pelo controle urbano, cuja criação de um novo centro, era o foco das atenções.

Nesse período pós-1930 pode-se perceber uma série de procedimentos que influenciaram na forma da localidade e na sua constituição em partes diferenciadas, e cujas transformações estavam ligadas a uma abordagem da localidade diferente do que tinha sido feito até então e do que se pretendia para Santo Ângelo no futuro.

Se em 1898 fez-se um levantamento, em 1924 traçou-se uma malha urbana expansionista, a partir de 1930 se redirecionou estes empreendimentos urbanos com a modificação sobre o existente. Passou-se de um planejamento extensivo para um planejamento intensivo, composto pelo conjunto de ações que visavam criar um núcleo em substituição às antigas construções, além de delimitar com os equipamentos de uso público, uma área de expansão para construir uma cidade mais concentrada.

²³²Pode-se perceber a expansão além da direção sul-norte a partir de fins da década de trinta, pela primeira vez nos sentido leste-oeste devido ao deslocamento de limites, como no caso o cemitério da vila, deslocado no início da década de trinta para o norte da vila. A expansão do tecido urbano, não ortogonal, nas demais direções, iniciou-se a partir de fins da década de cinquenta em Santo Ângelo.

²³³ Relatório da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, 1930, p. 105.

3.3. A construção da cidade pela arquitetura

Santo Ângelo durante o período pré-1930, caracteriza-se por uma “[...]construção [sic] urbana [que] obedece rigorosamente as prescrições [sic] de hygiene [sic], sem que, no entanto seja observada ordem alguma architectonica [sic]”.²³⁴

A análise dos *atos urbanos* pode demonstrar a capacidade destes em constituir a cidade em partes diferenciáveis entre si. Como *elementos primários*, entende-se aquelas arquiteturas de uso coletivo que tem o poder de modificar o entorno imediato do tecido pela sua importância individual.

Estes *elementos primários* são capazes de interferirem no desenvolvimento da forma urbana através das arquiteturas individualmente, mas que, sobretudo pelo seu conjunto, instauram o direcionamento do crescimento e a forma urbana da localidade²³⁵.

Estas arquiteturas influenciam na forma urbana também pela implantação do seu conjunto, além de condicionarem a criação dos espaços habitacionais na estruturação da escala urbana.

Segundo Lynch existem cinco elementos relevantes no processo de construção de estruturas urbanas: as vias, os limites, elementos marcantes, os cruzamentos e regiões.²³⁶

3.3.1 Ordenação da estrutura urbana

Em Santo Ângelo, a implementação da vila pode ser destacada a partir de diversas propostas de implantação de equipamentos urbanos que tiveram grande influência no desenvolvimento da localidade.

A setorização destas obras foram estruturadoras do tecido urbano local, por sua disposição na malha santo-angelense e por seu significado de atividades diversificadas e ligadas ao uso coletivo. Tem-se na instauração destas arquiteturas a partir das iniciativas privada e pública o começo de uma idéia mais urbana (Fig. 36).

²³⁴Relatório da Intendência, 1929. p. 29 e 30.

²³⁵ROSSI, Aldo. Op. Cit., p.142.

²³⁶LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p. 107.

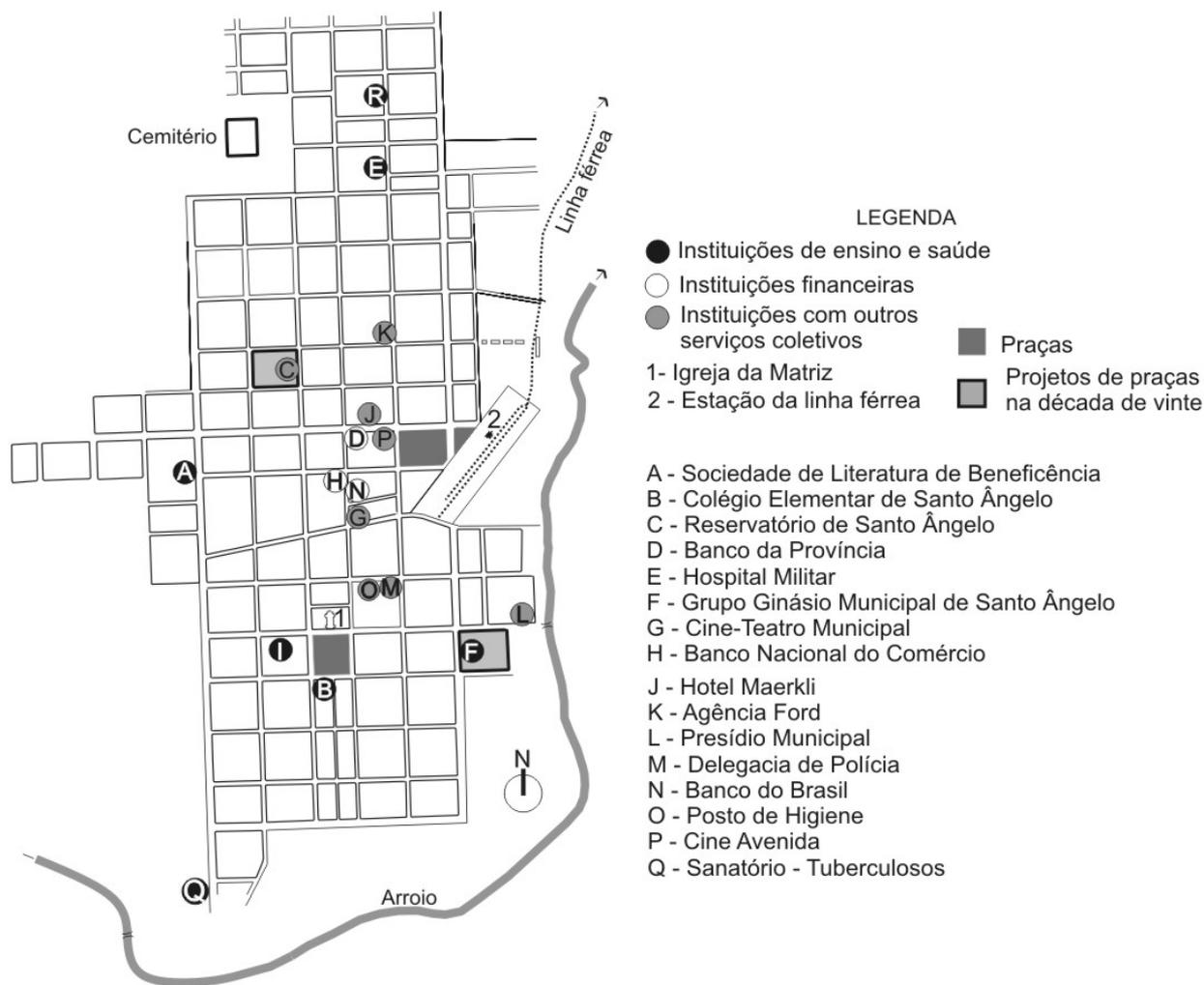


Figura 36 – Ordenação urbana, 1935 a 1945

FONTE: AHMACPS. Planta da Cidade de Santo Ângelo, 1940
Interpretação do original pelo autor, 2008

Escolas e Hospitais

Os problemas de analfabetismo na educação e as epidemias na área da saúde foram amplamente combatidos no governo de Vargas. Pode-se afirmar que a construção dessas edificações, tanto pela sua escala, quanto pelo seu programa e envolvimento com o entorno urbano, contribuiu para o adensamento da cidade em novas áreas contíguas às existentes já consolidadas.

Tem-se como destaque a construção e as ampliações subseqüentes da *Sociedade de Literatura e Beneficência* (Fig. 37), da escola federal, construída em meados da década de trinta no local onde era o cemitério, este deslocado para o norte. Essa escola constituiu-se em um marco limítrofe da cidade no lado oeste.



**Figura 37 – Sociedade Literatura e Beneficência.
Construtora Santo Angelense Ltda**

FONTE: Acervo do autor

Mais para o final da década de trinta, também ao norte da vila foi implantado o *Hospital Militar*.

Da mesma maneira que aquela escola federal, apenas do lado oposto da vila, no lado leste, foi construído o *Grupo Ginásio Municipal de Santo Ângelo* em fins da década de trinta em local onde, na década de vinte, era planejada ser a Praça Coronel Bráulio (Fig.38).



**Figura 38 – Grupo Ginásio Municipal de Santo Ângelo.
Construtora Santo Angelense Ltda**

FONTE: FINOKIET, 2003

Em área da formação inicial da vila, construiu-se a *Casa de Saúde Santa Therezinha* que, em sucessivas ampliações, tornou-se a *Associação Hospital Santo Ângelo* e o *Colégio Elementar de Santo Ângelo* (Fig.39), adotando projeto-tipo de escola estadual disseminado pelo Rio Grande do Sul nessa época.



Figura 39 – Colégio Elementar de Santo Ângelo.
Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, 1934-36.
 FONTE: AHMACPS

No extremo sul, em meados da década de quarenta edificou-se a *Associação de Assistência aos Tuberculosos Sanatório* (Fig. 40), foi construída isolada em parte da cidade ainda sem ocupação devido à natureza epidêmica da enfermidade que ali era tratada na época.



Figura 40 - Associação de Assistência aos tuberculosos Sanatório.
Construtora Santo Angelense Ltda
 FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007.

Nessa época, ainda construiu-se o *Guarda Campo e Estação de Passageiros* para o transporte aéreo fora da área urbana da cidade, sem importância na consolidação urbana imediata.

Bancos

Embora a inauguração da rede de bancos em Santo Ângelo, possivelmente ocorreu em locais diversificados, portanto arquitetônica e urbanisticamente a maioria

dessas edificações existentes na vila não eram condizentes ao programa que as constituíam. Em Santo Ângelo, “as transações bancárias tiveram início em 1911 com a abertura de uma agência do Banco Nacional do Comércio [...]. Em 1916, o Banco Pelotense também se estabeleceu [...]”²³⁷. Porém, a localidade começou a ter edificações de maior importância quanto à expressão de suas atividades financeiras, em fins da década de trinta. Um bom panorama desses fatos é tratado por Weimer:

Até a primeira Guerra Mundial a atividade econômica era sustentada pelo comércio. A autonomia das unidades federativas favorecia as relações internacionais que se alimentavam da troca de produtos agrícolas por industrializados. A acumulação de capitais foi rápida. As pequenas *vendas* puderam ser transformadas em grandes empórios. Em decorrência, estruturou-se uma forte rede bancária autóctone, que se constituiu num caso único no País e que se estendeu para o interior do Estado.²³⁸

A importância dessas construções na formação de uma centralidade reconhecidamente de caráter diferenciado na cidade de Santo Ângelo pelo uso comercial e de serviços, foi influenciada pela consolidação de dois equipamentos importantes em uma mesma via, separados por apenas uma quadra. A construção destes dois bancos, em esquinas estratégicas, definiu, na paisagem, a determinação de um setor central da cidade vinculado às finanças.

No fim da década de trinta construiu-se o *Banco da Província* (Fig. 41); no início da década de quarenta, o *Banco Nacional do Comércio* (Fig. 42). Em seguida construiu-se o *Banco do Brasil* (Fig. 43). Foram referências marcantes na formação de uma via financeira na cidade²³⁹, caracterizando-a definitivamente como uma via de grande fluxo. Outras edificações com outros programas também contribuíram para essa consolidação de uma centralidade.

²³⁷ LIED, Arlindo. *Minhas Reminiscências de Santo Ângelo*. Ijuí: Michaelse Hass e Cia Ltda, 1973, p9.

²³⁸ WEIMER, Günter. *Op. Cit.*, 1992, p. 103.

²³⁹ Mais tarde, em fins da década de quarenta inaugura-se o prédio do Fórum. E em início da década de cinquenta, na esquina frontal ao Banco do Comércio, construiu-se o Banco Agrícola Mercantil.



Figura 41 – Banco da Província.
Construtora Azevedo, Moura & Gertum, 1936-38.
 FONTE: AHMACPS



Figura 42 – Banco Nacional do Comércio.
Possivelmente Construtora Azevedo, Moura e Gertum.
 FONTE: AHMACPS



Figura 43 – Banco do Brasil.
Construtora Santo Angelense Ltda.
 FONTE: Acervo particular do autor

Outros equipamentos

O aprimoramento de bens e serviços para uma melhor estrutura urbana completou-se com o *Reservatório de Santo Ângelo* no início de 1936, implantado onde em meados da década de vinte fora prevista a Praça da Liberdade.

O crescimento urbano necessitaria ainda da construção de outros equipamentos principalmente para manutenção da ordem social e para a orientação da saúde pública e lazer, com a introdução de prédios privados, mas de uso público.

No início da década de quarenta, foram implantadas as edificações do *Presídio Municipal*, da *Delegacia* e do *Posto de Higiene*, local onde eram proporcionados desde serviços odontológicos até a aprovação de projetos mediante aval sanitário.

No início a década de quarenta, são implantados na cidade outras edificações requeridas para uma sociedade mais urbana, com novas necessidades. São as construções do *Cine-Teatro Municipal*, do *Hotel Maerkli*, do *Cinema Avenida* e da *Agência da Ford*.

Essas ações edificatórias específicas no tecido urbano, acima referidas, contribuíram para uma ampliação do perímetro de uso da vila, ao mesmo tempo em que delinearam uma densificação urbana. Foram investimentos dos setores público e privado destinados a várias áreas do uso coletivo em sociedade. A construção de equipamentos urbanos, destinados ao ensino, às finanças, aos serviços de manutenção e à diversão pública, proporcionou uma outra dinâmica construtiva na localidade. Ao serem implantados, modificaram o seu entorno não apenas por suas escalas, proporções e estéticas, mas por edificações cujos usos transformaram o espaço urbano imediato em uma dimensão maior, por sua capacidade de ordenação, na determinação de um novo perímetro e foco urbano para a cidade.

3.3.2. Linhas de construção da cidade

A formação do tecido urbano santo-angelense no período da *Era Vargas* apresentou características de continuidade e de mudanças com relação ao que foi feito no período anterior²⁴⁰.

Pode-se perceber o grau de densificação do tecido urbano no setor da localidade e deve-se destacar as vias que foram determinantes nesse processo: a Rua Marechal Floriano, a Rua Antunes Ribas, a Av. Brasil, a Av. Venâncio Aires e a Rua Marquês do Herval. De um total de 15 vias ocupadas pelas edificações novas entre 1932 e 1948, um terço desta (5 ruas) comportou mais da metade (51,3%) das edificações novas construídas, enquanto as demais (10 vias), abarcaram os restantes 48,7%. (Fig. 44)

Pode-se verificar então uma mudança urbana a partir da década de trinta até meados de quarenta. Além disso, percebeu-se que determinados setores do tecido contribuíram para a configuração de uma nova paisagem urbana, refletida nas suas principais vias distinta e diretamente ligadas ao cotidiano urbano requerido.

São vias formadoras e estruturadoras do tecido urbano de Santo Ângelo pós-1930, provenientes de preceitos higienistas e de uma cidade concentrada. O desenvolvimento do tecido urbano de Santo Ângelo tem na formação de eixos uma característica importante da sua estruturação urbana. É através de uma dinâmica de ocupação de características próprias, que se definiu a formação de ruas e quadras de uma nova Santo Ângelo.

²⁴⁰O desenvolvimento urbano de Santo Ângelo entre 1930 e 1945 ocorre em áreas ainda não muito ocupadas, especialmente na metade oeste da vila, a partir da Marquês do Herval e ao norte da Rua 14 de Julho. Este processo foi complementar, ao ocorrido durante a década de 1920 na ocupação da metade leste, com a maior proximidade à ferrovia. Em determinadas áreas, era comum haver poucas casas em meio às recentes demarcações das quadras e lotes, principalmente ao norte da Av. Brasil. Essas ocupações singulares na demarcação urbana, tornavam-se formações pontuais do tecido urbano santo-angelense recentemente parcelado. A partir de fins da década de trinta e início da seguinte que se inicia um processo de substituição de construções mais antigas e a formação de uma centralidade mais densificada em Santo Ângelo.

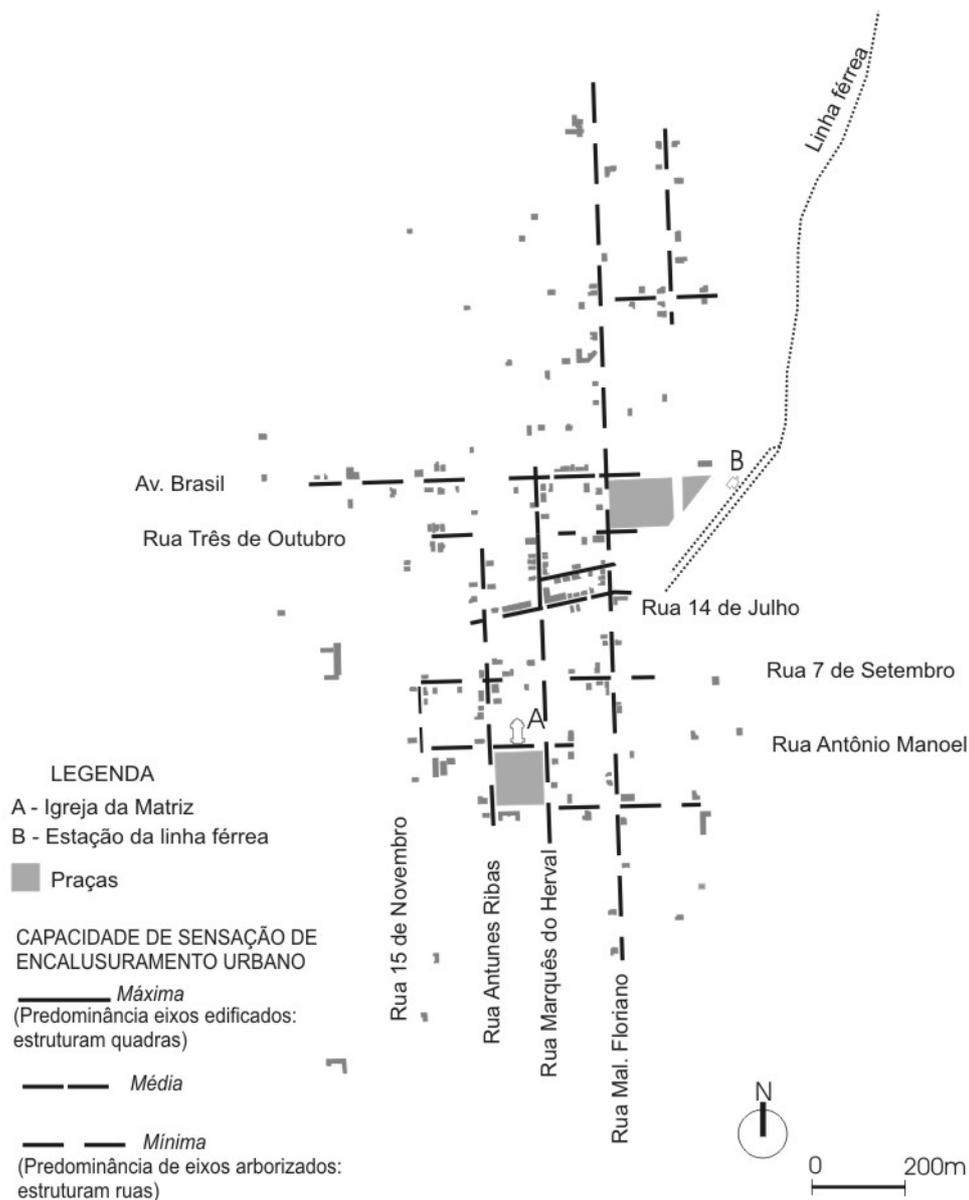


Figura 44 – Criação dos eixos da cidade, 1930 a 1945

Para um espaço urbano mais pitoresco e *embelezador* pode ser verificado a partir da criação de eixos arborizados destinados a setores mais residenciais. Esta característica pode ser verificada pela criação de canteiros centrais especialmente nas vias provenientes das praças Pinheiro Machado (Fig. 45) e Rio Branco (Fig. 46), e identificado na formação de ruas como a Antunes Ribas, Três de Outubro e Avenida Brasil. Esta característica pode ser também notada em vias não limítrofes às praças, como na Rua Sete de Setembro por exemplo (Fig. 47). É nesta época que Santo Ângelo também ficou conhecida como a *cidade dos cinamomos*.



**Figura 45 – Praça Pinheiro Machado. Vista aérea, direção sul.
Década de 1950.**

FONTE: AHMACPS



**Figura 46 – Praça Rio Branco. Vista aérea, direção leste.
Década de 1950.**

FONTE: MADP



Figura 47 – Rua Sete de Setembro. Vista Oeste, por volta de 1940.

FONTE: AHMACPS

Em setor mais densificado, a existência de árvores fica destinada a um segundo plano e os eixos são determinados especialmente pelas construções. Pode-se verificar este aspecto em setor delimitado ao norte, pela Avenida Brasil, ao

sul, pela rua 14 de Julho (atual 25 de julho), ao leste, pela rua Marechal Floriano e à oeste, pela rua Marquês do Herval. As edificações foram construídas principalmente na Rua Marquês do Herval, na Avenida Brasil e na Rua 14 de Julho, nas quais observa-se um maior aglomerado de edificações em apenas quatro quadras, com destaque para uma quadra de padrão *retangular* especialmente planejada a partir da criação de uma nova rua no centro de Santo Ângelo.

Estas graduações do tecido urbano, construído distintamente, serão adiante aprofundadas na análise das partes constituintes destes eixos.

3.3.3. Criação das partes urbanas

A introdução de uma relação diferenciada entre as edificações, bem como, destas com relação ao lote e espaço público, ou seja, a implantação das arquiteturas pode ser considerada determinante em Santo Ângelo enquanto uma tendência, um *padrão gerador da forma urbana*, estas semelhanças e distinções podem ser percebidas pelas posições análogas das arquiteturas no traçado urbano. Assim, no espaço urbano, a distinção e as articulações entre suas partes podem ser analisadas pela possibilidade de existência de uma regra *a priori*, uma vez que “analisar as estruturas urbanas é também projectar (compreender como se projetou) novas estruturas é analisar as presentes”.²⁴¹

O fenômeno de diferenciação urbana pós-1930, enquanto marco urbano no desenvolvimento da forma da cidade, pode ser analisado no espaço urbano em Santo Ângelo a partir de dois critérios: pelas *atividades* e pelas *formas* dos conjuntos construídos.

Pelas atividades das edificações, pode-se caracterizar inicialmente um padrão de ocupação urbano pelas arquiteturas *unifamiliares* e de *usos diversos*. Verificou-se existência de dois conjuntos distintos na estrutura urbana contíguos entre si. Um lugar destinado a um espaço residencial e à criação de um núcleo urbano destinado às atividades mistas (de comércio, serviços e plurifamiliar), em períodos bem definidos.

Se, no decorrer da década de trinta, uma parte da localidade relacionada ao caráter unifamiliar apresentou-se com uma maior multiplicidade estética, paradoxalmente, entre 1938 e 1945 a unidade formal regeu a paisagem construída em formas semelhantes que continham uma diversidade de usos e atividades de um centro em consolidação. Se nas casas a percepção de amplitude visual estava mais presente na rua, onde as árvores eram determinantes de um espaço tipicamente residencial, em fins da década de 1930 a quadra construída adquiriu esta relevância na diferenciação do tecido urbano da cidade pela presença maior das edificações na determinação de uma centralidade.

Pela análise das formas arquitetônicas e de suas relações com o lote e com a rua, identificou-se duas categorias: edificações soltas, com recuos, e edificações

²⁴¹AYMONINO, Carlo. Op. Cit. 1984 ,p. 8.

construídas entre-divisas até o alinhamento; este critério foi capaz de fornecer importantes informações sobre a forma das partes na composição da estrutura urbana da cidade como um todo, que será adiante pormenorizada.²⁴²

Assim na análise da dinâmica de ocupação pelas arquiteturas na formação do tecido urbano, verificou-se a existência de duas partes bem definidas na cidade: um *conjunto espalhado* e um *conjunto centralizado*. Podem ser caracterizadas por elementos ordenadores ou elementos condicionados no processo de formação urbana durante o período da *Era Vargas* em Santo Ângelo. (Fig. 48, 49 e 50)

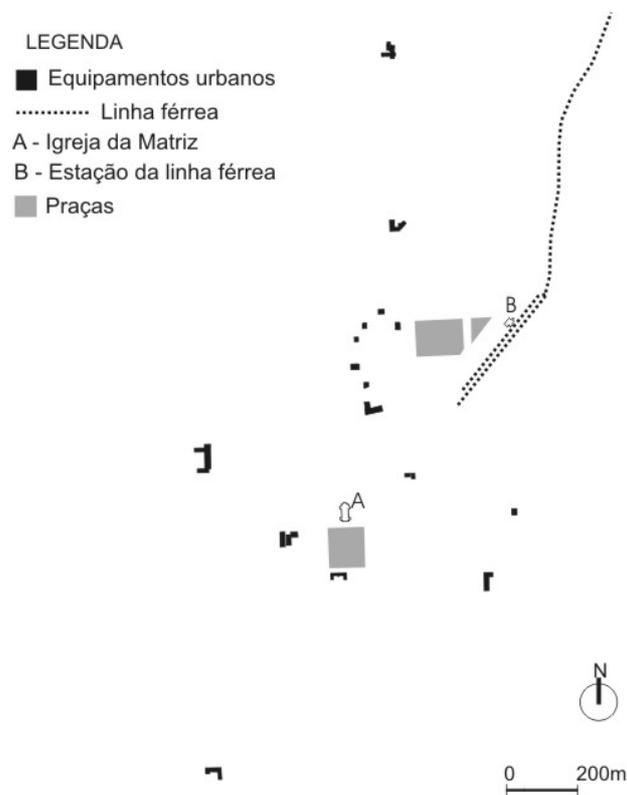


Figura 48 – Esquema da ocupação urbana: elementos ordenadores

²⁴²Optou-se por duas características opostas embora, houvessem edificações com ocupação cujas características ficavam entre estes dois extremos. Algumas ocorrências também não devem ser atreladas apenas ao período, pois são perceptíveis em todo o intervalo do presente estudo (1930-1945). Nesse sentido, as edificações soltas no lote continuam a ocorrer durante o período de 1938 a 1945, e devem ser evidenciadas enquanto ponto de partida de uma nova dinâmica no processo de desenvolvimento urbano.

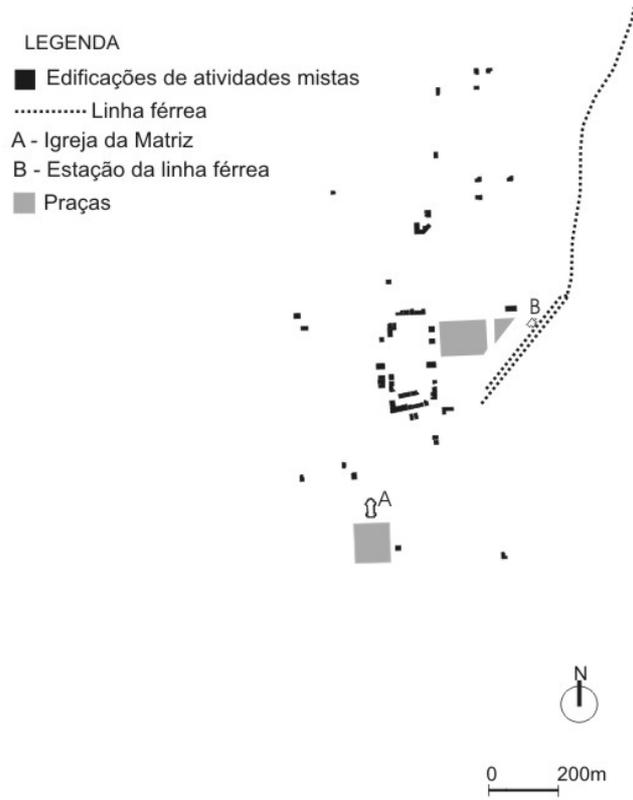


Figura 49 – Esquema da ocupação urbana: elementos condicionados

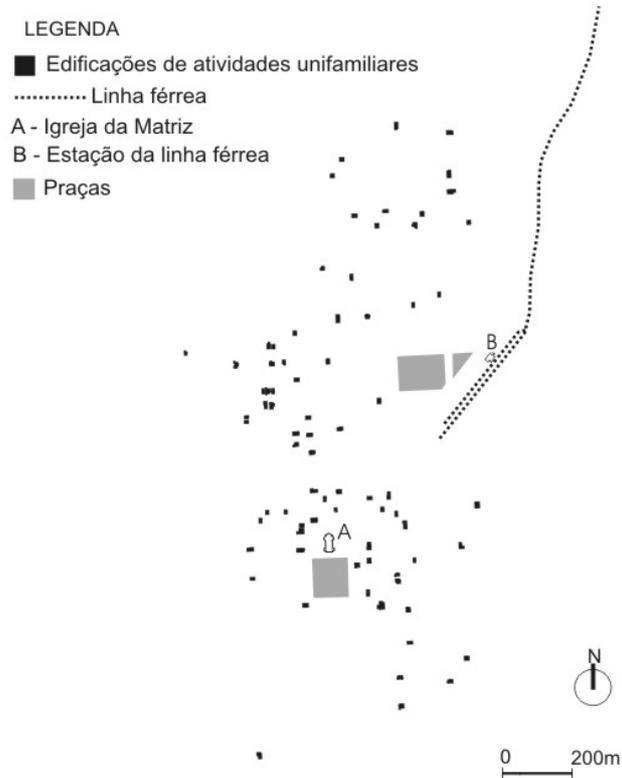


Figura 50 – Esquema da ocupação urbana: elementos condicionados

Um dos principais impactos dessa nova arquitetura no tecido urbano e que transformou a paisagem construída entre 1930 e 1945 será pormenorizadamente analisado a seguir na análise desses dois conjuntos da forma urbano-arquitetônica.

3.3.3.1. Do *espaço-residência*

As edificações residenciais são *elementos primários*, portanto são também *fatos urbanos*²⁴³. Tanto Rossi (2001) quanto Aymonino (1984), abordaram a importância das edificações residenciais na construção das cidades; seus estudos evidenciam a habitação como fator determinante e como tendo papel relevante na forma da cidade²⁴⁴. Assim, o caráter dessa edificação e seus aspectos formais “está intimamente ligado à forma urbana”. A relação entre a residência e a sua localização se torna distinto e dependente de uma série de fatores econômicos, geográficos, históricos e morfológicos.²⁴⁵

Entende-se por *espaço-residência*, as áreas nas quais as edificações possuem a atividade de moradia. Entretanto, esse espaço pode ser dividido, em uma área de predominância unifamiliar, e em outra de características diversas, com atividades principalmente mistas em períodos bem definidos durante a *Era Vargas*. (Fig. 51 e 52)

Na relação do traçado urbano com as arquiteturas, identificou-se dois lugares morfológicamente distintos em Santo Ângelo, que poderiam ser denominados bairros pelas características peculiares das suas arquiteturas e pelas atividades comuns.

²⁴³Segundo Aymonino (1984) “para avaliar a arquitetura como fenômeno urbano não basta analisar a ‘residência-fatos primários’ [...] cabe considerar a possibilidade [...] a residência vir ou poder coincidir com um dos fatos primários”. Ver: AYMONINO, Carlo. Op. Cit., p.124.

²⁴⁴Tanto Rossi quanto Aymonino analisaram que uma das grandes contribuições do Movimento Moderno em arquitetura foi a mudança de atitude frente à habitação e à sua relação com a forma da cidade, antes desconsideradas. Deve-se ressaltar que o Movimento Moderno pregava uma cidade em quatro funções da urbanística baseadas em exigências objetivas: habitar, trabalhar, lazer e educar. Esta criticada por Rossi e amplamente divulgada pela Carta de Atenas, proveniente do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, de 1933. Este congresso conforme De Fusco foi “un verdadero código de la orientación arquitectónica y urbanística [...]” Ver: DE FUSCO, Renato. História de la arquitectura contemporánea. Madrid: Hermann Blume, 1981, p. 310.

²⁴⁵ROSSI, Aldo. Op. Cit., 2001, p.81.

Segundo Lynch:

Um bairro urbano, na sua definição mais simples, é uma área de caráter homogêneo, reconhecida por indicações que são contínuas dentro desta área e descontínuas num outro local. A homogeneidade pode traduzir-se em características espaciais [...] pode verificar-se no tipo de edifícios [...] pode ainda ser notada no estilo ou na topografia.²⁴⁶

O tecido urbano da cidade foi formado para um padrão residencial a partir da escala da rua e por um outro, ordenado para um padrão de núcleo central a partir da escala da quadra. Assim, pode-se considerar que ambos são constituintes do espaço urbano e verificáveis pela capacidade de *associação* entre as arquiteturas e destas com relação ao espaço público adjacente²⁴⁷. Enquanto unidade básica da forma urbana, verificou-se na cidade a existência de dois padrões arquitetônicos gerais, relacionados às formas urbanas a que pertenciam, e que podem ser considerados como atuantes no espaço como *matrizes formais*²⁴⁸.

A partir da propriedade de *associação* entre os *elementos* constituintes da forma urbana, foi possível analisar a formação de suas partes na arquitetura da cidade de Santo Ângelo, a partir das ruas e das quadras.

²⁴⁶ LYNCH, Kevin. Op. Cit.,, 1980, p. 116.

²⁴⁷ Ver: PANERAI, Philippe et al. 1983, op. Cit. e CASTEX, Jean e PANERAI, Philippe. Notas sobre a estrutura do espaço urbano. L'architecture d'aujourd'hui n° 153, jan. 1971. Tradução Décio Rigatti, 1988.

²⁴⁸ DIEZ, Fernando E. Buenos Aires y algunas constantes em lãs transformaciones urbanas. Buenos Aires: Fundação Editorial Belgrano, 1996, p. 88.

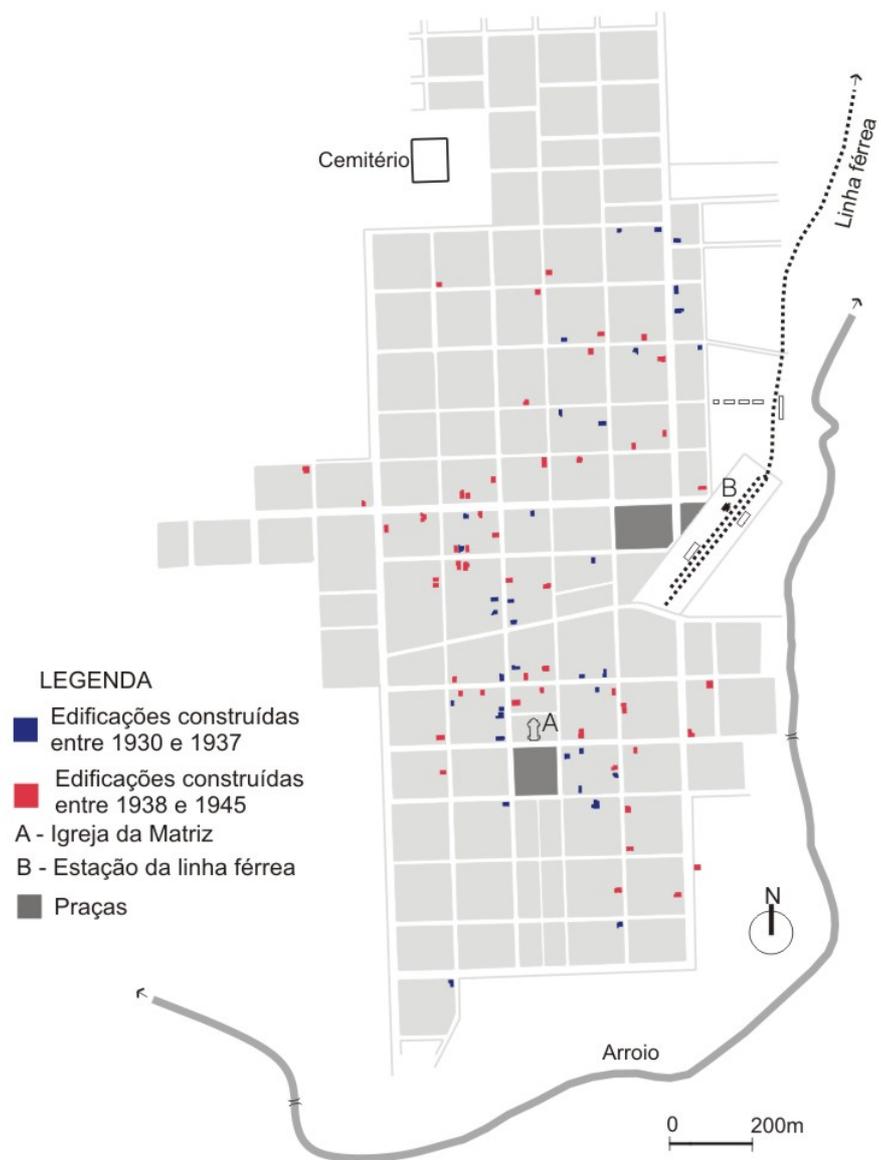


Figura 51 – Localização das edificações de atividades unifamiliares em função da época

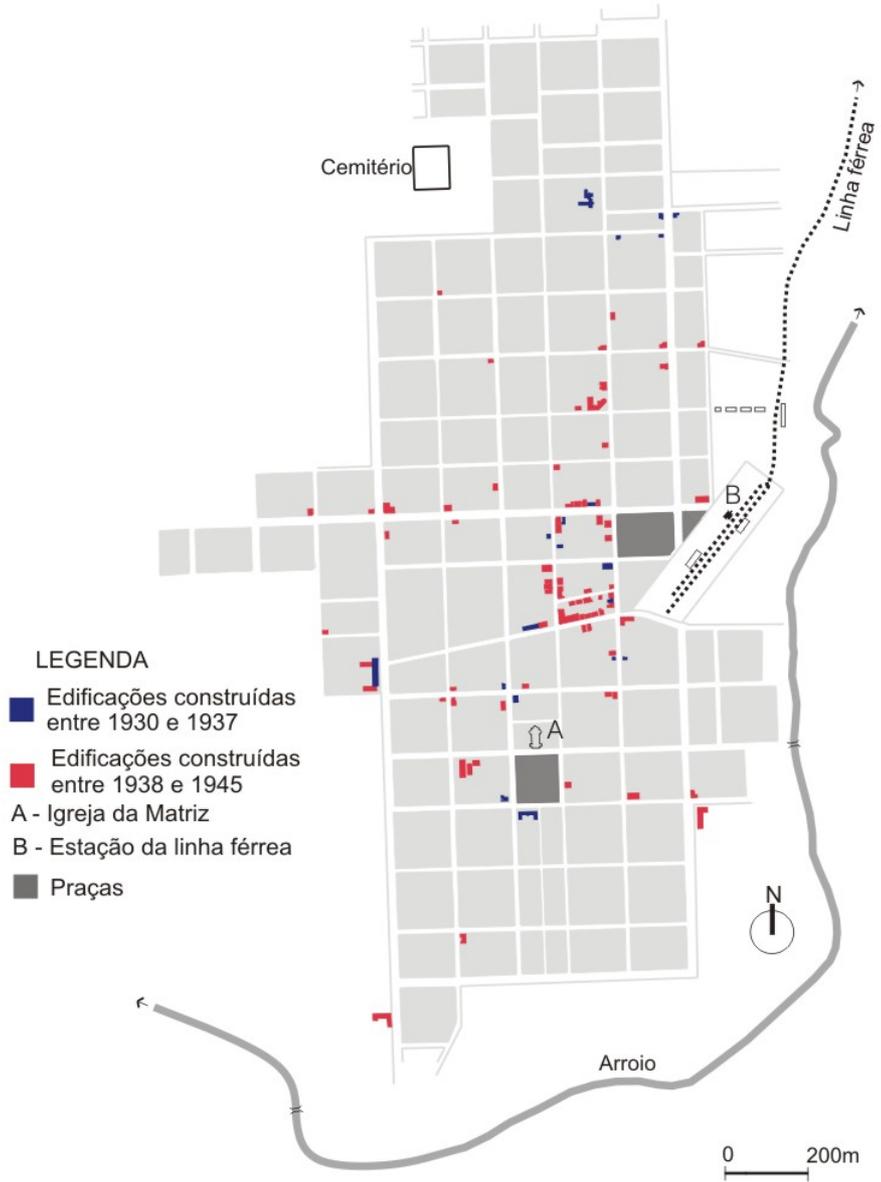


Figura 52 – Localização das edificações de atividades diversas em função da época

A. Da rua

Entre 1932 e 1937 as atividades se restringiam mais às residências unifamiliares, caracterizando-se por um período de variabilidade arquitetônica ²⁴⁹, cuja volumetria das edificações, em grande parte térreas, ou seja, aproximadamente 25% das edificações feitas até fins de 1937 era de dois pavimentos, e, aproximadamente, 36% do que foi feito neste período eram isoladas no lote. (Anexo 01)

Esse espaço livre que contornava as edificações, além de proporcionar maior amplitude visual, era lugar destinado para ser ajardinado, com objetivo de obter melhor incidência solar e maior possibilidade de aeração. Percebe-se a limitação desse tipo de arquitetura unifamiliar solta no terreno, quando este não possuía uma frente relativamente larga. O alinhamento era composto por muros frontais com uma altura padronizada, formas e elementos semelhantes às casas. Essas características embelezadoras e higienistas determinaram novos ares à localidade santo-angelense, onde as casas que iam se agrupando ao longo de ruas faziam surgir zonas tipicamente residenciais.

A ocupação residencial unifamiliar entre 1932 e 1937 se caracterizava principalmente nas proximidades da Praça Pinheiro Machado, centro administrativo e religioso. Quanto à expansão do tecido urbano, na direção sul-norte, destaca-se principalmente as Ruas Antunes Ribas (Fig. 53, 54 e 55), e a Quinze de Novembro. Na expansão na direção leste-oeste, foram relevantes: a Avenida Brasil, a Rua Três de Outubro e a Rua Sete de Setembro.



Figura 53 – Rua Antunes Ribas. Vista Sul, proximidades da Prefeitura. Década de 1950.

FONTE: Acervo particular Jair Severo

²⁴⁹Verifica-se que há uma diversidade de linguagens arquitetônicas, passíveis de serem separadas em grupos, ou famílias tipológicas segundo suas semelhanças a partir de um estudo específico dos tipos.



Figura 54 – Rua Antunes Ribas. Vista Norte, proximidades da Prefeitura, década de 1950.
Destaque à esquerda para o conjunto de edificações construídas
pela construtora Santo Angelense Ltda

FORTE: AHMACPS



Figura 55 – Rua Antunes Ribas. Vista Sul, proximidades da Av. Brasil, década de 1950.

FORTE: Acervo particular Jair Severo

Esse padrão de ocupação prosseguiu no período seguinte consolidando as referidas vias. Essas arquiteturas contribuíram para a configuração de uma paisagem construída diferenciada, tipicamente unifamiliar, quando também se inicia o processo de consolidação de um novo núcleo urbano em fins da década de trinta. Para a formação desta área residencial de Santo Ângelo especialmente durante a década de trinta, pôde-se perceber a existência de uma *matriz formal de bairro* (Fig. 56).

Conforme o cruzamento de informações conseguiu-se verificar que as referidas ruas ainda guardam partes desses aspectos residenciais no seu tecido urbano atual.

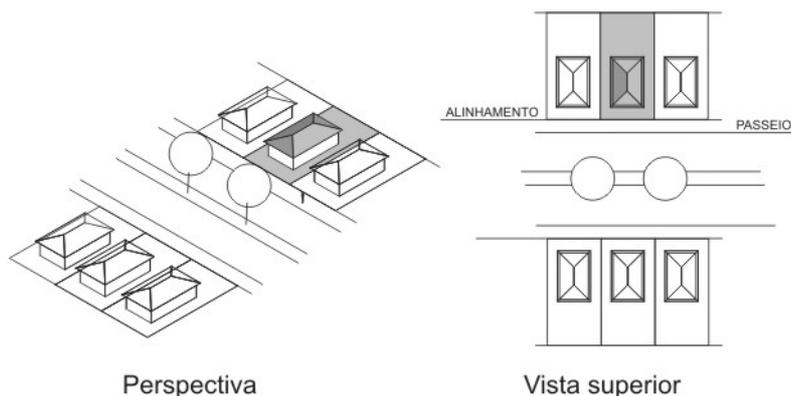


Figura 56 – Matriz formal de bairro residencial

A1.Rua Três de Outubro

Para melhor visualização, decidiu-se por um exemplo que estabelecesse a percepção do novo conjunto residencial em Santo Ângelo.

No caso da Rua Três de Outubro, a disposição contígua de edificações, proporcionou uma percepção de conjunto no geral homogêneo e peculiar àquele local. Trata-se das Casas: Paiva Souza, de 1937; Pacheco de Abreu, de 1939 e Turkiewicz, de 1940 construídas frontalmente às residências: Fanfa Cardoso, de 1942 e Português, de 1944. Esta última ainda guarda as feições originais da época (Fig. 57 e 58).

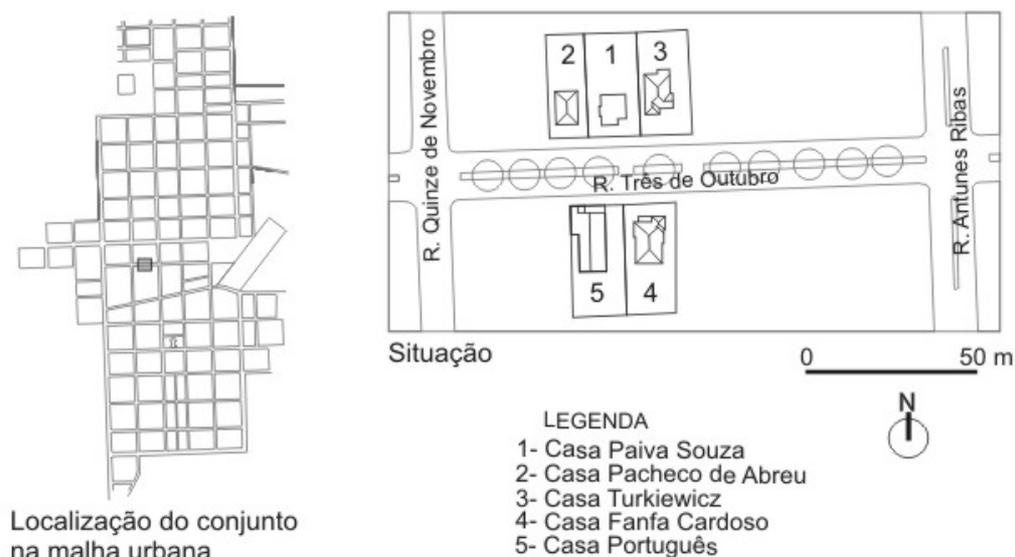
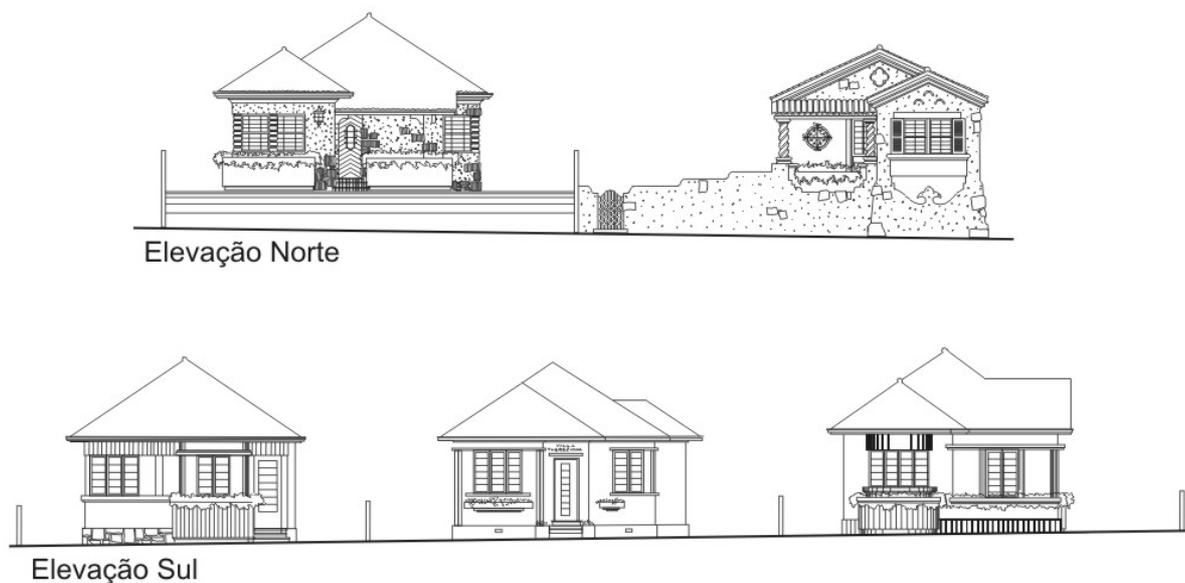


Figura 57 – Conjunto na Rua Três de Outubro



**Figura 58 – Elevações das casas construídas na Rua Três de Outubro.
Construtora Santo Angelense Ltda**

A composição da paisagem da rua ocorre por uma característica de *associação indireta*²⁵⁰ entre as arquiteturas e o espaço urbano, tendo por *elemento* de união recorrente o espaço livre do jardim entre as arquiteturas residenciais, e por vezes entre estas e o passeio. (Fig. 59)

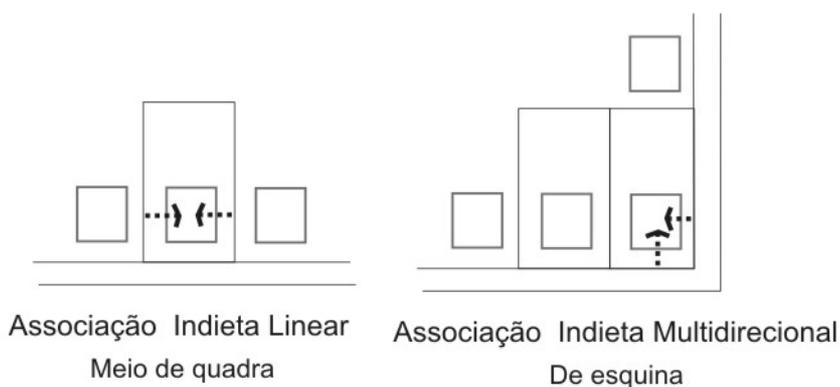


Figura 59 – Relação das arquiteturas de *bairro residencial* e o espaço urbano

A característica desse lugar composto por edificações unifamiliares pode ser percebida em outros setores de Santo Ângelo. Essa força coletiva de um tipo semelhante de ocupação de residências compostas por um corpo com volumes em geral recortados com coberturas de telhas de cerâmica composta por várias águas e beirais sobressalentes, também permitia feições distintas e paisagens pitorescas a

²⁵⁰ Ver: CASTEX, Jean e PANERAI, Philippe. Notas sobre a estrutura do espaço urbano. L'architecture d'aujourd'hui n° 153, jan. 1971. Tradução Décio Rigatti, 1988.

algumas ruas da localidade. Diferenciação urbana ainda inexistente até aquele momento na vila, que faz com que a rua torne-se a geratriz do bairro residencial na construção da cidade.

B. Da quadra

A metade norte teve uma ocupação urbana com algumas tendências e características próprias não ocorridas em nenhuma outra parte da urbe (Fig. 60), caracterizando-se por arquiteturas de formas homogêneas, edificadas em fita e sem recuo frontal (Anexo 02). Algumas arquiteturas deste lugar definiram um caráter urbano diferenciado em Santo Ângelo, em um momento de densificação. As vias que concentravam estes conjuntos podem ser destacadas: Av. Brasil (Fig. 61) Av. Venâncio Aires, Rua 14 de Julho e a Rua Marquês do Herval (Fig. 62).

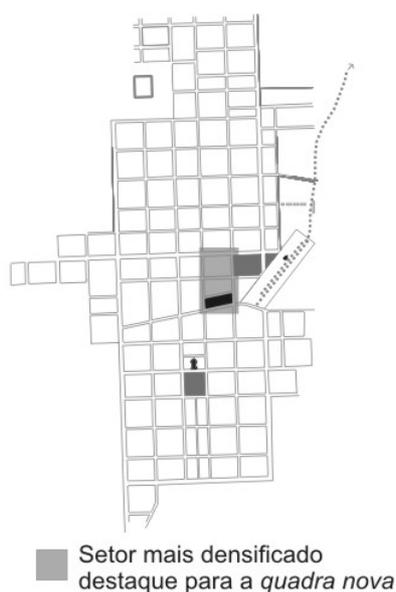


Figura 60 – Localização das quadras mais densificadas na malha urbana



Figura 61 – Avenida Brasil. Vista Nordeste, década de 1940. Destaque para o conjunto de edificações no meio da quadra feitas pela construtora Santo Angelense Ltda, nas décadas de 1930 e 1940.
 FONTE: Acervo particular Tiago Van Helden



Figura 62 – Rua Marquês do Herval. Vista Norte, década de 1950. Conjunto de edificações construídas principalmente nas décadas de 1930 e 1940 pela Construtora Santo Angelense Ltda.

FORTE: AHMACPS

Especialmente entre 1938 a 1945, as edificações dessa parte nucleada da cidade na quase totalidade eram de dois pavimentos, raramente três. Essa arquitetura diferenciava-se pela capacidade de agrupamento e justaposição entre as mesmas, reforçada pela sua construção no alinhamento, com as próprias edificações delimitando o que é público do que é privado, em uma relação *direta*.

A agregação entre as arquiteturas foi possível graças à adoção de um sistema tipológico específico, cuja ocupação de toda testada do terreno e a intenção de formar uma massa edificada no alinhamento configurou áreas livres na parte interna do lote, independentemente da dimensão de sua testada. Assim, a opção por esse tipo determinava um grande vazio interno nas quadras, com as edificações se acoplando lado-a-lado. Essa maneira de ocupação fazia com que as aberturas fossem feitas para a rua e para a parte interna do lote, quando não houvesse um poço de luz ou um recuo lateral.

A intenção de ocupação máxima do lote, especialmente da testada é perceptível pela escolha de uma arquitetura projetada com o objetivo de ser justaposta, ou aproximada entre si. A força do conjunto é visualizada pela densificação de um centro a partir do pressuposto de um *continuum* edificatório, e, independentemente da frente do terreno, idealizava-se a testada da rua.

Assim, formaram-se locais de maior densificação caracterizados por um maior agrupamento das arquiteturas, o que configurou uma tendência à rua-corredor²⁵¹ calcadas em uma *matriz formal de centro* (Fig. 63).

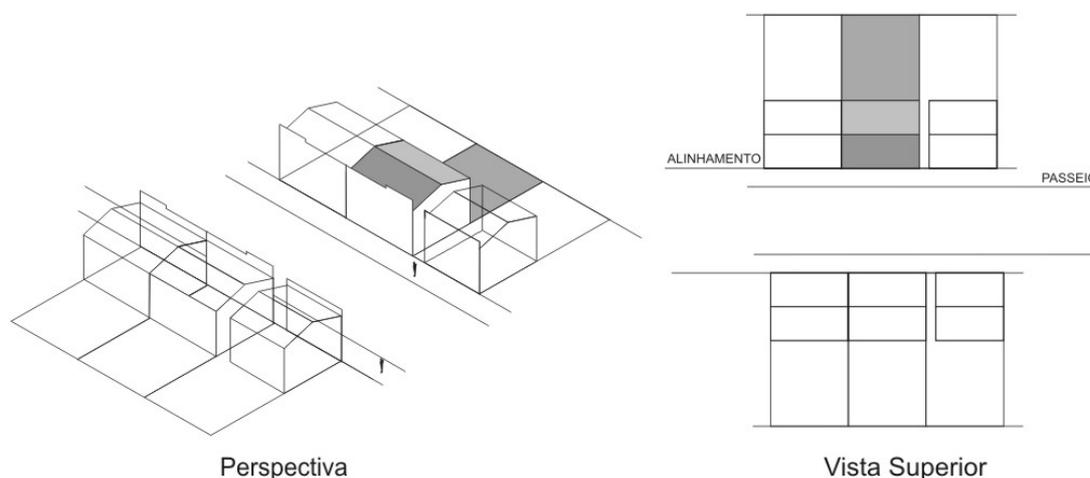


Figura 63 – Matriz formal de *bairro centro*

Algumas vias receberam um número maior de edificações nesse setor diferenciado da cidade e por suas disposições ao longo de um mesmo logradouro e seus usos diversificados tornaram-se eixos urbanos. Estas axialidades foram reforçadas pelo agrupamento de edificações em determinadas partes das ruas que, pelas dimensões da caixa da via, detinham uma capacidade maior ou menor de proporcionar a sensação de enclausuramento urbano (Ver Fig. 44).

B1. Rua Nova ou quadra nova?

O *Plano de remodelação de 1930*, e a Lei proveniente deste determinaram a desativação da linha férrea durante a década trinta, a qual se revelou um lugar especial para se instaurar uma nova rua: a Rua Nova que, em seguida, foi denominada de Travessa Mauá. Este fato determinou outras possibilidades: a

²⁵¹Característica interrompida por alguns vazios entre as edificações, do período anterior, inclusive pela única edificação unifamiliar edificada na principal via financeira da cidade. Trata-se da residência feita na época para o Sr. Carlos Naumann, recentemente demolida, que era a única arquitetura residencial unifamiliar em meio às edificações mistas e plurifamiliares no período. Construída na principal via de ligação entre norte e sul, devido a sua situação, em um local mais elevado e sua forma cúbica, não gerava uma interrupção do contexto urbano, portanto permitindo uma visual contínua da paisagem construída.

criação de uma nova quadra com possibilidades de se edificar na sua totalidade, facilitada pela dimensão reduzida e posição paralela a rua mais heterogênea de uma malha urbana tipicamente ortogonal, conforme referido anteriormente.

A conformação e a construção dessa quadra após a abertura da Rua Nova intensificou a transformação do tecido urbano de Santo Ângelo em meia década. Revelou-se na configuração de praticamente um *edifício-quarteirão* com características morfológicas e importância própria, uma massa edificada no alinhamento, contínua e periférica, com uma área livre no interior dos lotes. Cabe salientar que a metade desse empreendimento de um núcleo inserido no centro da cidade era de um único proprietário ²⁵² (Fig. 64).



Figura 64 – Densificação Quadra Nova

A formação de um *continuum* edificado conseguiu maior êxito em partes da Rua Marquês do Herval (ver fig.62), da Rua 14 de Julho (Fig. 65), da Rua Marechal Floriano (Fig. 66) e da Rua Nova (Fig. 67), cujas dimensões da caixa de rua eram menores e proporcionais à escala das edificações, em geral de dois pavimentos.

²⁵²Henrique Möller Filho, comerciante e exportador de produtos coloniais. Natural de Santa Cruz, nascido em 19 de Junho de 1898. Filho de Henrique Möller e Balbina Möller Para efeitos desta dissertação, pode-se afirmar que, na iniciativa privada, foi a pessoa que mais contribuiu no desenvolvimento urbano de Santo Ângelo com diversas obras na época.

Assim, contribuiu para o intento de favorecer uma sensação de monumentalidade, enquanto símbolo de modernidade²⁵³.



Figura 65 – Rua 14 de Julho. Vista Oeste, década de 1940.
Conjunto de edificações construídas pela construtora Santo Angelense Ltda
 FONTE: AHMACPS



Figura 66 – Rua Marechal Floriano. Vista Norte, década de 1940.
Conjunto de edificações feitas pela construtora Santo Angelense Ltda.
 FONTE: AHMACPS



Figura 67 – Rua Nova. Vista Oeste, 1953.
Conjunto de edificações feitas pela construtora Santo Angelense Ltda
 FONTE: AHMACPS

²⁵³Esta recorrência urbano-arquitetônica forma-se em fins da década de trinta e consolida-se. Durante a segunda metade de quarenta até meados da década seguinte pode-se visualizar que as edificações vão sendo implantadas e os últimos espaços vazios do centro sendo preenchidos a partir da mesma tendência de ocupação através de uma forma compatível com a escala da rua e de suas possibilidades de justaposição e composição de uma paisagem uniforme e contínua.

Essas arquiteturas construídas foram capazes de consolidar uma configuração distinta para esse setor da cidade em densificação. Assim, o conjunto de edificações alinhadas umas às outras, predominante na quase totalidade da quadra, definiu um núcleo uniforme com uma paisagem não fragmentada. Tornou-se um núcleo edificatório coletivo e edificado cuja característica era a maior continuidade na paisagem construída, através de arquiteturas de uma mesma altura construídas no alinhamento dos lotes e que proporcionavam uma perspectiva caracterizada pela horizontalidade.

Essa unidade da paisagem da rua foi marcada por uma característica de *associação direta* entre as arquiteturas e o espaço urbano, podendo distinguir-se em uma *associação linear* ou *multidirecional*, cujas relações estavam presentes nesta quadra como um todo (Fig. 68).

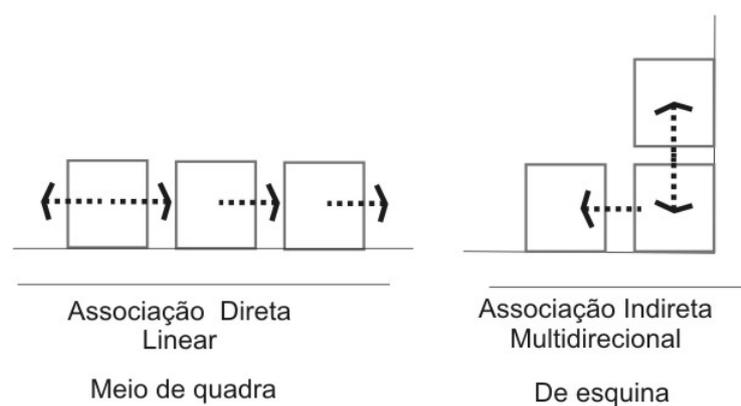


Figura 68 – Relação das arquiteturas de *bairro centro* e o espaço urbano

Em fins de 1938, é que se percebe a intenção de se construir uma solução diferenciada nas edificações de esquinas e no encontro entre das respectivas fachadas, diferentemente do chanfro. Este aspecto é visualizado pioneiramente em uma esquina da *quadra nova*, quando edifica-se para Jacob Sprinz, uma arquitetura com característica plástica de uma esquina curva (Fig.69).



Figura 69 – Sobrado de Jacob Sprinz. Construtora Santo Angelense. Primeira arquitetura a conformar uma esquina curva no alinhamento
 FONTE: Acervo particular do autor

A criação da Rua Nova e a rápida construção de uma quadra inteira ajudou a configurar uma *nova quadra*, diferenciando-se do restante da localidade e constituindo-se em uma massa construída uniforme. Estas arquiteturas que compunham essa quadra contribuíram, especialmente na construção de uma nova cidade e na determinação de um tecido urbano *hierarquizado*, cujo papel das edificações pode ser considerado *recorrente* ou *excepcional*²⁵⁴. Nesse sentido, a contribuição de uma arquitetura na formação de um tecido urbano distinto era por demais evidente: trata-se do Cine-Teatro Municipal, que será adiante estudado (Fig.68).

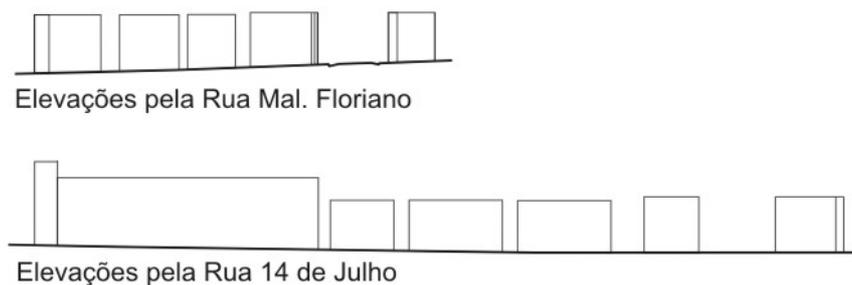


Figura 70 – Esquema das edificações da *quadra nova*. Destaque para o elemento excepcional.

²⁵⁴CARTEX, Jean e PANERAI, Philippe. Op. Cit., p.11-12.

4. SANTO ÂNGELO NA BUSCA POR REFERENCIAIS URBANOS

A República Nova instaurou um momento de novas perspectivas políticas, econômicas, sociais e arquitetônicas. Durante as décadas de trinta e quarenta, fez-se presente em Santo Ângelo uma nova realidade através de edificações que podem ser consideradas como fatos e significados na *arquitetura da cidade*:

1. Primeiramente, por estarem associadas à inauguração de uma nova maneira de construir a localidade, tanto pela escala física quanto pela representatividade da inovação de sua estética. Diretamente vinculada ao poder das formas na transformação da cidade e seu significado. Foram capazes de instaurar, por outro lado, uma nova ordem quando estas formas inovadoras partem de lugar específico do tecido urbano Santo-angelense e diretamente vinculadas ao poder público.

Assim, essas arquiteturas ficavam simbolicamente em posição de destaque, seja por estarem próximas do centro das decisões municipais, por ficarem vinculadas a um espaço com *memória*, em sua conexão ao antigo centro jesuítico, centro político, administrativo e religioso da vila, ou por se encontrarem em novo setor da localidade, em um lugar “sem passado”, desenraizado e de grande relevância para a vida urbana do início dos anos quarenta.

2. A transformação do significado da cidade de Santo Ângelo, ao longo do período em análise, vai além das ações coletivas. Observa-se, especificamente, que algumas residências unifamiliares se sobressaem pelo seu caráter de *ponto de partida* de uma nova arquitetura, de instauração de uma permanência. Além dessas ações pontuais, outras de maior escala possuem um grande alcance; são obras que ultrapassam suas próprias dimensões físicas e invadem a dimensão plástica urbana que são capazes de conter e de representar.

Essas arquiteturas e seus posicionamentos no tecido buscavam uma representatividade urbana conduzida pelos laços provenientes da história do território, mais enraizadas ao lugar ou não. Assim, tornaram-se referenciais urbanos para a configuração da modernidade na cidade de maneira distinta.

A constituição de algumas arquiteturas inovadoras em lotes próximos aos símbolos do poder público instituiu uma forma arquitetônica e uma maneira de se construir na vila. Materializou-se uma nova capacidade de representação que estava ligada às possibilidades financeiras, ao gosto da comunidade e às ofertas dos projetos da firma construtora Santo Angelense Ltda ²⁵⁵.

Nesse sentido, podem ser destacados aspectos precursores da arquitetura, principalmente por transformarem a arquitetura da cidade quer pela vontade própria da sociedade na época que aderiu ao novo tempo e viu a necessidade de fazer parte, quer pelo poder público que buscou implantar o moderno ao mostrar arquiteturas inovadoras e assim, transformar a cidade aos seus novos moldes.

Os *atos urbanos* podem ser materializados arquitetonicamente segundo uma intencionalidade estética que parte da dinâmica da história contemporânea a qual pertencem, e caracterizam, de maneira própria, a instauração de valores urbanos desejados para a cidade. Além disso, possuem a capacidade de constituição de uma nova via para a arquitetura da cidade, seja pelo caráter inédito e de excepcionalidade de seus programas, seja pelas suas formas impactantes. Assim, escolheram-se três residências ainda existentes (alteradas ou não) que, conforme seu posicionamento no tecido urbano, podem ser consideradas referenciais na construção de uma nova cidade.

Além dessas, têm-se a Igreja da Matriz e o Cine-Teatro Municipal, como *monumentos*, pois são capazes, individualmente, de proporcionar um caráter urbano imediato na arquitetura da cidade, seja pelo uso religioso, seja pelo lazer profano.

²⁵⁵As diversas linguagens das edificações implantadas em Santo Ângelo entre 1930 e 1945 designam uma modernidade sem uma linha única de projeto.

4.1. Uma via para arquitetura da cidade

Na arquitetura residencial do Rio Grande do Sul, pode-se destacar diversas arquiteturas que retratam o processo de transformação dos paradigmas construtivos e a possibilidade de instaurar novidades na arquitetura residencial anteriores a Exposição de 1935.²⁵⁶

Assim, além da possível sedução pelas formas inusitadas, essas arquiteturas tinham também o papel de divulgar uma nova ordem arquitetônica, cujas edificações inovadoras também estavam correlacionadas a uma empresa da construção em formação.²⁵⁷

Essa transformação radical buscada na mudança de padrões urbanos foi facilitada pelo caráter do programa residencial unifamiliar devido à sua escala, dependente das possibilidades, vontades do proprietário e atitudes do projetista, mas balizadas pelas normas legais²⁵⁸.

Estes aspectos acima referidos podem ser verificados simultaneamente em Santo Ângelo, especialmente na arquitetura de duas casas de formas exponenciais, e outra mais conservadora na e emissão de novas idéias²⁵⁹. Não há dúvida de que essas casas representam um ponto de mudança, senão de partida, no que diz

²⁵⁶ Na arquitetura as mudanças pós-trinta foram também importantes no contexto do Rio Grande do Sul. O surgimento em Porto Alegre de um novo modo de conceber a edificação unifamiliar remonta ao ano de 1929, na “primeira obra modernista”, de autoria do arquiteto Egon Weindorfer. Pode-se destacar alguns profissionais que contribuíram na formação dessa linguagem modernista em Porto Alegre no início da década de trinta: Antônio Monteiro Neto, Karl Adolf Siegert e em especial Franz Filsinger. Pode-se acrescentar a esse grupo, Robert Wihan, Gerhard Krause e o já referido Weindorfer. No que diz respeito a edificações de maior porte, Julius Lohweg e Johann Schmidt. Pode-se citar as residências de Adalberto Dubois Aydos, de 1931, e de João Kluwe Jr., de 1932, ambas projetadas por Filsinger. Com relação aos prédios, destaca-se o Edifício Rio Branco, de 1933, e o Edifício Agostinho Piccardo, de 1935, projetados por Lohweg. Ver: WEIMER, Günter. Op. Cit., 2004, p.187; WEIMER, Günter. A arquitetura. Porto Alegre: Ed. UFRGS, Coleção Síntese Rio-grandense 12-13, 1992, p. 129. WEIMER, Günter. Op.Cit., 2004, p. 187. WEIMER, Günter. A fase historicista da arquitetura no Rio Grande do Sul. IN: FABRIS, A.T. (org.). Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel/Ed. Da USP, 1987. p. 275.

²⁵⁷ Essa estratégia de promoção de uma empresa da construção pela inovação arquitetônica residencial não é fato isolado na realidade de Santo Ângelo. Essa atitude já havia sido feita em Porto Alegre em 1931, quando fora construída a casa para o engenheiro civil Adalberto Dubois Aydos, “um dos maiores empresários do setor imobiliário” da capital, conforme WEIMER, Günter. Arquitetura modernista em Porto Alegre entre 1930 e 1945. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre / Secretaria Municipal da Cultura / Unidade Editorial, 1998, p. 51.

²⁵⁸ Esse desprendimento caracterizado por uma atitude de renovação urbana endossada pelo Poder Público deve ser ressaltada em Santo Ângelo, pois apenas alguns anos antes, no maior centro do país o arquiteto russo Gregori Warchavchik teve de fazer uma casa de “estilo” para obter a permissão municipal e executar outro de acordo com sua vontade em São Paulo, de fins da década de vinte. Ver: BRUAND, Yves. Arquitetura contemporânea no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

²⁵⁹ A utilização de edificações residenciais para instaurar novos paradigmas, novas formas, novas técnicas e uma nova maneira de morar foi muito divulgada pelo Movimento Moderno na arquitetura na década de vinte na Europa.

respeito a arquitetura residencial unifamiliar em Santo Ângelo, especialmente pela sua capacidade de inovação e pela possibilidade de adesão da sociedade como um todo a essa nova idéia arquitetônica, especialmente se esta estética estivesse correlacionada a um antigo setor do poder em Santo Ângelo (Fig. 71).



Figura 71 – Situação. Ocupação pela Rua Antunes Ribas

4.1.1. Casa Medaglia

No ano de 1934, faz-se pela primeira vez uma residência unifamiliar (Fig. 72) com recuos, frontais e laterais, em Santo Ângelo em um lote de meio de quadra. Essa casa pertencia ao engenheiro civil José Carlos Medaglia e fica localizada na Rua Antunes Ribas, mas atualmente encontra-se muito diferente de seu aspecto original.

Além de isolada no lote, destacava-se pela sua relação com o espaço público através do amplo terraço que avançava até o alinhamento do terreno. O terraço servia ainda de elemento de transição entre público e privado ao mesmo tempo parecia fazer parte do próprio espaço do passeio. Tinha uma forma assimétrica composta pela adição de volumes geométricos retos e curvos, mas especialmente pelo destaque dos planos horizontais reforçados pelo próprio terraço²⁶⁰. Essa arquitetura situava-se em um ponto focal da antiga Rua 13 de Maio,

²⁶⁰Esta arquitetura que possui algumas semelhanças com a de Frank Lloyd Wright nos EUA e Robert Vant' Hoff, na Holanda. Há elementos análogos em antiga residência para Euclides Schmidt de 1934, localizada à Rua Oscar Bitencourt em Porto Alegre. Ver: Projeto arquitetônico de Dahne, Conceição &

atual Travessa Augusto Nascimento e Silva, que chegava até a casa transversalmente, permitindo uma perspectiva da residência de um ponto mais distante.

Pelo *Plano de 1924*, a estrutura fundiária da quadra em que se localizava a casa Medaglia não permitiria esse artifício de implantação e criação de um eixo visual. Essa modificação do posicionamento dos lotes internos da quadra fez com que a testada do terreno ficasse de frente para a via, o que valorizou o visual da casa.

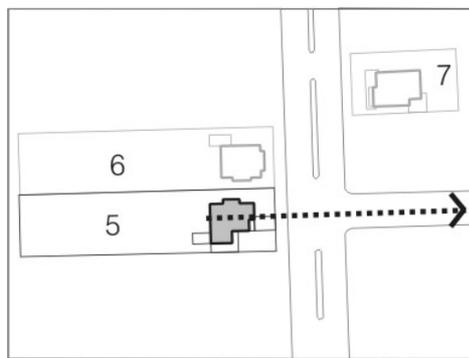


Figura 72 – Casa Medaglia. Situação e vista.

FONTE: Acervo particular do autor

3.1.2. Casa Oliveira

No início de 1937, fazia-se a vistoria na Casa Oliveira²⁶¹ (Fig. 73) de Raul Oliveira, Prefeito Municipal (1935-1938). Essa casa está localizada na esquina das Ruas Antunes Ribas com a Antônio Manoel, sendo a primeira a tirar partido do terreno de esquina da qual faz parte. Entretanto, se o diálogo da residência do engenheiro anteriormente citada era com o ponto focal de uma rua, a casa Oliveira apresenta-se mais para a Praça Pinheiro Machado, a qual parece ter contribuído na idealização dessa casa. A praça torna-se quase um jardim público da própria casa, da qual se tem fácil acesso visual através de uma sacada. Pode-se imaginar um eixo

Cia. Processo: 7841/1934, Arquivo Público Municipal de Porto Alegre-RS. Cabe também ressaltar a semelhança com outra residência, esta vinculada ao concurso do Diário de Notícias, referente ao “Primeiro prêmio do ‘Concurso popular de bonificação’. Sorteio realizado em 29 de Setembro de 1934, com fiscalização do Governo Federal. Ver: CATALOGO GERAL (oficial) e Guia do Touriste. Exposição do Centenário Farroupilha, 1835-1935. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1935, p. 55.

²⁶¹Deve-se ressaltar a semelhança do princípio compositivo dessa residência com a feita para Antônio Fischer em 1934, localizada na Rua José de Alencar em Porto Alegre e realizada pela firma Dahne, Conceição & Cia. Ver: Processo: 12.520/1934, Arquivo Público Municipal de Porto Alegre-RS.

a 45 graus que percorre, através do caminho diagonal da praça, e divide a casa simetricamente nas duas principais geometrias.

É na distribuição dos volumes cilíndricos e na interseção destes que fica o acesso, conectados por uma marquise e pela referida sacada que também serve de elemento de proteção à entrada da casa. Tudo disposto, através da curva, e amparado na parte interna do lote por um volume retangular que continha terraço e compõe o conjunto como um todo.



Figura 73 – Casa Oliveira. Situação e vista

FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2005

4.1.3. Casa Rodrigues Sobrinho

Em fins de 1937, fez-se a vistoria da residência de Lucídio Rodrigues Sobrinho. (Fig. 74) Essa edificação de implantação isolada no lote marca a relação com a Rua Antunes Ribas pelo recuo frontal ao alinhamento. Os parâmetros formais dessa edificação são marcados por um eixo e pela existência de uma frontalidade que rompe com a continuidade do beiral e caracteriza um grau de imponência à edificação. O uso do telhado aparente, com beirais mais sobressalentes ao volume regular do sobrado, denota uma modernidade mais conservadora. Esta arquitetura caracteriza-se pelo uso de formas mais tradicionais e contidas em um jogo de volumes simétricos. A adoção de um volume central principal cuja parte superior revela uma iniciativa decorativa e menção a um *coroamento geométrico* através de uma ornamentação aditiva e subtrativa²⁶².

²⁶²Edificação com coroamento parecido existente em Porto Alegre, trata-se da casa Morganti, de 1933, localizada na Rua Oscar Bittencourt, número antigo: 71, número atual: 297. Engenheiro

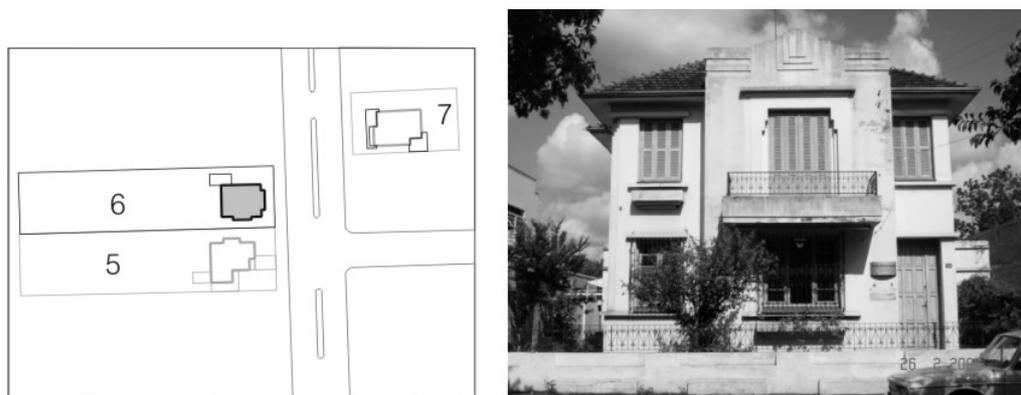


Figura 74 – Casa Rodrigues Sobrinho. Situação e vista

FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2005.

As casas acima referidas podem ser consideradas *fatós urbanos*, não só pela maneira singular de formação do tecido urbano, pelas suas implantações, pelas suas formas e seus elementos constituintes e criação de uma paisagem diferenciada, mas principalmente porque foram capazes de difundir idéias até então jamais feitas em Santo Ângelo. São formas incomuns e arrojadas e, certamente revolucionaram a maneira de ver e de viver a habitação na vila, de maneira mais tradicional ou subversiva. Suas formas foram representativas do contexto da época por sua analogia à máquina, à aerodinâmica, a um maior rendimento e à importância da técnica no fazer um cotidiano urbano. Além disso, refletiam uma possível metáfora ao uso das formas náuticas, seja pela janela-escotilha, pela janela em curva, pelo parapeito composto por tubos metálicos e pela maior dinâmica das formas, permitidas pelo uso do concreto armado, seja por maiores vãos ou maiores balanços. São formas harmoniosamente dispostas que instituíram uma nova maneira de fazer, de morar e de enxergar a residência em Santo Ângelo²⁶³.

As casas construídas durante a década de trinta na Rua Antunes Ribas representaram uma dupla relevância: a de constituição de uma nova via para o desenvolvimento morfológico do tecido urbano em expansão (metade oeste) e de um novo caminho através da instauração da modernidade na arquitetura da cidade através da introdução de novas formas e linguagens.

Construtor: Antônio Mascarello - Proprietário: Francisco José Morganti, Ver: projeto arquitetônico: Filme 54 / 35mm - Processo: 4192/33, Arquivo Público Municipal de Porto Alegre-RS.

²⁶³O avanço e disseminação de uma estética da máquina e o avanço da tecnologia foram amplamente divulgados na época. Estas correlacionadas aos aviões, aos navios, aos trens e aos carros. Ver: DE FUSCO, Renato. História de la arquitectura contemporânea. Madrid: Hermann Blume, 1981, p 298.

4.2. Pelos monumentos

Existem setores específicos da localidade que podem ser identificados como pontos singulares, *locus*, que trazem em si uma capacidade histórica e uma relação singular, mas ao mesmo tempo universal; existe uma situação peculiar em que as construções que se encontram em um determinado lugar são predestinadas à história do próprio território, são signos concretos do espaço.

Contudo:

A obra de arte determina um espaço urbano: O que a produz é a necessidade, para quem vive e opera no espaço, de representar para si de uma forma autêntica ou distorcida a situação espacial em que opera.²⁶⁴

Assim segundo Rossi:

[...] a construção, o monumento e a cidade tornam-se coisa humana por excelência; mas enquanto tais, estão profundamente ligados ao acontecimento original [...] ao arbitrário e a tradição²⁶⁵.

A individualidade dos monumentos, da cidade, das construções é:

[...] determinado pelo espaço e pelo tempo, por uma dimensão topográfica e por sua forma, por ser sede de acontecimentos antigos e novos, por sua memória.²⁶⁶

A presença específica de determinadas arquiteturas carregam em si um “testemunho”²⁶⁷, e, segundo Rossi, os monumentos são como datas: sem elas, sem um antes e um depois, não se poderia compreender a história²⁶⁸ e, por consequência, os fatos, sejam eles oficiais ou espontâneos. Assim.

[...] algumas grandes construções integradas na paisagem [...] são elementos urbanos porque têm a validade da sua representação pela experiência das cidades, não só no plano técnico e figurativo, mas também no da organização interna, na variedade das relações hierárquicas interdependentes altamente selecionadas. São localizações num ambiente natural de elementos artificiais complexos, tornados explícitos exatamente pela sua forma arquitetônica [...]²⁶⁹.

²⁶⁴ ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como História da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.2.

²⁶⁵ ROSSI, Aldo. Op. Cit., p.149.

²⁶⁶ ROSSI, Aldo. Op. Cit. p. 152.

²⁶⁷ AYMÓNINO, Carlo. Op. Cit. p. 12

²⁶⁸ ROSSI, Aldo. Op. Cit. p.192.

²⁶⁹ AYMÓNINO, Carlo. Op. Cit., p. 12

“O monumento tem, todavia, necessidade de uma dimensão particular, que como tal é excepcional”²⁷⁰, seja através de uma solução particular, por ser a primeira, ou pela repetição de uma solução já amplamente aceita. Assim:

O aspecto físico da representação muda, num ou noutro caso, de cidade para cidade, ou ainda na mesma cidade em tempos diferentes; diferenciando, enriquecendo ou deturpando-lhe o significado. A repetição ou a sobreposição de tipologias específicas [...] perdem ou não significado segundo as cidades particulares, nas sucessivas reelaborações que esses fenômenos sofreram relativamente a uma determinada representação (na sua relação com a forma urbana).²⁷¹

A importância do carácter de monumentalidade de determinadas arquiteturas, ao transformarem-se em referência na cidade é grande, são capazes de definirem um grau de hierarquia urbana pela ordenação do espaço circundante, seja ele formal ou representativo que, segundo Ricaldoni:

Lo monumental es la sensación de superioridad material y espiritual que provoca una obra, por la perfección de su forma y elevación de la idea expresada²⁷².

Nessa mesma análise da importância de determinadas arquiteturas com relação ao tecido urbano em que ocupam, segundo Rossi:

O monumento está no centro, é circundado por edifícios, ou se torna lugar de atração [...] é entendido como um elemento primário de tipo particular. Ele é um fato urbano típico na medida que resume todas as questões colocadas pela cidade [...].²⁷³

Assim, análise do monumento em Santo Ângelo refere-se a dois lotes ligados aos seus respectivos contextos e setores da cidade. A Igreja da Matriz que é uma obra institucional, tem a capacidade de demonstrar-se mais dependente do núcleo fundador da vila, por ser lugar do centro cívico e histórico da cidade. Além disso, teve seu crescimento ligado à malha da localidade, ao poder. O Cine-Teatro Municipal, era uma edificação particular, tornou-se gradativamente importante no contexto local por ser ponto de referência de um centro comercial e de prestação de serviços. Desenvolveu-se mais conectado à malha do Estado a partir de uma autonomia própria, a da livre iniciativa.

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ Ibid.

²⁷² RICARDONI, Américo M. El concepto de lo Monumental em Arquitectura. Arquitectura e Urbanismo, N° 2. IAB. Março e Abril, 1938, p.61.

²⁷³ ROSSI, Aldo. Op. Cit., p.120.

Essas construções estavam em dois setores diferenciados da cidade nos quais essas arquiteturas podem ser destacadas individualmente por seu papel na forma e na transformação urbana de Santo Ângelo.

Além disso, lotes em um mesmo sítio urbano podem possuir memórias distintas entre si, pois carregam:

Uma espécie de herança, de permanência, destinada a testemunhar aspirações e as ambições, pessoais ou coletivas, através de instrumentos duráveis: os monumentos [...] E a beleza de uma cidade, o seu poder ser 'arte', deriva exatamente da contradição existente entre o propósito inicial (o motivo porque se ergue o monumento) e a realidade mutável do uso dessa herança (como de todas as heranças)²⁷⁴.

A palavra *monumento* etimologicamente é de origem latina e provém do verbo *monere*, que significa lembrar²⁷⁵. Essa questão específica referente a essas arquiteturas pode ser transposta para o plano físico do espaço urbano que foi produzido em Santo Ângelo, constituído através dos *factos*, instaurada entre 1930 e 1945, e determinantes no significado desejado para uma localidade que teve o *espírito do tempo* contíguo ao *espírito do lugar*.

4.2.1. Cine-Teatro Municipal

As transformações na virada da década de trinta para a de quarenta acarretaram intensas mudanças e uma nova impressão urbana no contexto local de Santo Ângelo. Setores distintos estavam se configurando rapidamente neste período, sendo que a metade sul (mais antiga e ligada ao passado) e a metade norte (mais recente e ligada ao futuro) destoavam em um distinto processo de desenvolvimento urbano.

Nesse processo, a geologia natural do sítio físico de Santo Ângelo contribuiu para que na Rua 14 de Julho fosse instalada uma limitação física da urbanização com a instalação da linha férrea, conforme referido no capítulo anterior.

²⁷⁴AYMONINO, Carlo. Op. Cit., p.11.

²⁷⁵"Pode-se afirmar que o monumento está presente em todas as sociedades [...] e é criado deliberadamente para relacionar a memória e o presente dos indivíduos, diferenciando-se do monumento histórico que é criado posteriormente [...]" O termo 'Monumento' é apreendido por Le Goff em seu duplo significado: de 'elevação moral e de construção de um edifício'. PIPPI, Gládis. Op. Cit. p. 30. Apud: LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. Enciclopédia Einaldi. Memória e História. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Porto. 1984.

No entroncamento da principal via de ligação e acesso sul-norte na vila, construiu-se uma edificação destinada às oficinas do Batalhão Ferroviário e a linha férrea. Ambas determinaram que esse lugar ficasse vinculado durante a década de vinte aos equipamento ferroviários recentemente instalados na vila. As atividades de consertos da oficina foram aumentando na medida em que começou a crescer a disponibilidade de vagões na localidade e essa esquina ficou destinada a um lugar de reparos e manutenções, bem como à área burocrática.²⁷⁶

A importância dessa esquina enquanto lugar diferenciado, ponto de encontro entre o antigo e o novo e caracterizado pelo fluxo que se consolidava na vila, determinou uma atividade própria àquele cruzamento.

Se durante a década de vinte a oficina do Batalhão Ferroviário (Fig. 73) não tinha uma importância para o uso direto da sociedade, com o passar dos anos essa edificação tornou-se inviável no tecido urbano por se tratar de uma oficina em meio à consolidação de uma centralidade.



Figura 75 – Batalhão ferroviário em desativação
FONTE: AHMACPS

A transformação dessa parte da localidade a partir da retirada da linha férrea, conformando uma *quadra nova*, diferenciada do restante da urbe pela relação das atividades ali existentes e pelas edificações ali construídas. Aspectos das formas das edificações àquele setor singular da cidade, definiram uma hierarquia

²⁷⁶Os responsáveis pela construção da linha férrea eram os oficiais da engenharia do Exército Nacional, sendo que o mais conhecido foi o oficial Luiz Carlos Prestes, que em outubro de 1924 interrompeu esses serviços no reconhecido “Levante de Prestes”. Há indícios de que Prestes trabalhava em um escritório nessa oficina Ver: FREITAS, Délcio José Possebon; VELOZO, Helena Stochero; DONADEL, Marinei.. Um olhar sobre os aspectos históricos e geográficos de Santo Ângelo. Santo Ângelo: EdiURI, 2005, p.53. BINDÉ, Wilmar campos. Op.Cit., 2006, p. 217-218.

urbana, e uma massa construída distinta a partir da Rua 14 de Julho, conforme já referido anteriormente.

O destaque dessa esquina enquanto local destinado a outro empreendimento não tardou e em fins da década de trinta e início de quarenta, a edificação, antes destinada à manutenção dos vagões, começou a ser desmontada²⁷⁷. Partes desse antigo prédio serviram de base para a nova edificação que se pretendia construir²⁷⁸, um cinema. Foram destinados três lotes à nova edificação²⁷⁹ e a licença para a construção da mesma foi fornecida em 17 de Novembro de 1941 à Construtora Santo Angelense Ltda.

Assim, a construção do primeiro cinema da cidade, o Cine-Teatro Municipal, de propriedade de Henrique Möller Filho, constituiu-se em uma arquitetura que intensificou a paisagem em densificação de Santo Ângelo.

Foi pela inserção dessa arquitetura, pela sua capacidade de conformar boa parte da quadra da qual fazia parte através de uma implantação em “L”, que o cinema solidarizou-se com o tecido urbano existente e comandou a paisagem construída pela imponência de suas formas. Percebe-se uma contextualização às edificações precedentes dispostas ao longo da Rua 14 de Julho que foram construídas alguns anos antes. (Ver: Fig. 70)

A capacidade de se distinguir do contexto urbano, não apenas pela sua atividade profana de lazer, mas pela forma como um todo, estava presente na concepção arquitetônica do Cine-Teatro Municipal. Pela maneira intensa de implantação de uma massa arquitetônica única edificada apresentada em uma horizontalidade predominante, mas, sobretudo pela interrupção dessa constância

²⁷⁷De acordo com o Registro de Imóveis, essa esquina em 18.08.1916 pertencia a Comissão Constructora de Estrada de Ferro de Cruz Alta à Barra do Ijuí, conforme Transcrição nº2.359. Em 06.10.1932 a Prefeitura Municipal comprou a referida esquina, conforme Transcrição nº 5.515.

²⁷⁸Através de depoimento de Jérson Fontana, ator e participante do grupo de Teatro Universitário de Santo Ângelo, no início da década de 1980. Segundo relato deste, durante os ensaios, quando chovia era possível ver em partes das paredes as antigas aberturas do Ferroviário que serviram de base para a construção do Cine Municipal. Cabe ressaltar que esse grupo teve grande importância na tentativa de preservação dessa edificação pela criação de um movimento em prol da manutenção do símbolo da cultura e patrimônio que o prédio representava para a cidade na época. Participaram deste movimento: Paulo Menezes, Dalmir Ledur, Carlos Edmilson Guterres, Antônio Kalb, Luísa Kalb, Telismar Lemos, Vanda Prado, além do próprio Jérson Fontana. Entretanto, a demolição começou em uma madrugada de 1984, pela base de trabalho dos atores: o palco e as cadeiras. Entrevista concedida ao autor em 26.09.07, em Santo Ângelo.

²⁷⁹Conforme *Livro de Registro de Construções da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, de 1933 a 1943*. Os três lotes que faziam parte do terreno do Cine-Teatro Municipal, cuja numeração foi feita pela Rua Marquês do Herval, pelos números: 1.401, 1.413 e 1.423.

através da surpresa do elemento vertical cilíndrico que se sobressaia na paisagem urbana.

Percebia-se a conformação do espaço urbano pela ocupação de lote em desnível, contextualizando o terreno, tanto na planimetria, quanto na altimetria. A colocação da torre em destaque na parte mais baixa da esquina e o restante da edificação adaptando-se ao declive natural do terreno revelava uma implantação originária da forma do lugar, além de ter conformado boa parte da quadra a que pertencia e que configurava. (Fig. 76 e 77)

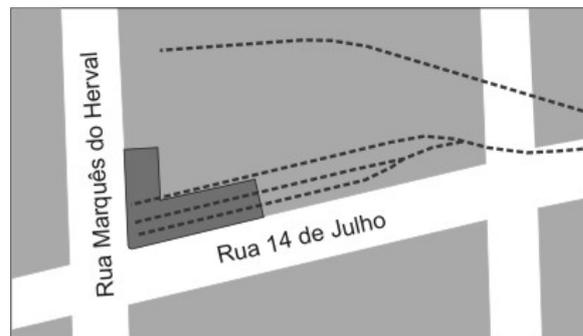


Figura 76 – Batalhão ferroviário e cinema: dois equipamentos ligados ao movimento

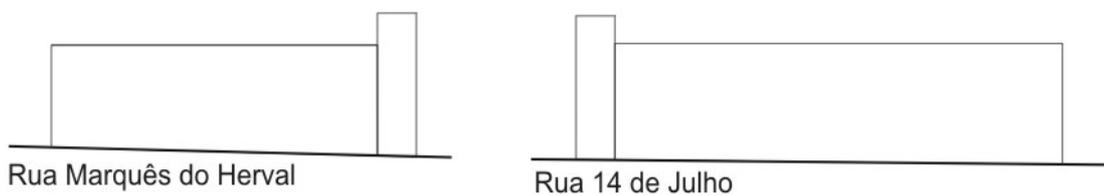


Figura 77 – Esquema da edificação do cinema x sítio

É com essa edificação que se consolidava o cruzamento das ruas a partir de uma torre, cuja cobertura, em um plano circular de concreto deslocado do corpo da mesma, intermediava a relação entre cheios e vazios da edificação; além de a torre fazer a inflexão entre as duas vias, passou a ser um marco urbano entre a cidade nova e a antiga. Também consolidou uma demarcação pela presença edificatória encaixada na paisagem construída, aspecto que equilibrava a perspectiva do transeunte, tornando-se uma presença constante no alinhamento, seja pela Rua 14 de Julho ou pela Rua Marques do Herval, pois a edificação apresentava-se com uma relação diferenciada com o passeio. Tornou-se importante marco na cidade dos anos quarenta.

Conforme reportagem da época, pode-se perceber a importância social de um local destinado à cultura, mas que também era arquitetonicamente representativo das atividades nele contidas.

Assim o cinema:

[...] é um centro de diversões que honra de maneira invejável a culta sociedade Santoangelense.

Instalado num edifício especialmente construído para um cinema, a empresa do Sr. Ernesto Formigheri desfruta de sólido prestígio no seio da coletividade de Santo Ângelo, servindo de motivo para justo orgulho de todo o santoangelense que presa sua terra natal.

Pela fotografia que estampamos nesta página, ao lado deste comentário, se evidencia de maneira precisa, a importância que representa, no seio da coletividade desta cidade, o magestoso e moderno Cine-Teatro Municipal, cuja aparelhagem técnica e conforto atendem perfeitamente as exigências de seus habitues.

A gerência do Cine-Teatro Municipal está confiada ao espírito empreendedor e inteligente do Sr. René Stumpf, que vem desenvolvendo ingentes esforços no sentido de corresponder a expectativa da culta platéia da luxuosa casa de diversões [...]²⁸⁰

A edificação destinada ao lazer de uma sociedade mais complexa transformou aquela esquina de grande movimento durante a década de vinte. O funcionamento das máquinas e vagões refletiu-se nas formas arredondadas e aerodinâmicas; uma possível metáfora ao deslocamento intrínseco àquele lugar na localidade compôs a esquina enquanto referência às novas atividades ali contidas.

A redução das distâncias e o ganho de tempo transformaram-se em expressão do deslocamento; inicialmente dos vagões que iam e vinham, pela importância das máquinas e das ferramentas este movimento passou para o projetor quadro-a-quadro. Da combustão à energia elétrica, a experiência com outras realidades, antes pelas viagens, transpôs-se para as telas. O contato com outros lugares, antes feito pelo deslocamento ritmado e compassado pelo barulho dos trilhos, tornou-se instantâneo através dos filmes.

Este novo tempo, segundo Anelli é:

A vontade de ser moderno, entendido como uma diferenciação do que é arcaico, passa por uma valorização estética das manifestações da técnica e da urbanidade, de maneira semelhante ao Futurismo, que glorifica a velocidade e a destruição daquilo que é velho. Neste processo tudo que é novo torna-se igualmente moderno. Todos os cinemas foram saudados pela imprensa nas suas inaugurações como *modernos*²⁸¹

²⁸⁰DIÁRIO DA MANHÃ. CINE-TEATRO MUNICIPAL: o moderníssimo estabelecimento de diversões de Santo Ângelo. Edição especial de Santo Ângelo, 1943 s/p.

²⁸¹ANELLI, Renato. Op. Cit., p. 35.

A modernidade traduzida nessa arquitetura expressou estas questões; foi construída inovadoramente, em uma relação diferenciada entre edificação e tecido urbano, que ultrapassou a forma e adquiriu uma representatividade pela curva em analogia à expressão de dinamismo. Além disso, revelou-se de maneira própria ao lugar, mas certamente ultrapassou as fronteiras da própria cidade, como os trilhos que ligavam a outros centros²⁸². Talvez essa edificação esteja conectada às lembranças de uma sociedade mais recentemente instalada, cujas formas arquitetônicas podiam ficar mais à parte da tradição em prol de uma arquitetura independente, autônoma e identificada a um novo setor importante da cidade.

Esse “edifício não é um espectador indiferente ao zumbido dos carros, nem ao fluxo e refluxo do tráfego, mas a um elemento que havia se transformado em receptor e participante do movimento que o rodeava”²⁸³. E por estar em local mais baixo, tornou-se um entroncamento marcadamente diferenciado na forma urbana do centro de Santo Ângelo, inclusive por tornar-se se um ponto de *convergência de efeitos*²⁸⁴ (Fig. 78).



Figura 78 – Entroncamento das Ruas Marquês do Herval com a 14 de Julho. Vista Norte

FONTE: AHMACPS

²⁸²As formas do Cine-Teatro Municipal são por demais semelhantes com as projetadas pelo arquiteto Erich Mendelsohn para a loja Schocken, em Stuttgart, Alemanha, em 1926-1928. Esta analogia provém do uso do elemento curvo mais alto, das formas horizontais reforçadas pelas linhas da fachada e pela implantação em desnível e de esquina. Aspectos também passíveis de serem vistos tanto na arquitetura do expressionismo alemão quanto na edificação Santo-angelense. A curva como “potencial semântico” estava ocorrendo na América Latina como um todo na época: “Si Le Corbusier fuera considerado el padre de los jóvenes modernistas locales, Mendelsohn sería algo así como el ‘tio predilecto’”. BROWNE, Enrique. Outra arquitectura en América Latina. México: Gustavo Gilli, 1982, p.33

²⁸³ PEHNT, Wolfgang. La arquitectura expressionista. Barcelona: G. Gilli, 1975, p. 124.

²⁸⁴ RICALDONI, Américo M. El concepto de lo Monumental em Arquitectura. Arquitectura e Urbanismo, N° 2. IAB. Março e Abril, 1938, p.119.

4.2.2. A igreja da metrópole

[...] os jesuítas parecem ter querido demonstrar, de modo simbólico, a sua intenção de não ir mais longe, pois sendo as igrejas de todas aldeias voltadas para o norte, a de Santo Ângelo olha para o sul [...] ²⁸⁵ [1822]

Das construções jesuíticas, restou somente a fachada pontiaguda da igreja, adornada com magníficos trabalhos esculpidos em pedra [...] ²⁸⁶ [1877]

Em nossa visita em 1886 começavam a demolir parte do frontispício para aproveitar os materiais da capella, que pretendiam construir. ²⁸⁷

O sítio físico da metade sul, mais antiga, foi caracterizado pelas permanências, no qual a existência, a continuidade das relações político-sociais, as memórias aos restos jesuíticos mais enraizadas, determinaram que essa parte das proximidades da Praça Pinheiro Machado ficasse ligada a um centro histórico.

Assim:

O aspecto físico da representação muda [...] de cidade para cidade, ou ainda na mesma cidade em tempos diferentes; diferenciando, enriquecendo ou deturpando-lhe o significado ²⁸⁸.

As arquiteturas religiosas contribuíram para o desenvolvimento do projeto de cidade de Santo Ângelo ao longo de sua história, além de terem importância por diversos aspectos: por ocuparem hierarquicamente uma posição de destaque no tecido urbano e por determinarem uma imagem ligada a uma atividade sagrada, capaz de diferenciar-se pelas suas formas e escala, além da sua representatividade contida no uso místico e coletivo das mesmas. Além disso, onde o poder de importância presencial é determinado na paisagem construída e na imagem da localidade como um todo, pois está situada no alto de uma coxilha visível a partir de todas as partes da vila, portanto capaz de tornar-se se um ponto de *divergência de efeitos* ²⁸⁹.

Em Santo Ângelo, houve três igrejas sobrepostas ao longo da história em um lote reconhecidamente importante. Foi a sétima redução jesuítica a ser fundada no território das Missões em 1707. Teve seu tecido urbano sobreposto nas

²⁸⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974, p.155. Saint-Hilaire quando este passou por Santo Ângelo em março de 1822.

²⁸⁶ BESCHOREN, Maximiliano. In: TEIXEIRA, Júlia Schütz (org.) Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989, p.72.

²⁸⁷ SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. Op. Cit. p.225.

²⁸⁸ AYMÓNINO, Carlo. Op. Cit., p. 12.

²⁸⁹ RICARDONI, Américo M. Op. Cit., p.119.

proximidades da Praça Pinheiro Machado ao longo de fins do século XIX e início do XX. Dessa forma, o antigo centro reducional tornou-se um local de referência urbana para a formação e contituição de Santo Ângelo, a partir da sobreposição dos tecidos urbanos ao pré-existente como visto anteriormente. Especialmente as igrejas, construídas no mesmo local das anteriores representaram arquitetonicamente uma categoria urbana vivenciada ou requerida, pois na medida em que a povoação se desenvolvia, tornava-se freguesia, passando a capela para igreja matriz²⁹⁰

Com relação às três igrejas sobrepostas, pode-se listá-las: nos remanescentes do templo jesuítico construído no século XVIII, na igreja construída pelos re-povoadores em fins do Império e a igreja do século XX em fins da República Velha (Fig. 79).

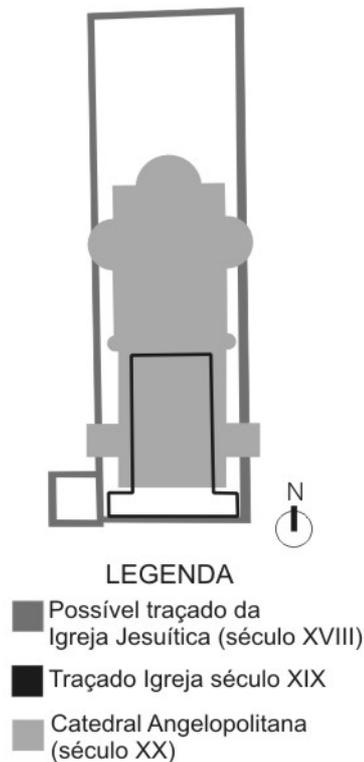


Figura 79 – Sobreposição das Igrejas

FONTE: Núcleo de processamento NUGEO, 2007
A partir de trabalho da arqueóloga Raquel M. Rech.
Elaborado do original pelo autor, 2008

Quanto à igreja dos jesuítas, não existem muitas informações, mas sabe-se que seus remanescentes existiram até fins do Império, quando ainda se fazia presente em Santo Ângelo o frontispício do antigo templo do século XVIII (Fig.80).

²⁹⁰MACEDO, Francisco Riopardense. História das profissões da área tecnológica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CREA-RS, 1993, p.88.



**Figura 80 – Fachada das ruínas da Igreja de Santo Ângelo Custódio.
Desenho de Carlos Pettermann, 1860-61.**

FONTE: SILVEIRA, Hemetério José Velloso da, 1910.

Existem referências sobre a arquitetura religiosa de Santo Ângelo a partir do ano em que se constitui fisicamente o povoado. Sobre a “*Igreja da Freguesia de Santo Ângelo*”²⁹¹ em 1860, o major engenheiro militar, José Maria Pereira de Campos²⁹², examinou o frontispício do antigo templo, mas o considerou ‘muito arruinado’. Parte do relatório transcrito por Macedo esclarece a intenção do referido profissional com relação à nova igreja, na qual se pretendeu “decorar a fachada do seu frontispício e o interior da capela-mor com algumas dessas peças de arquitetura, que existam perfeitas, perpetuando-se assim a memória daquele antigo povo [...]”²⁹³.

Conforme documentos encontrados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, no início de 1871 já existia uma comissão para a “*Igreja Matriz da Freguesia de Santo Ângelo (nova)*”²⁹⁴, cujo presidente era o Doutor Antônio Gomes Pinheiro Machado, nomeado em 4 de março de 1871. E, dois anos mais tarde, em fins de maio de 1873, foi enviada carta ao Presidente da Província, na qual se demonstrava a preocupação com a integridade das “*reminiscências*” do antigo povo santo-angelense, estas, cada vez mais “*remotas*”. Nesse documento, fala-se da necessidade de um engenheiro ir até Santo Ângelo para realizar os “*necessários exames*” no frontispício do antigo templo, inclusive de que na obra fosse feita

²⁹¹MACEDO, Francisco Riopardense. Op. Cit., p.91.

²⁹²Uma das figuras de maior serviço prestado na Secretaria de Obras Públicas no período de 1848 a 1867. Ver: WEIMER, Günter. *Arquitetos e Construtores Rio-Grandenses na Colônia e no Império*. Santa Maria: Editora UFSM, 2006, p. 53.

²⁹³Macedo ressalta este fato. Nas palavras do próprio autor: “Este talvez seja o primeiro registro de um levantamento cadastral de um bem do patrimônio arquitetônico existente e de preocupação de preservação de elementos da produção cultural de uma comunidade, através de sua reutilização”. Idem.

²⁹⁴Livros números 94 (1861-1877), referente às Obras Públicas das comissões da Igreja de Santo Ângelo, folha 21.

inicialmente apenas a capela-mor, deixando a “*grande fachada*” protegida das intempéries para que posteriormente “*fosse ela aproveitada na construção de um corpo principal condigno, não só de suas grande dimensões, como do progresso sempre crescente da população em que está situada.*”²⁹⁵

Em fins do Império, existiam duas linhas de pensamento diferentes sobre a materialização do poder religioso na freguesia de Santo Ângelo, com intuítos parecidos, mas percepções bem distintas. Uns viam no frontispício da antiga igreja jesuítica uma verdadeira ruína, em que poderia se preservar alguns elementos jesuítico-guaranis, a partir da re-utilização dos seus artefatos, utilizando-os em uma nova igreja. E, outros que consideravam aquela ruína como um patrimônio e percebiam a importância do frontispício do antigo templo na sua totalidade, mesmo que degradado, planejava-se a preservação total do mesmo. Com relação ao frontispício do templo jesuítico existente em Santo Ângelo em 1873 e que pretendia preservar “*para realçar o seu mérito [...] com a evocação das reminiscências [...] daquela antiga redução*”,²⁹⁶ conforme relato de Domingos Francisco do Santos²⁹⁷.

Assim, se por um lado a idéia era constituir uma nova localidade através das casas dos pioneiros, facilitada pelos restos das habitações indígenas, tanto na construção, quanto na delimitação da ocupação urbana, por outro, essa expressão física do desejo de um início urbano e efetivação de um lugar com uma sociedade e seus poderes, não aconteceu de maneira imediata na construção da igreja da freguesia. Ao que tudo indica, esse atraso na construção do símbolo do poder religioso ocorreu pela tentativa de proteção ao patrimônio jesuítico existente, algo não unânime, mas pioneiro na época²⁹⁸. O que não aconteceu, sobretudo pela crescente dificuldade financeira que a província vivenciava com a escassez de

²⁹⁵ CARTA de Domingos Francisco dos Santos ao Presidente da Província, em 1873. Nesta, ele cita não haver encontrado a planta da fachada da antiga igreja jesuítica de Santo Ângelo. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

²⁹⁶ CARTA de Domingos Francisco dos Santos ao Presidente da Província, em 1873.

²⁹⁷ Foi encarregado da construção do Palácio Provisório em Porto Alegre, “que se constitui numa das obras mais importantes do governo estadual da última fase do Império. Em 1868, envolveu-se com a conservação de obras de quartéis, o que indica sua condição de militar”. Ver: WEIMER, Günter. Op. Cit., 2006, p.182.

²⁹⁸ Certamente esse plano de preservação foi impossibilitado pela dificuldade de se levar tal planejamento adiante, o que pode ser atribuído à dificuldades de lidar com esse tipo de trabalho, algo que necessitava de um corpo de técnicos especializados.

recursos causada pela “separação” entre Estado e Igreja na proximidade da República conforme é por Weimer²⁹⁹ analisado:

[...] se compararmos a evolução do fluxo destes investimentos, vemos que houve um aumento descontínuo, mas constante até meados da 1870 quando, subitamente caíram para valores insignificantes. Isto foi devido à chamada ‘Questão Religiosa’

Em maio de 1887 nomeou-se o Padre Francisco Rascitte de Morano como presidente da comissão da construção da “*Matriz de Santo Ângelo*”³⁰⁰.

Assim, Silveira comenta que “não se completou o pensamento do restaurador dessa redução, que era aproveitar todo o frontispício e construir o corpo da igreja, menor que o antigo”³⁰¹. De acordo com este, “em 1886 começavam a demolir parte do frontispício para aproveitar os materiais da capela que pretendiam construir”³⁰².

Dois anos mais tarde, em novembro de 1888, fora inaugurada a construção da nova Igreja da Matriz, recente instalação para o, agora, recém-criado município de Santo Ângelo, desde a Lei Provincial, número 835 de 22 de março de 1873. A paróquia improvisada em uma casa fora suficiente para a freguesia durante os anos no Império, mas para a vila se constituir em todos os setores administrativos durante a República, a construção da matriz como símbolo de poder religioso falou mais alto. Uma dinâmica econômica que os representantes do poder local santo-angelense não souberam considerar. O imediatismo da construção local, através do uso das pedras da antiga redução³⁰³ e da antiga igreja, foi a solução daquele momento para a falta de recursos, a fim de resolver o “problema principal”: a ocupação física e contemporânea de todos os poderes, não mais à maneira pretérita da Companhia de Jesus.

Assim, a arquitetura da segunda igreja de Santo Ângelo foi erguida com as pedras do antigo templo jesuítico em fins do século XIX. E, aos moldes das matrizes que foram feitas nas vilas e freguesias pioneiras na metade leste do Rio Grande do

²⁹⁹WEIMER, Günter. Estruturas sociais gaúchas e arquitetura. In: BERTUSSI, Paulo Iroquez et alli. A Arquitetura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 155-189, p. 172

³⁰⁰ Livros número 95 (1864 a 1891) referentes às Obras Públicas das comissões da Igreja de Santo Ângelo, folha 14.

³⁰¹SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. Op. Cit. p. 225.

³⁰²Idem.

³⁰³Esse imediatismo, ligado à falta de recursos, confirma-se no período subsequente e estão registrados nos “Livros de Actos do Intendente – período de 1897 a 1918”, relativos a venda das pedras dos povoados jesuíticos. IN: NAGEL, Liane Maria...p. 258.

Sul durante o decorrer do século XVIII, construiu-se uma igreja semelhante em um território onde as características das edificações refletiam o domínio do território português³⁰⁴. Na medida em que as Missões foram incorporadas à Coroa portuguesa, decidiu-se edificar uma Igreja de acordo com a nova sociedade ali instalada, uma arquitetura representativa da nova ocupação local estabelecida há quase três décadas. (Fig. 81)



Figura 81 – Segunda Igreja de Santo Ângelo, década de 1920.

FONTE: AHMACPS

Entretanto, ao depender de constantes manutenções³⁰⁵ e pelo tamanho já defasado para a localidade que crescia, a existência da matriz construída no início da República tornou-se inviável precocemente na década de vinte. Resolveu-se, então, pela demolição progressiva da mesma.³⁰⁶

A segunda igreja deu lugar à nova sede religiosa, a terceira arquitetura de Santo Ângelo construída naquele mesmo local. O começo das obras desta remonta a fins de 1929 (Fig. 82). Porém, a dificuldade imposta pelas questões políticas nacionais, altamente instáveis do ano seguinte, certamente interferiram na continuação dos trabalhos da nova igreja, cujos esforços foram reiniciados somente em 1934 depois de aproximadamente três anos de obras paradas, perdurando até fins da década de trinta.

³⁰⁴Pode-se citar as Igreja Matriz de São Pedro em Rio Grande, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Viamão e a Igreja Matriz de Santo Amaro. Todas construídas no século XVIII.

³⁰⁵Conforme relatório, a segunda igreja comportava 500 pessoas e era composta por três altares. Relatório da Intendência de 1929, p 106.

³⁰⁶A demolição completa ocorreu possivelmente em fins de 1944, quando fora relatado no Livro Tombo da Igreja, ter sido encontrado documento nos alicerces da mesma. Este documento referente à colocação da pedra fundamental de sua construção foi no ano de 1888.



Figura 82 – Início da Construção da terceira arquitetura religiosa, 1929-30

FONTES: AHMACPS

Pelo decreto em início de 1938, Santo Ângelo recebe a denominação de *cidade*. Aspecto igualmente relevante é a crescente curiosidade pelas ruínas da Igreja de São Miguel das Missões e aumento do interesse por esta área enquanto sítio histórico³⁰⁷. Outro fato que deve ser também considerado é a atenção dada pelo poder público através de envio de profissionais de renome para inventariar os remanescentes jesuíticos. Assim, em fins da década de trinta, os arquitetos Lucas Mayhoefffer e Lúcio Costa a trabalho pelo recém criado Serviço Histórico do Patrimônio Nacional começaram a catalogar os artefatos das missões jesuíticas. Em Santo Ângelo, o trabalho de Lúcio Costa resultou em relatório expedido para aquele órgão federal, no qual relata que se tratava apenas de elementos da antiga povoação jesuítica³⁰⁸.

Esse contexto de crescente focalização das atenções às ruínas da igreja de São Miguel, fez com que, na época, autoridades como o próprio cônsul dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul fossem admirar as belezas daquela antiga edificação

³⁰⁷ Para melhor entendimento, o município de São Miguel das Missões, pertence ao município de Santo Ângelo até 1988.

³⁰⁸ Possivelmente os mesmos utilizados, de acordo com as intenções do engenheiro militar referido, José Maria Pereira de Campos, quando afirmou em usar as “peças de arquitetura” como decoração da fachada em 1860. Neste relatório Lúcio Costa fala de que em Santo Ângelo existia “apenas algumas bases de pilastras, cinco pedras com esculturas, incorporadas à fachada da igreja da época [...] colunas do antigo pórtico, e uma pia de batismo de grês, além de nove imagens sendo uma do Senhor Morto [...] Vestígios de muros, bases de pilares e colunas, bem como pedras soltas em alguns quintais, dando destaque à cruz monolítica que existia no cemitério local.” IN: NAGEL, Liane Maria...p. 262. Em nível de registro, há referência de que o referido arquiteto hospedou-se no Hotel Brasil em Santo Ângelo. Informação prestada pelo Sr. Léo Fett em encontro sobre alguns prédios antigos na Universidade Regional Integrada em fins de 2007. Ver: MACEDO, Francisco Riopardense. Op. Cit. p. 91.

jesuítica. Todos esses acontecimentos fizeram com que as autoridades locais santo-angelenses, começassem a perceber a importância daquela área e futuro *sítio arqueológico*.

Essa posição destacada no âmbito regional e Estadual foi disseminada por reportagens de jornais na época, nos quais demonstravam o lazer de políticos santo-angelenses e de suas famílias ao visitarem aquele *sítio*. Esse aparente modismo de um simples passeio revelava um certo cerimonial com um interesse específico: a promoção local.

Para se contextualizar, São Miguel era pertencente ao município de Santo Ângelo e muito distante da *área urbana* deste³⁰⁹, e esta distância se tornou um problema para as intenções de promoção do município sede e efetivação de uma cidade-monumental.

Notoriedade comum a um Estado Novo propagandista à parte, não tardou a idéia de se *trazer a fachada* daquela edificação jesuítica para Santo Ângelo.

Certamente, essa idéia tenha sido exposta pela primeira vez em fins da década de trinta³¹⁰. Posteriormente, foi se sedimentando através do apoio da própria comissão de construção da igreja e se oficializou com a concordância do poder público, inicialmente, municipal, em seguida estadual e nacional³¹¹.

Segundo reportagem de jornal:

A população não tem faltado, como de costume, com o seu sempre pronto concurso para tudo quanto é pelo engrandecimento de nossa terra. E é por isso, de ver-se com satisfação, não só católicos, como de outros credos religiosos e até os sem religião, pressurosamente concorrerem para a

³⁰⁹Aproximadamente 80 km. Deve-se ressaltar que a aparência das ruínas da igreja de São Miguel das Missões estava em modificação. Entre 1925 e 1928 foram feitos os desmatamentos e limpezas das vegetações para inserção de trilhos de trem o que proporcionou uma primeira estabilização, trabalho feito pelo engenheiro João Dahne. E entre 1938 a 1940 com orientação de Lúcio Costa e sob responsabilidade do arquiteto Lucas Mayhoffer realizaram-se trabalhos de estabilização e reaprums das fundações. Ver: DE CURTIS, J. N. B. O Espaço Urbano e a Arquitetura produzidos pelos Sete Povos das Missões. In: WEIMER, Gunter. Op. Cit., 1993, p.47-48.

³¹⁰Em jornal "A Tribuna Regional". Fatos do Passado, reportagem de 01.05.1977, o engenheiro civil José Carlos Medaglia auto atribui-se a idéia deste empreendimento fachadista. Nesta mesma reportagem, fala da intenção de colocar a Cruz de Lorena, original no frontispício da Igreja em construção, algo que o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Federal não permitiu. Através de outra referência, sabe-se que esta cruz permaneceu em Santo Ângelo até 1939, quando foi compor o sítio arqueológico de São Miguel, onde permanece até hoje. Por esses motivos, o fim da década de trinta, apresenta-se como indício forte do surgimento da idéia de tal projeto para a nova fachada da igreja da cidade de Santo Ângelo em construção na época.

³¹¹Curiosamente justamente nesse período de 1939 a 1944, o Livro Tombo da Igreja nada referencia sobre as obras da nova matriz. Nem re-início das mesmas, como em outros momentos da construção da mesma.

ereção desse monumento arquitetônico que reproduzirá a fachada da obra gigantesca do jesuíta pioneiro da nossa civilização.

Por sua vez, os governos federal, estadual e municipal acolheram com simpatia a feliz idéia de refazer-se no nosso templo de Santo Ângelo a majestosa frente da Catedral de São Miguel, por isso que as ruínas desta constituem hoje monumento nacional e reproduzi-las é recordar aquele passado de que tanto nos orgulhamos e reviver a arte missioneira, de tanta beleza.³¹²

Em fins de 1944, no livro tombo da igreja, consta: *“encerrou-se o ano com preparativos para as obras da nova matriz. Antes ela passará por uma reforma no interior para depois completar a obra”*.

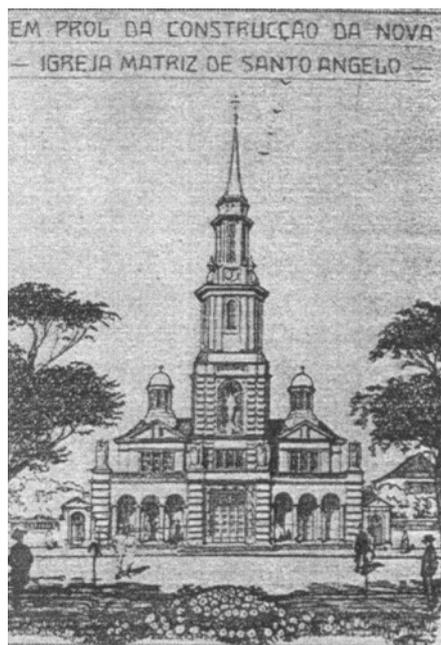
Para se entender como ocorreu o processo da construção da terceira igreja naquele mesmo lugar, tem-se no livro tombo que as obras foram iniciadas em 18 de setembro de 1929 e que, depois de aprovadas as plantas do projeto feitas pelo engenheiro-arquiteto Josef Franz Seraph Lutzenberger³¹³, foi criada a comissão da construção da nova matriz.

A construção da nova igreja foi iniciada pela parte posterior, devido à necessidade de não interrupção dos cultos que ainda eram feitos na antiga igreja prestes a ser demolida e que ficara dentro da construção da nova igreja.

Para a terceira igreja de Santo Ângelo, percebeu-se um fato relevante na arquitetura da cidade. Constatou-se isso a partir da perspectiva de postal destinado à campanha de arrecadação de fundos para a realização da nova matriz. (Fig.83)

³¹²A Catedral de Santo Ângelo – Auxílio dos Poderes Públicos. Folha Independente. Santo Ângelo, 06 de Julho de 1947.

³¹³“Nasceu em 13 de janeiro de 1882, em Altoetting, na Baviera, e fez o curso acadêmico de arquitetura na Koenigliche Technische Hochschule da Baviera, onde se formou em 8 de agosto de 1906 [...] imigrou para o Rio Grande do Sul em 1920”. Ver: WEIMER, Gunter. Arquitetos e Construtores no Rio Grande do Sul, 1892-1945. Santa Maria:EditoraUFSM, 2004, p. 108-109.



**Figura 83 – Perspectiva da Igreja da Matriz, 1929.
Engenheiro-arquiteto Josef Lutzenberger**

FONTE: LUZ, Maturino da, 2004

A conclusão da terceira igreja de Santo Ângelo constituiu-se em uma adequação ao pré-existente que vinha sendo edificado durante a década de trinta e início de quarenta e encontrava-se em adiantada fase de execução, no início desta.

Ao se visualizar a igreja na atualidade, é possível avistar, claramente, as alas laterais ao fundo, estas também existentes na perspectiva do engenheiro-arquiteto acima citado. A confirmação *in loco*, de detalhes da igreja, falam por si só. Os mais evidentes estão na diferença construtiva entre *corpo* e *fachada*, aquele mais simplificado, esta mais decorada. O primeiro ornamentado com elementos geometrizados, especialmente frisos³¹⁴; na segunda, o trabalho vincula-se a um maior decorativismo. Constata-se também a partir da perspectiva de Lutzenberger, que fora parcialmente executada a base da única torre, quadrangular. Na frente dessa torre inacabada, revela-se quase uma *máscara*, que fora adicionada. (Fig. 84) A diferença entre o frontispício e o contorno da torre tanto na forma quanto no tratamento das superfícies das mesmas atestam esse fato. Outros aspectos mais específicos do projeto de Lutzenberger estão no pórtico, que contém nicho de uma

³¹⁴No livro tomo está registrado a denominação da época para a linguagem adotada por Lutzenberger, no projeto da igreja de Santo Ângelo, o “*estilo romano moderno*”. Algo coerente com a época de simplificação da ornamentação, reflexo da contenção de recursos e mudanças de paradigmas de fins da década de vinte. Este dado revela-se mais importante na medida em que pode atribuir esse projeto a uma fase nova do arquiteto que conforme Luz, em fins da década de vinte, a obra de Lutzenberger “paulatinamente deixa de ser figurativa”. LUZ, Maturino Salvador Santos da. Op. Cit., p.194.

escultura, possivelmente do *anjo Custódio* símbolo do nome da redução, colocado em destaque no eixo central da torre singular.



Figura 84 – Fase de execução da nova fachada adaptada à Igreja da Matriz
 FONTE: AHMACPS

Quanto às ruínas da Igreja de São Miguel, tiveram e têm um papel importante pelo significado de sua existência, a qual é composta fisicamente pelos restos edificatórios de um povo, divulgado enquanto patrimônio na época. Portanto, detinham uma imagem própria, reconhecidamente importante, culturalmente consolidada na vida regional, algo conquistado gradualmente ao longo do tempo. A nova matriz de Santo Ângelo provém desse resgate, mas a partir de um símbolo regional, de uma obra grandiosa, e tenta no seu término adquirir a representatividade e imanência de um *monumento*.

Todo o trabalho da parte frontal da igreja, desde o planejamento até a execução final, foi delineado por uma obra existente. O projeto final da parte frontal da Igreja foi concluído em primeiro de maio de 1945³¹⁵, concebido a partir das formas e elementos arquitetônicos de uma ruína jesuítica. Um conjunto pensado em um *vocabulário* próprio, composto por “*partes*” semelhantes, mas de significados diferentes, logo com discurso único: o de marcar a recém formada cidade enquanto

³¹⁵Segundo Rockenbach, ex-deseñista da firma, nesse trabalho para a parte frontal da igreja de Santo Ângelo, ajudou ao fazer o levantamento das ruínas de São Miguel, fez desenhos dos detalhes, pesquisa dos santos e das suas respectivas indumentárias. Rockenbach destaca a atuação do arquiteto Siegfried Bertholdo Costa, sem o qual esse empreendimento não teria sido possível. Entrevista do Sr. Rudá Rockenbach ao autor em 04.05.2006. Para uma avaliação mais aprofundada do projeto, pode ser encontrado em trabalho específico do autor: Ver: *As igrejas no projeto da Capital das Missões: do patrimônio ao monumento* (texto digitado).

pólo regional. Esse objetivo refletiu-se no próprio pórtico da igreja pela disposição centralizada do *anjo Custódio*, rodeado pelas esculturas dos santos padroeiros das outras reduções.

Se por um lado a localidade se desenvolvia intensamente e tinha este progresso percebido nas novas linhas de suas edificações, por outro, a importância de ter em seu território uma pérola histórica que a diferenciava de todas as outras cidades também acrescentava um grau de distinção à Santo Ângelo. Isso associado aos interesses econômicos, políticos, e promocionais, revelou-se no que se queria para a localidade à *imagem e semelhança* do que começava a ocorrer em São Miguel, cada vez mais valorizada pelos constantes reparos, em contrapartida a uma Santo Ângelo que via seu território e sua relevância regional cada vez mais reduzidos.

Referências simultâneas a um patrimônio e a uma modernidade representada no contexto urbano na época, criaram uma idéia dicotômica do que se pretendia definir enquanto identidade de cidade. A cidade já urbanisticamente configurada esperava pela representação arquitetônica religiosa. A unidade na configuração urbana construída ao longo das décadas de trinta e início de quarenta, não se fez presente na parte mais antiga da localidade com o término da nova Matriz, condizente com a contemporaneidade. A força do território local e o significado edificatório religioso buscado para a Igreja mais representativa da cidade foi a adoção de um *revivalismo* arquitetônico a partir do resgate nacionalista de uma tradição missioneira em detrimento ao gosto neogótico de traços mais simplificados.

Possivelmente essa obra concebida em fins da década de vinte já não fosse capaz de satisfazer os novos objetivos e necessidades de abrangência santo-angelense em um contexto de meados da década de quarenta, prestes à redemocratização. Talvez da mesma maneira que, em fins do século XIX, quando foi negada a existência do frontispício jesuítico original, ironicamente foi a partir da adaptação de uma *obra fachadista* maquiada com pedra grês que surgiu a tradição missioneira para uma cidade de traços mais básicos. À essa condição urbana plasmada através dos anos trinta e quarenta, associou-se a busca por um símbolo

que reavivasse a importância de Santo Ângelo na região em outro momento político e econômico³¹⁶.

Assim, criou-se uma nova categoria, não mais a da *freguesia*, nem a da *cidade*, mas a da *autopromoção*: nascia a *Capital das Missões*. No setor da gênese urbana Santo-angelense, a Nova Matriz de 1929, transformou-se em Catedral Angelopolitana³¹⁷, a nova sede religiosa dos *Sete Povos das Missões*³¹⁸ (Fig.85).



Figura 85 – Da Igreja da Matriz à Catedral Angelopolitana

FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007

³¹⁶A iniciativa de ter na cidade de Santo Ângelo um revivalismo das ruínas de São Miguel ocorreu certamente em virtude das novas necessidades econômicas e políticas devido a perda econômica proveniente do desmembramento e criação do município de Santa Rosa em 1931. Além desta, a perda do posto vantajoso de ponto de fim de linha férrea em 1940, também para Santa Rosa, determinaram que esse período repercutisse na modificação do planejamento do que se desejava para a cidade de Santo Ângelo. Estes fatos refletiram-se na mudança do projeto original da igreja mais representativa da cidade na época através da construção de uma nova fachada.

³¹⁷Possivelmente a denominação da igreja com nova fachada esteja atrelada ao desenvolvimento local, uma homenagem à tradição e à modernidade plasmada no incremento urbano configurado durante as décadas de trinta e quarenta, tornando-se referência regional, mas em um outro momento, de redemocratização, quando a Igreja da Matriz foi batizada de *Catedral da Metrópole de Santo Ângelo*.

³¹⁸As constantes paralisações da obra da igreja em um período de grande instabilidade associado a crescente demanda de trabalho por parte de Lutzenberger em Porto Alegre, certamente contribuíram para o desinteresse deste com relação a execução do projeto de sua autoria durante a primeira metade da década de quarenta e que se arrastava por mais de uma década. Alia-se a isso, a atividade acadêmica como professor, a qual deve ter influenciado para o completo desligamento deste arquiteto da obra da nova matriz de Santo Ângelo. Segundo Weimer o contexto da época, o projeto não era visto como parte separada da construção e portanto não era valorizado como uma atividade independente. Era normalmente vinculado à execução da obra enquanto prestação de um serviço único.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se ao abordar o processo de desenvolvimento urbano de Santo Ângelo e sua densificação urbana, que a mesma estava inserida em um contexto mais amplo. Assim, a partir da República, a idéia de se produzir uma cidade fazia parte de um projeto estadual e nacional de consolidação de uma nação, e do qual a construção de Santo Ângelo tornou-se parte integrante especialmente durante a Era Vargas.

Se para a construção da freguesia em um povoado durante a re-ocupação da antiga redução de Santo Ângelo Custódio, a apropriação dos remanescentes jesuíticos foram suficientes na delimitação dos limites do Rio Grande do Sul; para a configuração da nação instaurou-se a arquitetura da cidade foi marcada por um evento nacional: a Exposição do Centenário Farroupilha, de 1935, capaz de disseminar a representação urbana de um novo momento, mas também de oficializar a construção da cidade na promoção de empresas construtoras. Estas, tornando-se instrumentos privados de uma iniciativa pública, tiveram relevante papel na construção de um país mais moderno e foram bases de uma política totalitária. Estes fatos podem ser observados no contexto de Santo Ângelo nas décadas de trinta e quarenta.

A modernidade na arquitetura da cidade de Santo Ângelo transita entre a ação de um poder público centralizado, mas baseia-se, sobretudo na força da imigração no trabalho do campo e na sua contribuição no desenvolvimento de uma sociedade estruturada e urbana. Onde os desejos de inovação foram calcados em novos paradigmas arquitetônicos, mais tradicionais ou revolucionários, intrínsecos e culturalmente originários a partir das possibilidades de produção do lugar, financiados pelo excedente acumulado proveniente de um ciclo de riqueza essencialmente agrícola.

Este cenário de urbanização caracterizou-se pela instabilidade social durante as duas Grandes Guerras e pela maior capacidade de autonomia de Santo Ângelo na região a partir da conexão da mesma à malha ferroviária do Rio Grande do Sul, quando se inicia o processo mais acelerado de transformação urbana. Assim, a implementação de um povoado, mostrou-se com o início da chegada imigrantista e ocorreu mais intensamente após a vinda substancial de novos habitantes, fato que se reflete na formação do tecido urbano em dois setores

polarizados até a integração entre a metade sul mais antiga, com a metade norte mais recentemente ocupada.

O desenvolvimento urbano acentuou-se a partir de meados da década de 1920 e por decorrência, os problemas de insalubridade e falta de infra-estrutura de uma vila em densificação surgiram. Estas *necessidades* trouxeram novas *possibilidades*, o de vir a *ser cidade* na sua totalidade, tanto em aspectos do saneamento, quanto da edificação. É a partir da década de trinta que a iniciativa privada contribui mais efetivamente em um desenvolvimento urbano-social. Neste sentido, destaca-se a criação e consolidação da construtora Santo Angelense Ltda, que viabiliza os novos desejos e que responde aos anseios urbanos de uma sociedade cada vez mais sofisticada.

As arquiteturas pós-1930 foram a solução à crescente demanda urbana caracterizada pela contenção de recursos, cujos aspectos favoreceram a cooptação mais ampla por um projeto de modernização nacional, através de um meio racionalizado, portanto rápido e economicamente mais viável, no qual Santo Ângelo fez parte. Percebe-se esta mudança de paradigmas voltados para uma capacidade de produção urbana mais econômica, portanto, financeiramente mais viável na sua feitura. Seja pelo maior despojamento das superfícies das edificações ou pela criação de uma nova centralidade na estrutura urbana, a iniciativa de construção de uma cidade mais concentrada, tornou-se um dos principais objetivos na renovação de Santo Ângelo da Era Vargas.

Pode-se verificar na análise do traçado urbano que Santo Ângelo tivera diferentes maneiras de ser feita. A partir de 1930, adotou-se um planejamento intensivo em substituição ao extensivo, executado na década anterior. Fez-se um levantamento da localidade e tratou-se o tecido urbano existente enquanto problema. O planejamento pós-1930 foi determinante na organização e espacialização da nova forma urbana de Santo Ângelo pela reforma que foi capaz de proporcionar, inclusive na adoção de parâmetros higienistas, de conforto, do embelezamento, do melhor aproveitamento, da economia de recursos e do maior rendimento, cujo destaque está na subdivisão dos lotes urbanos e na possibilidade de maior densificação da localidade.

A produção de espaços distintos revela o fato de que se pretendia instaurar uma estrutura urbana diferenciada da produzida até então. Esta pode ser verificada

no *Plano de Remodelação da Vila de 1930*, contido parcialmente no Relatório de Santo Ângelo do mesmo ano. A produção de uma cidade diferenciada em suas partes é um aspecto inovador na época, principalmente se for observado que a disseminação da idéia de uma cidade organizada em zonas definidas pelos seus usos ocorre mais intensamente a partir da Carta de Atenas, em 1933; em Santo Ângelo o tecido urbano tratado em dois conjuntos distintos também pode ser percebido na construção do *bairro residencial*, principalmente a partir de 1933 e do *centro urbano* de atividades mistas a partir do Estado Novo.

Neste sentido, destaca-se em Santo Ângelo o importante papel urbano de sua arquitetura. A construção de edificações semelhantes, estas determinantes na constituição de conjuntos arquitetônicos típicos de bairro e de centro, formaram setores homogêneos entre si, capazes de instaurar outras paisagens na produção de uma nova cidade e na consolidação de seus espaços urbanos distintos. Neste sentido, a força de um núcleo de maior escala adquiriu uma relevância significativa para a cidade de meados do século XX.

Com relação à forma urbana, percebeu-se que as ocupações definiram a cidade em zonas distintas. Verificou-se a relevância urbana das ruas para a formação do bairro e das quadras para a formação do centro. Este aspecto pode ser identificado a partir dos conjuntos arquitetônicos, pelas relações provenientes entre estas edificações e o espaço urbano as quais pertenciam e que foram capazes de estruturar.

A ocupação urbana em Santo Ângelo durante a década de 1920, não caracterizou-se pela heterogeneidade urbana. Esta se concretiza durante a consolidação de um lugar mais densificado na localidade, que ocorre a partir de fins da década de 1930. Assim, o que antes era uma limitação natural do sítio, a partir da década de quarenta, consolida-se enquanto massa edificada e delimitação física pela construção de uma *quadra nova* que se destacou no núcleo urbano em construção. É ao Norte da Rua 14 de Julho que a sociedade mais recentemente instalada construiu um espaço urbano distinto da restante. Além da predominância de edificações feitas no alinhamento, com dois pavimentos em uma cidade em geral térrea, definiu uma cidade *hierarquizada* pela criação e configuração de um centro de atividades mistas. Neste, as edificações agrupadas de proporções equivalentes e pelacoloração escura de seus rebocos, caracterizaram um lugar identificado à

sociedade que o produziu. A representação dos desejos e gostos dos clientes foram condicionados pelo planejamento, pelas legislações da época e pelo tom do projetista, conferiu àquela parte da cidade, um lugar distinto da urbe e relacionado às feições germânicas. Contexto comum ao de Porto Alegre na mesma época.

O *projeto de cidade* de Santo Ângelo esteve atrelado às necessidades políticas e econômicas, tanto em fins do século XIX, quanto em 1930. Estes fatos se refletiram nas construções das Igrejas, arquiteturas típicas do estado urbano vivenciado ou requerido, tornando-se símbolos da cidade e de sua sociedade. Foi em 1945 que se concluíram e instauraram os novos objetivos para minimizar os danos causados à economia Santo-angelense, devido à perda de território para a criação do Município de Santa Rosa. A busca por revalidar a importância de Santo Ângelo e a fim de promovê-la enquanto representante da região, foi associada a construção de uma outra fachada na conclusão da obra da nova Matriz. Criação de uma imagem da urbe que se queria repercutir e marcar definitivamente. O preço pago ao adotar-se esse empreendimento fachadista foi a caracterização urbana de uma cidade identificada na sua totalidade com a contemporaneidade de sua arquitetura de traços simplificados e portanto mais econômica.

O significado da cidade, em meados do século XX, originou-se da união entre a ação *oficial* de um poder centralizado calcado na atitude *espontânea* de uma sociedade imigrantista. A modernidade e a tradição tornaram-se símbolos da cidade na Exposição Nacional do Milho, mas em um outro contexto, de um Brasil da redemocratização, quando se desenvolveu uma nova categoria: não mais freguesia, nem de vila, mas a da autopromoção.

As características da arquitetura da cidade, determinantes na transformação de paradigmas para a construção de Santo Ângelo podem ser associadas a situação econômica e social vivida no país em um contexto totalitário na época. Em um primeiro momento, de pujança e esbanjamento de uma *belle époque* durante a década de 1920, e, outro momento, de racionamento e racionalização no emprego de recursos, os quais foram caracterizados na arquitetura despojada desse período pós-1930 e verificada na construção e consolidação do *ser cidade* enquanto lugar mais urbano.

A arquitetura da cidade feita em Santo Ângelo em meados do século XX é um legado e poderia indicar um outro caminho no fazer a cidade contemporânea,

pois a iniciativa de se fazer um bem coletivo deve ser retomada pelo Poder Público, pela sociedade e pensada coletivamente. Este conhecimento e riqueza poderá certamente alimentar as compreensões presentes e futuras sobre Santo Ângelo capazes de potencializar o auto-desígnio de *capital* da região, onde o legado urbanístico-arquitetônico, possivelmente pioneiro no interior do Rio Grande do Sul, foi decisivo e fundamental.

No presente estudo, deve-se ressaltar a presença de profissionais da engenharia e arquitetura, os quais eram provenientes de diversos lugares. Deve-se levar em conta, inclusive, aqueles que foram estudar fora do Brasil a fim de se aperfeiçoarem e, que, ao retornarem, tornaram-se professores dos cursos locais e profissionais. Acredita-se que esse contingente de formação no estrangeiro, ocorrido entre o início do século XX até fins da Segunda Grande Guerra, tenha influenciado diretamente na constituição do conhecimento e na formação de outros profissionais. Estes na medida em que iam aplicando suas técnicas, deixaram suas marcas no desenvolvimento das cidades gaúchas, tanto na urbanização como na arquitetura, como é o caso de Santo Ângelo.

Esta dissertação abordou uma visão mais democrática das origens da modernidade na arquitetura da cidade, oriunda das mais diversas correntes e épocas. Contudo, se essa modernidade for entendida enquanto modernização, denota certa reincidência nacional e sinônimo de atualização de um estilo ou referência implantada “de cima para baixo”, cujas questões foram vinculadas às condições econômicas e técnicas de seu tempo, em um território de proporções continentais composto por Estados, politicamente centralizados sob um comando Federal nacionalista, em vias de desenvolvimento cultural e socialmente ainda sem uma identidade nacional brasileira.

Possivelmente, essa modernidade esteja especialmente coligada à biografia desses profissionais, pelas suas vivências pessoais e suas atuações nas cidades, onde suas idéias e meios de inovação foram instaurados através de suas obras vinculadas às suas origens e influências na época, uma vez que esse cenário de renovação de centros mais urbanos torna-se mais uma atualização, um modismo, do que uma inovação urbano-arquitetônica. A obra em si desaparece, dando lugar à política de modernização nacional como já havia ocorrido na transição do Império

para a República quando as casas coloniais foram substituídas pelas arquiteturas neoclássicas e ecléticas.

A parceria entre poder político e um grupo técnico competente está intimamente ligado à implementação da modernidade na arquitetura brasileira, especialmente pela capacidade e intenção de um governo ser associado ao desenvolvimento do Estado pelas obras feitas enquanto símbolos de progresso. Esta busca por adesão e aceitação social mais amplas, requeria uma resposta condizente às questões referentes à arquitetura, à engenharia, à urbanização e que pudesse representar uma mudança efetiva e eficaz de um novo tempo. Na Santo Ângelo das décadas de trinta e quarenta, de intenso desenvolvimento na produção da cidade, as atuações de profissionais como o Engenheiro Civil José Carlos Medaglia e o Arquiteto Siegfried Bertholdo Costa devem ser ressaltadas enquanto principais canais neste processo de construção de um lugar mais urbano. Através de sua mão-de-obra especializada, o trabalho de construtores e empreiteiros, dentre estes muitos imigrantes, também devem ser ressaltados enquanto contribuintes nesta transformação urbana.

Sendo assim, essa modernidade não pode ser medida pela realização de um determinado número de arquiteturas revolucionárias, ocorridas no centro de um país de proporções continentais, nem a partir da incrível construção de uma cidade dentro de preceitos pré-estabelecidos, como Brasília. A modernidade na arquitetura da cidade e a busca por representatividade política na construção de uma nação fizeram parte de uma mesma realidade, seja com Vargas, entre 1930 a 1945, seja com Kubitschek na década seguinte, contexto que Santo Ângelo também contribuiu e partilhou. Afinal, guardando as devidas proporções, a modernidade de Brasília não está relacionada à forma dos conjuntos arquitetônicos determinantes do espaço urbano, a eixos monumentais e à notabilidade?

Assim, a idéia geral da inovação e busca pelo contemporâneo em vistas de um futuro país, consolidou-se um momento único de iniciativas públicas e privadas, onde a arquitetura foi decisiva na representação de uma identidade nacional a partir da adoção de diversos caminhos e estéticas.

O papel de uma nova arquitetura deveria expressar essa nova realidade, seja através do *neocolonial*, das revolucionárias obras dos seguidores de Le Corbusier, ou ainda a partir da disseminação mais ampla nestes contextos urbanos

nacionais através da diluição natural de um *estilo moderno*, como se verificou em Santo Ângelo entre 1930 a 1945.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGAN, Giulio Carlo. Projeto e destino. São Paulo: Editora Ática, 2001.

_____. Carlo. História da arte como História da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ANDRADE, Paulo Raposo. Uma Outra Cultura da Modernidade. AU Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Pini, ano 9, n. 51, p. 73-77, dez. 1993-jan.1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço, Polarização e Desenvolvimento. Recife: Editora Brasiliense, 1970.

ANELLI, Renato. Arquitetura de cinemas em São Paulo. Óculum, São Paulo, n. 2, p.35-42, set. 1992.

A TRIBUNA. Vivi intensamente no trabalho a maior parte da minha vida nesta terra. Edição Especial. 25 de Setembro de 1973.

AYMONINO, Carlo. O significado das cidades. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

A TRIBUNA. Vivi intensamente no trabalho a maior parte da minha vida nesta terra. Edição Especial. 25 de Setembro de 1973.

BROWNE, Enrique. Outra arquitectura en América Latina. México: Gustavo Gilli, 1982,

BINDÉ, Wilmar campos. Santo Ângelo: Terras de muitas Histórias. Ijuí: Impressão Multicor, 2006.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Povoamento e Urbanização do Rio Grande do Sul: A Fronteira como Trajetória. IN: Urbanismo no Rio Grande do Sul. Org. WEIMER. Gûnter. Porto Alegre: Editora da Universidade. UFRGS – Prefeitura Municipal de Porto Alegre. 1992.

BRADBURY, Malcolm; McFARLANE, James (Orgs.). Modernismo: Guia geral, 1890-1930. São Paulo: Ed. Schwarcz, 1989.

BESCHOREN, Maximiliano. In: TEIXEIRA, Júlia Schütz (org.) Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1889.

BENEVOLO, Leonardo. História da Arquitetura Moderna. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

BULLOCK, Alan. A Dupla Imagem. In: BRADBURY, Malcolm; McFARLANE, James (Orgs.). Modernismo: Guia geral, 1890-1930. São Paulo: Ed. Schwarcz, 1989.

CARDOSO, Alice; ZAMIM, Frinéia. Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul: Inventário das Estações, 1874-1959. IPHAE: Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

CALLEGARO, Adriana. Uma outra Modernidade em Porto Alegre: Um estudo sobre a evolução de Padrões Tipológicos a partir da Arquitetura da Exposição Farroupilha. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação [Mestrado em Teoria, História e Crítica da Arquitetura] – PROPARG, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

CARTA de Domingos Francisco dos Santos ao Presidente da Província, em 1873.

CASTEX, Jean. PANERAI, Phillipe. Notas sobre a estrutura do espaço urbano. L'architecture d'aujourd'hui, no. 153, jan.1973. Tradução Décio Rigatti, 1988.

CONDE, Luiz Paulo. Protomodernismo em Copacabana. AU Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Pini, ano 4, n.16, p. 68-75, fev-mar 1988.

CONHEÇA ESTE NOVO SANTO-ANGELENSE, Jornal: A Tribuna, Edição Especial, Santo Ângelo de 25.07.1973, s/p.

CRUZ, Beatriz Mânica da. Santo Ângelo: Um Município em Construção – Das Missões até 1930. Santo Ângelo – RS, Gráfica Santo Ângelo Ltda. 1986.

CATALOGO GERAL (oficial) e Guia do Touriste. Exposição do Centenário Farroupilha, 1835-1935. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1935.

CUSTÓDIO, Luiz A. B. A Redução de São Miguel Arcanjo: Contribuição ao Estudo da Tipologia Urbana Missioneira. Porto Alegre: UFRGS/ PROPARG, 2002.

DE CURTIS, J. N. B. O Espaço Urbano e a Arquitetura produzidos pelos Sete Povos das Missões. In: WEIMER, G. A Arquitetura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1993

DE FUSCO, Renato. História de la arquitectura contemporânea. Madrid: Hermann Blume, 1981. Tradução do italiano para o espanhol por Fernando G. F. de Valderrama e Jorge Sainz Avia.

DEMPSEY, Amy. Estilos, escolas e Movimentos: Guia enciclopédico da arte moderna. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

DIÁRIO DA MANHÃ. CINE-TEATRO MUNICIPAL: o moderníssimo estabelecimento de diversões de Santo Ângelo. Edição especial de Santo Ângelo, 1943.

DIEZ, Fernando E. Buenos Aires y algunas constantes em las transformaciones urbanas. Buenos Aires: Fundação Editorial Belgrano, 1996.

EQUINAZI, Davit. Arquitetura e Tipologia na Exposição Comemorativa do Centenário Farroupilha, 1935. Porto Alegre: UFRGS Faculdade de Arquitetura. PROPARG, 1995.

ESQUINAZI, Davit; FROTA, José Artur D'Aló. Arquitetura comemorativa da Exposição do Centenário Farroupilha, 1935. Catálogo. Porto Alegre: Corag, 1999.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL. Rio Grande do Sul. IBGE. 1959.

FERRARI, Celson. Dicionário de Urbanismo. São Paulo: Disal editora, 2004.

FROTA, José Artur D'Aló. A Permanência do Transitório. In: Arqtexto: Revista do Departamento de Arquitetura e do PROPAR. UFRGS. V. 1, n. zero, 2000. P. 13-21. Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura, UFRGS, 2000.

FINOKIET, Bedati. Arca da Memória: artigos sobre a história de Santo Ângelo. Santo Ângelo: Gráfica Jornal das Missões, 2003.

FREITAS, Délcio José Possebon; VELOZO, Helena Stochero; DONADEL, Marinei. Um olhar sobre os aspectos históricos e geográficos de Santo Ângelo. Santo Ângelo: EdiURI, 2005.

IGREJAS GAÚCHAS. Jornal Correio do Povo. 11 agosto de 1955.

GRISOGLIA, A. Resumo Histórico das Reduções Jesuíticas. Prefeitura Municipal de Santo Ângelo. Edição comemorativa do 250º aniversário da fundação da redução de Santo Ângelo, 1957.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. Escola de engenharia /UFRGS: um século. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1996. 192p.

LIED, Arlindo. Minhas Reminiscências de Santo Ângelo. Ijuí: Michaelse Hass e Cia Ltda, 1973.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MACEDO, Francisco Riopardense. História das profissões da área tecnológica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CREA-RS, 1993

MACHADO, José Olavo. História de Santo Ângelo (das Missões até os nossos dias) 1ª ed., Santo Ângelo: Gráfica A Tribuna, 1981.

MACHADO, Nara Helena Naumann. Modernidade, Arquitetura e Urbanismo: O Centro de Porto Alegre [1928-1945]. Porto Alegre: PUC/RS, 1998. Tese [Doutorado em História do Brasil – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, 1990.

MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira.(Orgs.) Os Alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade, história. Canoas: Editora da Ulbra, 1994.

MARTÍNEZ, Alfonso Corona. Ensaio sobre o projeto. Brasília: Editada da Universidade de Brasília, 2000.

MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO. In: O Rio Grande do Sul. V.02. Oficinas graphics da Livraria do Globo Barcellos, Bertasso & Cia. Porto Alegre. Obra Histórica, Descritiva e ilustrada organizada e editada por Alfredo R. da Costa. P. 253-260. (editado entre 1918 e 1924)

MARX, Murillo. Cidade Brasileira. São Paulo: Ed. USP, 1980.

NAGEL, Liane M. A História de San Angel Custódio: Redução de Fronteira – No contexto dos trinta Povos Guarani – Jesuíticos da Região Platina. Dissertação de Mestrado em História Ibero-Americana. PUCRS. 1994.

LINHA FÉRREA. O Minuano: Folha Independente, 6 de Julho de 1947.

O PROGRESSO DE SANTO ÂNGELO ATESTADO NA IMPONÊNCIA DE SEUS EDIFÍCIOS. Diário de Notícias. Porto Alegre, 10 de Novembro de 1940.

PAIVA, Edvaldo Pereira.; FARIA, Ubatuba de. Contribuição ao Estudo da Urbanização de Porto Alegre, 1937.

PANERAI, Philippe. et al. Elementos de Analisis urbano. Madri: Instituto de Estúdios de Administración Local, 1983.

PANERAI, Philippe R. CARTEX, Jean. DEPAULE, Jean-Charles. Formas Urbanas: de la manzana al bloque. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, S.A., 1986.

PEHNT, Wolfgang. La arquitectura expressionista. Barcelona: G. Gilli, 1975.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. 9º Ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. De como os alemães se tornaram gaúchos pelos caminhos da modernização. 199-204 In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira.(Orgs.) Os Alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade, história. Canoas: Editora da Ulbra, 1994.

PIPPI, Gládis. História Cultural das Missões: Memória e Patrimônio. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.

REIS, Nestor Goulart. Notas sobre História da Arquitetura e aparência das vilas e cidades. São Paulo: USP. Revista de Estudos sobre Urbanismo, Arquitetura e Preservação, n.20, jul-Ago, 1997.

RESUMO HISTÓRICO DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS – 3a. ed. Comemorativa ao centenário do Município de Santo Ângelo, 1973.

RELATÓRIO Apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Ulysses Rodrigues. Santo Ângelo, 1929.

REVISTA DO GLOBO. Revolução de Outubro: O Movimento Revolucionário em Santo Ângelo. Número especial, p.78-87, 1931.

RELATÓRIO Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Ulysses Rodrigues. Santo Ângelo, 1929.

RELATÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO, Santo Ângelo, 1930.

RELATÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO, Santo Ângelo, 1932.

RELATÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO, Santo Ângelo, 1936.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO. Livro de Registro de Construções da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, de 1933 a 1943.

RIBEIRO, Demétrio. IN: XAVIER, Alberto & MIZOGUCHI, Ivan. Arquitetura moderna em Porto Alegre. São Paulo: Pini, 1987.

RICALDONI, Américo M. El concepto de lo Monumental em Arquitectura. Arquitectura e Urbanismo, N° 2. IAB. Março e Abril, 1938.

ROCHE, Jean. A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Editora Globo, v.01,1969.

ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974.

SEGAWA, Hugo. Um mapeamento necessário. In: WEIMER, Günter Weimer. Arquitetura modernista em Porto Alegre entre 1930 e 1945. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre / Secretaria Municipal da Cultura / Unidade Editorial, 1998, p. 7-11.

_____. Arquiteturas no Brasil 1900-1990. São Paulo: Edusp. 2002.

SILVA, J. Loureiro da. Um Plano de Urbanização. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 1943.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. As Missões Orientais e seus antigos Domínios. Porto Alegre: Universal, 1910.

SOUZA, Célia Ferraz de. Contrastes Regionais e formações urbanas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, Coleção Síntese Rio-grandense 14, 2000.

TIMM, Octacílio B.; GONZALES, Eugenio. (Orgs.) O ALBUM ILLUSTRADO DO PARTIDO REPUBLICANO CASTILHISTA, Rio Grande do Sul: Município de Santo Ângelo. P. 598-613. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1929.

WEIMER, Günter. (Org.). Urbanismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EDUFRGS, 1992.

_____. A arquitetura do positivismo gaúcho. 1985.

_____. Estruturas sociais gaúchas e arquitetura. In: BERTUSSI, Paulo Iroquez et alli. A Arquitetura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 155-189.

_____. Vida Cultural e Arquitetura na República Velha Rio-Grandense 1889-1945. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

_____. Arquitetos e Construtores no Rio Grande do Sul, 1892-1945. Santa Maria: Editora UFSM, 2004.

_____. Estudos Tecnológicos Unisinos: Arquitetura, 1994. Bibliografia da arquitetura Gaúcha no Correio do Povo –1940 -1959. v. XVII. números: 24 e 25. São Leopoldo: Gráfica Unisinos. P.5-225.

_____. A Arquitetura Erudita da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Edições EST, 2004.

_____. A Arquitetura dos anos trinta. Ponto & Vírgula, Porto Alegre, no. 22, p. 30-31, 1995.

_____. A fundação do CREA e os arquitetos. Projeto, São Paulo, no. 67, p. 115-116, setembro de 1984.

_____. Siegfried Bertholdo Costa, um precursor do modernismo. Projeto, São Paulo, no. 87, p. 76- 78, maio 1986.

_____. Theo Wiederspahn, arquiteto. Projeto, São Paulo, no. 80, p. 98-102, outubro 1985.

_____. Arquitetos e Construtores no Rio Grande do Sul, 1892-1945. Santa Maria: Editora UFSM, 2004.

_____. Arquitetura Modernista em Porto Alegre entre 1930 a 1945. Porto Alegre: Unidade Editorial. Porto Alegre, 1998.

_____. A fase historicista da arquitetura no Rio Grande do Sul. In: FABRIS, Annateresa (Org.). Eclétismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Nobel/Ed. USP, 1987, p. 256-279.

_____. A arquitetura. Porto Alegre: Ed. UFRGS, Coleção Síntese Rio-grandense 12-13, 1999.

_____. Arquitetos e Construtores Rio-Grandenses na Colônia e no Império. Santa Maria: Editora UFSM, 2006.

YUNES, Gilberto Sarkis. Cidades Reticuladas: a persistência do modelo na formação da rede urbana do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU – USP, 1995.

ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul;

Arquivo Público Municipal de Porto Alegre;

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Unidade do rio Grande do Sul;

Laboratório de Teoria e História da Faculdade de Arquitetura do UniRitter;

Arquivos da antiga construtora Medaglia S.A.;

Arquivo Histórico Municipal Augusto César Pereira dos Santos de Santo Ângelo;

Arquivo da Paróquia da Catedral de Santo Ângelo;

Ofício do Registro de Imóveis de Santo Ângelo e

Arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana – Ijuí.

ENTREVISTAS

Edgard Helmuth Geiss, 2004;

Newton Furtado Fabrício, 2004;

Rudá Rockenbach, 2005 e 2006;

Cláudia Medaglia, 2006;

Pedro Osório do Nascimento, 2007;

Bertholdo Bruno Benno Schmidt, 2007 e

Jérson Fontana, 2007.

ANEXOS

Anexo 01 – Levantamento fotográfico que exemplifica o chamado nesta dissertação de edificações de *bairro residencial*



Figura 86 – Antiga residência de Amantino Licht
Rua Antônio Manoel possivelmente, 1933
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabricio Kerber, 2007.



Figura 87 – Antiga residência de Ruy Monteiro
Rua Antunes Ribas. 1933
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabricio Kerber, 2005.



Figura 88 – Antiga residência de Celso Moraes
Rua Antunes Ribas. 1934
Construtora Santo Angelense Ltda
Recentemente demolida.
FOTO: Rodrigo Fabricio Kerber, 2007.



Figura 89 – Antiga residência de Florimundo Fernandes dos Santos
Bento Gonçalves. 1934
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007.



Figura 90 – Antiga casa de Zeferino Boranga
Rua Bento Gonçalves, 1934
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007.



Figura 91 – Antiga residência de Júlio Uflacker Beck
Rua Antunes Ribas. 1935
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2005.



Figura 92 – Antiga residência de Próspero Pippi

Avenida Venâncio Aires. 1936

Construtora Santo Angelense Ltda

FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007.



Figura 93 – Antiga casa de Palmenia Oliveira Perna

Rua Marechal Floriano. 1936

Construtora Santo Angelense Ltda

FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007.



Figura 94 – Antiga residência de Maria Thereza Paiva de Souza

Rua Três de Outubro. 1937

Construtora Santo Angelense Ltda

FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2005.



Figura 95 – Antiga residência de Oswaldo dos Santos
Avenida Brasil. 1938
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007.



Figura 96 – Antiga residência de Pery Von Hoonholtz
Rua Sete de Setembro. 1939
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007.



Figura 97 – Antiga casa de Waldomiro Ferraz
Rua Marechal Floriano. 1940
Construtora Santo Angelense Ltda
Recentemente demolida
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2003



Figura 98 – Antiga residência de Oswaldo dos Santos
Avenida Brasil. 1941
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007.



Figura 99 – Antiga casa de João Cerrati
Rua Tiradentes. 1942
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007.



Figura 100 – Antiga casa de Euclides Português
Rua Três de Outubro. 1944
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2005

Anexo 02 – Levantamento fotográfico que exemplifica o chamado nesta dissertação de edificações de *centro urbano*



Figura 101 – Antigo Sobrado de João Pippi
Rua Marechal Floriano. 1935
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007.



Figura 102 – Antigo sobrado de José Carlos Kist
Avenida Brasil. 1936
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007.



Figura 103 – Antiga edificação de Laurindo Piccoli
Rua Marechal Floriano. 1937
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007.



Figura 104 – Antigo sobrado de Acácio Machado
Rua Marechal Floriano esquina com a Travessa Mauá (antiga Rua Nova). 1938
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007.



Figura 105 – Antigo sobrado de Emílio Doberstein
Rua Marechal Floriano. 1938
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007.



Figura 106 – Antiga edificação de Elias Demétrio
Rua Marechal Floriano. 1938-39
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007.



Figura 107 – Antigo sobrado de Gilberto Von Hoonltz
Rua Marquês do Herval. 1938
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2004.



Figura 108 – Antiga edificação de Darwin Pereira
Travessa Mauá. 1939
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007.



Figura 109 – Antigo sobrado para família Hocchein
Rua Marechal Floriano. 1941.
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007.



Figura 110 – Edifício Santo Antônio
 Travessa Mauá. 1942
 Construtora Santo Angelense Ltda
 FOTO: Rodrigo Fabricio Kerber, 2007



Figura 111 – Antigo sobrado Jorge Menezes
 Rua Marquês do Herval, 1942
 Construtora Santo Angelense Ltda
 FOTO: Rodrigo Fabricio Kerber, 2007.



Figura 112 – Antigo sobrado de Ariberto Kurz
 Avenida Brasil. 1944
 Construtora Santo Angelense Ltda
 FOTO: Rodrigo Fabricio Kerber, 2007.



Figura 113 – Edifício Feldmann
Avenida Brasil. 1944
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007.



Figura 114 – Sobrado para Edmundo Helfer
Rua Antunes Ribas. 1945
Construtora Santo Angelense Ltda
Recentemente demolida
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007.



Figura 115 – Antigo Edifício Kehl para Adolfo Kehl
Avenida Brasil. 1945
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2004.



Figura 116 – Antiga Casa Miriam
Rua Marquês do Herval. 1945
Construtora Santo Angelense Ltda
FOTO: Rodrigo Fabrício Kerber, 2007.